



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JADE PRATA BUENO BARATA

SER PROFESSORA EM TEMPO DE COVID-19: SITUAÇÃO LABORAL DE
MULHERES DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL I DO
SISTEMA PRIVADO DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS DE 2020 E 2021

RIO DE JANEIRO
2022

JADE PRATA BUENO BARATA

SER PROFESSORA EM TEMPO DE COVID-19: situação laboral de mulheres docentes da educação infantil e fundamental I do sistema privado de ensino do Rio de Janeiro nos anos de 2020 e 2021

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher.

RIO DE JANEIRO 2022

CIP - Catalogação na Publicação

P912u Prata, Jade
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO / Jade Prata. -- Rio de Janeiro, 2022.
186 f.

Orientador: Roberto Leher.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, 2022.

1. trabalho docente. 2. teoria da reprodução
social. 3. financeirização da educação. 4.
experiência de ser mulher e professora na pandemia.
I. Leher, Roberto, orient. II. Título.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação
ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Aos 18 dia do mês de julho de 2022, às 14h:30m, com base na Resolução CEPG nº 01/2020, reuniu-se em sessão remota a Banca Examinadora da Tese intitulada SER PROFESSORA EM TEMPO DE COVID-19: situação laboral de mulheres docentes da educação infantil e fundamental I do sistema privado de ensino do Rio de Janeiro nos anos de 2020 e 2021, de autoria da doutoranda Jade Prata Bueno Barata, candidata ao título de **Doutora em Educação**, turma **2015** do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Banca Examinadora, constituída pelo Professor Roberto Leher, orientador; pela Profa Dra.Kênia Aparecida Miranda, pela Profa. Dra. Vania C. Motta, pela Profa. Dra. Amanda Moreira da Silva, pela Profa. Dra. Larissa Dhamer Pereira considerou o trabalho:

(x) Aprovado, () Aprovado com recomendações de reformulação, () Reprovado

A banca considerou o trabalho aprovado. Destaca a relevância da tese para os estudos sobre o trabalho docente de mulheres que atuam na educação infantil e no primeiro segmento do ensino fundamental, notadamente em grupos educacionais vinculados às corporações, em seus nexos com as condições de vida. Recomenda o prosseguimento de pesquisas na área e a publicação do trabalho na forma de artigos e livro.

Profa Dra.Kênia Aparecida Miranda

Profa. Dra. Vania C. Motta

Profa. Dra. Amanda Moreira da Silva

Profa. Dra. Larissa Dhamer Pereira

Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ)

Presidente da Banca

Eu, Roberto Leher, Presidente da Banca, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada, representando todos os membros da Banca Examinadora e a candidata.



Roberto Leher
Professor Titular
FE / UFRJ
12040-900

JADE PRATA BUENO BARATA

SER PROFESSORA EM TEMPO DE COVID-19: situação laboral de mulheres docentes da educação infantil e fundamental I do sistema privado de ensino do Rio de Janeiro nos anos de 2020 e 2021

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher.

Aprovada em: 18/07/2022.

Banca examinadora:

Roberto Leher – Orientador- Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Profa. Dra. Kênia Aparecida Miranda – Membro Externo
Universidade Federal Fluminense – UFF.

Profa. Dra. Vania C. Motta – Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Profa. Dra. Amanda Moreira da Silva – Membro Externo
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Profa. Dra. Larissa Dhamer Pereira – Membro Externo
Universidade Federal Fluminense – UFF.

Às professoras, toda minha admiração e solidariedade de classe.

AGRADECIMENTOS

Ao Yuri Villar por ser amor, e me levantar, com toda sua paciência, fazendo-me acreditar que conseguiria seguir.

Ao meu filho Matias, amor maior do Universo, a aventura infinda, por alegrar qualquer manhã e compreender que a mamãe precisa trabalhar até nos fins de semana.

Ao Roberto Leher, que me guiou cuidadosamente e acolheu minha mudança brusca de direção com carinho e vigor necessários a uma boa orientação.

À Daniele Pinheiro, por ser um porto seguro, um farol e uma embarcação ao mesmo tempo.

Ao Gabriel Pereira (Boneca) pelo exemplo, braço firme, piada boba, bibliografias e incentivos. “Tese boa é tese entregue”.

À Gabi Resnik, por me amparar nas quedas da *maternidade-pós-graduanda*, sendo ela um paraquedas, lutando pelos nossos direitos.

Às companheiras “lascadas e focadas” Isaura e Luísa, pela troca e incentivo mútuo, por estarem ao meu lado nesse barco da pós graduação.

Ao Fellipe Rosman, que me compara a sua mãe, mas é um dos melhores amigos que poderia ter.

Aos meus amigos do trabalho com quem comparto as dores e delícias de ser professora, além de muitas horas, admiração e carinho: Luciana Kanawatti, Gustavo Guimarães.

À toda equipe de professoras da Sá Pereira, em especial mulheres com quem divido turmas, desafios e potencias, Pamela Acatauassu, Ana Fialho, Laiza, Roberta e tantas outras mulheres incríveis.

A Silvia Prata e ao Jorge Barata pelo apoio fundamental de avós do Matias.

À minha prima Maria Clara por ser um exemplo de mulher incrível, e um galho forte ao meu lado.

Aos alunos (e ex) que me provocam a ser a melhor professora possível.

Ao meu compadre, Jonas, querido, com quem divido carinho, confidências e canções.

Aos camaradas do Colemarx, pelo exemplo e parcerias, em especial à Hellen Balbitoni pelos aportes, apoio logístico, troca intelectual e afetiva, à Vânia Motta por defender meu direito a finalizar o trabalho frente à FE, à Simone pela ajuda com os meandros da plataforma Brasil.

À Dâmaris Burity, um anjo, pela revisão de formatação cuidadosa e acurada.

RESUMO

A presente tese visa compreender as formas de expropriação e exploração do trabalho docente no contexto pandêmico, em configurações mutantes da estrutura educacional, enfocando a perspectiva da mulher trabalhadora dos primeiros segmentos da educação básica do sistema privado de ensino do Rio de Janeiro. Para tanto inicialmente é apresentado trabalho enquanto categoria de análise, a sobrecarga de trabalho que atinge as mulheres e sequencialmente as transformações sofridas pela classe trabalhadora no Brasil através da legislação. Secundariamente é realizada uma contextualização da história recente do Brasil, em especial no que tange a organização do trabalho. Finalmente o foco é destinado ao trabalho docente e a voz de suas trabalhadoras. Além da utilização de informação de outras pesquisas acadêmicas do mesmo campo, foram realizados dois levantamentos empíricos, um objetivo com mais de 50 participantes e outro através de relatos de experiência com quatro professoras. O conjunto dessas informações que uniu abundância de dados com a riqueza da narrativa possibilitou uma análise profícua da condição do trabalho docente e do (antigo) novo padrão de exploração.

Palavras-chave: trabalho docente, pandemia, exploração, professoras, reprodução social, mulher, experiência.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the forms of expropriation and exploitation of teaching in the pandemic context, focusing on the perspective of women in the first segments of basic education in the private system in Rio de Janeiro, face a mutant configuration of the educational structure. Work is used as a central category of analysis, and consequently the work overload that affects women, through the social reproduction theory, sequentially the process of transformations suffered by the working class in Brazil through legislation is developed. Secondly, a contextualization of the recent history of Brazil is carried out, especially with regard to the organization of work. Finally, the focus is on teaching work and the voice of its workers. Beyond information from other academic research in the same field, two empirical surveys, were carried out, one with more than 50 participants and the other through experience reports with four professors. This set of information, which combined an abundance of data with the richness of the narrative, enabled a fruitful analysis of the condition of teaching work and the (old) new pattern of exploration.

Keywords: teaching work, pandemic, exploitation, teachers, social reproduction, woman, experience.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Principais grupos empresariais da educação básica no Brasil.....	26
Figura 2. Dimensões do discurso.....	26
Figura 3. Dimensões do discurso (versão Fairclough).....	26
Fotografia 1. Aplicativos de contratação de professores	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Fluxos entre ocupação e inatividade: recortes socioeconômicos	19
Tabela 2. Quadro geral de medidas econômicas do governo Bolsonaro 2019-2021	70
Tabela 3. Comparação da taxa de crescimento econômico na era da covid-19	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Comparação entre o número de unidades escolares do setor público e privado do município do Rio de Janeiro nos anos de 2010, 2015 e 2020.....	23
Gráfico 2. Comparação entre o número de matrículas dos setores público e privado do município do Rio de Janeiro nos anos de 2010, 2015 e 2020.....	24
Gráfico 3. Taxa de desemprego por sexo.....	53
Gráfico 4. Taxa de desocupação geral da população brasileira entre 2015-2020.....	63
Gráfico 5. Taxa de desocupação comparativa entre os sexos entre 2015-2020.....	64
Gráfico 6. Identidade de gênero.....	117
Gráfico 7. Crianças no domicílio.....	118
Gráfico 8. Perfil da escola (a).....	119
Gráfico 9. Perfil da escola (b).....	119
Gráfico 10. Segmento de ensino (a).....	120
Gráfico 11. Segmento de ensino (b).....	120
Gráfico 12. Experiência remota.....	121
Gráfico 13. Trabalho na pandemia (a).....	122
Gráfico 14. Trabalho na pandemia (b).....	122
Gráfico 15. Formação digital.....	123
Gráfico 16. Tempo de trabalho remoto por segmento.....	124
Gráfico 17. Ampliação do tempo de trabalho na pandemia.....	124
Gráfico 18. Aumento salarial.....	125
Gráfico 19. Forma do ensino remoto.....	126
Gráfico 20. Produção de material didático.....	126
Gráfico 21. Tipos de materiais didáticos.....	127
Gráfico 22. Remuneração por produção de material didático.....	127

Gráfico 23. Tipos de recurso utilizados para ministrar aulas.....	128
Gráfico 24. Recursos disponibilizados pela instituição de ensino.....	128
Gráfico 25. Qualidade dos recursos disponíveis em casa.....	129
Gráfico 26. Soluções para falta de recursos próprios.....	129
Gráfico 27. Adequações do lar ao trabalho <i>online</i>.....	130
Gráfico 28. Medidas da instituição em relação ao contrato de trabalho.....	131
Gráfico 29. Demissões na pandemia.....	131
Gráfico 30. Ensino híbrido	132
Gráfico 31. Avaliação do ensino híbrido.....	133
Gráfico 32. Sentimentos dos docentes em relação ao trabalho na pandemia.....	133
Gráfico 33. Medo da demissão.....	134
Gráfico 34. Avaliação docente em relação ao seu trabalho na pandemia.....	135
Gráfico 35. Taxa de participação dos estudantes.....	137
Gráfico 36. Casos e causas de adoecimento de docentes na pandemia.....	138
Gráfico 37. Organização e mobilização trabalhista.....	139
Gráfico 38. Filiação ao sindicato.....	140
Gráfico 39. Necessidade de apoio sindical.....	140
Gráfico 40. Sentimento de representatividade.....	141
Gráfico 41. Participação em atividade sindical.....	142
Gráfico 42. Participação em greves.....	142
Gráfico 43. Apoio sindical.....	143
Gráfico 44. Grau de satisfação com o sindicato.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica de Discurso
App	Aplicativos
Art	Artigo
ASDUERJ	Associação dos/das Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CF/88	Constituição Federal de 1988
CFCH/UFRJ	Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
COVID-19	Coronavírus 2019
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EaD	Ensino à Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EC	Emenda Constitucional
EI	Educação Infantil
EF	Educação Fundamental
EUA	Estados Unidos da América do Norte
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GESTRADO	Grupo De Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente
IBGE	Instituto Brasileiro de Pesquisas Estatísticas
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MP	Medida Provisória
NGP	Nova Gestão Pública
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SARS-CoV-2	Síndrome respiratória Aguda Grave – Coronavírus – 2
SINEPE-Rio	Sindicato das Escolas Privadas do Rio de Janeiro
SinproRio	Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região
TCC	Termo de Compromisso de Cessação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TRS	Teoria da Reprodução Social
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1 AS METAMORFOSES DO TRABALHO E SEU REFLEXO NO CAPITALISMO DEPENDENTE 41

1.1 Apresentação do capítulo 41

1.2 Trabalho como categoria 41

1.3 A Teoria da Reprodução Social 47

1.4 Legislação trabalhista no Brasil 54

2 FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO A PARTIR DA (CONTRA)REFORMA TRABALHISTA 62

2.1 Reforma trabalhista de 2017: uma expressão da coerção do Estado sobre o trabalhador 65

2.2 A ofensiva do capital sobre o trabalho durante a pandemia da covid-19 70

2.3 Organização Internacional do Trabalho 94

3 EXPROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOCENTE 106

3.1 Proletarização do trabalho dos professores 98

3.2 Trabalho remoto, plataformas de trabalho 103

3.3 Uma primeira apresentação do problema 106

3.4 A perspectiva das (os) docentes 116

3.5 Descrição da condição docente através de análise dos discursos narrativos 144

3.5.1 “Como foi ser mulher e professora na pandemia, em especial nos anos iniciais?”
145

CONSIDERAÇÕES FINAIS 176

REFERÊNCIAS 180

INTRODUÇÃO

Um depoimento preliminar necessário

Escrevo também para organizar minhas ideias a fim de então escrevê-las apropriadamente. O tema deste trabalho parte diretamente de anseios de minha prática docente e dos fundamentos teóricos e documentais que atravessam minha vida; as contradições do fazer docente cotidiano não apenas atravessam, mas fundam a presente tese.

A condição de mulher me fez ter o “cuidado” como trabalho desde cedo. Escolhi, inconscientemente, uma profissão socialmente associada ao “cuidado”, ao ato de educar. Entretanto, só quando me vi na condição de mãe, senti o peso do cuidado em minhas costas envergando meu corpo sólido. Nesse movimento, sobreveio o questionamento: “Sou feita pra isso?”. Sou, porque quero ser, mas não “nasci para isso”; luto, como tantas mulheres trabalhadoras, para que a carga mental da gestão do lar não mine meus sonhos.

Tais conclusões não apareceram espontaneamente, são fruto da contradição da existência feminina no sistema capitalista. Contradição na qual as próprias ambições de uma mulher branca de classe média esbarram nas condições materiais que configuram a maternidade nesse contexto. O olhar crítico — com o qual constantemente me (re) educo — e as vozes potentes de mulheres negras e brancas que circulam em minha vida (seja presencialmente, seja em plataformas digitais ou em livros), possibilitaram que não me soterrasse sobre o “cuidado” e a culpa de sua falha. Entendo, portanto, que o “cuidado” é um trabalho preciso e precisa ser valorizado como tal, dentro e fora de casa.

Ainda assim, me sentia desmerecedora de finalizar o doutorado: como todas mulheres trabalhadoras que estão na pós-graduação vivi as tensões advindas prazos intransigentes e de normas cegas e que, pela luta das representações estudantis de todo país, acabaram contemplando, parcialmente, a imperiosa necessidade de adequações. Sem bolsa ou qualquer outro auxílio provindo da Universidade, submetida a uma jornada semanal de trabalho de 56 horas, cumpro cargas de disciplina que somavam 16 horas semanais, concomitantemente a maternidade e a recorrente dívida no banco. Quando teria um ano de maior dedicação ao trabalho de elaboração da tese — pelo amadurecimento de mãe e cria, além de uma relativa estabilidade profissional — fui pega, como todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores pela pandemia.

Amorteci minha queda pessoal nesta circunstância de crise mundial com alguns paraquedas, utilizando a metáfora de Ailton Krenak (2019): a dedicação ao cuidado de meu

filho de quatro anos para que ele se sentisse saudável em um mundo doente, a dedicação a meus alunos e manutenção de meu emprego, e à poesia nas manhãs em que acordava antes da casa para surpreender o sol com o cheiro de café. Nesse sentido, Oliveira e Pereira Junior (2020) constatarem como o trabalho docente se intensificou e complexificou durante a pandemia, e Leão *et al.* (2020) asseveram que:

A crise sanitária mundial causada pela pandemia da COVID-19 acentuou as difíceis condições de inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, historicamente observado como bastante desigual entre gêneros. (LEÃO *et al.*, 2020, p. 290).

Desta forma, é lógico se concluir que uma mulher, mãe e professora, teve sua condição de reprodução social ameaçada, intensificada, complexificada, situações que tensionaram a vida cotidiana. Foi apenas a partir destas leituras, e de apoio de amigas mulheres que me incentivaram a insistir no doutorado me apresentando suporte teórico prático como o “Programa Amanhã” do movimento “*Parent in Science*” (que oferece auxílio financeiro para pós-graduandas, mães, que estão em período de prorrogação dos prazos, mas sem bolsa) e de um presente certeiro, “O ponto zero da revolução” de Silvia Federici, que me fez enxergar que: “(...) Estado, como representante do capital coletivo — o verdadeiro “Homem” que se beneficia do trabalho doméstico” (FEDERICI, 2019, p. 27, grifo da autora).

O Estado me deve horas e horas de trabalho não remunerado. Essa compreensão me livra do sentimento de vergonha e culpa por estar atrasada e me alimenta de gana para solicitar e defender meu **direito** de finalizar o doutorado e poder começar a tese escrevendo este texto.

A motivação

Sou professora de uma escola privada do Rio de Janeiro e mãe de um menino de cinco anos que passou pelo ensino remoto emergencial. Pude acompanhar sob este duplo prisma o trabalho docente. Uma tarefa árdua, que apresentava dificuldade de diferentes níveis: técnicos e tecnológicos, formativos, materiais e emocionais (uma professora relatou não fazer parte de nenhuma plataforma social além do *WhatsApp* e teve que criar e postar vídeos seus no *Youtube*).

O nível de exposição destas profissionais foi avassalador. Muitas crianças acompanharam as aulas na presença de seus responsáveis. O trabalho destas docentes foi avaliado, julgado e vigiado, por mães e pais que, ainda que motivados a ajudar seus filhos, frequentemente não conseguiam se colocar no lugar das professoras.

O espaço da escola particular é tanto envolvente como inóspito. As lutas macro por políticas públicas são facilmente confundidas com picuinhas e, às vezes, com contendas pessoais. Isso acontece tanto por parte da instituição e pessoas que ocupam cargos de poder, como por parte de membros do corpo docente que nem sempre conseguem discernir entre o que é de âmbito coletivo e macro e do que é particular. A rigor, as lutas perpassam o que é público e o que é privado, situação que possui incontornáveis especificidades nas escolas privadas-mercantis.

O medo de qualquer depoimento “vazar” acarretando represálias durante o primeiro ano de pandemia era intenso, e, mesmo assim, conseguimos realizar reuniões com grande adesão do corpo docente. Nestas reuniões desafios e desabafos eram compartilhados e acolhidos. No entanto, a articulação para uma ação em defesa dos direitos trabalhistas foi friamente ignorada e abafada.

Paralelamente, o sindicato promovia assembleias periódicas quase quinzenais com quórum de centenas de professores em que o medo da represália era substituído pelo sentimento de pertencimento a algo maior, a categoria e, em certos momentos experienciais, ao sentimento de classe. Nos meses de 2020, sistematicamente tivemos o retorno das aulas presenciais prorrogado por decisões judiciais. Nas assembleias a votação pela greve contra as aulas presenciais sem que as condições epidemiológicas estivessem asseguradas variava entre 96 e 98% de aprovação. De junho a setembro sábado sim, sábado não a tônica era de mobilização de professores sofrendo com os mesmos problemas, enfrentando de diferentes formas, mas todos cientes de que a vida é o maior valor que se deve defender.

O problema

“Pode a subalterna falar?” (KILOMBA, 2019, p. 47) Grada Kilomba nos provoca a refletir sobre as relações de poder estruturais na academia e nos centros de produção de conhecimento. É comum associarmos a falta de fala de quem não ouvimos a voz. Isso decorre de um grave equívoco. Em geral não ouvimos a voz daqueles que têm suas vozes interdidas. Oprimidas (os) em todo o mundo falam e suas vozes podem sair murmuradas ou gritadas: não é este o motivo de não serem ouvidas (os). As relações de classes, os meios de veiculação de informação, as relações de poder simbólico, operam no sentido do silenciamento dos que se levantam. Por isso, as lutas e as estratégias de resistência passam pela força do grito nos espaços públicos. É pela luta que essas vozes se fazem ouvir. A escuta não é benevolência, mas correlação de forças, é luta de classe.

O afastamento dos corpos em função da pandemia de SARS-CoV-2, o vírus do Antropoceno,¹ também promoveu o afastamento do chão da escola, e assim, se instauraram conflitos inéditos na educação básica brasileira. A Universalização do ensino básico compõe a agenda de lutas da classe trabalhadora mundial desde o século XIX, sempre no sentido de assegurar que este é dever do Estado e direito subjetivo dos cidadãos, como estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF/88) no artigo 205.² Entretanto, no entanto, metade da população brasileira possui ensino básico incompleto, segundo dados do Instituto Brasileiro de Pesquisas Estatísticas (IBGE, 2019). Precisamente 48,8% da população maior de 25 anos possui ensino básico completo.³

Esse valor se altera de acordo com diversos fatores, pois a escolarização ainda apresenta graves disparidades de acesso tanto entre regiões do país, como entre áreas urbanas e rurais, entre regiões na mesma cidade e entre perfis raciais e de classe. Segundo o censo da educação nacional de 2020 “As matrículas da educação básica são encontradas majoritariamente na área urbana (89,1%).”, e a região nordeste ainda concentra a maior taxa de analfabetismo do país com 13,9% de analfabetos.

À revelia das assimetrias, parte relevante das (os) cidadã (o) brasileira (o) irá conviver com os profissionais da educação. “No ano de 2020, foram registradas 47,3 milhões de matrículas nas 179,5 mil escolas de educação básica no Brasil, (...)” (Censo da Educação, 2020). Educar é também, ou deveria ser, muitas vezes, um gesto público do cuidado,⁴ ainda mais quando se trata de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos. No entanto, as professoras da educação infantil são aquelas a quem são exigidos o “cuidado” diligente das crianças, embora sejam as profissionais mais exploradas. De fato, as profissionais que atuam na educação infantil são as mais exploradas, muitas possuem contratos precários, e salários rebaixados quando comparados com outras categorias profissionais com o mesmo nível de formação acadêmica. Para uma média de 37 horas semanais, o salário médio na cidade do Rio de Janeiro é R\$ 2.837,20 e o piso salarial de 2021: R\$ 2.700,03.⁵ Segundo o Sindicato dos

¹ Antropoceno é o presente período geológico da Terra em que a espécie humana já deixa sua marca na estrutura do planeta, da litosfera à atmosfera.

² Art. 205 da CF/88 determina: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 março 2021.

³ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 20 março 2021.

⁴ A palavra cuidado aqui compreendida como a promoção de um ambiente saudável ao desenvolvimento das aprendizagens.

⁵ O salário de pedagogo no Rio de Janeiro de 2021 foi calculado por uma amostragem de 240 salários de profissionais contratados e envolvidos em convenção coletiva, acordo coletivo ou dissídio de Pedagogo em todo o estado. Disponível em: <https://dissidio.com.br>. Acesso em: 26 out. 2021.

Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SinproRio), o piso salarial para professores da educação infantil até o 5º ano a partir de dezembro de 2021 é de R\$ 1.398,60 mensal e R\$ 12,95 hora/aula.

No contexto da pandemia de covid, as docentes da Educação Infantil (EI) e do primeiro segmento do Educação Fundamental (EF) estão entre as trabalhadoras mais vulneráveis, visto a pressão pela reabertura prematura de unidades escolares a despeito das condições epidemiológicas. Desse modo, muitas docentes foram obrigadas a dobrar a jornada para atender as crianças em atividades presenciais e nas atividades remotas.

Como apontado, o contexto do trabalho docente no período ainda vigente da pandemia de covid-19 foi marcado pelos conflitos e contendas trabalhistas, colocando em relevo o sindicato dos professores. No caso do Rio de Janeiro, é importante ressaltar que o SINPRO é uma entidade já muito consolidada, fundada em 1931 e que, conforme seu Estatuto, tem como objetivo:

Art. 1º – O Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região – Sinpro-Rio com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é constituído para fins de estudo, promoção cultural, **reivindicação, defesa e representação dos interesses dos integrantes da categoria profissional diferenciada de professores** e especialistas em educação de todos os níveis, formas e modalidades, cursos e afins, bem como de todos os profissionais que desenvolvam atividade de ensino ou de educação de qualquer natureza, de forma presencial ou a distância, quaisquer que sejam as denominações que se lhes deem, na base territorial dos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Paracambi e Seropédica. (ESTATUTO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO – SinproRio, edição 2017, pág. 4).

Sindicatos são instituições para defesa e garantia de direitos trabalhistas, compreende-se que são aparelhos privados de hegemonia⁶ e, portanto, arenas de disputa, onde se apresentam os conflitos da relação capital-trabalho. Como assinalado, o SinproRio realizou diversas assembleias sobre o tema que particulariza a presente tese e, por isso, a entidade sindical será incorporada na pesquisa.

Esta tese pretende amplificar a voz das professoras escutando trabalhadoras (es) que, nos espaços laborais, são, em geral, silenciadas. E verificar se, e de que maneira, estas

⁶ O Estado e a Sociedade Civil formam uma unidade dialética, e se conjugam em uma dinâmica de escambo de poder, enquanto o próprio Estado representa uma “trincheira avançada” da sociedade civil, defendendo os interesses hegemônicos da classe dominante. Sociedade civil é a expressão da “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado.” (Gramsci, 2011, p. 255), Esse domínio é construído através de “aparelhos privados”. Esses aparelhos são organizações culturais e intelectuais próprias da classe dirigente, ou das quais ela se apropria e, no entanto, estão sujeitos a disputa e a conquista pela classe trabalhadora. Representando organização e acúmulo de forças, são como as “trincheiras” (Gramsci, 2011, p. 73) do combate armado. O exercício da hegemonia através do consenso é tornar o que é proibido e obrigatório em espontâneo e livre. Tal papel “educativo” é cumprido por aparelhos como partidos, jornais, sindicatos, organizações eclesiais, escolas, universidades etc.

compreendem e interagem com o aparelho privado de hegemonia sindical. O SINPRO organiza ações coletivas em prol dos interesses econômico-corporativos da categoria, em tese, de todos seus estratos, e, também, em defesa da educação pública (o que unifica sindicatos de trabalhadores da educação pública e privada) e dos direitos sociais de modo mais abrangente. Ao examinar o teor das assembleias e pronunciamentos, o intento é verificar quais são (e foram) os conflitos apresentados pelas professoras e se foram mediados ou por ele resolvidos.

Para isso, a tese buscou compreender a conjuntura ampla em que o trabalho docente se realiza. O relevante e atual trabalho: “Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia”, organizado por Dalila Andrade Oliveira e Marcio Pochmann (2020), recentemente publicado, aglutina artigos sobre a forma com que diferentes categorias de trabalhadores foram afetadas na pandemia. Em uma análise introdutória, o estudo aponta para um processo de reprimarização e desindustrialização do país nas últimas 4 décadas e as consequências desse padrão de acumulação para os direitos trabalhistas, e, especificamente, o trabalho docente.

Diferentemente da perspectiva positiva ideologizada pelos defensores do capital, a realidade da classe trabalhadora tem sido, em geral, rebaixada por condições de vida mais instáveis e o distanciamento da mobilidade de ascensão social. (OLIVEIRA e POCHMANN, 2020, p. 6).

É nesse contexto que o vírus da covid-19 chega. Trazendo a maior queda do Produto Interno Bruto (PIB) em quase todo o mundo desde a depressão dos anos 1930. (SANTOS E JAKOBSEN, 2020) Segundo dados do Banco Mundial, em 2020 o PIB médio mundial foi negativo, de -3,5, subindo para 5,6 em 2021, enquanto o Brasil foi de -4,1 para 4,5 e a China foi de 2,3 para 8,5. De modo geral todos os países considerados “economias avançadas” apresentaram queda do PIB de 2019 a 2020 e ascensão em 2021. (Banco Mundial, 2021).

Segundo panorama da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na América Latina e Caribe em 2020 havia cerca de 30 milhões de pessoas desocupadas e a perspectiva de mais 23 milhões fora do mercado de trabalho por falta de oportunidades. O cenário particular da América Latina e Caribenha é ainda pior, se traçado paralelo com a média mundial de crescimento da economia.

Enquanto o cenário de retração econômica é comparável à crise financeira de 2009, o cenário sanitário é comparável apenas à gripe Espanhola de 1918. Em gráficos comparando o comportamento do que a OIT chama de “economias avançadas” e “economias em desenvolvimento”, esses dois conjuntos de nações apresentaram comportamentos muito similares em relação às medidas de saúde e isolamento social e, no entanto, muito díspares em

relação às medidas de apoio econômico, confirmando as desigualdades econômicas entre esses países (OIT, 2020).

Apesar das taxas de variação de participação e desemprego de homens e mulheres entre 2019 e 2020 serem muito aproximadas, as mulheres vinham com valores de participação no mercado de trabalho sempre abaixo aos homens, no entanto crescentes desde 2015. O panorama aponta como as consequências da perda de trabalho será desastrosa para mulheres, especialmente caso não haja uma ação estatal com suporte de cuidado das crianças, para impedir o crescimento da desigualdade de gênero.

Ainda sobre as taxas de ocupação e inatividade por recorte econômico, um estudo realizado por técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com dados da pesquisa domiciliar, publicado em nota técnica do IPEA, em abril de 2021, aborda as diferenças entre ocupação e inatividade ao longo do tempo e por recortes socioeconômicos. O

TABELA 1

Fluxos entre ocupação e inatividade: recortes socioeconômicos

	1º Trim 2018/ 1º Trim 2019	2º Trim 2018/ 2º Trim 2019	3º Trim 2018/ 3º Trim 2019	4º Trim 2018/ 4º Trim 2019	1º Trim 2019/ 1º Trim 2020	2º Trim 2019/ Maio 2020**
Brasil	9,4	8,9	9,3	9,1	9,7	18,2
Por sexo						
Homens	6,8	6,5	7,2	7,1	7,5	14,8
Mulheres	12,5	12,0	12,0	11,6	12,6	22,6
Por nível de escolaridade						
Fundamental incompleto	15,5	14,6	15,0	15,1	16,5	27,0
Fundamental comp./Médio incomp.	11,5	10,4	11,5	11,2	11,8	22,5
Ensino Médio completo	6,3	6,2	6,4	6,1	6,7	14,2
Por posição na ocupação						
Empregado Formal	4,5	4,6	4,9	4,7	5,0	10,4
Conta própria/ Empregador	12,1	11,5	12,1	11,7	13,1	23,0
Empregado Informal	16,4	14,5	14,6	14,4	15,4	28,8

**Em Maio de 2020 os dados são da PnadCovid.

Fonte: PNAD Contínua e Pnad Covid/IBGE.

Elaboração: Os autores.

que podemos notar com os dados da tabela 1, produzida pelos autores, é que algumas desigualdades que já estavam presentes antes da pandemia se aprofundaram, especialmente entre mulheres, pessoas com ensino fundamental (EF) incompleto e empregados informais. É imperioso notar que esses perfis se sobrepõem: as mulheres sem ensino fundamental completo em empregos informais são as mais afetadas pelo cenário pandêmico.

Outro aspecto que devemos grifar é a convergência de um processo histórico de flexibilização do trabalho hipertrofiado pela crise, afetando mais o trabalhador informal descoberto da proteção legal. Aspecto que por sua relevância, ganha espaço em uma discussão mais esmiuçada na próxima seção. Se a conjuntura já estava desfavorável aos trabalhadores, o cenário se agrava com a chegada do vírus e se complexifica no contexto brasileiro, no qual o

trabalho formal vem perdendo espaço e direitos gradativamente, ainda mais com a Reforma Trabalhista Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017 e com as medidas desfavoráveis aos trabalhadores do atual governo.⁷

Para exemplificar, no Brasil, atualmente, quase a metade dos trabalhadores ocupados, cerca de 37 milhões, trabalham por conta própria ou não têm contratos formais de trabalho, ou ainda trabalham menos horas do que gostariam e não estão representados por sindicatos. Da mesma forma, 13,8%, 13,1 milhões de trabalhadores estão desempregados, somados a 5,7% que desistiram de procurar um novo emprego. (IBGE 2020,⁸ apud SANTOS e JAKOBSEN, 2020, p. 21).

Comparando com os dados deste ano temos um agravamento neste cenário: 14,4 milhões de pessoas desempregadas no segundo trimestre de 2021, uma taxa de 14,1% de desemprego, um aumento de 1,3 milhões de pessoas. 5,6 milhões de desalentados, ou seja, pessoas que estão fora do grupo considerado “força de trabalho”, mas que são força de trabalho potencial e estão disponíveis ao mercado de trabalho, embora pareça que não buscaram. Além de uma taxa de 28,6% de subutilização, ou seja, pessoas que estão dentro do que é considerado “força de trabalho”, tem alguma ocupação, mas são consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas. Conforme os dados divulgados pelo IBGE em novembro de 2021.⁹

No já mencionado trabalho “Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia”, organizado por Dalila Andrade Oliveira e Marcio Pochmann (2020), os autores examinam o trabalho docente, analisando as redes municipais, estaduais e federais da esfera pública, apresenta-se assim, a lacuna para uma análise acurada do setor privado da educação na pandemia.

A grande parte (84%) dos professores das redes públicas de ensino entrevistados encontravam-se desenvolvendo atividade de ensino não presencial. Apesar das dificuldades já assinaladas, isso mostra a capacidade de adequação dos sistemas de ensino às restrições de circulação de pessoas em decorrência da COVID-19. (OLIVEIRA e JUNIOR, 2020, p. 217).

Os indicadores e as análises da referida publicação são particularizadas na presente tese, por meio de um inquérito laboral com foco na educação infantil e no primeiro segmento do ensino fundamental, em escolas privadas-mercantis localizadas no município do Rio de Janeiro, conforme exposto adiante. Neste levantamento, a pesquisa considerou a

⁷ A seção inicial do capítulo 1 será dedicada a analisar a Reforma Trabalhista Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017 e as Medidas provisórias nº 927 e 936 adotadas em 2020, mediante à crise da pandemia e suas consequências aos trabalhadores da educação.

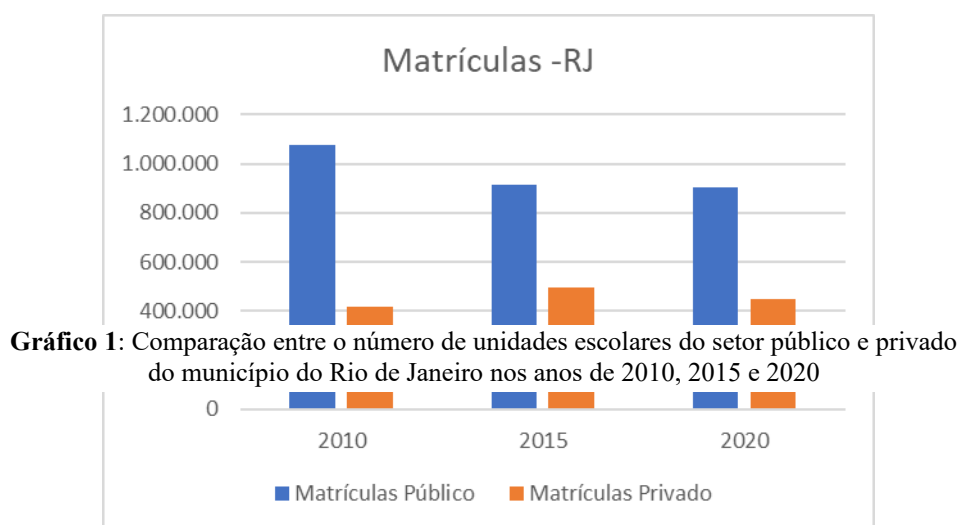
⁸ IBGE 3º trimestre de 2020.

⁹ Disponível em: ibge.gov.br. Acesso em: 08 nov. 2021.

interseccionalidade classe e gênero, compreendendo o limite desta análise, e a relevância de um olhar particular para a questão racial que não foi contemplada.

Justificativa

A relevância da presente tese se funda na necessidade de compreender as configurações mutantes da estrutura educacional e as formas de expropriação e exploração do trabalho no contexto pandêmico. Com o advento da pandemia do vírus SARS-CoV-2, houve mudanças drásticas e aceleradas na vida dos trabalhadores da educação básica, no entanto, não é possível afirmar que foram alterações surpreendentes, visto o contexto preexistente.



Apenas através de investigações consistentes é possível aferir quais alterações decorrem da pandemia e serão passageiras e quais irão penetrar na estrutura produtiva da educação básica. Uma pergunta crucial é: como a injeção de capital fixo (provido por fundos de investimentos e por outras expressões da ‘financeirização’) no redimensionamento de tecnologias como sistemas de ensino e plataformas de trabalho altera as relações de trabalho na educação básica?

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2011, 2016, 2021).

Silva (2018, p. 69), em sua tese de doutoramento, aponta a necessidade de se estudar “à exaustão” as múltiplas formas como o capital se molda à estrutura educacional alterando-a, não sem resistência, o que cria produtos particulares e ainda indefinidos. Compreender a forma como trabalhadores são afetados pelas transformações produtivas na educação básica, concomitantemente, entender como se organizam em resposta a tais mudanças tentando resistir e, conseqüentemente, reconfiguraram tal estrutura, é desafiador, porém também potente e necessário. Observar o presente produzindo análises a partir da história para apontar caminhos possíveis para o futuro.

O gráfico 1 apresenta número de escolas do município do Rio de Janeiro, diferenciadas por categoria “público” e “privado”. O mesmo demonstra um processo de ampliação do número de escolas particulares, interrompido por uma severa retração entre 2015 e 2020, possivelmente em decorrência à crise econômica que já precedia a sanitária, mas reforçado por esta. A queda é de 956 unidades escolas privadas de 2015 a 2020. Enquanto há um leve aumento de escolas públicas neste município desde 2010, tendo 159 unidades a mais em 2020 se comparado com 2010, o que corresponde a aproximadamente 3,7% do total de escolas.

O gráfico 2 apresenta o número de matrículas do município do Rio de Janeiro diferenciadas por categorias “público” e “privado”. O mesmo demonstra uma gradual diminuição das matrículas da esfera pública de 1.074.859 em 2010 a 911.751 em 2015, e 901.769 em 2020, num total de menos 173.090 matrículas. Uma redução consistente. E uma flutuação das matrículas na esfera privada com um leve aumento de 2010 para 2015

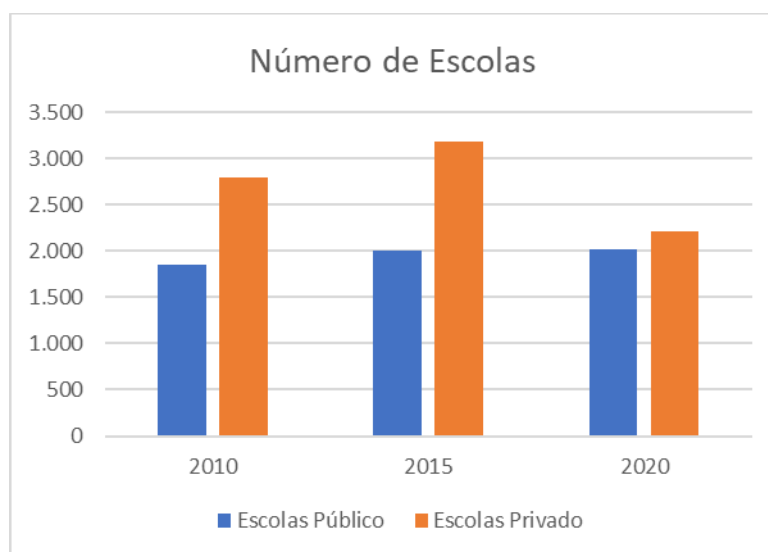


Gráfico 2: Comparação entre o número de matrículas dos setores público e privado do município do Rio de Janeiro nos anos de 2010, 2015 e 2020

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2011, 2016, 2021).

(77.379 matrículas a mais), e uma leve diminuição de 2015 a 2020 (43.985 matrículas a menos), sendo a diferença entre 2010 e 2020 de 33.394 matrículas a mais. A observação dos dois gráficos permite concluir que a forte queda do número de escolas privadas (956 unidades) não foi acompanhada da queda de matrículas na mesma proporção, sugerindo avanço no processo de concentração do setor privado; ao contrário, a maior queda de matrícula se deu no setor público.

Apesar do país estar sofrendo uma mudança no padrão demográfico, segundo Alves (2020), com uma diminuição da natalidade e uma leve tendência ao envelhecimento, sendo essa certamente uma das causas da diferença entre matrículas de 2010 a 2020, no entanto, não é a única e, tampouco, a mais significativa. Provavelmente as causas para isso são múltiplas, como o fim do auxílio Bolsa Família, e a própria pandemia com o estabelecimento do ensino remoto, de maneira desorganizada e não inclusiva principalmente na esfera pública. Não será possível, no entanto, responder esta pergunta com algo além de hipóteses, pois as investigações desta tese seguirão outros rumos.

O “movimento” do gráfico das escolas privadas em paralelo com a relativa manutenção do número de matrículas nesses estabelecimentos nos traz indagações sobre as causas da variação no número de escolas. Pode-se inferir que a causa não é diretamente o aumento de demanda ou número de estudantes, e ao analisar o contexto, é possível associar, portanto, a flutuação no número de escolas privadas a causas econômicas, desvinculadas ao processo educacional. Diante disso surge a seguinte pergunta: Como isso afeta a/os professora/es?

A expansão privada-mercantil de escolas no Rio de Janeiro confere metamorfoses ao trabalho docente. O interesse da pesquisa é examinar, prioritariamente, os grupos com fins propriamente mercantis. Para isso, apresento um panorama geral da mercantilização da educação básica, em específico a presença de escolas desses grupos no RJ e, ao final, traço considerações sobre o trabalho nessas unidades. A expressão da educação privada no município do Rio de Janeiro não é numericamente desprezível nem em relação ao número de matrículas, tampouco em relação ao número de escolas. Muitos são os profissionais vinculados a tais instituições. Tornando a avaliação deste contexto específico não apenas um motivo interessante, mas relevante.

Visto a atualidade do contexto, e apesar da abundância de estudos sobre o “tempo da pandemia”, há uma lacuna de produção de pesquisa sobre o significativo setor privado. Segundo dados do IBGE de todo Brasil, em 2018, o ramo da educação possui 106.939 empresas (destas 2.217, no Rio de Janeiro), com 1.238.505 pessoas ocupadas, sendo 1.067.016 assalariadas, com uma média salarial de dois salários mínimos.¹⁰ Esses valores aumentaram desde 2016, quando havia 101.309 estabelecimentos e 1.159.783 pessoas ocupadas, demonstrando a expansão mercantil sobre o campo educacional.

Costa (2020) em sua dissertação de mestrado apresenta a ramificação do setor empresarial do Ensino Superior à Educação Básica.

O Acordo Geral de Comércio e Serviços pela Organização Mundial do Comércio (OMC) firmado na década de 1990 demarca dois grandes processos no setor educacional: o primeiro foi a oligopolização, a partir de aquisições e fusões de empresas e grupos atuantes na educação; o segundo, a transformação da educação em mercadoria na bolsa de valores através de ativos. (COSTA, 2020, p. 43).

Figura 1: Principais grupos empresariais da educação básica no Brasil



Fonte: Costa (2020, p. 46).

¹⁰ O valor médio anual utilizado para o salário mínimo foi de R\$ 954,00. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2018.

A tais grupos, hoje, seria necessário incluir o grupo Raiz Educação, que, em especial no Rio de Janeiro vem crescendo tendo incorporado 11 instituições, as quais chama de “marcas” em seu site: Colégio Ao Cubo, Colégio Leonardo da Vinci, Colégio Qi, Qi Metropolitano, Creche e Escola Ipê, Escola Sá Pereira, Grupo Unificado, Matriz Educação, Escola SAP, Sunny Days Creche e Escola, Creche-Escola Bom Tempo

Estes grupos, principalmente os que já possuem experiência com o mercado financeiro internacional, imprimem abruptamente uma cultura empresarial capaz de profissionalizar a mercadoria educação a um nível jamais pensado. (COSTA, 2020, p. 52).

O uso do termo “marcas” para se referir a escolas endossa a reflexão de Costa (2020), pois o que possui marca é um produto comercial, uma mercadoria. Por exemplo é o que ocorre com o grupo empresarial Raiz Educação, que se coloca como um shopping que aglutina diversas marcas sob a mesma gestão. Segundo o site do grupo empresarial

A Raiz Educação tem como objetivo unir o melhor do setor educacional às práticas de gestão empresarial mais modernas e atuais, permitindo que as instituições que integram nosso grupo transmitam conhecimento da melhor maneira possível. (Site do grupo Raiz Educação).¹¹

Quais seriam as “práticas mais modernas e atuais de gestão empresarial” se não novas formas de exploração do trabalho? Assim, mantém-se as propostas pedagógicas de cada instituição sob uma mesma gestão empresarial de seus trabalhadores. A expansão mercantil amplia os mecanismos de apropriação privada ao ‘fundo público’, desde retomada do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), em novos termos, ampliando-o para a educação básica, até propostas de adoção de vouchers educacionais. Com o foco em formação utilitarista direcionada a um “trabalho simples” da juventude. (COSTA, 2020).

Este mercado é jovem e crescente, com acentuado crescimento nos anos de 2018 e 2019 (COSTA, 2020). Isso faz com que a repercussão de suas aquisições no campo educacional esteja sendo sentida pelas trabalhadoras da educação aos poucos. E não haja ainda elaboração sobre como tal interferência transforma a vida destas profissionais.

Entendemos que a identidade de classe dos trabalhadores é um processo forjado em meio a um constante recurso às memórias, de subordinações e de lutas. Por tudo isso, a reflexão sobre a trajetória histórica dos trabalhadores e seus sindicatos no Brasil mantém-se como objetivo importante. (MATTOS, 2003, n.p.).

É a fim de compreender como mulheres, trabalhadoras da educação sob o controle empresarial sofrem e sentem os efeitos da pandemia que esta tese se constrói. “Podíamos casar, podíamos trabalhar como empregadas e podíamos nos tornar professoras de escola.”

¹¹ Disponível em: <https://raizeduacao.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 03 jan. 2022.

(bell hooks, 2017, p. 10) Essa é a perspectiva profissional apresentada por bell hooks como menina negra estadunidense. Aqui não seria tão diferente, segundo o Censo Escolar de 2020, as mulheres são maioria no cargo docente na educação básica.

Na **educação infantil**, as mulheres representam **96,4%** das profissionais; nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, correspondem, respectivamente, a **88,1%** e 66,8%; e, no ensino médio, elas representam 57,8% do total de docentes. É notável a acentuada concentração de mulheres nos dois primeiros segmentos, os mesmos com piso salarial mais baixo, mais desvalorizados portanto, com trabalho mais invisibilizado e por outro lado com uma enorme responsabilidade. (Ministério da Educação, 2021).¹²

Desta maneira se define nesta tese a prioridade e o interesse em olhar para as professoras dos primeiros segmentos. Em primeiro lugar, pois são em sua maioria mulheres; em segundo lugar, pois possuem os menores salários; em terceiro lugar por ser o segmento que mais sofreu pressão da sociedade civil para o retorno presencial, embora o que menos tenha condições de seguir os protocolos sanitários em relação à contaminação da covid-19, em quarto lugar por serem segmentos em que as crianças possuem menos autonomia em relação ao uso dos dispositivos de comunicação necessários para aula on-line, conseqüentemente os segmentos com maior demanda de intervenção das professoras para que o trabalho fosse realizado e maior exposição do trabalho docente aos responsáveis.

A definição do recorte geográfico da pesquisa possui motivos extremamente práticos, é o município em que moro, trabalho e possuo uma rede maior de contatos, o que tornou possível a parte empírica da pesquisa. Todavia, é também um município em que a educação privada é significativa. Compreende-se que no contexto da pandemia, as condições de trabalho dos docentes do setor privado foram redefinidas pelo patronato, conformando novas formas de intensificação do trabalho e de expropriação do conhecimento, redimensionando as formas de subsunção real ao capital. Esse que por sua vez atua na perspectiva de introduzir novas formas e meios de exploração e expropriação do trabalho, especialmente por meio das mediações tecnológicas.

Objetivo geral

Identificar e analisar mudanças nas formas de exploração do trabalho docente na educação privada-mercantil, no contexto pandêmico de 2020 e 2021, a partir da reforma trabalhista de 2017.

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/conheca-o-perfil-dos-professores-brasileiros>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Objetivos específicos

- Investigar as condições de trabalho e de vida das docentes que atuam na educação básica privada-mercantil, especificamente EI e EF I, no contexto da pandemia do vírus SARS-CoV-2.
- Analisar, nos depoimentos das professoras, a experiência de trabalho no contexto da pandemia focalizando a consciência social relacionada com o trabalho.
- Caracterizar como as corporações concebem o perfil desejado da trabalhadora docente, especialmente a partir da pandemia e dos novos marcos de flexibilização da legislação trabalhista.
- Investigar as normas estaduais e municipal relativas ao período de pandemia que dispõem sobre o trabalho docente nas escolas privadas do município do RJ, assim como as resistências e críticas das entidades sindicais.
- Identificar os conflitos de maior visibilidade na relação capital-trabalho do trabalho docente na educação infantil e fundamental I.
- Conhecer e analisar as preocupações sobre as condições laborais e as formas de resistência das (os) trabalhadora (es) da educação infantil e fundamental I.
- Verificar a ação sindical frente aos conflitos trabalhistas e à defesa da garantia de condições de trabalho que protejam a vida dos docentes.
- Examinar a percepção das trabalhadoras da educação básica (segmentos infantil e fundamental I) quanto a representação e respaldado aos seus anseios de dignidade profissional pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SinproRio).

Estrutura dos capítulos

A pesquisa parte da construção teórica da categoria trabalho, sua materialização na história recente do Brasil através de determinados marcos legais. Em decorrência do objeto, a pesquisa aprofunda o estudo das condições do trabalho docente. A partir do estudo histórico, guiado pelas preocupações da problemática da pesquisa, a investigação aborda os conflitos capital-trabalho no contexto de redimensionamento da crise em 2020, combinando expressões das crises política, ética e sanitária advinda da pandemia de covid-19 que, combinadas, denotam o aprofundamento da autocracia burguesa e o recrudescimento das ofensivas contra os direitos e a dignidade do trabalho, potencializada pela contrarreforma trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467, que altera as leis trabalhistas) e pelas novas proposições em discussão no

Congresso Nacional (Medida provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021¹³), que ampliam a flexibilização dos direitos trabalhistas.

A partir do quadro teórico e analítico das mudanças recentes na legislação trabalhistas e de indicadores da situação do trabalho, a investigação focaliza o trabalho docente, colocando em relevo a imbricação da exploração e das opressões de classe e gênero presentes nas modificações conjunturais da regulação do trabalho docente no contexto pandêmico e os nexos com as mudanças estruturais (legais) apontadas. A investigação revisita a discussão sobre as expressões da proletarização do trabalho docente, atualizando aspectos conceituais, partindo de diferentes perspectivas, análises contemporâneas, somando por fim a análise da conjuntura pandêmica e uma proposta interpretativa. O segundo capítulo será o desenvolvimento das especificidades do trabalho docente, adotando autoras contemporâneas do campo educacional como Amanda Moreira e Kênia Miranda, além de materiais recentes sobre a situação do trabalho docente no Brasil em tempos de neoliberalismo e durante a pandemia. Fontes como o Censo da Educação Básica do INEP, estudos sobre a pandemia publicados pelos boletins da Fiocruz, incorporadas nas estratégias de pesquisa.

Para produzir uma reflexão mais acurada e próxima da realidade será feito uma pesquisa empírica através de entrevistas anônimas com profissionais que tiveram suas casas transformadas em sala de aula e o medo de morrer pareado com o medo de perder o emprego. Para tanto, serão enviados formulários *google* através de grupos de professores de *WhatsApp*, e *e-mail*. O público-alvo será de professoras e professores de escolas privadas do Rio de Janeiro. Além disso, para melhor compreender a investida do capital sobre o trabalho docente durante a pandemia,¹⁴ serão feitas entrevistas semiabertas com professoras da educação infantil e fundamental I de escolas privadas de três grupos empresariais.

Assim, o terceiro capítulo será o espaço para a análise dos resultados obtidos nos formulários, do relatório “Docência na educação básica privada em tempos de pandemia” da Grupo de Estudo sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO), e do resultado das repostas ao formulário “Como estão as professoras (es) em tempos de pandemia?” e das entrevistas, atravessados pelas categorias de análise previamente construídas e contextualizadas nos capítulos anteriores.

¹³ A Medida Provisória MP.1045 - Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, também foi chamada de “mini-reforma trabalhista”, por representar uma grave forma de retirada de direitos dos trabalhadores, não tendo sido a única ofensiva de Bolsonaro. No capítulo 2, são sistematizadas na tabela 2 “Quadro geral de medidas econômicas do governo Bolsonaro 2019-2021”, (página72) algumas medidas relevantes em relação a retirada de direitos dos trabalhadores.

¹⁴ O formulário base é apresentado na metodologia.

Dessa maneira, pretende-se concluir a tese trazendo um panorama das configurações do trabalho docente no contexto da pandemia, a definição do estado dessas trabalhadoras após a experiência do trabalho nos anos de 2020 e 2021, em toda sua metamorfose.

Metodologia

Observações teóricas e epistemológicas sobre o método

A tese se insere numa perspectiva materialista histórica, dialética. Isso significa que procuro ir do geral (expresso na problemática teórica da pesquisa) ao particular (apreendendo as mediações e determinações concretas) para, assim, buscar compreender e explicar a realidade, ou sua síntese “no plano do pensamento” mais próxima possível do real.

No caso desta tese, o geral é a relação capital-trabalho e os nexos entre o processo do capital e a educação; o particular, o trabalho docente de professoras de escola privada durante a pandemia, os conflitos entre as instituições, o Estado e as educadoras; e as resistências.

A história, neste contexto, não se resume a apenas um conjunto de fatos passados, mas a construção de uma outra perspectiva ao presente. De forma geral, a história traz a perspectiva de seu “contador”, e tal “contador” é quem possui o poder de falar e ser ouvido. Desta forma, a versão hegemônica das narrativas sobre a história não é a versão de quem constrói a história com o próprio labor.

Portanto, deve-se iluminar o passado que se deseja reconstruir, a história dos oprimidos, entender que “história” não é apenas o estudo do passado (aquele que nos é apresentado)

O materialista histórico não pode prescindir de um conceito de presente que não é passagem, mas no qual o tempo se fixou e parou. Porque esse conceito é precisamente aquele que define o presente no qual ele escreve a história para si. O historicismo propõe a imagem “eterna” do passado; o materialismo histórico faz desse passado uma experiência única. Deixa aos outros o papel de se entregarem, no bordel do historicismo, à prostituta chamada “Era uma vez”. Ele permanece senhor de suas forças, suficientemente forte para destruir o contínuo da história. (BENJAMIN, 2013, p. 19).

Pretendo escrever uma história da perspectiva das professoras, para elas, com elas, por nós. “Ser uma pessoa ‘de dentro’ produz uma base rica, valiosa em pesquisa baseada em sujeitos.” (KILOMBA, 2019, p. 83, grifo da autora) Questionar as inevitabilidades historicistas defendidas por órgãos públicos, veículos midiáticos, órgãos internacionais, acerca do trabalho docente. A história apresentada por tais veículos hegemônicos é, em geral: “Era uma vez uma excelente professora na pandemia que se esforçou muito e conseguiu ensinar aos seus alunos. Assim que foi permitido ela retornou ao trabalho presencial.” Como

na manchete de 20 de outubro de 2021 do Portal de Notícias R7: “Volta às aulas: escolas focam no acolhimento e cuidado emocional. Professores estão atentos ao comportamento dos alunos neste momento de retomada das atividades presenciais”.¹⁵ No entanto, não é este o prisma da narrativa apresentada pelas professoras.

Quero apresentar a fala das “subalternas”. Entendendo que tais discursos não são “informação privada”, não são “queixumes” ou reclamações pessoais, são relatos da exploração que se repetem, entrelaçam e ora também se distanciam (KILOMBA, 2019). Identificar quais são os produtos da exploração antes da pandemia, o que se aprofundou neste contexto e o que foi alterado a partir deste marco são alguns dos desafios da análise desta tese.

A única maneira possível de se apropriar ativamente do mundo exterior, do “real”, é a partir de um relacionamento ativo, do diálogo. (THOMPSON, 2021, p. 69). É no diálogo com a realidade que baseio esta tese. A análise e o pensamento científico estão sujeitos aos limites da realidade, caso se distanciem desta os argumentos desmoronam a qualquer exame atento.

Considerarei o evento da pandemia sobre o trabalho docente na vida destas mulheres como uma *experiência*, utilizando a categoria de Thompson (2021, p. 28): “uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, pois abrange a resposta mental e emocional, de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos eventos inter-relacionados”.

A pandemia é o evento que chega a todes, e em particular às professoras de escolas privadas. Como cada uma atravessou esse evento e o que há em comum em todas as narrativas é a “*experiência*” que se apresentará e sua análise enquanto fenômeno social é relevante e o motivo desta tese, pois compreende-se que tal *experiência* foi capaz de produzir alterações na consciência social existente.

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. (...) Diante dessas experiências gerais, antigos sistemas conceituais podem ruir e novas problemáticas insistir em impor sua presença. (THOMPSON, 2021, p. 30).

Como foi a experiência da pandemia sobreposta ao trabalho docente? Quais alterações ela produziu? São questionamentos a serem respondidos na análise dos discursos das entrevistadas. É importante revisar a história a partir de categorias robustas de análise, mas também é imprescindível revisar as categorias a partir da história, ou seja, da realidade.

Segundo Gonzalez (2020) é importante assumir um envolvimento com a pesquisa, encarando que a emoção e a subjetividade “

¹⁵ Portal R7, matéria de Karla Dunder, publicada em 20/10/2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/volta-as-aulas-escolas-focam-no-acolhimento-e-cuidadoemocional-2010-2021>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Com o percurso de investigação a tese pretende compreender como as transformações em curso no sistema de acumulação neoliberal reconfiguram o trabalho docente que está inserido nos circuitos de extração de mais-valia, compreendendo as particularidades destes trabalhadores, ampliando suas vozes, apresentando suas narrativas desta história recente que é o trabalho docente na pandemia e iluminando perspectivas de luta e resistência.

Para construção deste caminho será realizado um esforço teórico de contextualização histórica e aprofundamento de conceitos, problematizando diferentes narrativas. Como categoria central da análise o “trabalho” abre o primeiro capítulo com enfoque na realidade brasileira. A análise se constrói a partir do conceito geral, na ótica marxista, adotando além de Marx, Ricardo Antunes como um dos principais interlocutores e analistas do trabalho no Brasil contemporâneo, e se particulariza na legislação nacional, o recorte temporal foca no período após 2016 após a retirada da presidenta Dilma Rousseff até 2021, o fio condutor é a crescente definição de um modelo neoliberal extremo, com enfoque na Reforma trabalhista de 2017, e as normas decretadas no estado de emergência em 2020, por Jair Bolsonaro, e é traçado um paralelo com a Constituição Federal de 1988. A relação capital-trabalho, será apresentada de forma ampla, mas sem perder o foco nas especificidades do trabalho docente de professores da educação básica privada.

Para compreender as condições de vida e as condições de trabalho dos docentes, assim como as expressões de sofrimento laboral, foram realizados questionários que abordam diversos aspectos da vida laboral e sindical, através de formulários Google anônimos, enviados essencialmente via *WhatsApp* visando alcançar professores da educação básica do município do Rio de Janeiro da rede privada.

O questionário possui 43 perguntas objetivas, algumas com opção de justificar, totalizando 50 questões e leva em torno de 5 minutos para responder caso a pessoa não justifique. O questionário contém quatro eixos principais: 01- perfil docente; 02- condições de trabalho na pandemia; 03- Sentimento em relação ao trabalho; 04- Organização da categoria e relação com sindicato. E foi enviado a grupos de professores, sem restrições para que pudesse circular mais, então há respostas de professoras e professores de todos os segmentos e de todos os sistemas de ensino do município. Mas com essas respostas é possível fazer uma análise comparativa, observando os resultados gerais e particulares, a partir do perfil apresentado.

Além do questionário *on-line*, foram feitas entrevistas semiabertas com professoras dos primeiros segmentos de três grupos empresariais: Bahema, Raiz Educação e Eleva. As entrevistas partiam da pergunta “Como foi ser mulher e professora na pandemia?” e apenas

fazendo breves mediações para definir marcos temporais importantes destes anos de 2020 e 2021. Tais marcos foram: o início das aulas remotas; o retorno à sala de aula e o ensino híbrido¹⁶; e a vacinação.

Os critérios para seleção de entrevistadas eram: ser mulher e professoras dos primeiros segmentos de escolas dos grupos citados acima. Visto o clima de tensão e medo do desemprego no cenário pandêmico acrescido do trabalho intenso de final de ano, as professoras entrevistadas foram as únicas que se disponibilizaram a dar entrevistas. Os contatos foram feitos mediante outras (os) professores de suas instituições, essa mediação de pessoas as quais elas já confiavam facilitou a participação nesta investigação. As mesmas tentaram contato com outras profissionais da mesma área e instituição sem sucesso. Todas estavam cientes da temática da tese e da garantia de seu anonimato.

A narrativa livre apresenta o que mais foi significativo ao sujeito, assim, tudo o que foi falado é relevante. Desta forma, os relatos deram conta de todos os temas interessantes à esta análise, tais como: o tempo de trabalho, a estrutura física e tecnológica, a sobreposição entre casa e trabalho tanto o ponto de vista espacial como temporal, os ajustes ao trabalho remoto, as condições novas criadas pelo contexto pandêmico, o que foi temporário e o que permanece. Apenas, no caso da organização de resistências foi necessário pontualmente fazer algum questionamento como “Houve alguma forma de organização dos professores? E como é sua relação com sindicato?”

O projeto foi submetido ao comitê de ética do CFCH/UFRJ, aceito para análise em 02 de setembro de 2021 e aguarda aprovação. Todos os participantes consentiram com a pesquisa e suas identidades serão preservadas.

A proposta da análise dialética é a superação tanto da análise fragmentária de uma análise limitada ao empiricismo, quanto da análise generalista abstrata. Consiste em, a partir da interpelação de “dados comuns” da realidade (no escopo da problemática da pesquisa), elaborar um concreto pensado, ainda preliminar, capaz de produzir categorias centrais, que, como salientado, ainda são generalizações abstratas e não dão conta de explicar o real em suas múltiplas determinações (o cerne da análise dialética materialista se distancia da análise dialética idealista neste patamar).

¹⁶ Ensino híbrido é um conceito da área pedagógica, que compreende um planejamento que combine trabalho presencial e remoto, de forma a utilizar o maior potencial de ambos. Sem abrir para análise crítica deste método, é apenas importante esclarecer que embora assim tenha se identificado, não foi o que aconteceu. A forma de lecionar no retorno das aulas presenciais ainda no auge da pandemia, era a concomitância das duas formas de ensino, presencial e remoto, com a manutenção de atividades nas plataformas.

Entende-se que há determinações ímpares (particulares a questão docente de escolas privadas) que trarão maiores definições à questão capital-trabalho que é tanto geral, como particularidade em suas diversas formas. Portanto, deve-se realizar um retorno à materialidade — exemplo: estudo de caso, entrevistas (neste caso com entrevistas objetivas, e análise de atas de assembleias) — que permitirá, em um momento seguinte de reflexão, a análise mais profunda dos nexos entre o geral e o particular por meio da síntese.

A perspectiva do caso, através do recorte das entrevistas, traz a informação empírica que necessita de embasamento e contextualização, mas é fundamental para construção de conhecimento, é parte de um todo, que ajuda a entendê-lo, pois contém suas determinações, embora envoltas em particularidades. No entanto, o caso não condiz com uma abordagem utopista, não serve de modelo a ser replicado indiscriminadamente, como pode ser erroneamente confundido, visto que o “utopismo” trata o caso como modelo ideal e replicável, e, portanto, é incompatível com a abrangência da análise dialética da realidade, que pressupõe a devida mediação dos fatores sociais particulares que compõe o todo (MÉSZÁROS, 2006).

O recorte da pesquisa, a partir de contextualização histórica, formulários, entrevistas e análise de materiais produzidos em uma dada circunstância, como leis e programas, possibilitam a aproximação da pesquisa com o real particular. A compreensão de que o caso é uma realidade típica, que se repete em diversos contextos semelhantes, (Fernandes, 1978) e interage com outras dimensões da vida, dialeticamente, política, social e econômica, tornam a análise mais acurada, propositiva e implicada com a realidade numa perspectiva da totalidade.

Como lentes de análise pretende-se usar o conceito de “capitalismo dependente” de Florestan Fernandes (1976) e a “crítica da razão dualista” de Francisco Oliveira (2003), a fim de eliminar o máximo possível a lógica dualista da análise e compreender que o arcaico e o moderno coexistem simbioticamente em nossa sociedade. E, ainda, para realmente avançar no entendimento desta relação, intenta-se desfazer da história tradicional e voltar o olhar para os despojos do progresso, como nos insta Walter Benjamin (2013).

Observar como a ordem do discurso dominante se camufla e se consolida, a partir mesmo de propostas contra hegemônicas é uma das pretensões deste estudo. Para tanto, serão utilizados aportes da análise crítica de discurso (ACD) tanto a análise dos formulários bem como a documental (FAIRCLOUGH, 2016).

Compreende-se que as mudanças sociais e culturais estão relacionadas dialeticamente às mudanças no uso da linguagem. Tal abordagem enfatiza que os discursos carregam as representações de como as coisas são, têm sido, e o imaginário de como serão, sendo ainda

um sistema aberto, flexível e composto por interações concretas, gera a reflexão de que a configuração específica assumida pelo discurso numa rede de práticas sociais representa uma estruturação social particular. (FAIRCLOUGH, 2016).

A ACD tem respaldo na ideia de que na ordem socioeconômica do capitalismo atual, apesar da determinação econômica, a complexificação da superestrutura política ideológica (normas, religiosidade, cultura etc.) atribui ao discurso maior importância sobre a manutenção do mesmo sistema do que no passado, sendo assim importante o domínio da ACD para a compreensão das transformações do capitalismo e suas faces particulares.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social, que direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação o mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 91).

Novamente a compreensão dialética da realidade é fundamental à ACD, a qual se compreende o discurso como tridimensional: texto, prática discursiva e prática social.

Figura 7: Dimensões do discurso

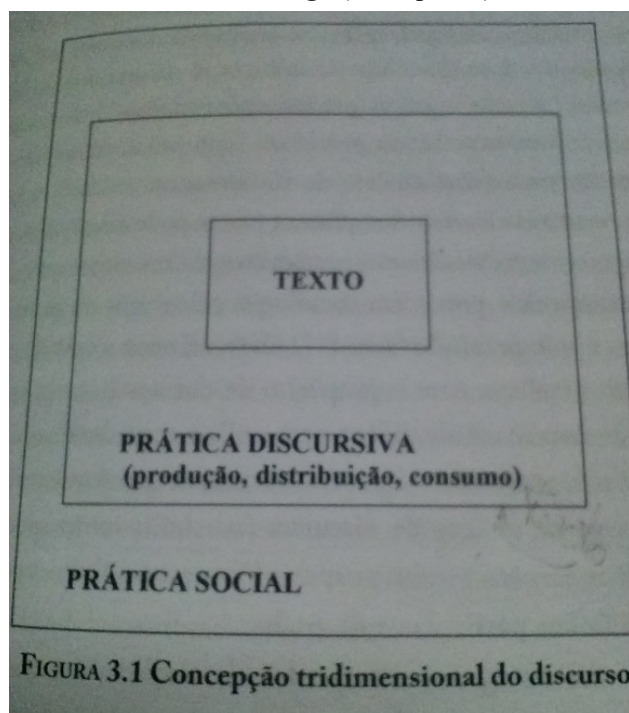


Fonte: elaboração própria.

Fiz esse esboço de esquema para representar as relações imbricadas mas não necessariamente horizontais destas três dimensões do discurso para Fairclough (2016), embora diferente do esquema do mesmo autor que coloca uma dimensão inserida na outra.

Figura 11: Dimensões do discurso (versão Fairclough)

Fonte: Fairclough (2016, p. 105).



O texto é o mecanismo como a prática social ganha sua forma discursiva, por isso minha representação esquemática, em que o texto (falado, escrito ou imagético) é quem constrói o caminho, é o que cria o espaço da prática discursiva no âmbito da prática social. Segundo o autor: “Ao usar o termo ‘discurso’ proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais.” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94).

Essa consideração implica em compreender que o discurso pode tanto agir sobre o mundo (incluindo pessoas) quanto representá-lo. E sendo o mesmo uma prática que faz parte de uma estrutura social, “é tanto uma condição como um efeito” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95) desta. Dialeticamente, “o discurso é moldado e restringido pela estrutura social” como “é socialmente constitutivo”, (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95) ou seja, contribui para constituição da própria estrutura da qual faz parte.

Compreender que “a prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional quanto criativa” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 96), ou seja, capaz de reproduzir as estruturas sociais, mas também contribui para transformá-las é uma noção cara a esta pesquisa, pois ajuda a verificar que no discurso de uma mesma mulher haverá estas duas dimensões. Cabe a mim identificá-las.

Outro aporte fundamental da ACD é a compreensão do discurso como prática política, delimitado por espaços de poder e mecanismo de disputa de poder dentro destes espaços, assim, o discurso pode ser usado tanto para manter as relações de poder estabelecidas (através

de mecanismos ideológicos que naturalizam as contradições que se expõe) como para disputar o poder, sendo um mecanismo de manutenção e disputa de hegemonia.

A ACD focaliza processos de produção, distribuição e consumo textual. “A parte do procedimento que trata da análise textual pode ser denominada ‘descrição’ e as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise da prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas ‘interpretação’.” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 105, grifo do autor). Assim, no capítulo 3 farei uma exposição dos resultados do levantamento empírico, algumas descrições e deixarei as interpretações para a conclusão.

A análise textual pode ser organizada em seis itens: vocabulário, gramática, coesão, estrutura textual, força, coerência e intertextualidade. Uma contribuição fundamental da ACD, é compreender, através da análise do texto, como a prática discursiva é constrangida pela estrutura social por um lado e o quanto a pressiona por outro (FAIRCLOUGH, 2016).

Propostas de análise

Estima-se que a pesquisa contribuirá ao campo de debate acadêmico sobre o tema “proletarização do trabalho docente”, e principalmente produzirá uma imagem de uma categoria pouco valorizada que é a categoria docente e dentro desta, de um segmento invisibilizado que é a educação infantil e fundamental I, identificando este recorte de segmento com o recorte do gênero o qual já é sobreposto pelo perfil da categoria.

A proposta de trazer narrativas das professoras que experienciaram o trabalho docente na pandemia sobreposto temporal e espacialmente pelo trabalho doméstico possui uma intencionalidade, não de torná-las objetos coisificados de pesquisa, mas sim sujeitos. Sujeitos dotados de diversos saberes que costuram a empiria, ao conhecimento teórico que cada uma possui com a agulha da fala livre que traz sensações, e sentimentos como as cores desse tecido que é a narrativa. Constrói-se então *outra racionalidade* (GONZALEZ, 2020, p. 44), banhada de subjetividade, mas não destituída de embasamento teórico e prático, pelo contrário, partindo desses.

Todas as entrevistas se iniciaram com a pergunta “Como foi e está sendo, ser mulher e professora na pandemia?” Para orientar a construção da narrativa usei marcos temporais, os quais foram: início da pandemia, retorno presencial, e vacinação até hoje. As falas foram fluidas e quase ininterruptas, exceto por algumas pausas, e algumas concordâncias de minha parte. Mas a marca da entrevista é a escuta ativa, para reforçar a voz das entrevistadas, o que interessa é a sua fala. “O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutoras/es.” (KILOMBA, 2019, p. 42).

Nesta dialética se constrói a quebra do silêncio sobre aspectos centrais na vida dessas trabalhadoras, que relatam como foram ouvintes acolhedoras durante todo esse tempo, mas precisam falar. A fala vem então do ponto de vista da margem. “Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida”. (KILOMBA, 2019, p. 42).

A narrativa traz uma outra forma de racionalidade permeada de subjetividade e emoção — que não poderiam deixar de ser expostas neste momento delicado. Eu, sendo parte desta narrativa trago um olhar mais profundo da realidade apresentada, pois compreendo cada fala, e à medida que escuto, meu consentimento explícito no olhar (seja ao vivo ou através da tela) abre mais uma porta para a entrega de um relato sincero e denso que alcança diversas camadas dos sujeitos. “Ser uma pessoa ‘de dentro’ produz uma base rica, valiosa em pesquisas centradas em sujeitos.” (KILOMBA, 2019 p. 83).

No capítulo que concerne à compreensão do desenvolvimento do trabalho no Brasil, irei pontuar aspectos da CLT, a Constituição Federal de 1988, especialmente os artigos referentes ao direito trabalhista e à Lei nº 13.467, promulgada em 13 de julho de 2017, também chamada de “Reforma trabalhista”, embora aqui compreenda-se como uma “contrarreforma”. Incluirei, subsidiariamente, o olhar externo da OIT sobre o trabalho no Brasil.

No capítulo sobre o trabalho docente, serão analisados artigos referentes à educação, determinações de piso salarial, lei do piso, além de traçar análises utilizando materiais produzidos recentemente sobre o impacto da pandemia sobre o trabalho docente.

Há duas formas de levantamento empírico, os formulários *Google*, majoritariamente objetivos e realizados de forma virtual através do encaminhamento de um link, e entrevistas semiabertas que ocorreram através da ferramenta “*google meet*” ou chamada de *WhatsApp* (em uma única circunstância, por ocasião de queda de energia da minha residência em função de chuvas fortes na cidade do Rio de Janeiro e a entrevista já estava marcada), ou presencial com uma das docentes com quem consegui essa disponibilidade do encontro presencial. Em ambos os casos as identidades serão preservadas.

O recorte da análise, como exposto, foi de docentes da educação infantil e do fundamental I, da rede privada do município do Rio de Janeiro, compreendendo que estes foram os segmentos que mais sofreram pressão social da grande mídia, pediatras de referência midiática e parentais de classe média e média alta, para o retorno presencial e para um

atendimento remoto emergencial de “excelência”, por um lado, e por outro o segmento em que o público possui menos autonomia.

Desde o início da pandemia pelo novo coronavírus, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) tem se manifestado a respeito dos problemas relacionados à educação de crianças e adolescentes, no contexto dessa crise sanitária, acompanhando, discutindo e propondo medidas que mitiguem as repercussões na saúde física e mental, assim como no processo de ensino e aprendizado dos estudantes. Embora tenha sido decidido o fechamento prolongado das escolas a partir das recomendações de distanciamento social e visando prevenir adoecimento nessa importante parcela da população brasileira, essa medida tem causado imenso prejuízo para as crianças, para os adolescentes e suas famílias. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2021).¹⁷

A nota acima é um exemplo de como a sociedade civil, por diferentes mecanismos ideológicos, produzidos por diferentes aparelhos privados de hegemonia, pressionou à reabertura das escolas. A pressão arrefeceu, todavia quando as escolas privadas reabriram mesmo com a manutenção do ensino remoto na esfera pública.

Por outro lado, este recorte etário de alunado apresenta as maiores dificuldades de desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem de forma remota e virtual, o que torna o trabalho dessas professoras mais desafiador. Soma-se a isso o padrão salarial mais baixo para tal segmento. É a combinação entre maior pressão e maior desafio que produzem um quadro particular que desejo olhar mais de perto.

O questionário irá criar um perfil desse quadro profissional, identificando gênero, raça (perfil sociológico), filhos, e condições privadas de realizar as novas demandas profissionais, além do apoio da instituição e do sindicato. Outro fator importante que marca o recorte da pesquisa é a condição privada da escola.

¹⁷ Nota complementar *Retorno Seguro nas escolas*, Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), 26 de janeiro de 2021.

1 AS METAMORFOSES DO TRABALHO E SEU REFLEXO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

1.1 Apresentação do capítulo

Trabalho e classe trabalhadora são categorias centrais da presente tese, sendo o foco da análise os conflitos presentes na prática de profissionais da educação, professoras da rede privada de ensino no Rio de Janeiro durante a pandemia de covid-19. Como as circunstâncias pandêmicas afetam os profissionais da educação, mais precisamente as professoras? A investigação contempla dois planos. Os docentes serão considerados como todos os trabalhadores que se encontram em uma situação de extrema insegurança exercendo um trabalho multifuncional.

Em decorrência do caráter emergencial da situação, sem formação e em condições precárias, tanto de infraestrutura material como emocional. Especificamente, a particularidade do labor docente, em escolas sob a égide do capital, considerando as interconexões entre docência, trabalho no espaço privado, cotidiano da vida privada — tudo isso imbricado com a condição de ser trabalhadora.

Assim, este capítulo ganha corpo a partir da compreensão da categoria trabalho, e as formas que esta assume na configuração da sociedade capitalista, as regulações mediadas pelo Estado e logo suas transformações recentes no Brasil e no mundo. Como base serão analisadas leis trabalhistas do contexto nacional recente desde 1988. Tais análises possuem suporte teórico marxista, com uso de autores como Marx e Gramsci, David Harvey, István Mészáros, Florestan Fernandes, Marcelo Badaró de Mattos, Ricardo Antunes, Ludmila Abílio, Amanda Moreira e Kênia Miranda.

1.2 Trabalho como categoria

Trabalho, se compreendido de maneira complexa, como a forma em que um sujeito ao transformar seu ambiente, transforma-se a si próprio, é algo inerente ao humano. E a partir do trabalho social, mediado pela linguagem, sobrevivemos e prosperamos neste planeta, até agora.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e

natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, O Capital, Livro I, 1985, p. 50, grifo nosso).

Ou seja, a produção e reprodução da vida humana é realizada através do trabalho. “O trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; (...)”. (ANTUNES, 2015, p. 170). No entanto, trabalho, quando não é visto em sua dimensão formativa e fundamental para o desenvolvimento humano, é tratado como fardo, obrigação ou castigo. Bem como está presente em escritos antigos da humanidade ocidental, como o texto do Antigo Testamento no livro de Gênesis:

E para Adão Deus disse o seguinte: — Você fez o que a sua mulher disse e comeu a fruta da árvore que eu o proibi de comer. Por causa do que você fez, a terra será maldita. Você terá de trabalhar duramente a vida inteira a fim de que a terra produza alimento suficiente para você. (BÍBLIA SAGRADA CELEBRANDO A RECUPERAÇÃO, 2015, Gênesis 3. 17, p. 7).

Desta forma, a humanidade já na fase de sua história escrita, separa desde cedo o trabalho intelectual do manual, o “*Homo faber*” (trabalho neuromuscular, braçal) do *Homo sapiens* (intelectual, baseado no “saber”, não apenas técnico, mas também político-organizativo). (Gramsci, 1989, p. 7).

O trabalho manual na Antiguidade foi um atributo de escravos. E daí, inclusive, provém o nome “trabalho”, derivado da “expressão latina “*tripalium*” — “instrumento utilizado entre os romanos para fazer referência a um dispositivo empregado à tortura de escravos.” (DA SILVA, 2012, p. 276). Estes não teriam nenhum instrumento em sua defesa, ou regulamentação de seu trabalho.

No período Medieval, o trabalho braçal era responsabilidade servil. E apenas após a o amadurecimento do capitalismo nos séculos XVII e XVIII na Europa, especialmente com o cercamento dos campos, que o trabalho livre ganhou espaço, mas ainda desprovido de direitos. Nesse período, sobretudo no processo da Revolução Industrial, os trabalhadores fabris de diferentes ramos passaram a se chamar de classe trabalhadora apresentando não apenas uma mera mudança de nomenclatura, mas uma mudança da visão daquela sociedade sobre si própria. (MATTOS, 2019).

É sobre este trabalho, moderno, que iremos nos debruçar, compreender suas transformações recentes na história e as particularidades impostas à categoria docente no Brasil. O trabalho moderno, inserido na lógica capitalista, possui um caráter dual.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma

especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso. (MARX, 1985, p. 53, grifo nosso).

Utilizando o exemplo de um artesão fiandeiro:

Portanto, em virtude de sua propriedade abstrata, geral, como dispêndio de força de trabalho humana, o trabalho do fiandeiro agrega novo valor aos valores do algodão e do fuso, e em virtude de sua propriedade concreta, específica, útil, como processo de fiação, transfere o valor desses meios de produção ao produto e recebe assim seu valor no produto. Daí a dualidade do seu resultado no mesmo instante. (MARX, 1985, p. 166).

É este “trabalho” que estrutura toda a sociedade moderna, baseada na propriedade privada e na extração do tempo de vida do trabalhador. O trabalho alienado perde seu caráter formativo e se torna produtor de mais valia quando é parte que não compreende o todo. “A divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho no interior da alienação.” (MARX, 1978, p. 24) Assim, “a divisão do trabalho e a acumulação do capital se condicionam reciprocamente.” (MARX, 1978, p. 26).

“A máquina acomoda-se à fraqueza do homem, para converter o homem fraco em máquina” (MARX, 1978, p. 17). Traduz-se aqui a prática da alienação no chão da fábrica. Pode-se, sem perder o sentido original da colocação de Marx, trocar máquina por outros artefatos que aceleram a produção do trabalhador, aumentando sua produtividade e retirando sua animação.¹⁸ Contraditoriamente, embora, logicamente, “Foi justamente quando o conjunto de indivíduos submetidos a uma mesma situação social começou a se autodefinir como ‘classe trabalhadora’ no singular, que Engels e Marx perceberam a potencialidade transformadora da ação social desta classe.” (MATTOS, 2019, p. 32, grifo do autor).

O capital é produzido pela exploração do trabalho, através da extração de mais valia do trabalhador, e todo seu processo histórico e diferentes expressões temporais e geográficas apresentam diversos esforços nesse sentido. Visto que o trabalho é fundante ao ser social, tem, em sua expressão mais livre, um caráter humano e humanizador. O capitalismo é, portanto, um sistema que se baseia na expropriação da humanidade de seus trabalhadores. Todavia, ainda os necessita viáveis, produtivos, trabalhando, humanos. Reside aí sua contradição.

O Direito do Trabalho resulta da luta de classes, a exemplo das leis fabris discutidas por Marx (1985), em *O Capital (Livro 1)*. Lutas que colocaram o tempo como o ponto fulcral, na forma de jornadas de trabalho, proibição e restrições ao trabalho infantil, politizando a exploração do trabalho pelo capital. Transformações todas que colocam a relação de trabalho subordinado como núcleo motor do processo produtivo característico daquela sociedade. (DELGADO, 2007).

¹⁸ “Animação” é a qualidade de um ser animado, ou seja, com alma, com vida.

Quanto maior o aperfeiçoamento jurídico-constitucional, como uma das mais fortes “trincheiras”, maior é a força consensual da classe dirigente perante toda a sociedade. Quando a legislação representa a integridade da liberdade civil, há a conformação de um consenso social aparentemente voluntário apoiado em uma base econômica de desenvolvimento industrial e comercial ascendente e atividade propagandista (por intermédio de um complexo sistema de APH) gerando o “consenso”.

No entanto, quando necessário para a classe dirigente, em especial em casos em que a “democracia” se consolida sem lutas, de cima para baixo, de fora para dentro, é fácil dismantelá-la, reconstituir a lei escrita ou reinterpretá-la de forma reacionária. E tanto mais isso é feito quanto menos existirem reações de movimentos sociais e pressão das massas.

Na ótica dominante, as políticas públicas têm como função social a construção de aparato burocrático de coerção estatal (GRAMSCI, 1989). Complexificando esta elaboração, tem-se que a legislação é o conjunto de normas que costuram as mediações entre sociedade civil e Estado. O lado formal dessa situação é que a sociedade civil está subordinada ao Estado, esfera normatizadora e supostamente universal. Entretanto, como exposto, e ainda conforme Gramsci, a sociedade civil é Estado (é a esfera determinante) e o Estado é sociedade civil. As duas esferas compõem, dialeticamente, uma unidade contraditória.

Mas, dado que **sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos**, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea e automática, do fato econômico. (GRAMSCI, 2011, p. 47, grifo nosso).

A partir da afirmação acima temos que Estado e sociedade civil são duas esferas que não possuem ruptura entre elas no plano do real. Por outro lado, ideologicamente se forjou no senso comum da população uma separação cartesiana entre as esferas para deturpar os fundamentos e propósitos das tomadas de decisão.

O Estado desvinculado de interesses de classe, como promotor de um universalismo de direitos, ou seja, como garantidor de emancipação política dos sujeitos é uma mera abstração. Segundo Marx, (2010) temos que: “No Estado, em contrapartida, no qual o homem equivale a um ente genérico, ele é membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual, real e preenchido com uma universalidade irreal.” E, portanto, em realidade, temos que: “(...) Estado é todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classes dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter consenso ativo dos governados (...)” (GRAMSCI, 2011, p. 331).

O Estado se conforma na conjugação entre sociedade civil (estado-ético, de persuasão, consenso) e sociedade política (estado-coerção, de convencimento pela força), em uma dinâmica de escambo de poder, em inter-relação. Em diversas circunstâncias, o Estado e a sociedade civil aparecem mais segregados (como nos casos das ditaduras “militares” por quase toda América Latina, que em realidade foram cívico empresariais-militares, em outras há um imbricamento aparente, denso e robusto; por vezes, o próprio Estado representa claramente uma “trincheira avançada” da sociedade civil, defendendo os interesses hegemônicos.

Há (e não são poucos) os pontos de contato em que se evidenciam a relação entre “sociedade civil” e “sociedade política”. A “opinião pública” é uma delas, um exemplo que se repete em formatos diferentes, mas possui o mesmo objetivo: em casos em que se necessita impor restrições, leis, utilizar força, é realizado um trabalho de convencimento prévio para não criar uma ruptura brusca na opinião obediente das massas. Portanto, é estratégico o controle dos órgãos de opinião pública, que manipulam a interpretação da realidade, e exilam os discordantes à “uma nuvem de poeira individual e inorgânica” (GRAMSCI, 2011, p. 265).

A manutenção da hegemonia requer que o grupo dominante leve em conta alguns interesses e tendências dos grupos dominados (esses interesses são, num sistema democrático, cedidos sob forma de direitos), todavia as concessões jamais envolveriam o essencial, não interferem no núcleo decisivo da atividade econômica. Como agravante, numa sociedade capitalista dependente, as concessões dadas pela classe dirigente para manter o equilíbrio dinâmico de seu domínio são mínimas, sendo, portanto, os direitos rebaixados. Circunstância tal que produz uma situação contraditória: torna as condições objetivas mais próximas de um limite revolucionário e por outro lado não constrói condições subjetivas necessárias para tomada de consciência revolucionária da população.

Sociedade civil é a expressão da “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado.” (GRAMSCI, 2011, 255). Esse domínio é construído através de “aparelhos privados”. Estes aparelhos são organizações culturais e intelectuais próprias da classe dirigente, ou das quais ela se apropria, e, no entanto, estão sujeitos a disputa e a conquista pela classe trabalhadora. Representando organização e acúmulo de forças, são como as “trincheiras” do combate armado Gramsci (2011, p. 73). O exercício da hegemonia através do consenso é tornar o que é proibido e obrigatório em espontâneo e livre. Tal papel “educativo” é cumprido por aparelhos como partidos, jornais, sindicatos, organizações eclesiais, escola, universidades etc.

Nos Estados em que a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa, apresentando, muitas e diversas “trincheiras”, a hegemonia se consolida a tal ponto que mesmo em tempos de crise econômica há uma certa resistência social à entrada na crise e uma forte resiliência, o que permite uma reestruturação mais tranquila do capital. É fundamental acumular forças como estratégia para superar o controle do poder vigente e, portanto, é essencial saber quais elementos na sociedade civil representam sistemas de defesa, quais são as “trincheiras” da guerra de posição.

Cada vez mais o Estado está encrustado de aparelhos de hegemonia que são indispensáveis para assegurar o exercício cotidiano do domínio. Há, no entanto, a possibilidade da classe trabalhadora, em suas diversas faces, organizada, demandar através de seus próprios intelectuais, a interferência na produção de políticas públicas propondo leis que, justificadas em suas demandas experienciadas, facilitarão a manutenção de resistências e confronto dos movimentos sociais ao sistema vigente.

Não é minha intenção produzir uma descrição exaustiva das categorias “trabalho” ou “classe trabalhadora”. No entanto, não é trivial o uso destes vocábulos, pois a linguagem é também um campo de disputas, e “O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata.”. Bakhtin (2006 apud MATTOS, 2019, p. 30). Ou seja, o uso de determinada terminologia pode tanto aproximar quanto afastar a análise do real. Pretendo estar a mais próxima da realidade possível trazendo-a para o campo teórico e vice-versa.

Neste caso específico da categoria “classe trabalhadora” a compreensão e leitura restrita do conceito proposto por Marx, ocasionalmente, promovem uma cascata de equívocos teórico e práticos para a luta de classes. Como, por exemplo, o descarte da “classe trabalhadora” ou “proletariado” como sujeito revolucionário.

Em consonância com a proposta metodológica do materialismo histórico e dialético, o proletariado é a classe “com grilhões radicais”, “a esfera que, por fim, não pode se emancipar sem emancipar todas as outras esferas da sociedade”. Marx (2013 apud MATTOS, 2019, p. 26). Ainda, recorrendo a Marx, Mattos, traz a elucidação etimológica do termo “proletariado”

derivado do latim *proletarius* (aquele que é definido apenas por si e sua prole, seus filhos), para definir pela ausência “aquele que sem capital e sem renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato”. (MATTOS, 2019, p. 30).

Desta maneira podemos compreender o proletariado de forma ampla e não restrita, desde as donas de casa, as trabalhadoras domésticas, mulheres pretas, nordestinas, pobres, que quando se movem, movem toda a sociedade com elas até os profissionais de colarinho branco.

Embora Marx tenha definido a classe trabalhadora de forma ampla, associa-lhe o assalariamento como caráter primordial.

No entanto, podemos alargar ainda mais esta definição a partir de um olhar atualizado e unitário da realidade, de forma complementar à discussão da categoria trabalho trarei um aporte teórico sobre a Teoria da Reprodução Social, que permitirá uma análise mais acurada da exploração das trabalhadoras, com uso das autoras Tithi Bhattacharya e Rhaysa Ruas, acompanhadas, subsidiariamente, por Ângela Davis, e Lélia Gonzalez.

Desta maneira podemos compreender o proletariado de forma ampla e não restrita, desde as donas de casa, as trabalhadoras domésticas, mulheres pretas, nordestinas, pobres, que quando se movem, movem toda a sociedade com elas até os profissionais de colarinho branco. Embora Marx tenha definido a classe trabalhadora de forma ampla, associa-lhe o assalariamento como caráter primordial.

1.3 A Teoria da Reprodução Social

A Teoria da Reprodução Social (TRS) traz uma perspectiva unitária e integrada da classe trabalhadora, a partir de uma compreensão ampla e ontológica do trabalho como processo humano. A TRS apresenta como a produção de mercadorias depende da produção e reprodução da força de trabalho, estas, em geral, não são consideradas comumente por analistas de esquerda e direita por não produzirem valor de troca.

uma perspectiva unitária se lança à compreensão do sistema capitalista como complexo de relações sociais de exploração, opressão, dominação e alienação, que se relacionam de forma integrativa, ontológica. Subordinadas à “lógica do valor”, tais relações constituem este sistema na mesma medida em que constituem esta própria “lógica”. (RUAS, 2020, p. 382).

Desta maneira, como o capitalismo é um sistema unitário, a esfera da produção interfere na esfera da reprodução

A percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar. (BHATTACHARYA, 2019, p. 104).

Assim, “a chave do sistema, nossa força de trabalho” é produzida e reproduzida fora de seu foco, entre quatro paredes, no que se convencionou ideologicamente identificar como esfera privada, em geral em um lugar chamado “lar” onde mora a “família” (BHATTACHARYA, 2019). Ainda, segundo Vogel (2013), “o impulso do capitalismo para

aumentar a mais-valia através do aumento da produtividade (...) força uma separação espacial, temporal e institucional severa entre o trabalho doméstico e o processo de produção capitalista.” (apud RUAS, 2020, p. 393).

Essa necessidade do capital da constituição da família fortalece a manutenção desta unidade abstrata. Esta noção é cara, pois tal esfera “privada” fora invadida pela esfera do trabalho social, acendendo a questão: **“O que acontece quando o trabalho produtivo invade a esfera do trabalho improdutivo?”** Bhattacharya (2019) identifica três processos interconectados pelos quais a força de trabalho é reproduzida:

1) Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra. 2) Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego. 3). Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz. Essas atividades, que formam a própria base do capitalismo já que reproduzem o trabalhador, são feitas sem cobrança nenhuma para o sistema pelas mulheres e homens dentro do lar e na comunidade. (BHATTACHARYA, 2019, p. 103).

O trabalho reprodutivo envolve também e de forma muito exaustiva o cuidado psíquico.

Qualquer pessoa que já tenha tido que acalmar uma criança depois de um dia duro no seu próprio local de trabalho ou descobrir como cuidar de um pai ou mãe idoso depois de um turno exaustivo sabe o quanto essas tarefas aparentemente não-materiais são importantes. (BHATTACHARYA, 2019, p. 103).

Esta dimensão do trabalho reprodutivo recai de forma contundente sobre as professoras, que o fazem tanto em sua esfera de trabalho pessoal quanto profissional. Desta forma, a perspectiva da TRS traz embasamento teórico que permite olhar para tais trabalhadoras independente do caráter produtivo do seu trabalho, mas compreendendo todas as dimensões deste. E ao olha-las construir um perfil de tais trabalhadoras e “de que maneiras o (a) trabalhador (a) pode lutar contra o sistema” (BHATTACHARYA, 2019, p. 105).

Segundo Ruas, “há uma *relação de contradição e necessidade* entre o trabalho para a produção de valor e o trabalho para a produção da força de trabalho no capitalismo.” (RUAS, 2020, p. 393, grifo da autora) Enquanto o trabalho doméstico é necessário a manutenção da força de trabalho produtiva ao capital, sustentando sua reprodução, é também uma reserva potencial de força de trabalho.

Portanto, *do ponto de vista do capital*, o trabalho doméstico seria *simultaneamente indispensável e um obstáculo à acumulação*. A longo prazo, a classe capitalista procuraria estabilizar a reprodução da força de trabalho a um baixo custo e com um mínimo de trabalho doméstico, **degradando-o sempre que possível** (RUAS, 2020, p. 393, grifo da autora em itálico e grifo nosso em negrito).

Tal condição contraditória, em um contexto capitalista dependente, sob políticas ultra neoliberais em anos de pandemia, se aprofunda de forma inédita na história, pois sempre que possível o trabalho produtivo se sobrepõe ao trabalho reprodutivo em termos de tempo e espaço, conjugando uma sobrecarga de trabalho em especial às mulheres que já compõe grade parte da força de trabalho no país, e são as grandes responsáveis pelo trabalho reprodutivo (dentro e fora de casa).¹⁹

Assim, as condições já precárias do trabalho reprodutivo se radicalizam quando o tempo do trabalho social se alarga de forma descontrolada impulsionada pelo capital, apoiada por medidas do Estado, e sustentada ideologicamente pela ideia da produtividade.

Na constituição ideológica do capitalismo, em que se estabelecem as dicotomias sociais como público/privado; trabalho doméstico/social; Estado/sociedade civil, a esfera do trabalho doméstico é propositalmente invisibilizada, na contramão do sistema, a TRS desvela um pressuposto universal à humanidade: as pessoas são geradas através de mecanismos biológicos de reprodução, e tarefas como dar à luz, cuidar e manter seres humanos demanda grandes quantidades de tempo, recursos e energia, ou seja, trabalho.

A invisibilização histórica deste trabalho nas sociedades capitalistas, na maioria das vezes lido socialmente como ‘atos de amor’ e desvalorizado produz “consequências desastrosas para a vida de muitas mulheres, que têm triplas jornadas de trabalho”. (RUAS, 2020, p. 406). Ruas (2020) sistematiza seis contribuições que a leitura da TRS sobre a sociedade nos fornece:

¹⁹ Há múltiplos fatores que explicam a responsabilização das mulheres pelo trabalho reprodutivo, que não residem na essência deste trabalho de forma geral, que tanto antecedem a formação capitalista, quanto se acentuam neste sistema. Segundo Davis (2016): “Como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista. (...) Um subproduto ideológico dessa transformação econômica radical foi o surgimento da ‘dona de casa’”. (DAVIS, 2020, p. 230). É, no entanto, segundo Vogel, sobre a condição biológica do corpo feminino que se assenta a base material da opressão sobre as mulheres: “estaria situada na *relação contraditória-porém-necessária* entre a reprodução da força de trabalho e a acumulação capitalista.” Voguel (2013 apud RUAS, 2020, p. 394). Ou seja, para produzir mais força de trabalho a condição biológica da mulher é necessária, e, portanto, deve ser garantida embora de forma desvalorizadas, pois não produzem diretamente lucro. Reside aí a contradição. Ruas (2020) então conclui que: “É esta relação, construída historicamente, que impulsionaria o capital e o Estado a regular a capacidade biológica das mulheres e a restringir e degradar os meios de produção da vida dos trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja sempre disponível para a exploração e para uma maior extração de mais-valia.” (RUAS, 2020, p. 396).

- 1 – por trazer uma concepção *diversa-mas-unificada* das relações sociais Ferguson (2017 [2016] apud RUAS, 2020, p. 405), auxilia na compreensão dialética da sobreposição, interdependência e cruzamento de relações sociais, como opressões e exploração de diferentes esferas do sistema;
- 2 – compreende trabalho de maneira ontológica, propondo uma noção ampliada da categoria “classe trabalhadora”, restaurando um sentido de totalidade à tal noção, mas não de forma homogênea em que algumas categorias sobrepujam outras, pelo contrário, considerando concretamente, suas diversas frações;
- 3 – a TRS destaca a relação oculta entre trabalho reprodutivo e produtivo. O trabalho reprodutivo é então determinado e constrangido pela própria produção capitalista: enquanto, de um lado, a reprodução social é a condição da acumulação sustentada de capital; por outro lado, a compressão dela é um meio de aumentar a mais-valia extraída. Ruas (2020, p. 407);
- 4 – identifica a esfera da reprodução social como uma arena privilegiada do conflito de classe;
- 5 – considera a diversidade da classe trabalhadora, valorizando as diferenças de gênero, raça, identidade, e sexualidade ao compreender que possuem diferentes níveis de opressão e *acesso* a aspectos básicos para produção e reprodução de sua força de trabalho, o que molda diferentes subjetividades e conseqüentemente produzirá diferentes estratégias de resistência no interior dessa classe;
- 6 – Como consequência, a TRS

oferece uma chave interpretativa única para analisarmos a interrelação entre as múltiplas relações sociais que constituem as sociedades capitalistas, na medida em que permite considerar as relações econômicas e sociais como ontologicamente inseparáveis e integradas, i.e., como diferentes momentos de uma mesma totalidade social. (RUAS, 2020, p. 410).

Em consonância, Bhattacharya conclui que

O mais importante é que essa teoria nos ajuda a entender que quaisquer ganhos nos direitos de gênero que tenhamos, tanto na economia formal quanto fora dela, só podem ser temporários, porque a base material da opressão às mulheres está amarrada ao sistema como um todo. Qualquer conversa sobre o fim da opressão e sobre a libertação, então, precisa lançar mão de uma conversa simultânea sobre o fim do sistema em si. (BHATTACHARYA, 2019, p. 105).

Da mesma maneira como a questão de gênero está amarrada à classe, a esfera do trabalho “é uma questão altamente definida pelo gênero” (BHATTACHARYA, 2019, p. 105). Assim, é do interesse do capitalismo impedir mudanças amplas nas relações de gênero,

porque mudanças reais vão, em última instância, afetar a capacidade de extração de mais valia.

Lélia Gonzalez (2020), traz a noção de dependência para olhar a exploração da mulher na América Latina, em especial as mulheres negras. Desenvolve como a “coexistência de três processos de acumulação qualitativamente distintos (capital comercial, industrial competitivo e industrial monopolista)” (GONZALEZ, 2020, p. 26), sob desenvolvimento desigual e dependente, mesclam e integram supostos momentos históricos distintos e produzem efeitos nocivos à força de trabalho nacional principalmente às mulheres e à população negra.

Como Florestan, Lélia González, observa como o Estado possui papel central de mediador entre tantas frações distintas, tanto de capital como de trabalhadoras (es), promovendo uma articulação sistemática, muitas vezes através de “coerção aberta” e autoritarismo. O que Florestan vai identificar como autocracia burguesa.

Pela constituição história do capitalismo no Brasil, nas palavras do autor, há “uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia.” (FLORESTAN, 1976, p. 296). Pois para garantir o domínio interno fruto da super exploração dos trabalhadores e da terra com o pagamento da parcela de exploração internacional (garantida pela dívida externa) não é viável uma construção democrática radical. O sentido mais literal de democracia em que o poder é exercido pelo povo aparece apenas como parte de uma ficção. Sobre o poder burguês no capitalismo dependente, o autor ressalva:

Um poder que se impõe sem reboços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva. (FLORESTAN, 1976, p. 297).

Lélia Gonzalez (2020, p. 30 e 31) identifica na sociedade brasileira cinco ‘tipos’ de trabalhadoras (es), divididos em duas categorias, três que permanecem à margem do processo produtivo e dois que estão integrados ao processo produtivo. Identifica-os, portanto, como marginais e não marginais.

A categoria ‘marginais’ é dividida em três ‘tipo’ que por sua vez podem ser identificados através de subcategorias. Tipo A: i) rural por conta própria — comunidades indígenas, agricultores familiares, outras populações tradicionais; ii) rural sob patrão — “colonos semisservis” e outras formas de trabalho vinculados por métodos coercitivos; iii) urbano sob patrão — trabalhadoras (es) urbanos que não recebem salário em dinheiro, mas em troca de algum fundo de consumo. Tipo B: desemprego aberto, a ocupação “refúgio” em serviços puros, o trabalho ocasional, o trabalho intermitente e trabalho por temporada. Tipo C:

assalariados de setores menos modernizados que se caracterizam por condições muito rigorosas de trabalho, escassa aplicação da legislação social e remuneração em torno do nível de sobrevivência. A categoria de trabalhadores não marginais é dividida em dois tipos: tipo D) produtor rural direto e tipo E) mão de obra assalariada absorvida de forma estável pelos setores mais modernizados.

Lélia González traz de forma descritiva a noção de totalidade da classe trabalhadora nacional, diversa, fracionada, no entanto sob exploração capitalista, mesmo quando marginalizada por ele. Identifica, portanto que as frações trabalhadoras marginalizadas no Brasil têm raça e gênero.

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. (GONZALEZ, 2020, p. 42).

Em publicação do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) sobre o impacto da pandemia nas mulheres em relação à trabalho, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) comparativos entre 2019 e 2020, a TRS ganha materialidade de forma tão didática quanto atroz.

Parcela expressiva de mulheres perdeu sua ocupação no período da pandemia e **muitas nem buscaram uma nova inserção**. Entre o 3º trimestre de 2019 e 2020, o contingente de mulheres fora da força de trabalho aumentou 8,6 milhões, a ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões e mais 504 mil mulheres passaram a ser desempregadas, segundo os dados da PNADC. A taxa de desemprego das mulheres negras e não negras cresceu 3,2 e 2,9 pontos percentuais, respectivamente, **sendo que a das mulheres negras atingiu a alarmante taxa de 19,8%**. (DIEESE, 2021, grifo nosso).

Além da taxa de desocupação das mulheres ser maior do que a dos homens, é ainda maior quando se considera mulheres negras, e ainda há o dado que muitas não buscaram nova inserção no mercado de trabalho no período, fato que pode ser atribuído ao trabalho de reprodução social intensificado pelas condições de isolamento da pandemia, que novamente incidem de forma desigual entre os gêneros. Soma-se a isso a manutenção de salários maiores aos homens, comparando mesmo nível de escolaridade e mesmo nos casos de trabalho em que são exigido ensino superior.

Embora numa mesma escola, os valores salariais não variem em função direta do gênero dos sujeitos, há uma concentração maior de mulheres nos anos iniciais de ensino em que o salário base é mais baixo, mantendo a desigualdade salarial entre os gêneros.

Gráfico 3: Taxa de desemprego por sexo**Taxa de desemprego, por sexo**

Indicador de desemprego entre as mulheres foi 46,7% maior que o dos homens.

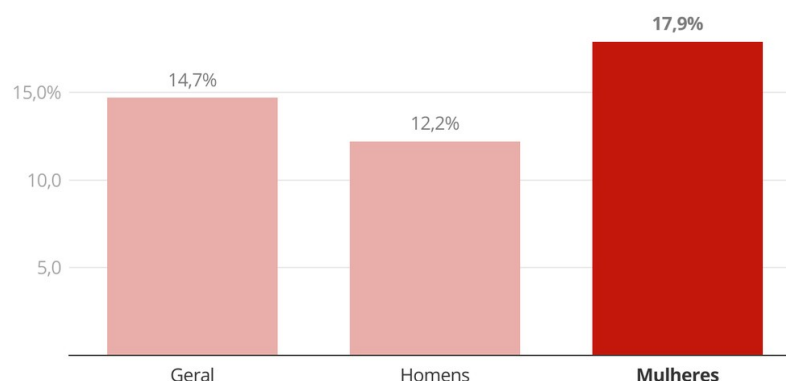


Gráfico: Economia/G1 • Fonte: IBGE

Fonte: Portal de notícias G1, matéria publicada em 27 de maio 2021.²⁰

A despeito de nuances e prismas distintos, as proposições de González se aproximam da conceituação de classe trabalhadora desenvolvida por Mattos (2019), especialmente por recusar a ótica eurocêntrica que associa a classe trabalhadora ao operariado assalariado fabril. Superando também os limites da perspectiva economicista — em que o foco é o poder aquisitivo e de consumo — ambos os autores identificam as classes com base nas relações em que as pessoas produzem e reproduzem-se socialmente.

Retomando a análise do trabalho docente no contexto da pandemia, não parto do pressuposto da existência de uma postura crítica tanto das trabalhadoras da educação quanto do Sindicato, mas faço minha análise a partir do movimento ativo destes dois atores, em uma situação aberta de conflito de classes, em que sua luta é “em defesa da vida”. A conexão da experiência com a formação da consciência, na perspectiva thompsoniana é crucial, pois é através do processo de luta de classes, em que os sujeitos experienciam uma opressão comum e descobrem-se parte da classe, tomado consciência de si (THOMPSON, 2021). Essa é uma questão crucial que é examinada nos depoimentos coligidos das trabalhadoras e trabalhadores, discutida adiante.

Antes de seguir na discussão sobre a experiência das docentes que participaram do inquérito, é necessário colocar em relevo as conexões dessas lutas e conflitos com o Estado. Tanto a legislação trabalhista condizente com as reivindicações dos trabalhadores como o

²⁰ Gráfico extraído da reportagem “Taxa de desemprego entre mulheres atinge recorde de 17,9%” de Daniel Silveira e Darlan Alvarenga, publicada em 27 de maio de 2021. Portal de notícias G1, Coluna de Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/27/taxa-de-desemprego-entre-mulheres-atinge-recorde-de-179percent.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2022.

direito do trabalho digno são indissociáveis das lutas e de períodos de ascenso das lutas nos quais a consciência de classe é forjada, como consequência da luta de classes.

As leis trabalhistas aparecem, portanto, como consequência da luta de classes, na forma de uma intervenção do Estado a fim de calibrar a correlação de forças nas lutas de classes, buscando arrefecer o ímpeto antissistêmico das lutas dos trabalhadores e, assim, manter as condições de manutenção deste sistema, por um lado, por outro garantindo aos trabalhadores melhores condições de trabalho e reprodução social.

Observa-se desse momento em diante, o surgimento das primeiras leis e tinham por objeto proteger o trabalho, leis que foram fruto da interferência do Estado na relação estabelecida entre patrões e empregados, na mediação da relação estabelecida entre proletários e empregadores. (DA SILVA, 2012, p 278).

O Estado, elo vital entre as classes na configuração do capitalismo, se conforma na conjugação entre sociedade civil (estado-ético, de persuasão, consenso) e sociedade política (estado-coerção, de convencimento pela força), em uma dinâmica de escambo de poder, em inter-relação. Uma das formas de comunicação entre essas duas esferas distintas, mas imbricadas, é a legislação. A legislação atua com a palavra, intenta o convencimento através dela. Enquanto as forças armadas seriam a palmatória do Estado. Por vezes, o próprio Estado representa claramente uma “trincheira avançada” da sociedade civil, defendendo os interesses hegemônicos, isso se reflete as leis, decretos, e MP, como as analisadas nesta tese.

1.4 Legislação trabalhista no Brasil

O Brasil conta 388 anos de história de escravidão, seguidos por apenas 132 anos de trabalho oficialmente livre. As leis trabalhistas acompanham os meandros do desenvolvimento capitalista nacional, que por sua vez possui um caráter *sui generis*, dependente (FERNANDES, 1975), devido ao *entrelaçamento pornográfico de capitais* (FONTES, 2012, p. 360) neste território produzindo uma dupla exploração dos trabalhadores brasileiros.

O histórico controle do Estado sobre os sindicatos erodiu a autonomia e o poder de luta pelo direito dos trabalhadores. A regulamentação do trabalho e da ação sindical se deu de forme rígida e intensa. É evidente a intencionalidade de aumento da produtividade e como a organização dos trabalhadores esbarra nesse objetivo geral do capital que no fim visa a extração de mais-valia. É também evidente a forma como a lei usa de artimanhas ideológicas colocando a greve como “antissocial”, por prejudicar a produção, perspectiva reproduzida e reforçada até hoje pelos grandes meios de comunicação.

É crucial compreender o caráter capitalista dependente do Brasil para compreender o contexto, implicações e motivações de nossa legislação e do histórico de nossa democracia oscilante.

A histórica dependência da burguesia brasileira não a faz menos burguesia, isto é, necessitada de valorizar o valor. No entanto, consolidou práticas especialmente truculentas no trato com o trabalho e com o conjunto dos setores sociais — e dos países — subalternos. (FONTES, 2021, p. 364).

A formação do capitalismo monopolista impulsionada de fora prescindiu do caminho pelo qual este modelo de desenvolvimento percorreu nos países centrais, com o desenvolvimento das forças produtivas, alto avanço tecnológico, expansão do mercado consumidor interno e maior desenvolvimento social. O processo periférico provocou superexploração do trabalho por coexistência simbiótica entre formas arcaicas e modernas no mesmo processo produtivo. Condições extremas promovem ações extremas, que podem inviabilizar ou dificultar a governabilidade, ou seja, o bom funcionamento do sistema produtivo de um país. Neste caso cabe, ou coube, ao Estado brasileiro ser “forte” para sustentar a governabilidade, caracterizando a dominação autocrática da burguesia no Brasil e tantos outros países Latino-Americanos (Fernandes, 1975).

Florestan Fernandes (1986) dá o nome deste desenvolvimento “excludente e elitista” de Capitalismo dependente. Ressaltando a dependência da economia nacional aos investimentos externos, sem ignorar, no entanto, a relevância do setor empresarial nacional e do Estado brasileiro. Pelo contrário, só a partir da compreensão do apoio subordinado da burguesia nacional ao capital externo que é possível compreender o nível de exploração ao qual é submetida a classe trabalhadora brasileira.

Para fundamentar a análise das contrarreformas trabalhistas aprofundadas após o golpe de 2016, a investigação discute aspectos da proteção do trabalho na Constituição Brasileira de 1988, a Reforma Trabalhista de 2017 e as medidas provisórias do governo Bolsonaro em 2020. Ciente do limite deste recorte, em que leis fundamentais para a história deste país ficam de fora.

Oliveira (2012) aponta que o país sempre conjugou políticas macroeconômicas com assistencialismo, e apesar de os anos 90 chegarem com um discurso de maior preocupação ao campo social, com a reconquista da democracia, ainda sob forte influência do externa, o enfoque das políticas foi a individualização e da flexibilização.

neste sentido que o Estado brasileiro estabelece a criação dos contratos por tempo determinado, o contrato parcial, temporário, as cooperativas de trabalho, o trabalho-estágio, a suspensão do contrato e posteriormente a economia solidária no governo Lula. (OLIVEIRA, 2021, p. 50).

Já nos anos 2000 a tendência segue sendo de flexibilização em que há associação entre “retirada de direitos com vistas a ampliar o número de vagas no mercado de trabalho com políticas assistencialistas para os mais pobres.” (OLIVEIRA, 2012, p. 502).

Tal fato pode ser comprovado pelas alterações previdenciárias, cerceamento do direito a greve (...) Inseriu ainda o termo “**de comum acordo**”, flexibilizando a ação da Justiça do Trabalho ao estabelecer que os dissídios só poderão ser decididos na Justiça do Trabalho quando estiverem acordados entre trabalhadores e empregado ressignificando perda para os trabalhadores e enfraquecendo o poder dos sindicatos. E por fim temos a extensão dos contratos temporários para as empresas terceirizadas, reduzindo ou excluindo o trabalhador de qualquer direito trabalhista, com salário inferior, embora com jornada diária de trabalho de oito horas. (OLIVEIRA, 2012, p. 502, grifo nosso).

Antunes (2020) elenca a **terceirização**, a **flexibilidade**, a **informalidade** e a **intermitência** como elementos contemporâneos inseparáveis das práticas empresariais e corrosivos à proteção do trabalho. Podemos identificar a presença desses elementos não apenas nas práticas empresariais, mas nas normas que regem o trabalho.

E enquanto o empreendedorismo surge como uma “solução” ideológica ao trabalhador, os processos de privatização de serviços públicos, cria um “novo proletariado de serviços” (ANTUNES, 2020, p. 16).

Apoiada em análises como a de Pochmann (2020) e outros autores, verifico tais processos de “devastação do trabalho” como expressões do padrão de acumulação do capital em seu contexto neoliberal.

Segundo o economista Samir Amin, cinquenta anos atrás, 80% da classe trabalhadora exercia ocupações estáveis e apenas 20% se encontravam em situações instáveis de alguma forma. Atualmente, 40% são estáveis, 40% instáveis e 20% são desempregados (Amin, 2018). Dessa forma, a organização sindical e a gestão negociada das relações de trabalho foram cada vez mais restringidas às empresas controladoras situadas no topo das cadeias produtivas globais e, quando muito, às empresas terceirizadas maiores cujos trabalhadores ainda compõem os 40% estáveis. (SANTOS e JAKOBSN, 2020, p. 18 e 19).

A acumulação capitalista depende diretamente da exploração da força de trabalho, essa se dá primordialmente pelo controle do tempo extraído da vida do trabalhador. Tais formas de controle variam ao longo da história deste sistema que evolui permanentemente para manter suas taxas de acumulação e superar as próprias crises (HARVEY, 2011).

É ainda, condição para a reprodução e expansão do capital a garantia de acesso à um exército industrial de reserva “flexível, dócil, manipulável e qualificado quando preciso” (HARVEY, 2011, p. 55).

Segundo Rosso (2017) a flexibilidade enquanto tônica do capital sobre o controle das horas trabalhadas, remonta até as três últimas décadas do século XX nos países de desenvolvimento capitalista central, enquanto nos países de capitalismo periférico “lança raízes pela história afora mediante as práticas da informalidade e a inobservância dos preceitos do direito laboral” (ROSSO, 2017, p. 11).

Embora aqui o destaque seja dado às formas de (des)regulação do trabalho flexível no Brasil, é necessário observar que esta forma de trabalho sempre ocorreu em função da constituição e história dependente do país.

Um exemplo prático de flexibilização é a adoção do empreendedorismo como política social no Brasil.

Esta lógica do empreendedorismo e do cooperativismo visa, sobretudo, estimular o trabalhador a ser independente e patrão de si mesmo, desonerando o Estado da responsabilidade de investimento em programas e políticas sociais, repassando tal responsabilidade para o indivíduo ou para a sociedade civil, revelando-se como uma flexinsegurança, pois retira ou flexibiliza direitos conquistados, além de não garantir a (re)inserção do trabalhador no mercado formal de trabalho. (OLIVEIRA, 2012, p. 507).

Desta maneira, em um contexto de crise de hegemonia, engendrada pela combinação das crises de legitimidade da ditadura empresarial-militar e do agravamento da crise estrutural, expressa na crise da dívida de 1982, período de ascensão das lutas sociais, de greves e de reorganização dos movimentos sociais, a Constituição Federal de 1988 acabou sendo um texto constitucional muito superior à correlação de forças no Congresso Nacional. Entre os aspectos progressivos se destacam os relativos aos direitos sociais e trabalhistas. Com efeito, a Constituição dedica do seu artigo sétimo ao décimo primeiro ao direito dos trabalhadores. É importante observar, contudo, mudanças do texto que alteraram a elaboração original, em virtude de reformas constitucionais.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (EC nº 20/98, EC nº 28/2000, EC nº 53/2006 e EC nº 72/2013). I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III – fundo de garantia do tempo de serviço; IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; VI – irredutibilidade do salário, **salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo**; (BRASIL, Constituição Federal de 1988, Art. 7º, incisos I – VI, grifo nosso).

Como dispostos nos primeiros cinco incisos do artigo sétimo da Constituição Federal, há uma disposição legal para assegurar direitos legítimos e fundamentais dos trabalhadores. No entanto, o inciso sexto apresenta o gérmen da flexibilização que irá ser pulverizada, tal qual pesticida em monocultura de soja, a partir da contrarreforma trabalhista em 2017. Sua escrita possibilita tal flexibilização bem como nos incisos abaixo:

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, **facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho**; XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, **salvo negociação coletiva**; (BRASIL, Constituição Federal de 1988, Art. 7º, inciso XIII e XIV, grifo nosso).

Por meio de uma ressalva, expressa quase sempre por uma conjunção condicionante como “**salvo**”, criam-se brechas que são utilizadas em outras normas trabalhistas. É neste campo de disputa e tensões que se produzem nossos direitos sociais e trabalhistas. Embora Antunes aponte que

Enquanto nos países do Norte, o neoliberalismo deslanchava, no Brasil, naquela década, caminhávamos na contramão destas tendências regressivas. Assim, se para o capital esta foi considerada uma “década perdida”, para os movimentos sindicais e populares, esta foi uma “década vitoriosa. (ANTUNES, 2020, p. 24).

Verifica-se que, em meio à vitória para trabalhadores, no capitalismo dependente, pode haver a intrusão contraditória de ferramentas que ferem suas conquistas. É crucial a compreensão da constituição dependente da “nação” pra entender com qual frequência e naturalidade tal situação se perpetua.

Numa sociedade capitalista dependente, as concessões dadas pela classe dirigente para manter o equilíbrio dinâmico de seu domínio são mínimas, sendo, portanto, os direitos rebaixados. No caso de nossa constituição em seu artigo sétimo, incisos VI, XII, XIV, grifados acima, tais direitos constituintes apresentam brechas à flexibilização do trabalho quando apresentam em seu texto as determinações acrescidas de um “salvo ou mediante negociação”. Cássia da Silva (2012) reforça o caráter flexível de nossa legislação trabalhista apresentando como exemplo a inclusão da flexibilidade às regras do trabalho em documentos do Tribunal Superior do Trabalho (TST) como a passagem:

Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não tem direito ao pagamento da sétima e oitavas horas como extras. (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, Súmula nº 453, 2014).

Enquanto intelectuais do capital propugnam que a rigidez da legislação trabalhista é uma das causas do desemprego. Reforçando a dicotomia rígido x flexível, o que não encontra espaço na materialidade visto a concomitância histórica destas formas no Brasil. Como em um evento empresarial na Califórnia (EUA), em 2015, onde o debate era acerca de questões de trabalho, “O futuro do labor foi caracterizado como momento do trabalho flexível, ao passo que o trabalho rígido descrevia o passado.” (ROSSO, 2017, p. 11). Atrélendo a regulação do trabalho com passado num sentido etapista da história, o que ficou para trás e foi superado, enquanto o flexível estaria associado ao futuro, onde há perspectivas.

Todavia é preciso compreender que tais formulações como “rigidez” e “flexibilidade” acerca do trabalho, “não são meras abstrações qualitativas, mas representações de processos concretos de organização do trabalho.” (ROSSO, 2017, p. 13).

Um imenso contingente de trabalhadores desprovidos de contrato regular são força de trabalho disponível para o capital e, por meio de reformas regressivas na legislação trabalhista, podem ser contratados de modo ainda mais flexível rebaixando o custo médio da força de trabalho do país.

As frações burguesas sustentam a prevalência do “negociado frente ao legislado” (DA SILVA, 2012, p. 296) nos setores que lograram conquistas trabalhistas nos últimos anos e a total alteração da legislação a favor do empregador, projetando uma mudança global na relação capital versus trabalho em prol do capital.

A flexibilização da legislação trabalhista, de uma forma geral, pode ser entendida como um processo, segundo o qual o Estado permite que as normas do trabalho sejam adaptadas às condições de trabalho presentes em uma determinada situação concreta, a partir de negociação coletiva, estabelecida entre o empregador e o sindicato da categoria profissional em que o empregado está inserido. (DA SILVA, 2012, p. 297).

Nesta conclusão deveras objetiva, a autora instiga algumas reflexões: O Estado cria condições de trabalho específicas, ou apenas registra condições já pré-existentes? Quem é o Estado? Qual a função do sindicato? Quem propõe esta negociação “coletiva”? Algumas questões já foram respondidas, como a compreensão de Estado ampliado em Gramsci (2011). Outras seguirão como interrogações deste trabalho.

A década de 1980, embora marcada no Brasil pelo fim do regime da ditadura empresarial-militar, pelas conquistas obtidas por movimentos sociais organizados e formalizados em nossa jovem constituição democrática, foi também uma década marcada por profundas transformações no mundo do trabalho dos países “de capitalismo avançado”²¹ seja

²¹ Quando se compreende a necessidade intrínseca do capital de sempre manter estruturas arcaicas na relação de exploração da terra e do trabalho, desde sua gênese, enquanto modo produtivo e modelo societário, não cabe

na estrutura produtiva, como na representação dos trabalhadores e na política, apresentando perdas significativas aos trabalhadores (ANTUNES, 2015).

O Brasil, embora receba influência direta dos modelos econômicos hegemônicos, possui seu desenvolvimento econômico como um produto assimétrico das adaptações entre as idiossincrasias internas e da influência internacional. De acordo com Pinto (2013), apesar da reestruturação produtiva na indústria automotiva do Brasil a partir dos anos 1990, ainda há a marca de uma "heterogeneidade", nas plantas produtivas, tomando como exemplo a indústria automobilística.

Segundo Ellen Meiksins Wood (2014), na inserção da divisão internacional do trabalho (DIT) a dominação de classe ganha a face do imperialismo, bem como na relação interna no Estado nação. Como tendência geral, quanto mais desenvolvidos os aparelhos privados de hegemonia, menos necessário suporte militar, o que não significa ausência de coerção. Como podemos observar na história recente do mundo não são poucas vezes que o recurso do conflito armado é utilizado, a despeito das Organizações das Nações Unidas, visto que, frequentemente, é o Conselho de Segurança deste organismo que define sua pauta, ou, ainda, é a OTAN que estabelece o teatro de operações dos conflitos armados. É importante compreender o lugar que o Brasil ocupa na DIT para analisarmos com as lentes menos turvas os fenômenos sociais que operam internamente.

Florestan Fernandes (1986), como já exposto, denominou de “capitalismo dependente” o desenvolvimento de padrão *sui generis* do capitalismo nacional, em que as classes dominantes internas ainda subordinadas ao capital externo super exploram os trabalhadores. Uma combinação perversa de aspectos culturalmente arcaicos, os quais garantem expropriação primária e secundária dos trabalhadores — sem tempo, sem força e sem direitos — com tecnologia contemporânea de produção.

É tal combinação que produz retrocessos legais tão infames sobre os direitos trabalhistas conquistados quando há uma crise do capital. Wood também salienta que quanto menos desenvolvimento capitalista o país tiver maior será a coerção do Estado sobre o trabalho. “Um ser só se considera autônomo, quando é senhor de si mesmo, e só é senhor de si quando deve a si mesmo seu modo de existência.” (MARX, 1978, p. 14).

Observando a “evolução” do salário mínimo como indicador direto de valoração do trabalho, conforme estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo, em valores de 2011, passou de R\$ 414,15 em

mais o uso dos termos “avanço e atraso” referidos ao desenvolvimento do capital. No entanto, estes termos são comumente utilizados por autores referência no debate aqui proposto.

1990 para apenas R\$ 266,17 em 1996 (cerca de 22,6% do valor do salário de julho de 1940), mantendo um patamar muito baixo até 2005 (R\$ 351,17). É importante salientar que tais os valores são muito inferiores ao crescimento do PIB per capita. Uma mudança de grande impacto decorreu das mobilizações das centrais sindicais que conquistaram, em 2007, estabelecer uma nova metodologia de correção, abrangendo a perda inflacionária acrescida de aumento real correspondente ao PIB de dois anos antes, conquista afinal convertida na Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, atualizada pela Lei nº 13.152 de 29 de julho de 2015, vigente até 2019. No entanto, a despeito da lei, desde o golpe de 2016 não há mais aumento real do salário-mínimo, ao contrário, tem ocorrido reajustes abaixo da inflação em 2020.²²

Nesses últimos dois anos, a inflação no Brasil, que já era crescente, teve alta na taxa acumulada em 12 meses, a partir do segundo semestre de 2020, como resultado basicamente da elevação dos preços de três grupos de itens que compõem os orçamentos familiares: “Alimentação e bebidas”, “Transportes” e “Habitação”. Isso **significa que aqueles trabalhadores com renda muito próxima ao salário mínimo foram os mais afetados com o rebaixamento drástico do poder de compra.** (DIEESE, 2022, grifo nosso).²³

O movimento de desestabilização do governo Dilma tem motivações diversas, entretanto, o intento de depreciar e achatar o salário médio é, certamente, um dos mais importantes. E o propósito de achatar o custo da força de trabalho, tomou a forma de uma regressiva “reforma” trabalhista, que, combinada com a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, alicerçou a erosão de direitos sociais básicos.

²² DIEESE, Nota Técnica nº 218, “Salário mínimo: pela manutenção da valorização”, revisada em 16/01/2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec218SalarioMinimo.html>. Acesso em: 27 nov. 2021.

²³ DIEESE, Nota Técnica nº 265, “Salário mínimo mais uma vez sem aumento real”, 11 de janeiro de 2022, atualização da versão de 28/12/2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec265SalarioMinimo.html>. Acesso em: 27 nov. 2021.

2 O GOLPE DE 2016 E A CONTRARREFORMA TRABALHISTA DE 2017

Para pensar o golpe de 2016 que segue enquanto projeto em curso, cabe aqui fazer menção e alterar a citação de Marx no 18 Brumário em seu adendo sobre a observação de Hegel de que na história todos os fatos e personagens de grande importância ocorrem duas vezes. Sendo, segundo Marx (1978, p. 329). “a primeira vez como tragédia, e a segunda como farsa”. Nos caminhos *sui generis* da história nacional, ousou acrescentar que os fatos se repetem, como num processo analítico, n vezes, até que a tomada consciência da classe trabalhadora permita que esta, tome também as rédeas da história, e passe a elaborar melhor seu passado para a partir das circunstâncias apresentadas definir seu caminho futuro.

O capitalismo dependente enquanto prevalece na forma como o capital brasileiro se estrutura, engendra sistematicamente formas de submeter a classe trabalhadora à super exploração. Como condições aviltantes de trabalho produzem condições objetivas de um cenário revolucionário, embora as condições subjetivas da sociedade brasileira não tenham se aproximado de uma situação revolucionária, esta surge como a fantasia do capital, e assim usada como justificativas ideológica de golpes.

A burguesia não está só lutando, aí, para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo. (...) Essa variação, puramente histórica, é no entanto central para que se entenda o crescente divórcio que se dá entre a ideologia e a utopia burguesa e a realidade criada pela dominação burguesa. (FERNANDES, 1976, p. 296).

Há, portanto, no Golpe de 2016 o interesse das classes dominantes brasileiras, de garantir suas taxas de lucros através, especialmente do estabelecimento de formas mais severas de exploração do trabalho. E para realizar isso a necessidade de romper com os limites da democracia, o que embora não seja difícil para as classes burguesas realizarem, foi difícil para os segmentos progressistas conceberem, pois já enxergavam a realidade através das lentes da “ideologia e utopia burguesas” (FERNANDES, 1976, p. 296), acreditávamos no estabelecimento de nossa frágil democracia (MIGUEL, 2019).

Compreender o Golpe como um processo que nem começa e tampouco termina com a retirada da presidenta eleita Dilma Rousseff através do *impeachment* auxilia a identificar seus objetivos. O intuito do Golpe é a retirada dos direitos sociais alcançados ao longo da história do país, ciente disso é imprescindível que se reconheça as estratégias adotadas, as consequências sentidas pelos trabalhadores para pensar formas de resistência. É relevante,

portanto, assumir que vivemos sob um golpe aos direitos sociais (MIGUEL, 2019). O processo que precedeu o *impeachment*

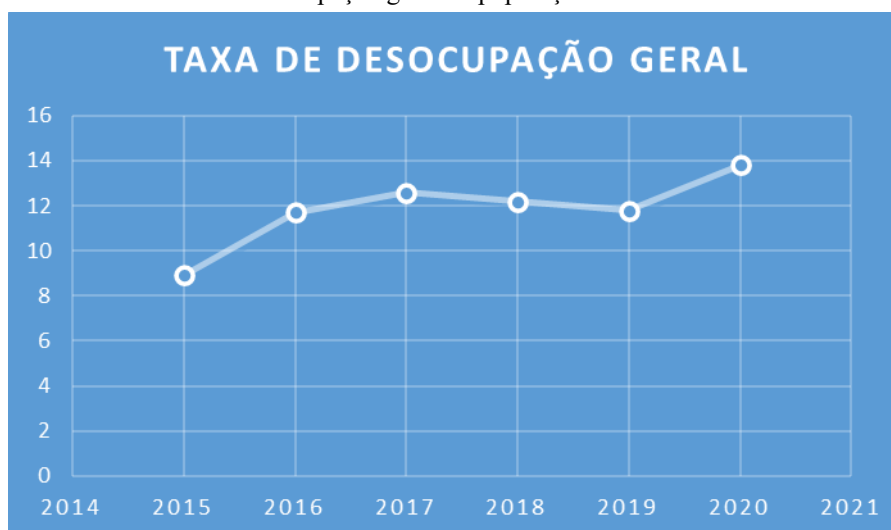
teve o trabalho de convencimento massivo e articulação da derrubada da presidenta com a mediação dos meios de comunicação cooptação por interesses privados e imperialistas, personificados na figura da Rede Globo, dos grupos econômicos vinculados ao capitalismo internacional – principalmente a fração rentista e financeira, do Poder Judiciário, da Lava Jato (...). (BAPTISTA, 2018, p. 128).

O apoio das massas se deu através da adesão geral a uma retórica de moralização da política. A Emenda Constitucional 95/2016, conhecida do a EC de teto dos gastos, é considerada uma “medida de austeridade perversa” (BAPTISTA, 2018, p. 129), pelos cortes estabelecidos no orçamento, afetando diretamente direitos sociais básicos como saúde, educação, alimentação, assistência social.

A EC 95 associada à Lei nº 13.467 de 2017, que altera a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) provocaram o aumento da desigualdade e em contexto de crise econômica seguida e agravada pela crise sanitária um aprofundamento das taxas de desocupação. Enquanto a parcela mais rica da população brasileira teve um acréscimo de 10,8% da renda média entre 2017 e 2018, a parcela mais pobre teve um decréscimo de 5% de sua renda média para o mesmo período. (BAPTISTA, 2018).

Há, segundo dados do IBGE²⁴, um aumento gradativo da taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, desde 2015, com um pequeno decréscimo em 2019, mas um aumento acentuado em 2020, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 4: Taxa de desocupação geral da população brasileira entre 2015-2020



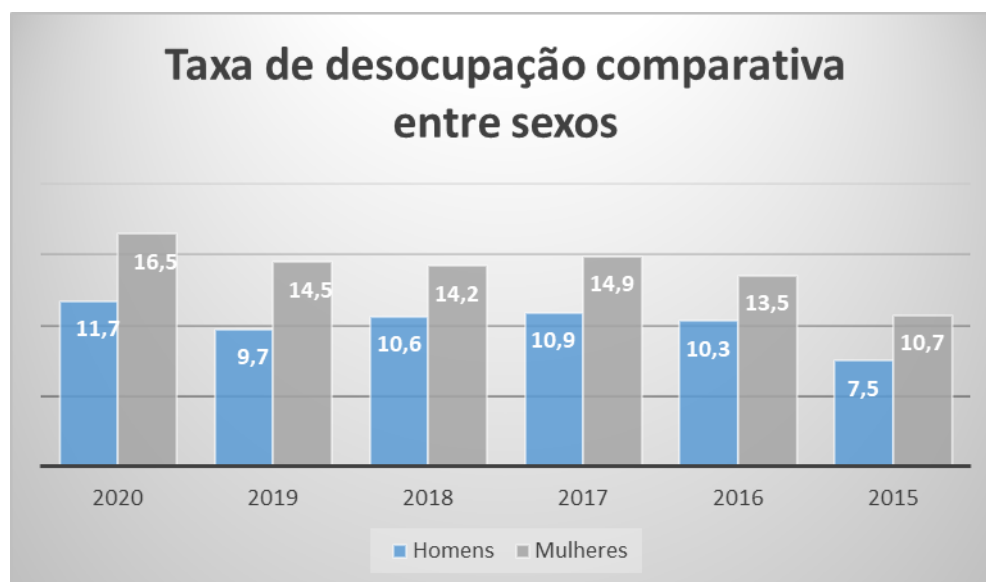
²⁴ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Fonte

: elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios Contínua de 2015 a 2020 (PNAD – IBGE).²⁵

Esses dados, embora relevantes, camuflam a desigualdade entre categorias populacionais como sexo e raça. Sendo que em todos os anos analisados a taxa de desocupação das mulheres foi sempre maior do que a dos homens, assim como de pessoas negras ou pardas²⁶ também sempre maior do que de pessoas brancas. E comparando as duas categorias (sexo e cor/raça), mulheres e pessoas negras e pardas apresentaram valores equiparados, embora na maior parte dos anos as mulheres tenham taxas maiores de desocupação. Não há, neste levantamento a sobreposição de categoria, mas pode-se inferir que mulheres negras e pardas foi o grupo com maiores taxas de desocupação.

Gráfico 5: Taxa de desocupação comparativa entre os sexos entre 2015-2020



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2015 a 2020 (PNAD – IBGE).²⁷

Em slogan do então presidente da república, Michel Temer, para a comemoração de seus dois anos de mandato em 2018, “20 anos em 2”²⁸ traduziram a realidade na qual havia chegado o país, um retrocesso de 20 anos em apenas dois.

²⁵ Para a elaboração dos gráficos não foram considerados os coeficientes de variação, ou seja, os dados podem ter entre 1 e 1,6% de variação.

²⁶ Categorias relacionadas a cor e raça utilizadas no levantamento do IBGE.

²⁷ Para a elaboração dos gráficos não foram considerados os coeficientes de variação, ou seja, os dados podem ter entre 1 e 1,6% de variação.

²⁸ O uso deste slogan e sua interpretação foram manchete em diversos jornais e revistas virtuais como “Isto é”, A Folha”, “Estadão” e “Le Monde Diplomatique”, além do “Congresso em foco”.

2.1 Reforma trabalhista de 2017: uma expressão da coerção do Estado sobre o trabalhador

A [Lei nº 13.467, promulgada em 13 de julho de 2017](#).

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, **a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho**. (BRASIL, Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, grifo nosso).

A lei assume que já há outras condições de trabalho que estariam, portanto, infringindo a lei anterior, pois não se adequavam a ela, sem que os infratores deste delito — os empregadores — fossem punidos. A Lei nº 13.467 vem, sem pudores, atender a uma demanda daqueles que infringiam a lei trabalhista, ou seja, atacavam os direitos dos trabalhadores, os empresários.

Não à toa, “Todos os sindicatos patronais do Brasil apoiaram o Golpe de 2016, da mesma maneira que apoiaram o Golpe de 1964.”²⁹ (ARRUDA, 2018, p. 147). Pedro Arruda (2018) identifica três setores da burguesia nacional que se envolveram mais com a deposição da presidenta Dilma Rousseff: as indústrias, os bancos e o agronegócio.³⁰

“Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção (...).” (ANTUNES, 2015, p. 34). Ricardo Antunes, faz um exame consistente das transformações no mundo do trabalho, em sua obra intitulada “Adeus ao trabalho?”, nos provocando a enxergar não a extinção da exploração do trabalho, mas sua transformação decorrente das mudanças nos padrões de produção.

E embora ciente de que tais transformações sejam o reflexo da mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo, não ignora suas particularidades e consequências agudas para o mundo do trabalho. Seja na própria gestão, seja em sua organização. Usa como uma de suas referências Murray (1983 apud ANTUNES 2015, p. 38 e 39), o autor que expõe como a articulação entre a *descentralização produtiva e o avanço tecnológico* produz tanto mais exploração do trabalho como maior controle sobre os trabalhadores, pois as organizações dos trabalhadores não dão conta de atuar sobre essa classe fragmentada.

²⁹ Em uma tríade associativa com oligopólios midiáticos e capital estrangeiro, a burguesia nacional, ao longo da história do Brasil, sempre realizou tentativas de derrubada dos governos que contrariavam minimamente seus interesses de classe (ARRUDA, 2018).

³⁰ FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), CNI (Confederação Nacional das Indústrias), FENABAN (Federação Nacional dos Bancos) e CNA (Confederação Nacional da Agricultura).

“Flexibilidade” passa a ser o objetivo e o meio da reconfiguração deste modo de produção. David Harvey (1992) nomeia esse fenômeno como “acumulação flexível” e descreve esta reconfiguração do capital que

envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Harvey (1992 apud ANTUNES, 2015, p. 39).³¹

Apesar das “novidades”, Harvey (1992) conclui que a acumulação flexível, “na medida em que ainda é uma forma própria do capitalismo”, mantém características essenciais do mesmo. Portanto, tende e necessita do crescimento. Tal crescimento é suportado pela exploração do trabalho vivo no universo da produção e isso se torna possível através das dinâmicas tecnológicas e organizacionais deste modo de produção. (ANTUNES, 2015 p. 39).

O Brasil não fica de fora deste movimento mundial do capital. É, inclusive pioneiro em diferentes formas de flexibilização do trabalho através do enorme setor informal, e palco propício para a ampliação da acumulação flexível, visto que já apresenta força de trabalho excedente pela história do desenvolvimento desigual e dependente. Tornando a resistência, a organização e o enfrentamento dos trabalhadores mais árduos.

Os limites legais à exploração do trabalho pelo capital através do direito trabalhista partem do princípio de que não há igualdade na negociação entre capital trabalho, pelo contrário, partem do “princípio da proteção do hipossuficiente” (ARRUDA, 2018, p. 152), neste caso, o trabalhador que possui apenas sua força de trabalho tem menor poder de barganha do que o capitalista, portanto deve ser protegido. Assim, as leis trabalhistas devem resguardar direitos dos trabalhadores, numa perspectiva reformista e não revolucionária, ou seja, mantendo condições de reprodução do capital. (ARRUDA, 2018).

Desta maneira, a CLT e a Constituição Federal de 1988 são alvos sistemáticos de ataques da burguesia nacional. Na década de 90, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, sob a lógica neoliberal, houve através de emendas à CF/88 privatizações de setores

³¹ A dispersão global da produção para regiões consideradas subdesenvolvidas frente ao capitalismo central ocasionou a criação das, hoje famosas, “*sweatshops*”, literalmente fábricas de suor. Unidades de produção com condições precárias de trabalho com altos riscos de saúde e até vida para os trabalhadores, que ocasionalmente sofrem desastres como o caso do desabamento de uma unidade de produção têxtil em Bangladesh para a marca Inglesas “Primark”, no qual 377 pessoas morreram em 2013. (Notícia extraída do jornal online *BBC News*, publicada em 28 de abril de 2013).

Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130428_bangladesh_tragedia_lado_obscur. Acesso em: 28 fev. 2022.

estratégicos e uma contrarreforma da Previdência, mas por falta de apoio não houve alteração na CLT. (ARRUDA, 2018).

Nos anos 2.000 com os governos PT, inicialmente houve um crescimento econômico acima da média que permitiu redistribuição de renda, com a manutenção de um jogo “ganha-ganha”, favorecendo tanto a classe trabalhadora quanto as diversas frações da burguesia brasileira.” (ARRUDA, 2018, p. 154).

No entanto, como os governos PT não realizaram nenhuma mudança estrutural, com o fim do ciclo de acumulação do capital e a crise, a resposta da classe burguesa foi o ataque aos direitos dos trabalhadores. Todavia o governo da presidenta Dilma Rousseff representava ainda um obstáculo à implantação dessas medidas de austeridade fiscal e flexibilidade trabalhista. E por isso, foi deposto.

Em março de 2017 foi aprovada a Lei 13.429, “que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.” (2017), que apesar de não usar a palavra “terceirização” em momento algum, é disso que se trata, notavelmente em seu quarto artigo.

Art. 4º- A. Empresa prestadora de serviços a terceiros é a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos. § 1º A empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, ou subcontrata outras empresas para realização desses serviços. § 2º Não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo, e a empresa contratante. (BRASIL, Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017).

Popularmente conhecida como “Reforma trabalhista” de 2017, um ano após o golpe de 2016, durante o governo Temer, realiza então o que já estava previsto constitucionalmente de certa maneira, a flexibilização do trabalho, como anteriormente exposto. Na prática, representa uma contrarreforma, pois ao invés de preservar os direitos trabalhistas, os devasta. A condição de vida dos trabalhadores, gerando um aumento no número de acidentes, além do alargamento das horas de trabalho, perda de benefícios, redução salarial. Em média, os trabalhadores terceirizados no Brasil recebem 24,7% a menos por uma jornada semanal 7,5 horas mais longa, submetendo-se a uma taxa de rotatividade 53,5% superior aos trabalhadores diretamente contratados **Braga (2017 apud SILVA, 2018, p. PÁGINA).**

Em “Senado Notícias”, uma reportagem de título “Aprovada em 2017, reforma trabalhista alterou regras para flexibilizar o mercado de trabalho”³² apresenta:

³² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 28 fev. 2022.

Os favoráveis à mudança argumentavam que ela seria a esperança de gerar mais empregos. Porém, passado um ano e meio, as expectativas ainda não se confirmaram, de acordo com o consultor legislativo do Senado Eduardo Modena. Segundo ele, a reforma trabalhista, sozinha, não teria a capacidade de melhorar o mercado de trabalho, já que isso deveria estar associado a outros aspectos da economia, que, desde 2014, atravessa um período de baixo crescimento. (DA REDAÇÃO, Senado Notícias, 2019).

Vale ressaltar que o discurso ideológico de que a reforma trabalhista geraria mais empregos, rapidamente, quando posto à prova da realidade, perde credibilidade. E fica ainda mais translúcida a estratégia dos capitalistas de saírem da crise de sua própria existência.

A lei que então deveria resguardar os trabalhadores sofre alterações que autorizam restrições e até supressões de seus direitos e garantias. Algumas mudanças destacadas pela matéria e relevantes para todos foram:

Os **acordos coletivos** passaram a prevalecer sobre a legislação. Com isso, o que for acertado entre empregado e empregador não é vetado pela lei, respeitados os direitos essenciais como férias e 13º salário. O pagamento da **contribuição sindical**, equivalente a um dia de trabalho, deixou de ser obrigatório. A **jornada de trabalho**, antes limitada a 8 horas diárias e 44 horas semanais, pode ser agora pactuada em 12 horas de trabalho e 36 horas de descanso, respeitadas as 220 horas mensais. As **férias**, de 30 dias corridos por ano, agora podem ser parceladas em até três vezes. Possibilidade do **trabalho intermitente**, com direito a férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), contribuição previdenciária e 13º salários proporcionais. O salário não pode ser inferior ao mínimo, nem aos vencimentos de profissionais na mesma função na empresa. (DA REDAÇÃO, Senado Notícias, 2019).³³

Destes pontos destaco a problemática do “negociado vs legislado”. Quando botamos o negociado acima da lei, não criamos limites ao que pode vir a ser. E, se por um lado, amplia-se a possibilidade de acordos coletivos, por outro, sobretudo em contexto de desemprego crescente e acentuada queda do salário médio, enfraquece a estrutura sindical, fragmentando sua base social. O fim da contribuição sindical obrigatória não foi realizado de modo gradual e a partir de estudos sobre a situação financeira dos sindicatos, comprometendo, severamente, os sindicatos mais débeis. Desta forma, deixa o trabalhador exposto, só, em uma negociação extremamente desigual, em que, sem diálogo com sua classe, esse trabalhador vê apenas duas alternativas: aceitar a proposta do patrão ou o desemprego.

A palavra “acordo” aparece 34 vezes no texto da nova lei, sempre como uma possibilidade a ser definida “entre as partes”, empregado e empregador, que (e não me contentarei em dizer apenas uma vez) possuem um grau extremamente assimétricos de poder, pela posição que ocupam. A palavra “acordo” significa, pelo dicionário online de português:³⁴

³³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 28 fev. 2022.

³⁴ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/acordo/>. Acesso em: 27 de fev. 2021.

Ação de acordar, entrar em concordância; convenção; os Estados de opiniões contrárias entraram em acordo. **Em que há harmonia de pensamentos; concórdia:** o acordo entre os irmãos é essencial. Ação de mudar para se adaptar as novas circunstâncias; combinação: os gerentes fizeram um acordo para evitar a demissão dos funcionários. Em que há consentimento; aprovação ou permissão: comprou aquele vestido com o acordo da mãe. (DICIO, Dicionário Online de Português, 2021, grifo nosso).

Assumir que existe tal “harmonia de pensamentos” entre as partes e não a imposição de interesses de uma parte sobre a outra é falso. Uma artimanha do discurso para camuflar a defesa dos interesses capitalistas na lei, ideologia.

Na reforma já está explícito em diversos artigos a possibilidade de negociação **individual**, como no Art. 59: “A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.” (BRASIL, Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017).

Em maior ou menor medida, a transição para a sociedade de serviços nas últimas décadas guarda relação direta e indireta com as condicionalidades impostas pelo neoliberalismo. No Brasil isso não foi diferente, ainda que o receituário tenha sido internalizado tardiamente, suas consequências foram inequívocas e expressivas. (POCHMANN, 2020, p. 37).

Como apresentado, esse “receituário” neoliberal vem sendo aplicado no Brasil já nas últimas décadas e ganha respaldo legal através da reforma trabalhista. Poderia usar como um dos marcos de enraizamento do neoliberalismo no Brasil “A Reforma do Estado dos anos 90” do então ministro Bresser-Pereira.

Ou, em outras palavras, está implícito que a coordenação do sistema econômico no capitalismo contemporâneo é, de fato, realizada não apenas pelo mercado, como quer o neoliberalismo conservador de alguns notáveis economistas neoclássicos, mas também pelo Estado: o primeiro coordena a economia através de trocas, o segundo, através de transferências para os setores que o mercado não logra remunerar adequadamente segundo o julgamento político da sociedade. (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 9).

O intelectual orgânico do capital brasileiro enxerga a importância do Estado para o capital, tanto para a esfera política quanto para a administrativa e econômica. No entanto (mas como esperado) não atribui a crise econômica dos anos 80 a uma crise estrutural do sistema econômico — como em contraponto revela Mészáros (2014) — mas sim a uma crise consequente ao modelo de Estado então vigente. “O Estado moderno é anterior ao mercado capitalista porque é o Estado que garantirá os direitos de propriedade e a execução dos contratos, sem o que o mercado não poderá se constituir.” (BRESSER-PEREIRA, 1997 p. 10). Quando localiza o foco e origem da crise no Estado, encontra também sua solução na

mudança da estrutura deste Estado, propondo um “Estado social-liberal” através de uma reforma que, segundo o mesmo, possui quatro itens básicos, sendo o primeiro:

a delimitação das funções do Estado, **reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e publicização.** (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta); (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 19, grifo nosso).

Apesar de defender uma posição apresentada como “social-liberal” e não neoliberal, o social-liberalismo, como pode ser visto desde o governo Blair, é tão somente uma variação do sistema de acumulação neoliberal. Embora não trate diretamente da regulação do trabalho, apresenta o gérmen deste afastamento do Estado de diversos setores da sociedade, os quais ele denomina “não essenciais” — os serviços — onde se insere o setor educacional e científico.

2.2 A ofensiva do capital sobre o trabalho durante a pandemia da covid-19

A presente subseção focaliza as medidas de flexibilização dos direitos trabalhistas e mudanças nos direitos sociais em decorrência do aprofundamento da crise em consequências das medidas regressivas adotadas a partir de 2016.

É importante compreender que, apesar de diversas perdas sociais terem afetado os trabalhadores durante a pandemia, estas são produtos de múltiplos fatores, que de maneira geral se aceleraram neste cenário catastrófico de 2020/1. Como camadas de tinta sobre um quadro, é necessário olhar ao menos para três dimensões da crise que se instaura em 2020: a dimensão sanitária, política e econômica-social.

O ano de 2020 se iniciou a partir do desmonte e ataque às áreas de cultura, meio ambiente e educação realizados no primeiro ano de governo Bolsonaro. No plano político-ideológico houve a consolidação dos discursos de ódio.

Esse discurso de violência simbólica, que se concretiza em violência física para grande parte da população, se utiliza da manipulação de sentimentos e promete o retorno a um passado mítico de paz e segurança.” (CARTA CAPITAL, 2020).³⁵

A tensão, o bolsonarismo e às reações populares contrárias às ações do governo, (neoliberais no campo da economia e ultra conservadoras no âmbito da cultura) produziu um clima de insegurança política. Esta era a tônica do ano início do ano tanto para o Brasil como para outros países da América Latina que passavam por contextos parecidos (El País, 2020).³⁶

³⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/por-uma-resistencia-consciente-afetiva-e-efetiva/>. Acesso em: 06 fev. 2022.

Esse novo/velho modo de governo é produto da crise do próprio capitalismo neoliberal. Um governo eleito no bojo de uma crise econômica e política, se elegeu sustentado na crise das instituições políticas do Brasil, em uma campanha baseada em *fakenews* e na construção de “inimigos imaginários” como direitos humanos, democracia, a liberdade e diversidade sexual, a diversidade indenitária, e o PT. (CARTA CAPITAL, 2020).

O governo Bolsonaro, buscou, portanto, de forma coerente com suas propostas e campanha, manter sua base de apoio tanto dos setores dominantes como da “massa bolsonarista”, através de discursos negacionistas, a fim de se desresponsabilizar pelas quarentenas mais restritivas e as consequentes quedas nas taxas de lucro das empresas, passando tal responsabilidade aos governadores que escolheram assim proceder prezando pela vida.

Eduardo Costa e Pinto em seu Diário da Crise 06 é assertivo quando diz que o governo Bolsonaro não produz a crise, mas se aproveita dela. É um governo que como um parasita encontra espaço para crescer num corpo já debilitado. Todavia, aprofunda tanto a crise econômica, quando política, institucional e humanitária, redefinindo de forma radical as prioridades da política nacional através de suas medidas governamentais para a sustentação dos setores empresarial dominante, mesmo no cenário pandêmico.

Sobre a condição sanitária os boletins da Fiocruz são uma fonte confiável, e acurada de informação, e expõe de forma objetiva o número de casos registrados, embora ciente de que são subnotificados e o número de óbitos das vidas menosprezadas pelo então presidente da república, e seus apoiadores.

A COVID-19 foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em 30 de janeiro e pandemia em 11 de março de 2020. Até 21 de agosto de 2021 foram quase 21 milhões de casos e 570 mil óbitos no Brasil. (NOTA TÉCNICA, Observatório Covid-19, Fiocruz, 2021).

Sobre o quadro econômico do país em 2020, o DIEESE apresenta uma síntese de indicadores relevantes comparando com mesmo período, primeiro trimestre, do ano anterior. De forma geral é importante indicar que o país já se encontrava em um quadro de baixo crescimento econômico considerando PIB. Mas segundo os indicadores do DIEESE (2020) o quadro do país na pandemia é de “uma atividade econômica debilitada” considerando: inflação acima do esperado; mercado de trabalho volátil — o trabalho informal que vinha se expandindo sofre forte reversão, enquanto o trabalho formal que não apresentava crescimento também se retrai, em especial o assalariamento do setor privado (setor que se encontra o

³⁶ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/03/internacional/1578073203765673.html>. Acesso em: 01 mar. 2022.

objeto de pesquisa desta tese); e arrecadação fiscal em queda. De forma geral, este foi o cenário em que as profissionais de educação se encontravam em 2020 no decorrer da pandemia, com insegurança sanitária e trabalhista.

Segundo o mesmo órgão, “É imperioso uma articulação entre as políticas públicas e os diversos entes federativos da União, com ampliação dos investimentos públicos, financiamento de políticas de renda e manutenção de empregos, (...)” (DIEESE, 2020, p. 4). Compreendendo que para a ampliação dos investimentos públicos e o financiamento das políticas necessárias são imprescindíveis medidas como:

reforma tributária com verdadeira justiça fiscal (**com impostos como o sobre grandes fortunas e heranças**) e a **revogação da Emenda Constitucional nº 95, mais conhecida como “Teto dos Gastos”**, responsável direta pela deterioração do investimento e das políticas públicas nos últimos anos. (DIEESE, 2020, p. 4, grifo nosso).

Como sabido, pelo decorrer da história recente, não houve taxaço de grandes fortunas, tampouco revogação da Emenda Constitucional nº 95, ou seja, os gastos públicos seguiram estagnados. É necessário averiguar e questionar as medidas adotadas pelo governo federal para sanar ou apaziguar o cenário de crise econômica.

Apresentarei uma lista das medidas de 2019 a 2021, como publicadas no site do governo federal,³⁷ me atendo às que atingem diretamente os direitos sociais e trabalhistas e analisando-as brevemente à luz da teoria crítica.

Tabela 2: Quadro geral de medidas econômicas do governo Bolsonaro 2019-2021

Nome da ação de acordo com o site	Descrição da ação de acordo com o site	Comentários autorais
MEDIDAS ECONÔMICAS DO GOVERNO BOLSONARO 2019		
Regulamentação da Lei de Liberdade Econômica – Licenciamento 4.0	No âmbito da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), o Decreto nº 10.178/2019 regulamentou a classificação de risco de atividade econômica e aprovação tácita, o Licenciamento 4.0,	A desregulamentação e o descontrole sobre licenças de atividades econômicas de risco passa a ser chamada de “modernização dos pro-

³⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoesna-area-economica/acoes-2019>, publicado originalmente em 31/12/202 e atualizado em 16/06/2021. Acesso em: 01 mar. 2022.

	que moderniza os processos de liberação de licenças, alvarás, permissões, autorizações e cadastros de empresas no país.	cessos de liberação de licença” aumentando a vulnerabilidade dos ecossistemas e população.
Novo FGTS – Lei nº 13.932/2019	Anunciado pelo governo federal em julho de 2019, o Novo FGTS busca facilitar o acesso dos trabalhadores ao saldo da sua conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. As novas medidas estão presentes na Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019. Há vários pontos de destaque. O principal é a liberação do saque imediato de até R\$ 500,00 por conta ativa ou inativa.	Exclui da descrição um dos objetivos da lei “e extinguir a cobrança da contribuição de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa” Lei Nº 13.932/2019, o que facilita aos empregadores a adoção de despedida sem justa causa.
Redução no número de estatais	Em 5 de dezembro de 2019, foi aprovada a liquidação da Correios Participações S.A. (CorreiosPar).	Parte do projeto de privatizações de serviços e consequentemente mudança na regulação de seus trabalhadores.
Financiamento de projetos para estados e municípios com recursos externos	Em 2019, até o início de dezembro, foram contratados 33 projetos, sendo 2 federais, 17 de interesse de estados e 14 de municípios, totalizando USD 3,150 bilhões em investimentos em projetos de saneamento, educação , mobili- dade e	É a desobrigação total do Estado nacional e a entrega do público ao estrangeiro. Perda da soberania nacional.

	desenvolvimento urbano e melhoria da capacidade da gestão fiscal, entre outros.	
Nova Previdência	<p>A Reforma da Previdência (PEC 06/2019), aprovada de forma definitiva pelo Congresso Nacional em 23 de outubro de 2019, é essencial para permitir que o Brasil volte a ter equilíbrio fiscal e retome fôlego para investir em áreas prioritárias como saúde, educação, segurança e infraestrutura. Também vai garantir o pagamento atual e futuro das aposentadorias, pensões e benefícios. A proposta tem impacto sobre os atuais 31 milhões de beneficiários e reorganiza o sistema para os mais de 71 milhões de segurados da previdência do INSS e dos servidores públicos federais. A economia estimada pode ultrapassar R\$ 800 bilhões nos próximos dez anos, dinheiro que poderá ser aplicado, por exemplo, em saúde, educação, infraestrutura e segurança.</p>	<p>A relação direta e positiva entre a exclusão e diminuição da seguridade social a benefícios e direitos sociais como “saúde e educação” é uma estratégia perversa de discurso ideológico e falso. A PEC 06 é apenas a extração de direitos dos/as trabalhadores/as.</p>
Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego – Vouchers	<p>A Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego, instituída pelo Decreto nº 10.110, de 11 de</p>	<p>Em paralelo com a falta de investimentos em educação, e pautando uma educação acrítica e</p>

empresariais	<p>novembro de 2019, tem como objetivo combater os problemas de alinhamento entre a oferta e a demanda de cursos de qualificação profissional. Os empregadores receberão vouchers, os quais garantirão vagas em cursos oferecidos pelo “Sistema S”. O trabalhador vai ser qualificado exatamente em habilidades e funções que são efetivamente demandadas pelo setor produtivo.</p>	<p>tecnicista, esta estratégia tem como objetivo impedir a formação omnilateral aos trabalhadores/as, destituindo-os de suas dimensões humana, cidadã e crítica. Preparando-os apenas e completamente às demandas da produção.</p>
Proposta de Emenda Constitucional nº 188/2019 (PEC do Pacto Federativo)	<p>(...) A PEC do Pacto Federativo, poderá destinar cerca de R\$ 400 bilhões da parte da União para estados e municípios nos próximos 15 anos, com recursos referentes a royalties e participações especiais do petróleo.</p>	<p>E “permite a redução temporária da jornada de trabalho de servidores públicos como medida para reduzir despesas com pessoal”.</p>
Flexibilização de saques do FGTS e PIS/Pasep	<p>Novo FGTS (Medida Provisória 889/2019) facilita o acesso do trabalhador ao saldo da sua conta do Fundo, possibilitando a retirada periódica de parcela de seus recursos, o chamado “saque aniversário”. Além do Saque Aniversário, criou-se outra modalidade de saque — o Saque Imediato —, que possibilitou aos trabalhadores retirarem até R\$</p>	<p>A facilitação ao acesso ao FGTS, vem como uma mitigação da redução dos direitos pela reforma da previdência.</p>

	500 por conta (ativa ou inativa), até março de 2020.	
Inclusão dos motoristas de aplicativo no Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	Desde 14 de maio, com o Decreto nº 9.792, motoristas de aplicativo fazem parte do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).	
Redução de R\$ 61 bilhões nos empréstimos e financiamentos das empresas estatais federais entre dezembro de 2018 (R\$ 386 bilhões) e setembro de 2019 (R\$ 325 bilhões)	A medida é consequência dos desinvestimentos realizados, cujo objetivo consiste em permitir que as empresas foquem em sua atuação primordial. A variação foi decorrente, principalmente, da redução da dívida da Petrobrás.	“Desinvestimentos” em empresas nacionais, abertura econômica, privatizações, um caminho para produzir a falência das Estatais e a entrega da economia nacional ao estrangeiro.
Abertura do mercado de refino.	O governo promoveu a abertura do mercado de refino no país para promover uma maior concorrência no setor. Em junho de 2019, foi assinado Termo de Compromisso de Cessação (TCC) por meio do qual a Petrobras se comprometeu a vender oito refinarias de petróleo, incluindo os ativos relacionados a transporte de combustível.	Idem.
Simplificação da autorização de funcionamento de	Em 8 de maio de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.787, que delegou competência ao ministro	Idem.

empresas estrangeiras	da Economia para praticar os atos de autorização de funcionamento de sociedade estrangeira no país.	
Declaração de Direitos de Liberdade Econômica	A Medida Provisória nº 881/2019, conhecida como MP da Liberdade Econômica, foi convertida na Lei nº 13.874/2019 e traz alterações que desburocratizam e favorecem o ambiente de negócios. A lei traz declaração com dez direitos de liberdade econômica, como o direito de toda pessoa desenvolver atividade econômica de baixo risco sem a necessidade de atos públicos de liberação da atividade econômica (como licenças, autorizações, inscrições e alvarás exigidos como condição prévia para o exercício de atividade econômica) e gozar de presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica.	Como é possível avaliar o grau de risco, se não há avaliação e licenciamento? Qual empresa capitalista age em nome de “boa-fé”, e não dos lucros?
MEDIDAS ECONÔMICAS DO GOVERNO BOLSONARO 2020		
Financiamento de projetos para estados e municípios com recursos externos	Em 2020, até dezembro, foram contratados 27 projetos, sendo 7 federais, 3 de interesse de estados e 17 de municípios, totalizando USD 3,773 bilhões em investimentos em projetos emergenciais de combate aos	Segue na mesma linha, com desobrigação do Estado e aumento da dívida externa. O discurso apenas se adaptou ao cenário pandêmico.

	<p>efeitos da pandemia, de saneamento, educação, mobilidade e desenvolvimento urbano e melhoria da capacidade da gestão fiscal, entre outros. Projetos com BIRD e KFW para minimizar os efeitos da pandemia no valor total de USD 1,420 bilhões.</p>	
Brasil na rota do emprego	<p>A economia brasileira está superando positivamente a fase mais crítica da pandemia da Covid – 19. Em novembro os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) registrou o melhor resultado da série histórica, com 414.556 novos postos de trabalho com carteira assinada. Pela primeira vez, após o início da pandemia, o saldo acumulado no ano ficou positivo.</p>	<p>O governo cria uma nova METODOLOGIA para aferir os empregos e desempregos a fim de questionar os índices apresentados pelo IBGE através da PNAD (pesquisa nacional por amostras de domicílio contínua), deturpando a realidade para mascarar a crise econômica, sem, realmente, criar empregos.</p>
Projeto de Lei do Marco Legal de Startups e Empreendedorismo Inovador	<p>O Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador visa alavancar o ecossistema de startups no Brasil. Mesmo reconhecendo-se o risco e a (...). Projeto de Lei Complementar nº 249/2020,</p>	
Descomplica	Portarias revogadas, normas mais	Criação de um apli-

trabalhista	modernas em substituição ao que não faz mais sentido e modificações para tornar o eSocial mais simples são as primeiras entregas do Descomplica Trabalhista, o programa de eliminação da burocracia para geração de oportunidades.	cativo que visa facilitar a vida do contratante em detrimento dos direitos do contratado.
Programa de aprendizagem 4.0	Ministério da Economia e Senai lançaram em setembro (2020), o programa de aprendizagem 4.0 para formar futura mão de obra da indústria. Iniciativa foca na oferta de aprendizagem em um formato mais digital e ágil, reunindo competências técnicas requeridas pela Indústria 4.0, além de competências socioemocionais, fundamentais para o mundo do trabalho atual.	Oficialização da desqualificação do trabalho em um “formato mais digital e ágil”, ou seja, a istância e aligeirado.
Nova Administração Pública	O governo federal apresentou no começo de setembro de 2020 a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 32/2020, da Nova Administração Pública. A PEC é a primeira etapa de um conjunto amplo de medidas que têm como objetivo modernizar a administração, contribuir para o equilíbrio fiscal e oferecer serviços de qualidade. As novas regras valerão para os servidores	A PEC n.º 32/2020 ou reforma administrativa tem como objetivo flexibilizar e precarizar o trabalho da/os servidores públicos, deixando de lado, interessadamente, apenas “militares e os membros de poderes”.

	de todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e em todas as esferas (federal, estadual e municipal). Ficam de fora apenas os militares e os membros de poderes.	
AÇÕES ECONÔMICAS DO GOVERNO BOLSONARO EM 2021		
Leilão portuário assegura R\$ 700 milhões em novos investimentos	Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos destacou a marca de praticamente R\$ 610 bilhões de investimentos privados contratados desde o início do governo Jair Bolsonaro.	Expõe o sucesso do objetivo do governo em sustentar parcerias público privadas.
Estudo do Ministério da Economia comprova efeitos positivos das privatizações para os mais pobres	Trabalho aponta, por exemplo, que a privatização dos serviços de telefonia ampliou os investimentos no setor e o acesso aos serviços, com redução substancial de privilégios.	Estudo de um caso “telefonia” que generaliza o “sucesso” da privatização, sem fazer as devidas mediações da importância de outros serviços e tampouco considera outras variáveis como o avanço acelerado do desenvolvimento tecnológico em especial na área de comunicação nas últimas décadas.

Fonte: elaboração própria a partir de informações disponíveis na página do Ministério da Economia no *site* do Governo Federal.³⁸

³⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2019>. Acesso em: 24 jan. 2022.

De forma geral todas as ações e medidas são apresentadas com adjetivos positivos, como “aprimoramento”, “novo”, “positivos”, “melhoras” etc. O que era de se esperar, visto que o conteúdo foi extraído do site do governo e a descrição delas segue com discurso de mesmo tom, definindo ainda um recorte parcial e ideologicamente orientado das medidas. É importante realçar os nexos dessas medidas com a agenda contida no documento “Uma Ponte para o Futuro”. A partir de um olhar ao conjunto das ações, é possível caracterizá-las em quatro eixos:

- 1 – desmantelamento do setor público: seja com ataque aos direitos trabalhistas dos servidores, seja com “desinvestimentos” para as empresas estatais; seja com a privatização de empresas e/ou setores de estatais, com foco na Petrobrás, mas também no saneamento e nos correios;
- 2 – abertura extrema ao capital estrangeiro: seja com a liberação de concorrência de serviços antes estatizados; seja com programas de incentivo de entrada de capital externo em áreas de direitos sociais como saúde, educação, moradia; e com a flexibilização de taxas e controle de importação e exportação;
- 3 – retirada dos direitos sociais trabalhistas aprofundando a contrarreforma trabalhista de 2017, seja através de ataques a frentes mais particulares como servidores públicos, seja ao conjunto da população como a reforma da previdência; e também limitando a formação de trabalhadores a um aspecto técnico;
- 4 – criação de mecanismos digitais (como aplicativos) seja para comunicação com o governo, seja para implementação de empreendimento ou para contratação de trabalhadores/as. Flexibilizando e acelerando processos que compreendem direitos sociais e ambientais.

Essas quatro facetas constituem o cenário de um governo com políticas neoliberais levadas ao extremo. E é a este cenário que se soma a pandemia. Durante a pandemia a flexibilização exploradora ganha contornos assustadores pois, em um momento em que o Estado precisava se fazer presente em sua dimensão de organização e cuidado, em uma gestão que minimizasse os riscos à saúde e vida do povo que preenche as fronteiras dessa nação, o que o Estado fez foi o contrário, traçou e executou um plano de extermínio da população brasileira. Como expôs cuidadosamente Eliane Brum, no periódico *El País*:

Num esforço conjunto, desde março de 2020, o Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos, uma das mais respeitadas organizações de justiça da América Latina, se dedicam a coletar e esmiuçar as normas federais e estaduais relativas ao novo [coronavírus](#), produzindo um boletim chamado *Direitos na Pandemia*

– *Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil*. Nesta quinta-feira (21/1), **lançam uma edição especial** na qual fazem uma afirmação contundente: “Nossa pesquisa revelou a existência de uma **estratégia institucional de propagação do vírus**, promovida pelo Governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República”. Obtida com exclusividade pelo EL PAÍS, a análise da produção de portarias, medidas provisórias, resoluções, instruções normativas, leis, decisões e decretos do Governo federal, assim como o levantamento das falas públicas do presidente, desenham o mapa que **fez do Brasil um dos países mais afetados pela covid-19** (...). (*EL PAÍS*, 2021, grifos da autora).³⁹

Foram as ressalvas presentes na CF de 1988 que permitiram, durante a pandemia, a criação de medidas provisórias que ampliaram a exploração e a espoliação de direitos dos trabalhadores em plena crise sanitária, socioambiental, econômica e, em especial no Brasil, ética. Uma expressão singular das crises sistêmicas enraizadas no agravamento da crise estrutural do capitalismo.

É inevitável traçar um paralelo com outras crises econômicas em que E não de quaisquer pessoas, mas de pessoas que o governo brasileiro considera gastos, os mais velhos, e expropriar ainda mais os direitos de sujeitos já super explorados. Na crise há a chance de “racionalizar as irracionalidades do capitalismo” (ibidem, p. 18), e produzir transformações a partir da racionalização. É, no entanto, no sentido oposto que caminhou o estado brasileiro.

Cabe aqui analisar a Medida Provisória (MP) nº 927/2020 voltada ao direito trabalhista, com justificativa de atenuar o impacto das medidas do isolamento sobre a economia. Toda medida provisória possui força de lei, mas tempo determinado de vigência, devido a seu caráter emergencial. A MP 927 entrou em vigor em 22 de março de 2020 e causou grande mobilização social, fazendo com que no dia seguinte o Art. 18, que permitia a suspensão do salário do empregado por quatro meses, fosse vetado, pelo mesmo sujeito que os propôs, sem que, no entanto, não surtisse efeito sobre os trabalhadores. Os pontos abordados na MP foram:

- o teletrabalho;
- a antecipação de férias individuais;
- a concessão de férias coletivas;
- aproveitamento e antecipação de feriados;
- banco de horas;
- a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho;
- o direcionamento do trabalhador para qualificação;

³⁹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em: 02 mar. 2022.

- o diferimento de recolhimento do fundo de garantia do tempo de serviço – FGTS.

Já em seu artigo segundo, a MP 927 define que

Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, o empregado e o empregador poderão **celebrar acordo individual** escrito a fim de garantir a permanência do vínculo empregatício, que terá preponderância sobre os demais instrumentos normativos, legais e negociais, respeitados os limites estabelecidos na Constituição. (BRASIL, Medida Provisória 927/2020, grifo nosso).

Mais uma retirada do sindicato de jogo, tendo como previsto a preponderância desta medida sobre as leis trabalhistas, sujeitando-a apenas aos limites constitucionais que já preveem tal flexibilização. O trabalhador situa-se cada vez mais em uma posição de fragilidade extrema, sujeito a aceitar qualquer proposta patronal.

O artigo quarto, que norma sobre o “teletrabalho”, dá total autonomia ao empregador, tanto para definir sobre o momento em que o trabalho tornar-se á remoto, quanto ao retorno para o regime presencial. Isso deixa o trabalhador à mercê de critérios que não são a saúde pública.

No quinto parágrafo deste artigo é previsto que o uso de aplicativos para comunicação não será contabilizado como tempo de trabalho pago. Normatiza-se então uma prática já recorrente de sobretrabalho, a disponibilidade do empregado a atender demandas fora da sua jornada.

O artigo sexto dá liberdade ao empregador de antecipar as férias do empregado com aviso anterior de no mínimo 48 horas. Gozar das férias passa a ser um fardo em que não há escolha, no período de isolamento radical em que a MP foi feita.

O Art. 18, o mais aviltante ao trabalhador, foi revogado pela MP 298. Neste, o empregador poderia suspender o contrato de trabalho por quatro meses consecutivos, sem que isso fosse considerado demissão, ou seja, sem pagar salário ou os encargos devidos ao empregado em circunstância de demissão.

As afrontas aos trabalhadores não pararam por aí, a MP 936 de 01 de abril, convertida na Lei nº 14.020 de 06 de julho de 2020, que “institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública”, apresenta os seguintes objetivos:

I - preservar o emprego e a renda; II - garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais; e III - reduzir o impacto social decorrente das consequências do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública. E pretende realizar estes objetivos através das seguintes medidas: I - o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; II - a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário; e III -

a suspensão temporária do contrato de trabalho. (BRASIL, Lei nº 14.020 de 06 de julho de 2020).

Não há quem em sã consciência questione os objetivos desta lei. No entanto as medidas adotadas para alcançá-los são não apenas questionáveis como contraditórias. Atrelar o pagamento do benefício emergencial à redução de salários e suspensão de salários é claramente uma forma de apaziguar o ânimo dos trabalhadores, cedendo plenamente aos interesses dos empregadores. No fim quem sangra são as contas do Estado, não em nome dos empresários, mas “em defesa dos trabalhadores”. Uma estratégia mais rebuscada do que a apresentada pela primeira MP trabalhista.

É importante ressaltar que as três medidas (redução de jornada e salário, suspensão de contrato e pagamento do benefício) são circunscritas a um acordo. Como por exemplo:

Art. 9º O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda poderá ser acumulado com o pagamento, pelo empregador, de ajuda compensatória mensal, em decorrência da redução proporcional de jornada de trabalho e de salário ou da suspensão temporária de contrato de trabalho de que trata esta Lei. § 1º A ajuda compensatória mensal de que trata o **caput** deste artigo: **I - deverá ter o valor definido em negociação coletiva ou no acordo individual escrito pactuado; II - terá natureza indenizatória.** (BRASIL, Lei nº 14.020 de 06 de julho de 2020).

A natureza do benefício expõe que este trabalhador foi lesado anteriormente. No caso, pelo “acordo” anterior em que teve seu salário reduzido ou seu contrato suspenso. Assim como na Reforma trabalhista de 2017, a palavra “acordo” é usada repetidas vezes (precisamente 39 vezes, sendo destas: 8 em “acordo coletivo”, 13 em “acordo individual”, além de 7 vezes usada a palavra “pactuação” e 8 a palavra “convenção”) numa insistente tentativa de criar a ideia de que há um consenso sendo feito entre trabalhador e empresário enquanto há, na realidade, a sobreposição dos interesses do empresário sobre os trabalhadores.

O Decreto nº 10.422, de 13 de julho de 2020 “Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020”. Torna, tanto as suspensões de contrato como as reduções de carga horária e salarial possíveis, com prazo máximo de até cento e vinte dias.

Segundo Antunes (2015, p. 168), “o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. (...)”. Este, por sua vez, desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção”. Esta afirmação embora fundamentalmente verdadeira é invertida quando o trabalho se desenvolve no cerne do capitalismo. E para cada realização dos trabalhadores em um caráter genérico, na conformação de sujeitos sociais e, portanto, humanos, o sistema alicerçado na propriedade privada cria mecanismos (para se

manter vigente, e pouco questionado, embora muito questionável) que afasta os trabalhadores de sua humanidade, ou seja, de seus semelhantes, do caráter social do trabalho. A contemporânea flexibilização do trabalho é uma dessas formas.

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se *estranho*. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. **O processo de trabalho se converte em meio de subsistência.** (ANTUNES, 2015, p. 171, grifo nosso).

Ao contrário da tese do “fim do trabalho”, o que verificamos na prática é a expansão do capital sobre segmentos da sociedade antes atravessados pela lógica e ideologia do capitalismo, mas fora do sistema de extração de mais valia.

Foi no contexto de reestruturação produtiva, de recomposição do domínio do capital, que essas teses começaram a ser formuladas. A partir da década de 1970, alguns autores (GORZ, 1987, 2005; CASTEL, 1998) passaram a defender a suposta perda da centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas. Assim, diferentes perspectivas se construíram: algumas baseadas no movimento do capital fictício, que afirmava seus interesses e sua hegemonia no ciclo do capital, algumas devido à degradação da condição de assalariado, e outras que se baseavam preponderantemente na tese que a sociedade se organiza em torno ao conhecimento, e que isto, por sua vez, daria lugar a novas relações sociais e novas estruturas. (SILVA, 2018, p. 67).

Assim, ao invés de “adeus ao proletariado”, Gorz (1982, apud ANTUNES, 2015), no Brasil — bem como em todo mundo, mas em especial nos países de desenvolvimento capitalista dependente e tardio — a tônica para muitos trabalhadores é “olá precariado”⁴⁰. Ciente de que esta forma de trabalho informal, sem direitos ao que chamamos de precário, não foi uma novidade no capitalismo dependente.

“Tal cenário crítico se acentuará com a expansão da chamada Indústria 4.0” (ANTUNES, 2020, p. 13). Indústria 4.0, é uma proposta nascida na Alemanha em 2011 que compreende “um novo e profundo salto no desenvolvimento tecnológico no âmbito produtivo (em sentido amplo), estruturado a partir das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), que se desenvolvem de modo célebre.” (idem) Sendo hoje quase impossível encontrar algum trabalho que não tenha alguma forma de dependência nos aparelhos de comunicação seja celular, seja computador, tablete e afins. Tais equipamentos se convergem rapidamente em mecanismos de controle do capital sobre o trabalho.

⁴⁰ O termo descritivo “precariado” foi usado pela primeira vez por sociólogos franceses nos anos 1980 para descrever os trabalhadores sazonais; mas a noção de “precariado” se popularizou entre os estudiosos do tema no início dos anos 1990, a fim de descrever o amplo contingente de trabalhadores temporários e sem segurança de vínculo laboral. (SILVA, 2019, p. 4).

Em paralelo com os processos político-econômicos, foi criada e ressignificada uma gramática própria da Indústria 4.0 “*plataform economy, crownsourcing, gig economy, home office, home work, sharing economy, on-demand economy coworking*, sinergia, resiliência, colaborador, parceiro, empreendedor e outros. (ANTUNES, 2020, p. 19).

“A principal consequência da Indústria 4.0 para o mundo do trabalho será a ampliação do trabalho morto (...) e redução do trabalho vivo”. (Ibidem, p. 14). E, embora como já apresentado nesta tese, o trabalho humano seja fundamental para reprodução do capital, fica evidente que uma parcela de trabalhadores é “descartável” e quanto mais precária sua condição mais fácil de ser reposta. Na atual “necropolítica” do Brasil a eliminação da força de trabalho sobranete ocorreu de forma irrecuperável, com a morte de mais de 500 mil de pessoas. (vide gráfico 05 algumas páginas a seguir).

De acordo com Silva (2018, p. 68) “Crises socioeconômicas provocam destruições sobre as quais são construídas novas estruturas, e os impactos da desestruturação recaem sobre a recomposição do trabalho”. É quando o capital está em crise que o trabalho melhor se estrutura, e quando o capital se recupera é que o trabalho sofre as consequências de sua recuperação e, portanto, entra em crise. Desta forma o trabalhador sente sempre "atrasado" a crise do capital. E talvez, por isso, não dê conta de se organizar para interferir na transformação do processo que lhe avilta.

Estamos vivendo um processo de “informalização com informatização”, (Antunes, 2020, p. 21) justificado pela necessidade de recuperação da economia pós-pandemia, combinando a aplicação da mais moderna tecnologia às condições mais primordiais de trabalho no capitalismo. Como evidências Antunes

(...) as jornadas diárias frequentemente superiores a oito, dez, doze, quatorze horas; remuneração salarial rebaixada, em contraposição ao aumento e intensificação do trabalho (traço que vem se agudizando na pandemia); crescimento de um contingente sem acesso a qualquer direito social e do trabalho; (...). (ANTUNES, 2020, p. 21).

Usando como exemplo o ensino a distância (EaD) e o trabalho docente, Ricardo Antunes (2020) apresenta uma hipótese sobre a atual relação capital-trabalho: “(...) estamos ingressando em uma nova fase de **desantropomorfização** do trabalho, agora caracterizada pela subsunção real do trabalho à nova máquina-ferramenta-informacional (...)” (ANTUNES, 2020, p. 22, grifo nosso). Apesar do suposto caráter “emergencial” das diversas opressões sofridas pelos trabalhadores durante a pandemia, tais medidas, sejam políticas, ou de particularidades institucionais, já tinham palco montado.

Tom Slee (2017) em sua crítica à dita “economia do compartilhamento”, aponta que “Os negócios da economia do compartilhamento se erguem sobre dois aspectos. **Primeiro, a inovação de usar telefones e sites para construir plataforma. Segundo, evitar os custos da regulação.**” (SLEE, 2017, p. 33, grifo nosso).

O autor apresenta a forma que empresas como a *Uber* e *Airbnb* ganharam espaço no mercado com o discurso do “compartilhamento” e da “tecnologia para o bem” que entusiasma em especial jovens que não querem o velho receituário liberal. Mas rapidamente essas empresas apresentam seu verdadeiro aspecto, corporações que frias e distantes do consumidor exploram ao máximo seus empregados, a quem chamam de parceiros, escapando da regulação trabalhista.

Além desse aspecto é importante ressaltar que há neste processo a coleta e armazenamento de dados pessoais, tanto de trabalhadores quanto de usuários e consumidores de forma generalizada, mas concentrada em poucas corporações. “Esse mapeamento e gerenciamento hoje incorporam, de novas maneiras ainda pouco conhecidas, a vida cotidiana de trabalhadores, usuários, consumidores.” Zuboff (2018, 2019, apud ABÍLIO, 2020, p. 113).

Cabe aqui, observar como essas estratégias de negócio chegam no Brasil sem comover a massa acerca “da beleza do compartilhamento”. Num ambiente “tropical-dependente” as sementes da precarização germinam sem que seja necessário lhes quebrar a dormência. Embora carregadas ainda em seu discurso ideológico da suposta vantagem da autonomia do trabalhador. E vale destacar como já havia um solo legal preparado para receber essas entusiasmadas iniciativas do capital.

Entretanto, é preciso compreender toda essa novidade não só como atualização e mudanças qualitativas de processos em curso há décadas, mas também como espraiamento e visibilização de elementos historicamente associados aos mercados de trabalho periféricos. (ABÍLIO, 2020, p. 113).

Ludmila Abílio (2020) evidencia um aspecto extremamente relevante da natureza desse processo contemporâneo, chamado de Uberização, ele não é novidade por aqui se compreendermos o sentido de capitalismo dependente.⁴¹ Ou seja, finalmente estamos

⁴¹ A entrada de países recém independentes, com a manutenção do modo de produção colonial, no sistema econômico mundial já capitalista gera a concomitância de dois tempos históricos distintos: o modo de produção pré-capitalista e uma relação de trocas já inserida no sistema capitalista. Essa configuração aponta para uma inserção na divisão internacional do trabalho em uma posição desfavorável à economia interna. No entanto, havia uma coerência entre os interesses das elites nativas e as necessidades do mercado mundial, que resultou em manterem-se intactas as estruturas econômicas e sociais, inaugurando no país uma adesão desordenada às instituições do capitalismo comercial (Fernandes, 1986).

exportando algo além de commodities para o capitalismo central, formas de superexploração do trabalho.

As indistinções entre o que é e não é tempo de trabalho, a nebulosidade entre o que é e não é trabalho, as imbricações do espaço doméstico no espaço de trabalho são alguns dos elementos que compõem a flexibilização do trabalho e hoje se aprofundam sob uma nova forma de gestão e controle. (ABÍLIO, 2020, p. 112).

E, como nos revela Ludmila Abílio (2020), trabalhos femininos invisibilizados (como as revendedoras de cosméticos) já apresentavam alguns traços da chamada “Uberização” do trabalho sem no entanto o uso de plataformas digitais, expondo o que é essencial desta “nova-velha” forma de exploração.

A uberização refere-se às regulações estatais e ao papel ativo do Estado na eliminação de direitos, de mediações e controles publicamente constituídos; resulta da flexibilização do trabalho, aqui compreendida como essa eliminação de freios legais à exploração do trabalho, que envolve a legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador. (ABÍLIO, 2020, p. 112).

A partir da exposição acima e das análises de leis apresentadas anteriormente desde a CF/88, até MPs do governo Bolsonaro, passando por duas leis trabalhistas de 2017, podemos inferir que o Estado brasileiro tem, sistematicamente, produzido medidas que eliminam os limites à exploração do trabalho, flexibilizando os direitos trabalhistas e transferindo não apenas custos e riscos, mas também a responsabilidade de seus “acordos” precários aos trabalhadores. Desta forma,

Está em jogo a tendência de uma generalização em nível global de características persistentemente invisibilizadas e fortemente associadas à marginalidade, ao trabalho informal e, mais genericamente, ao mundo do trabalho da periferia (ABÍLIO, 2018 p. 113).

Há uma convergência aí entre a perspectiva de Abílio (2018) com a pensadora Virginia Fontes (2012), que adota a categoria de “superexploração” de Marini (1977), com ressalvas, em destaque a não restrição dessa expressão do capital à periferia, segundo tal autora:

As expropriações de direito ocorrem mundo afora, em paralelo à oferta de serviços industrializados para aliviar as necessidades antes supridas como direitos, podem ser analisadas como formas de superexploração do trabalho (FONTES, 2012, p. 355).

Ambas autoras observam a **superexploração como um processo mundializado**, no entanto com particularidades na sua expressão dependendo da história do desenvolvimento capitalista e contexto de cada país.

Num caso como no outro, parcela do salário – trabalho necessário- destina-se seja à compra de um bem expropriado aos trabalhadores como saúde e educação, etc., seja à constituição de fundos para suportar tais despesas no futuro, como planos de saúde, ou fundos de pensões para as aposentadorias mitigadas ou extintas. Neste último caso, parcela dos salários se converte em capital. Mas, além disso, há ainda uma nova modalidade de superexploração: o uso capitalista da força de trabalho sem contrato, **ou a expropriação do próprio contrato de trabalho**, de tal forma que se instaura uma jornada sem limites, cuja remuneração explicita uma imposição econômica, social e política de patamares *infra-históricos de subsistência dos trabalhadores*. (FONTES, 2012, p. 355, grifos em itálico da autora, em negrito nosso).

Não houve uma apropriação do modelo de produção Toyota, mas a incorporação de um discurso toyotista no que concerne o envolvimento do trabalhador e o autocontrole, aprofundando uma dimensão exploratória do trabalho que já existia aqui. Conforme aponta Abílio (2020, p. 116 e 117) “A condição do trabalhador *just-in-time* é estar disponível para ser imediatamente utilizado, mas ser remunerado unicamente pelo que produz.” E ratifica que

A eterna batalha do capital para a redução dos poros do trabalho é finalmente resolvida. Note-se que já não se trata de conseguir utilizar a força de trabalho integralmente ao longo de uma jornada de trabalho definida: trata-se de ter a força de trabalho permanentemente disponível e só fazer uso dela quando necessário, remunerando-a estritamente pelo que for produzido. (ABÍLIO, 2020, p. 117).

Uma outra especificidade do processo de uberização é o *crowdsourcing*, que significa literalmente uma multidão a procura, no caso do trabalho, sem que alguém seja contratado ou até especificamente solicitado. São trabalhadores disponíveis e engajados por meio de plataformas sociais, desafios, *hankings*, pessoas que dedicam seu tempo e seus custos de trabalho para realizar tarefas pelas quais podem ou não ser remuneradas. (ABÍLIO, 2020).

O que é novo no Brasil não é a precarização do trabalho em si, mas a subsunção deste a poucas e grandes corporações que passam a ter o controle e a racionalizar e gerenciar este trabalho. (ABÍLIO, 2020). Uma parte das características dos trabalhos uberizados é tipicamente característica de trabalhos femininos, como o cuidado, o trabalho doméstico, a produção de “quentinhas” ou comida congelada, a costureira, a revendedora de cosméticos, e por que não a “tutora”.

O Brasil conta com mais de 20 milhões de desempregados, incluindo os desempregados da informalidade (ANTUNES, 2021). A situação dos trabalhadores no Brasil é tão extrema que em um boletim publicado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em maio de 2021, foram apresentadas taxas de desligamento por morte de profissionais celetistas entre os primeiros trimestres de 2020 e

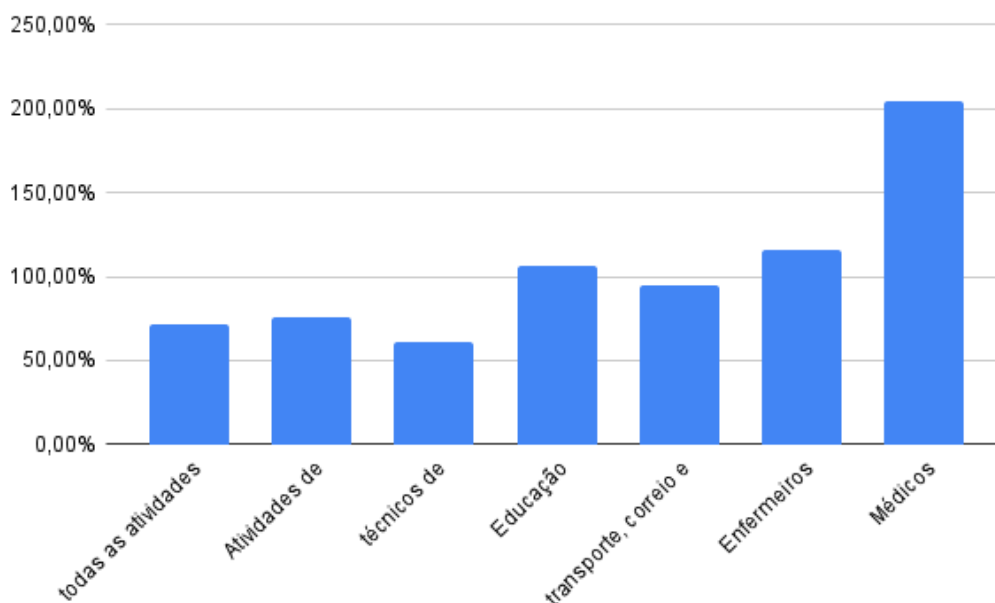
2021. E os desligamentos por morte dos trabalhadores com carteira assinada cresceram 71,6%.

A média é por si só assustadora, mas quando analisamos comparativamente as categorias a partir dos dados apresentados no boletim os valores são ainda mais alarmantes. Segundo o relatório

Entre todas as atividades econômicas, as que apresentaram maior crescimento no número de desligamentos por morte estão: educação, com 106,7%, transporte, armazenagem e correio, com 95,2%, atividades administrativas e serviços complementares, com 78,7% e, saúde humana e serviços sociais (agregado), com 71,7%. (DIEESE, 2021, p. 1).

Embora o boletim apresente diversos gráficos, não inclui a categoria dos profissionais de educação em nenhum deles. O gráfico abaixo, de minha autoria, facilita uma análise comparativa entre as categorias com maior número de desligamentos por morte entre 2020 e 2021.⁴²

Gráfico 5: Taxas de crescimento do número de profissionais desligados por motivo de morte comparando o primeiro trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021



Fonte: DIEESE, 2021.⁴³

Verifica-se que os profissionais da educação ficam atrás apenas dos profissionais da área da saúde (médicos e enfermeiros), seguidos de perto dos profissionais do transporte. O

⁴² No terceiro boletim subsequente, de número 21, publicado em junho de 2021, o DIEESE apresenta um aumento acentuado no número de mortes na educação. Com 612 contratos formais extintos devido ao falecimento de trabalhadores/as da educação para o período de 2021.

⁴³ Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2021/boletimEmpregoEmpauta18.html>. Acesso em: 29 maio 2021.

ranking da morte é apenas um retrato fúnebre e numérico da realidade, que expõe sem rodeios o nível de exposição ao vírus de cada profissão. É imprescindível salientar que os trabalhos informais, não estão registrados neste gráfico. Inclusive muitos médicos não possuem carteira assinada, seja por serem funcionários públicos, seja por contratos temporários e precarizados. (DIEESE, Boletim, nº 18, 2021, p. 2).

Em um contexto de crise sanitária a superexploração se revela da forma mais brutal possível, com a superexposição de trabalhadores ao vírus, falta de políticas públicas de isolamento e proteção destes trabalhadores, seja os da linha de frente, seja os julgados como dos “serviços essenciais”, seja os que não podem parar de trabalhar se não, lhes faltará comida à mesa. É importante, no entanto, reforçar que “não foi a pandemia que causou essa tragédia social; ela exasperou, desnudou e potencializou exponencialmente um quadro que já existia antes da expansão do novo coronavírus.” (ANTUNES, 2021, p. 13).

Ricardo Antunes (2021) elabora três hipóteses sobre as tendências do trabalho hoje. Aqui os apresentarei e secundariamente analisarei. A primeira: “é que a pandemia permitiu que os capitais, as corporações e, especialmente, as plataformas digitalizadas fizessem várias experimentações do trabalho nos laboratórios do capital, gestadas durante a pandemia.” (ANTUNES, 2021, p. 13). A segunda: “o capitalismo de plataforma parece ter algo em comum com a protoforma do capitalismo, ou seja, com o capitalismo em sua forma primeva, vigente durante a Revolução Industrial.” (ibidem). A terceira:

com o advento da Indústria 4.0 e a explosão do trabalho digital, *on line*, intermitente, uberizado etc., estamos ingressando numa nova era de “desantropomorfização do trabalho”, conceitualização que tomo emprestada de Lukács (2013) e que significa enfatizar que adentramos em uma fase de redução ainda maior da dimensão humana no trabalho. (ANTUNES, 2021, p. 14).

A primeira hipótese de Antunes (2021) pode ser verificada no desenrolar desta tese em que a realidade do trabalho docente serve como um exemplo. O ensino remoto emergencial, no qual a aula foi transferida às plataformas, foi um experimento em larga escala para processos que já vinham se desenrolando através da modalidade EaD. No entanto, a experiência teve maior êxito no ensino superior, visto a pressão para o retorno às aulas presenciais na educação básica. Desta maneira, não é possível afirmar de forma preliminar e abstrata o resultado desta “experiência” do mundo do trabalho.

A educação, apesar de possuir “o conhecimento” como objeto de trabalho, não se comprovou um trabalho desterritorializado, pelo contrário. O espaço escolar e toda a complexidade de relações que envolvem o processo educativo conferem ao trabalho docente

maior aderência territorial. O processo de ensino-aprendizagem segue sendo um trabalho com inerente “aderência geográfica”⁴⁴ (GRAHAM e ANWAR, 2020, p. 49), todavia, ao passo que ganha o ambiente virtual através das plataformas de ensino, esta aderência é relativizada e ameaçada, não sem relativizar e ameaçar a qualidade do trabalho docente.

A segunda hipótese é indubitável, em especial no que concerne ao nível de exploração do trabalho e sua falta de regulamentação. Por outro lado, a desterritorialização, o imediatismo na contratação, o trabalho por demanda, são expressões plenamente contemporâneas da relação entre capital-trabalho que, por sua vez, se estabelece de forma mais automatizada. É fundamental grifar que coexistem plataformas para trabalhos baseados em informação, comunicação, mas também, para trabalhos braçais, e físicos, como os entregadores, que colorem e nossas ruas com suas mochilas, por exemplo, fazem seu trabalho de maneira bastante mecânica, inclusive, alugando bicicletas de aplicativos.

A terceira e mais polêmica hipótese, (ANTUNES, 2021, p. 18), “desantropomorfização” do trabalho, o autor alega que “cada vez mais os capitais conseguem reduzir o trabalho vivo necessário para a produção, substituindo-o pelo uso crescente das tecnologias de informação e comunicação (TICs)” é contraditória com a própria construção do autor, no entanto é extremamente relevante ao processo de compreensão do funcionamento geral do capital e particular de nosso tempo.

A automação aumenta a produtividade do capital, e libera tempo (sem diretos) do trabalhador, este, que precisa vender sua força de trabalho para garantir sua reprodução social, se sujeita às condições mais precárias de trabalho. Enquanto os computadores realizam atividades consideradas tipicamente “humanas”, há uma massa de trabalhadores expropriados por completo de direitos e desterritorializados que acabam sujeitando-se aos trabalhos que promovem espoliação como de modelos protocapitalistas, desta maneira, verificamos trabalho em situação escrava no Brasil, tanto no corte de cana no interior de São Paulo⁴⁵, como na indústria da moda, na capital.⁴⁶ Esta, não é, no entanto, uma excepcionalidade do Brasil, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), há tráfico de pessoas no mundo todo com principalmente dois objetivos: exploração sexual 59% e trabalho escravo 34 %.

⁴⁴ “A aderência geográfica” do trabalho é um conceito que traduz o quanto um trabalho possui uma relação de dependência com o ambiente físico em que acontece.

⁴⁵ “Trabalhadores são resgatados de fazenda em Ituverava, SP, em condições análogas à escravidão. Segundo auditores fiscais do trabalho, 22 pessoas do Maranhão eram mantidas em alojamentos precários, com salário menor do que o da proposta e tendo que pagar até por colchões usados”. Por EPTV 1, 13/04/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2021/04/13/trabalhador-es-sao-resgatados-de-fazenda-em-ituverava-sp-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

⁴⁶ “Trabalho Escravo na indústria da moda em São Paulo”. Por Renato Bignami. 28 de fevereiro de 2021. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/fashion-revolution/trabalho-escravo-na-industria-da-moda-em-sao-paulo/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Outros fins como tráfico de órgãos somam 7% da triste estatística (UNODC, 2018, p. 10-12).⁴⁷ É desta contradição que vive o capital,

por isso não é um paradoxo que em pleno século do capitalismo de plataforma nós estejamos presenciando uma regressão às relações de trabalho típicas do período de protoforma do capitalismo, ou seja, ampliam-se globalmente formas pretéritas de exploração e espoliação do trabalho que nos remete aos primórdios da revolução industrial. (ANTUNES, 2021, p. 14).

A relação que se altera mais com o processo de “automação” é na realidade a relação capital-trabalho propriamente dita e não necessariamente a relação do trabalhador com produto do seu trabalho. No auge da flexibilidade do trabalho e da desregulamentação deste, **é o momento em que o trabalhador está sendo vigiado de forma mais precisa e imperativa, por meio das tecnologias.** No entanto, não é preciso um gerente de fábrica para apontar isso, a tecnologia o faz, o tempo e o espaço do trabalhador contemporâneo estão sob vigia. No caso dos professores, nunca houve tanta vigilância sobre a essência de seu trabalho, o conteúdo de suas aulas, pois agora são filmadas. Vivemos todos num panóptico voluntário, e involuntário quando aderimos às plataformas virtuais (seja para fins de entretenimento ou trabalho).

Para Antunes (2021), o trabalho uberizado é o modelo que o capitalismo vislumbra para o futuro. E como o capital se aproveita de outras opressões para exercer a exploração do trabalho de maneira mais “eficiente” possível, a intensificação da precarização do trabalho é sofrida de modo desigual, com uma “divisão sociossexual, racial e étnica do trabalho” pela população. (Ibidem, p. 19).

É “nossa tarefa”, segundo Virgínia Fontes (2021, p. 366), “identificar as condições nas quais o trabalho se encontra profundamente socializado” em diferentes escalas. Espero, contribuir, com esta tese, para a observação e compreensão de uma pincelada do atual quadro surrealista do trabalho docente no capitalismo nacional.

2.3 Organização Internacional do Trabalho

Em virtude de o trabalho docente ser uma dimensão relevante da classe trabalhadora no século XXI, com 2,2 milhões de pessoas nesta profissão, na educação básica do país, segundo o censo escolar de 2020 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a observação de normas internacionais sobre o trabalho é uma dimensão necessária da análise dos direitos laborais no Brasil, notadamente no contexto da pandemia.

⁴⁷ Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/TiP_PT.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

A função normativa é a razão de ser da OIT, sendo um organismo internacional, com representação de estados, empresários e trabalhadores supõe uma maior defesa dos direitos trabalhistas, no entanto, é um aparelho privado de hegemonia e como tal encontra-se em constante disputa, com prevalência dos interesses do capital. Enquanto, por um lado é a representação da estruturação do capital a nível global, por outro, apresenta pautas da luta histórica dos trabalhadores, estabelecendo, desta forma, um parâmetro mínimo do direito dos trabalhadores a nível internacional. Este parâmetro “mínimo” é, no entanto, muitas vezes, distante em sociedades capitalistas dependentes, em que a exploração excede a condição de sobrevivência corpórea dos trabalhadores.

Ao oferecer paradigmas, a OIT dá conteúdo tangível à noção de justiça social que defende e se esforça para promover de forma consistente. Os padrões englobam componentes de dignidade humana e segurança que devem ser desfrutados por todos no mundo do trabalho. Eles oferecem o critério de justiça necessário para medir o progresso, mas também para revelar o atraso. (SOMAVIA, 2004, p. 10).

Em resposta à luta de classes,

Na primeira Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1919, a OIT adotou seis convenções. A primeira delas respondia **a uma das principais reivindicações do movimento sindical e operário do final do século XIX e começo do século XX: a limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias e 48 horas semanais.** (Organização Internacional do Trabalho, grifo nosso).⁴⁸

Tal conquista foi crucial, pois tempo é a essência do que se expropria do trabalhador, e é justamente o que é constantemente atacado pelas alterações legais na legislação trabalhista brasileira.

A fim de compreender a forma particular adotada pela política brasileira é preciso resgatar alguns modelos no qual esta se inspira, mesmo que de banda e mesmo que tardiamente. Como o modelo Toyotista japonês que teve um espriamento de seu modo de produção pelo mundo, principalmente de seu *ethos*. “(...) mais ou menos ‘adaptado’, mais ou menos (des)caracterizado, tem demonstrado enorme potencial universalizante”. (ANTUNES, 2015, p. 50).

Das 189 convenções criadas para normatizar o trabalho no mundo, 97 foram ratificadas no Brasil desde 1935 até 2011. Sendo a primeira relativa à proteção à maternidade e a última referente a recomendações sobre trabalho decente para trabalhadoras e trabalhadores domésticos, sendo que esta entrou em vigor apenas em 2019. E a primeira não está mais em vigor, bem como diversas das convenções ratificadas, ora por atualizações, ora

⁴⁸ Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 13 jun. 2021.

por mudanças de contexto sócio-histórico. Nesse sentido, é importante examinar as convenções da OIT ratificadas pelo Brasil, em vigor e que de alguma forma atravessam o trabalho docente.

E, ainda, as convenções que não foram ratificadas e que, por isso, merecem ser apresentadas:

23) Convenção Relativa ao Repatriamento dos Marítimos; 63) Relativa às Estatísticas dos Salários e das Horas de Trabalho nas principais Indústrias Mineiras e Transformadoras, incluindo a Construção, e na Agricultura; 77) Convenção Relativa ao Exame Médico de Aptidão para o Emprego na Indústria das Crianças e dos Adolescentes; 78) Convenção Relativa ao Exame Médico de Aptidão de Crianças e Adolescentes para o Emprego em Trabalhos não Industriais; **87) Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização**; 90) Trabalho Noturno de Menores na Indústria (Revisão); 128) Prestações de Invalidez, Velhice e Sobreviventes; 129) Relativa à Inspeção do Trabalho na Agricultura; 143) Convenção Sobre as Imigrações Efectuadas em Condições Abusivas e Sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes; 149) Sobre o Emprego e Condições de Trabalho e de Vida do Pessoal de Enfermagem; **156) Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família**; **157) Preservação dos Direitos em Matéria de Seguridade Social**; 173) Proteção dos Créditos Trabalhistas na Insolvência do Empregador; **175) Sobre o Trabalho a Tempo Parcial**; 181) Convenção Relativa às Agências de Emprego Privadas; 186) Convenção sobre Trabalho Marítimo; 188) Referente ao Trabalho na Pesca. OIT (2014 apud BRINGEL e FERRAZ, 2014, p. 172-173, grifo nosso).

Embora Bringel e Ferraz (2014) defendam que as convenções mesmo não ratificadas pelo país possuem grande influência sobre a legislação nacional, e as decisões do judiciário acerca do direito trabalhista, não são triviais ou aleatórias as 15 convenções não ratificadas. Pelo contrário, em geral contemplam alguns temas polêmicos e muito disputados pelas classes no Brasil. Em nota, as centrais sindicais apresentam que o Brasil está na “lista suja da OIT”,

A comissão de normas da OIT manteve o Brasil na lista de 24 países que mais violam convenções internacionais do trabalho, na manhã desta terça-feira, 11 de junho. A inclusão se deu porque a reforma trabalhista aprovada no governo Temer violou a convenção 98, relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva, ratificada pelo Brasil, que, entre outros pressupostos, obriga os estados, ao modificar leis trabalhistas, a realizar processos de ampla e transparente consulta às entidades mais representativas de empregadores e trabalhadores, o que não ocorreu no processo de elaboração da reforma. (FORÇA SINDICAL, 2019).⁴⁹

⁴⁹ Força sindical, Central Única dos Trabalhadores – CUT, União Geral dos Trabalhadores – UGT, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, Central Dos Sindicatos Brasileiros – CSB, Nova Central - Genebra, terça-feira, 11 de junho de 2019. Disponível em: <https://fsindical.org.br/forca/nota-das-centrais-sindicais-oit-2019>. Acesso em: 15 ago. 2021.

Não se pode, por um só momento, olvidar a forma *sui generis* do capitalismo nacional, bem como de outros países da América Latina em que os direitos trabalhistas não serão concedidos da mesma maneira como nos países hegemônicos. Isso, porque a exploração do trabalho aqui, não provê apenas a mais valia à burguesia interna, mas também para um setor internacional. Os direitos sociais e trabalhistas são estruturas legais que possibilitam a formação de uma classe trabalhadora capaz de se reproduzir socialmente, não de forma livre da exploração, mas de maneira a ser inserida no sistema também como mercado consumidor. No caso dependente, isso não é possível para a maior parte da classe, pois há de se manter um grande quadro industrial de reserva, a fim de garantir formas de superexploração.

O capitalismo dependente é a sociedade em que os direitos aparecem como privilégios. E como tal, quem possui nem sempre quer dividi-lo, ignorantes de que a segurança do trabalho se dá quanto maior for a aderência social a tal direito, caso contrário, é fácil usurpá-lo, pois a resistência será obviamente pequena. No entanto, a luta reivindica massa, e a massa não compreende ainda a essência do capitalismo nacional.

Essa condição fica estampada no relatório “Panorama Laboral 2021 América Latina e Caribe” que apresentam os efeitos da Pandemia sobre o trabalho. Nesta região a pandemia teve um impacto mais severo devido aos já altos índices de informalidade do trabalho e desigualdade. Assim, logo que a pandemia começou houve um grande aumento nas taxas de desocupação e perda significativa de renda, visto que os índices de informalidade já eram altos. Deixando grande parte da população sem emprego, renda, e sem regimes de proteção social adequados para sustentar as pessoas em um momento crítico.

O relatório da OIT destaca que, após o início da pandemia, a crise se manifestou de forma atípica e, em vez de afetar mais os empregos formais, se refletiu em uma maior perda de empregos informais, o que deixou milhões de pessoas sem renda. Segundo a Organização, à medida que a região aumentou a taxa de vacinação e maior controle da situação sanitária os índices econômicos, como taxas de ocupação melhoraram em 2021, em especial no terceiro trimestre, no entanto, não de maneira a reverter o quadro de crise. Inclusive pela introdução de novas formas da antiga precarização do trabalho.

“A crise atual, por suas características, atuou acelerando tendências que conduzem a novas formas de emprego e automatização.” (OIT, 2022, p. 7). Ou seja, o isolamento social decorrente dos protocolos necessários para conter a pandemia produziu uma adoção massificada do uso de plataformas e aplicativos tanto por parte do consumo quanto do trabalho. Os países com dados disponíveis indicam que entre 60% e 80% dos empregos recuperados até o terceiro trimestre de 2021 foram em condições de informalidade. A taxa já é

de 49%, similar à que havia antes da pandemia e indica que uma em cada duas pessoas ocupadas está na informalidade. (OIT, 2022, p. 16). A “informalidade” é traduzida em precarização do trabalho, mais exploração e menos direito.

A aceleração da inflação nestes países é um agravante pois sem aumento no piso salarial torna os salários reais mais baixos. E com perspectiva de que a taxa de desocupação seja ainda mais alta do que a de 2019, que por sua vez não era um valor baixo. “O crescimento das horas trabalhadas foi mais intenso do que os níveis de emprego (...)” (OIT, 2022, p. 11), logo, a intensificação da exploração através do aumento do tempo de trabalho, não recuperou os empregos perdidos, apenas a taxa de mais valia “Ainda faltam recuperar 4,5 milhões de postos de trabalho na região” (OIT, 2022 p. 11).

A recuperação observada em 2021 é liderada ainda pelo crescimento de emprego informal. “As ocupações informais tem dado conta de 60 e 80 da criação de vagas de trabalho no segundo e terceiro trimestre de 2020 e 2021, respectivamente. (OIT, 2022, p. 13).

“Ou seja, não só a desocupação não retomou valores pré-pandemia, como aumentou significativamente a duração média do tempo de desemprego por conta dessa crise.” (OIT, 2022, p. 52, grifo nosso).

E como grande parte dos empregos perdidos foram informais tais trabalhadores não possuem cobertura social alguma, sofrendo com uma drástica redução de renda individual e familiar, inviabilizando o investimento em sua força de trabalho para a conquista de melhores condições trabalhistas. E, mesmo com taxa maior de aumento de emprego entre as mulheres e jovens a assimetria permanece. (OIT, 2022).

Tabela 3: Comparação da taxa de crescimento econômico na era da covid-19

Ano/Região	Média Mundial	Média da América Latina e Caribe
2020	-3,1%	-6,9%
2021	5,9%	6,8%
2022	4,4%	2,4%

Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do Relatório Laboral da América Latina e Caribe. (OIT, 2022).

Devido as particularidades do contexto dependente das economias capitalistas da América Latina, a saída da crise é mais difícil e lenta. A OIT indica que estes países demorarão mais a retomar os índices de crescimento econômico, PIB, taxas de ocupação e renda per capita de 2019, sendo que este ano, foi o pior de uma série desde 2014.

3 EXPROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOCENTE

3.1 Proletarização do trabalho dos professores

No caso dos trabalhadores da educação, as questões que se colocam são: Como tais atualizações da exploração do trabalho penetram em seu exercício? Até que ponto o trabalho docente pode ser subsumido ao capital?

Em primeiro lugar, e para responder a tal questão, é importante olhar cuidadosamente para o trabalhador da educação e mais especificamente para os docentes. É preciso compreender o docente como uma categoria que faz parte da generalização “classe trabalhadora”, no entanto, identificar suas particularidades.

Professores são proletários no sentido primeiro da palavra, não possuem nada além de sua prole, não são donos dos meios de produção, portanto vendem sua força de trabalho em troca de salário.

Em geral os professores são assalariados, não são donos dos meios de produção, são proletarizados e vivem submetidos a um crescente processo de perda do controle do processo de trabalho e flexibilização das formas de contratação e atuação. (SILVA, 2018, p. 48).

Temos que ser professor é ser proletário. No entanto, a princípio, não necessariamente produtivos, pois a produtividade do trabalho advém da capacidade do trabalhador de produzir mais valia, conceito construído a partir da ótica do burguês. Sendo assim, um o mesmo trabalho, sujeito a diferentes circunstâncias pode ser produtivo ou improdutivo (MARX, 1985).

Segundo o autor alemão, se o professor trabalha pela manhã numa escola privada ele produz mais-valia, se ele trabalha à tarde numa escola pública ele é pago com a mais-valia. Mas agora há uma nuance: a distinção desse trabalho em meio às parcerias público-privadas é tênue, sendo difícil distinguir o que é público do que é privado. (SILVA, 2018, p. 48).

Embora professores de escola privada sejam considerados trabalhadores produtivos, não são inicialmente produtores de capital pois a mais valia produzida da exploração de seu trabalho não é obtida através da produção imediata de mercadorias, mas da diferença do dinheiro pago ao burguês dono da escola e do seu salário. Esta diferença advém do pagamento de mensalidades, que podem ser de burgueses ou assalariados e que, em última instância, provém da riqueza gerada através da transformação da natureza em mercadoria pelo do trabalho humano.

Partindo desta lógica, todo trabalho que não realiza produção de mais valor através da transformação da natureza em mercadoria é parasita deste primeiro. (LESSA, 2009). Todavia, é imprescindível ao capital que estas funções “parasitárias” existam para suprir sua produção.

Usando exemplos concretos, é fundamental todo trabalho reprodutivo, que se constituiu na sociedade moderna como típico feminino, como trabalho doméstico (cozinha e faxina), o cuidado das crianças, incluindo aqui a atuação profissional docente, para que existam trabalhadores produtores de capital viáveis.

Em suma temos que o trabalhador docente é proletário, sendo produtivo quando empregado de uma instituição privada e (a princípio) improdutivo ao capital quando empregado do Estado. Em ambos os casos fundamental à produção de mais valia, pela função que realizam nesse sistema. No entanto, em ambos os casos, de maneira geral, não produtores de mercadorias. E ainda, “Não obstante os professores exerçam uma função predominantemente intelectual, esses trabalhadores não estão afastados da alienação do trabalho, da expropriação e da subsunção à lógica do capital.” SILVA, 2018, p. 48).

É caro observar que, segundo Miranda (2011), a Educação que vem sendo cada dia mais acirradamente disputada pelo capital é, não obstante, na expressão máxima do neoliberalismo, “o único direito social que se expande”. (MIRANDA, p. 316). É imperativo questionar as formas de expansão e suas consequências, tanto na garantia deste direito constitucional quanto nas transformações da prática docente. “A escola não foi convertida em ferramenta do capital, embora seja esta uma distopia capitalista.” (Ibidem, p. 317).

Com isso quero salientar que a expansão da educação como direito fundamental é urgente em uma sociedade capitalista dependente, com as marcas protuberantes do escravismo recente como é o Brasil. Todavia, quando este processo de expansão é regido pelo capital em sua face neoliberal, o que aparenta conquista pode representar uma cruel armadilha, Como a expansão através da modalidade EaD.

É com o olhar sobre as típicas características do capitalismo (dependente, submisso, atrasado) no Brasil, transmutadas com as recentes adaptações do neoliberalismo (profundo grau de flexibilização do trabalho, globalismo e, sobretudo, usos diversos e cada vez mais constantes das tecnologias da informação e comunicação – TIC), que pretendo analisar o trabalho docente e suas recentes transformações e adaptações na pandemia.

Esse atravessamento de características arcaicas e modernas produz situações *sui generis*, imprevistas ao olhar de pensadores de outros séculos. É por isso que me valho de produções recentes e, contudo, profundas e bem fundamentadas como a de pesquisadoras como Amanda Moreira e Ludmila Abílio.

Ao passo que compreender, a partir de bases consistentes como as de Marx, o funcionamento do sistema capitalista é essencial à produção de análises críticas pertinentes. Ciente da necessidade de expansão do capital para se sustentar enquanto modo

socioeconômico e da educação como um setor com características pré-capitalistas, verifica-se esse avanço do capital sobre a educação. E se busca apreender as diversas formas desse processo olhando especificamente para o trabalho docente.

São crescentes as formas de objetivação do trabalho docente que transformam o ensino em mercadoria. Miranda identifica ainda em 2011 a tendência de alastramento da modalidade à distância da educação, que por sua vez propicia a objetificação do trabalho do educador de forma “nunca antes vista” (MIRANDA, 2011, p. 323). Dez anos e uma pandemia depois, em que todo o setor educacional funcionou de maneira remota, como estará o grau de objetificação dos professores?

A autora postula ainda que “A tese da autonomia inalienável do trabalho docente, defendida em diversos textos acadêmicos e discursos de resistência, apresenta-se cada vez mais com escasso respaldo empírico.” (MIRANDA, 2011, p. 320). Ao verificar o controle sobre o tempo, conteúdo e forma do trabalho docente, a “tese da autonomia” não se verifica na realidade, ou como apresenta a autora, possui “escasso respaldo empírico”, certamente ainda menor durante e após a pandemia.

Podemos verificar, portanto, diferentes formas e graus de subsunção do trabalhador docente ao capital. E, se no fordismo a subsunção do trabalho se aprofunda num sentido claro, no atual modelo de acumulação flexível ganha diversas formas, se alastrando com nuances. Em especial a subsunção com roupagem de autonomia. Em ambos os casos, todavia, são “tentativas da indústria no sentido de superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro”. (Gramsci, 2020, p. 242).

Para o estabelecimento de um “tipo” de racionalização do trabalho é preciso um modo de racionalização do trabalhador, ou seja, um “novo tipo humano” (Gramsci, 2020, p. 248). Este, atualmente, poderia ser visto como o ‘empreendedor’. No entanto, enquanto para o estabelecimento do fordismo seria necessária uma “adaptação psicofísica” dos trabalhadores (Ibidem, p. 248). No caso da “uberização”, na perspectiva de Abílio (2020), o Brasil exporta, faz tempo, este “novo tipo humano” e sua racionalidade. Não sem ressalvas, contradições e adaptações, que tornam necessárias as perguntas: “Como é o “novo tipo humano” de 2021? E. “Como é o trabalhador da educação na pandemia?

Em minha dissertação de mestrado identifiquei diferentes formas de alienação presentes no processo educativo. Uma através das parcerias público privadas na educação pública, outra através da construção curricular, com o currículo de competências e, a última, através da precarização da formação e atuação do profissional da educação. E concluo que um educador alienado não constrói uma prática educativa senão igualmente alienada (PRATA, 2013).

As políticas de formação têm sido uma “prioridade postergada” (DE FREITAS, 2007). Além do pouco investimento destinado para área, a lógica das principais políticas atuais é a do pragmatismo e das competências, em pleno acordo com os parâmetros curriculares, demonstrando assim a organização deste projeto. A base desta lógica é o ensino à distância (EaD) concretizado pelos projetos Pró-Licenciatura e UAB (Universidade Aberta do Brasil) criados pelo Decreto nº 5.800 em 2006 com o objetivo de expandir o ensino superior, institucionalizando os programas de formação de professores a distância como política pública de formação.

A eliminação da concepção do processo de ensinar, pelo professor, promove o estranhamento do trabalhador em relação ao trabalho de ensino. No caso da educação pública, o trabalho do “mestre”, que muitas vezes (nos primeiros anos da educação básica) não possui nem formação universitária, ocorre no âmbito de uma instituição do Estado. Este tanto define a precarização da formação do profissional da educação, o que determinará o grau de apropriação deste sobre o conhecimento e assim a possibilidade de recriação do processo de ensino, como determina o nível de precarização da atuação deste profissional (salário e estrutura). O trabalhador da educação sofre auto negação como trabalhador, ou seja, como ser social, de maneira brutal, quando sua formação é pueril, distante, limitada a técnicas e competências, e quando se estafa repetindo uma prática alienada para poder se reproduzir socialmente.

O estranhamento do trabalhador em relação ao seu trabalho faz com que este não se realize ao executá-lo, mas se negue, produzindo um mal estar, um desamparo, um esgotamento físico e mental. Desta forma, o trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas sim um meio para satisfazer outras necessidades. A atividade do trabalhador não é uma atividade espontânea, seu trabalho pertence a outrem, perdendo sua própria espontaneidade. Mesmo em instituições públicas o trabalhador da educação passa por este processo de estranhamento para com seu trabalho, perdendo a autonomia de criação, ou seja, se afastando da construção do processo educativo, limitando-se à reprodução.

Miranda (2011) conclui que a subsunção do trabalho docente ao capital encontra-se em fase “transitória entre a subsunção formal e a subsunção real dos processos de trabalho onde a primeira etapa já foi superada e a segunda não se completou” ao qual chamou de “subsunção protorea” (MIRANDA, 2011, p. 327). Neste estudo, sobre “ombros de gigante”, pude observar formas mais recentes e diversas de objetificação do trabalho docente e ousou concluir que não é transitória esta fase de subsunção do trabalho docente. Este, de forma geral, se manterá entre as duas formas de subsunção ao capital, em um cabo de guerra intenso,

entre os trabalhadores da educação de um lado e os capitalistas e seus ideólogos de outro. Há, todavia, diversos casos em que os trabalhadores já se encontram em lugar de tal estranhamento com o fazer docente, que a corda já roeu para o lado mais fraco e, no entanto, são mantidos ainda cargos e funções “inalienáveis”. Pois a “elite” não quer ser educada por máquinas, ainda que queira (e em geral detenha) o controle do conteúdo e da forma, e também por que os educadores estão em luta — e assim seguirão — justamente por sua condição de proletários, mas não de completos objetos.

A partir da compreensão deste patamar transitório entre os dois estágios de subsunção do trabalho docente, mas ciente de que não há dicotomia entre eles, mas diversos graus e formas de objetificação do trabalho transformando de forma criativa parte dele em mercadoria, **sem extinguir a autonomia de poucos ou mantendo a pouca consciência de muitos**. A partir destas compreensões há um rol de questões que se colocam, algumas ultrapassam o escopo desta tese e outras serão objeto de análise e reflexão:

- Quais são as formas de subsunção real do trabalho docente adotadas a partir da pandemia?
- Quem (dentro do amplo espectro de trabalhadores da educação formal) é mais ou menos afetado por esse processo?
- Como os trabalhadores são afetados e quais são as formas de resistência?

Destas três perguntas a segunda não caberá no recorte da investigação, as duas outras irão compor as reflexões a partir da análise do levantamento empírico. Em primeiro lugar é importante verificar se a “Uberização” chega ao professorado. Vejamos: i) indistinção entre o que é e o que não é tempo de trabalho; ii) nebulosidade entre o que é e não é trabalho; iii) imbricações do espaço doméstico no espaço de trabalho.

Para além das fábricas, pode-se percebê-lo emblematicamente na figura do trabalhador *home office*, que, liberto do relógio de ponto, da baia de um escritório, da figura do gerente, tem seu tempo de trabalho e sua produtividade altamente controlados por novos mecanismos, como os das metas e entregas por produto. (ABÍLIO, 2020, p. 116).

Antunes (2021, p. 17) inclui “professoras e professores” como categorias já uberizadas, no entanto não há uma definição precisa deste processo, além da categoria docente ser ampla e diversificada. Por isso, uma das questões abordadas e analisadas nesta tese, em especial a partir das entrevistas é a forma como este processo de ensino através de plataformas incidiu sobre as professoras.

3.2 Trabalho remoto, plataformas de trabalho

Um dos fatores que incidiu de maneira irremediável durante o período de quarentena sobre os trabalhadores foi o trabalho digital. Essa mudança radical de caráter do trabalho, atravessa o sujeito de modo constituinte, algo é cindido e perdido.

Antes mesmo da pandemia houve uma “migração em massa do trabalho sem uma migração dos trabalhadores” (GRAHAM e ANWAR, 2020, p. 46). No entanto, o quadro de trabalhadores digitais se expandiu muito na pandemia, embora, “alguns trabalhadores carreguem consigo uma inerente aderência geográfica” essa aderência geográfica foi relativizada e a “ligação entre o tempo e a distância foi quase inteiramente rompida”. (Ibidem, 2020, p. 49).

Um trabalho geograficamente aderente é um trabalho que possui conexão direta com o território geográfico que se insere e, portanto, é mais difícil de transportá-lo aos espaços virtuais e desligar o trabalhador desse território. (GRAHAM e ANWAR, 2020). Como o currículo de ensino possui dimensões territoriais geográficas, e o processo de ensino-aprendizagem ocorre através de uma relação afetiva, a profissão docente possui certa aderência geográfica, todavia a pasteurização curricular, e a precarização do trabalho docente tendem a reduzir essa aderência.

Enquanto na sala de aula presencial é possível construir um espaço crítico dentro dos limites da contradição do capital, no espaço digital tal limite é maior, pois: **“Cada faceta desses espaços é projetada de cima para baixo pelo capital. Não há, literalmente, espaço para que os trabalhadores criem um espaço.”** (GRAHAM e ANWAR, 2020, p. 55, grifo nosso). Portanto, é preciso conhecer esses novos “espaços digitais”, dominar sua topologia, e encontrar suas falhas para construir resistências a tais formas de controle e subsunção do trabalho.

Professores são trabalhadores que antes da pandemia possuíam, apesar da já forte presença do EaD, uma geografia bastante aderente, devido ao caráter cultural de sua função, com o alastramento do trabalho digital, esta categoria passa a ser parcialmente aderente. Para entender melhor a dinâmica do trabalho docente no ensino remoto é importante compreender o *locus* em que isso ocorre. O trabalho das professoras ganha o espaço digital através do uso de plataformas de ensino.

As plataformas — em seus mais variados tipos- são por um lado a concretização da acumulação e a extração de valor a parir de mecanismos de dados e das mediações algorítmicas; por outro, significam sua face mais visível (ou interface amigável), infiltrando-se nas práticas sociais com a

promessa de oferecer serviços personalizados e causando dependência de suas infraestruturas na web e em diversos setores da sociedade.” (GROHMANN, 2020, p. 95).

As plataformas são simultaneamente meios de extração, circulação e produção de capital, quando atuam na coleta de dados, na produção de interfaces baseadas na leitura desses dados pelos algoritmos, no estabelecimento de trabalho através dela, e na comunicação seja pessoal, seja publicitária comercial, ou pública.

Algoritmos são uma sequência de instruções simples produzidos por trabalho humano, ou seja, estão imbuídos de concepções de classe, gênero e raça presentes no seu contexto de produção. Não há neutralidade ideológica na objetividade de seu funcionamento. “Os algoritmos são produzidos socialmente a partir de determinados lugares e somente visibilizam algumas perspectivas em detrimento de outras.” (GROHMANN, 2020, p. 97). Assim, cheios de vieses, podem “automatizar desigualdades” (Ibidem, p. 98).

Os algoritmos por sua vez só funcionam com o fornecimento contínuo de dados, que já são considerados o “novo petróleo”. Essa dupla “algoritmos-dados” ganham centralidade no capitalismo de plataforma. “Podemos considerar então que a extração e dados não é mera coleta de informações, mas extração de valor e recursos.” (GROHMANN, 2020, p. 98).

As plataformas são ao mesmo tempo meio de produção e comunicação, um *locus* de ambas atividades, sendo assim o tempo morto é reduzido e a produção e o consumo aceleradas (GROHMANN, 2020). Desta maneira, possibilitam trabalhar e interagir ao mesmo tempo, revelando a falsidade na ideia ainda propagada e difundida por ideólogos do capital de que a automação irá nos prover mais tempo. O trabalho através das plataformas reflete o imperativo cultural de controle e gerenciamento acelerado do tempo, a fim de otimizar a produtividade e minimizar o desperdício de tempo.

No caso do trabalho docente, essa dimensão fica estampada nos relatos que apresentam como as atividades deveriam estar programadas com antecedência para que sua postagem e acesso dos alunos ocorresse no momento preciso, já previsto da aula, exterminando a espontaneidade do encontro entre educadores e educandos, e acelerando de modo contundente o tempo do processo de ensino-aprendizagem. As plataformas de ensino trazem o calendário, o gerenciamento e o controle do tempo

“As plataformas, então, também servem para produzir e fazer circular sentidos por meio de distintas linguagens — como uma gramática, ao mesmo tempo tecnológica e política, impactando pois, a atividade de trabalho.” (GROHMANN, 2020, p. 95). Ou seja, não é “apenas” a mudança de ambiente, mas toda uma transformação de léxicos, um espaço inerentemente ideológico em que a produtividade é potencializada. Essa mudança radical de

sentidos do trabalho produz estranhamento nas trabalhadoras da educação que não reconhecem a si e ao seu trabalho nesse ambiente multifacetado.

Essa introdução de tecnologias digitais no trabalho docente permite simplificar e padronizar as tarefas, tornando os trabalhadores mais facilmente substituíveis, ao mesmo tempo que possibilita o monitoramento e o gerenciamento automatizado. Huws (2020) em uma entrevista ao DigiLabour apresenta o modelo de trabalho que une essas tendências como *logged* — ou seja, logado —, segundo a autora este termo pode ter três significados: o trabalho dividido em tarefas; o trabalho registrado, gravado e vigiado (seja por GPS, gravação e avaliação do cliente); e o trabalho gerenciado por meio de plataformas digitais, tendo que se manter “logado” na plataforma para realizar o trabalho.

Embora sejam apresentados como significados distintos da palavra, compreendo como dimensões do mesmo processo que podem estar presentes ou não no contexto do trabalho em plataformas. No caso do trabalho docente, verifica-se as três dimensões atuando neste trabalho “logado”, vigiado, não necessariamente por ser gravado, mas pela amplificação de interlocutores para além do público escolar, e fatiado em tarefas e interfaces dentro da mesma plataforma. A aula passa a ser composta por atividades “síncronas e assíncronas”: a postagem de atividade e materiais didáticos, o encontro com os alunos, e a correção, neste novo momento mais identificada como “*feedback*” aos alunos através de comentários individualizados assíncronos. E por fim o trabalho é realizado sempre “logado”, mediado pela plataforma de ensino.

Plataformização do trabalho prevê a dependência da plataforma para sua realização, a flexibilização da relação capital-trabalho (seja na relação contratual, seja no estabelecimento do tempo de trabalho/disponibilidade) e um imperativo de uma racionalidade empreendedora. (GROHMANN, 2020). Novamente, tais dimensões do trabalho podem ser observadas no trabalho das professoras durante 2020 e 2021, em primeiro lugar as aulas por meio de plataformas, em segundo o tempo de dedicação ao trabalho totalmente alargado e por fim a ideia impositiva do “fazer acontecer” de ser criativa, de produzir algo novo assolou a vida dessas profissionais.

Mesmo sem um sistema de métricas de desempenho gerenciado por algoritmos, o trabalho das professoras passou a ser vigiado, avaliado e motivado no bojo desta ideologia neoliberal, do empreendedor que deve se superar e sempre buscar “satisfazer o cliente” ao máximo. Esta racionalidade empreendedora, se concretiza em uma “gramática do capital” (GROHMANN, 2020, p. 105), legitimando através de suas narrativas enviesadas uma realidade que sirva ao capital, extraindo autonomia do pensamento através do estabelecimento

da “autonomia” profissional em outras palavras, expropriação de direitos. Os efeitos do espraiamento desta racionalidade devem se perpetuar para além da manutenção de políticas neoliberais.

É necessário compreender também, que o trabalho em plataformas se realiza em diferentes contextos reais e práticos e, portanto, terá diferentes características e diferentes formas de apropriação do valor. Assim, as desigualdades sociais já presentes na sociedade se reproduzem e aprofundam nesta esfera, bem como as particularidades de cada tipo de trabalho irá alterar a forma do trabalho plataformizado. Todavia, é a plataformização que molda os diferentes trabalhos e não o contrário.

3.3. Uma primeira apresentação do problema

O presente capítulo objetiva desenvolver e aprofundar a análise sobre as radicais metamorfoses engendradas pelo capital no mundo do trabalho, mirando a construção de um quadro da exploração do trabalho docente em escolas privadas frente à crise sanitária, da pandemia da covid-19.

Uma marca da “indústria 4.0” é subsunção do trabalho intelectual, simbólico, ao capital. Contraditoriamente, a inteligência do trabalho humano, ao ser introjetada nas “máquinas aprendentes” produz não apenas o fechamento de postos de trabalho de elevada qualificação, como insere os trabalhadores com labor baseado na tecnociência em circuitos laborais que envolvem expropriação do conhecimento dos próprios trabalhadores simbólicos, potencializando a subordinação real do trabalho ao capital. Esse movimento alargado de expropriações e de subordinação real do trabalho ao capital está presente, de modo crescente e acelerado, nas escolas da educação básica e da educação superior privadas-mercantis. É possível defender que, a rigor, esses processos expressam as novas configurações da mercantilização da educação.

a tecnologia é produzida pelas relações sociais representadas pelo capital’ e sua utilização, enquanto mercadoria pertencente ao capital, implica tendencialmente, na proletarização, desqualificação e precarização da classe trabalhadora. Braverman (1977 apud PREVITALI e FAIANI, 2021, p.220).

Desta maneira, a precarização do trabalho não se restringe aos trabalhadores tidos como “não qualificados” ou braçais, mas se estende a trabalhos com maiores exigências de qualificação, se torna então um traço transversal e estrutural do trabalho contemporâneo (ANTUNES, 2020).

“Todos os homens são intelectuais, poder-se ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” (Gramsci, 1989, p. 7). A capacidade intelectual, ou seja, a capacidade de criar e transmitir ideias abstratas através da linguagem é um traço humano, algo que garantiu a sobrevivência e expansão de nossa espécie. “(...) é impossível falar de não intelectuais, porque não existem não intelectuais.” (Ibidem p. 7). Entretanto, como lembra o autor, nem todos os humanos atuam no mundo do trabalho por meio de atividades deliberadamente intelectuais. A divisão capitalista do trabalho depende da força de trabalho alienada e, de modo áspero, a força de trabalho destinada às atividades mecânicas e braçais, fechando as vias para o desenvolvimento intelectual dos trabalhadores. E, cabe reiterar, tais processos não são estranhos à área da educação.

Relembrando Aníbal Ponce (2010), na sociedade de classes, a classe dominante sobrepuja as demais, inclusive com suas ideias, sua estrutura ideológica organizada e veiculada através de aparatos, ou aparelhos privados de hegemonia, em termos gramscianos. Não se trata de um processo que se dá no plano das ideias, no etéreo campo discursivo. A ideologia possui uma dimensão material que, no caso, está relacionada às expropriações e à subordinação real do trabalho ao capital.

A escola é uma dessas instituições que estão sendo reconfiguradas por mudanças nos processos de trabalhos que magnificam as expropriações, a alienação e a subordinação real do trabalho ao capital. Tais movimentos do capital ressignificam o terreno da luta de classes, pois reconfiguram a correlação de forças nos aparelhos privados de hegemonia. Estruturada por esferas estatais (em conexão indissociável com a agência do capital), a escola burguesa possui a função de apresentar como universais os interesses da classe burguesa: é necessário frisar, não apenas por meio das “ideias”, mas sobretudo por meio da difusão de um *ethos* capitalista contido nas mediações do próprio trabalho pedagógico.

É crucial ressaltar, ao mesmo tempo, que a escola é um espaço cujo labor é realizado pela classe trabalhadora. A escola só existe enquanto os professores atuam, e, portanto, também pode ser um solo fértil à crítica quando os docentes, por meio de suas ‘experiências’, problematizam as ideologias dominantes e enfrentam os fundamentos da exploração, da expropriação do conhecimento e da alienação.

Há anos as agências do capital, especialmente por seus aparelhos privados de hegemonia, buscam desconstruir as bases das resistências, atacando os sindicatos, promovendo ‘reformas educacionais’ pró-sistêmicas, inserindo a racionalidade administrativa na gestão da escola etc.

A disputa é perpétua e ocorre em diferentes esferas educacionais, no campo jurídico, político e prático. Previtali e Faiani (2021) apresentam a “Nova Gestão Pública” (NGP) como responsável por: reordenar a

esfera político-jurídica de regulação social em prol do capital e contra o trabalho sob três aspectos fundamentais: a) privatizações diretas de setores públicos e/ou parcerias com setor privado; implicando a transferência de recursos públicos para o privado; b) injeção de fundos públicos, perdão e/ou redefinição de multas e impostos de empresas privadas; e c) desregulamentação das relações laborais, reduzindo os custos do trabalho para o capital. (PREVITALI e FAIANI, 2021, p. 222).

Segundo os mesmos, a NGP adquire maior centralidade no governo de Fernando Collor de Mello (PRN — 1990-1992), mas ganha sistematização e aprofundamento no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB — 1994-2002) através da reforma do estado elaborada pelo então ministro Bresser-Pereira. Sob diversos aspectos a racionalidade da NGP seguiu presente nos períodos Lula da Silva, a exemplo da centralidade nas parcerias público-privadas (FIES, PROUNI), nos contratos de gestão (REUNI) e na criação de empresas “públicas” de direito privado, a exemplo da EBSEH (PT, 2003-2010), nos governos Dilma Rousseff (PT, 2011-2015), a exemplo do PRONATEC, e se aprofunda, de modo significativo, no governo golpista de Michel Temer (2016-2018), em especial através da (contra) “reforma trabalhista” expressa na lei nº 13.467/2017 e na Emenda Constitucional 95/2016, conforme discutido no capítulo anterior.

Para compreender e identificar as expressões e magnitude das expropriações e da exploração do trabalho docente — redução salarial, prolongamento da jornada de trabalho, intensificação do trabalho, aumento dos gastos com o trabalho, seja com infraestrutura (luz, internet, roteador, mesa etc.); seja com a aquisição de meios de trabalho pelo próprio trabalhador como computador, celular, teclado, mouse, tablete, livros e etc.), ou uma combinação de mais de um destes fatores — é preciso perguntar a quem passou pela experiência de lecionar na pandemia — sem ignorar a diversa bibliografia que apresenta o tema a partir de outros aspectos como adoecimento dos docentes durante a pandemia da covid-19.

De acordo com Matias Luce (2013, p. 186) “A superexploração pode ocorrer inclusive no caso de trabalhadores que recebam remuneração acima do salário mínimo necessário, mediante a prolongação da jornada e da intensidade além do limite normal”. Ainda não podemos caracterizar o professorado como categoria plenamente uberizada, embora, examinando a educação superior privada-mercantil e, também, a educação básica, seja possível afirmar que a tendência de plataformização do trabalho e de expropriações severas do trabalho por meio da proliferação de

sistemas de ensino à distância seja inequívoca. A maior parte dos docentes possui contratos de trabalho, contudo, com a “reforma trabalhista” de 2017 os próprios contratos são cada vez mais flexíveis e precários, em virtude dos marcos legais. A pandemia serviu de experimento oportuno para precarizar, alienar e expropriar o trabalhador docente, redimensionando a escala da exploração do trabalho.

Na superexploração, “a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho (...).” Marini (2005 [1973] apud LUCE, 2013, p. 19, nota 4). A superexploração, portanto, pode se estabelecer em casos de aumento da intensidade e jornada de trabalho, ocasionando falta de energia e tempo de reprodução social, para que a força de trabalho se recomponha, e/ou em casos em que o empregador não fornece meios que viabilizem a reprodução social em um dado contexto. Em ambos os casos a exploração do trabalho é tamanha que não resta tempo e/ou energia vital que garantam a manutenção da força de trabalho viável.

A superexploração do trabalho embora presente de forma ostensiva no capitalismo dependente, possui sua viabilidade atrelada ao exército industrial de reserva, portanto, não abrange todas as camadas da classe trabalhadora e tampouco é permanente nas camadas em que ocorre. Há uma variação sócio/tempo/espacial vinculada à múltiplos fatores que atravessam esferas global, nacional, regional e da especificidade do ramo profissional dentro de um contexto histórico.

Assim, o que se pode observar para a categoria docente no contexto da pandemia foi um acirramento deste quadro de superexploração. Como parte dos efeitos da superexploração dos docentes na pandemia estão os transtornos emocionais e outros efeitos sobre a saúde física e psíquica, que inviabilizam de fato a continuidade de trabalho, ao menos por um tempo. Alguns estudos de aparatos do próprio capital, realizados durante o ano de 2020, apresentam resultados alarmantes.

No primeiro trimestre da pandemia, a Nova Escola realizou uma pesquisa com 9.557 educadores – destes, **85% eram mulheres. Quando os profissionais foram questionados sobre a sua relação com saúde mental/emocional, 28% classificaram-na como ruim ou péssima e 30% como razoável.** Alguns dos fatores apontados pela pesquisa estão relacionados à dupla jornada das mulheres, dividindo-se entre as tarefas domésticas e profissionais, além de, muitas vezes, serem as responsáveis em cuidar das atividades escolares e acompanhar as aulas virtuais dos próprios filhos. (BRAVOS, 2021, grifo nosso).⁵⁰

Ao longo da reportagem alguns depoimentos apontam como motivos da debilidade emocional durante a pandemia, a sobrecarga de trabalho com acúmulo de novas tarefas, o

⁵⁰ Disponível em: <https://lunetas.com.br/saude-mental-dos-professores-na-pandemia/>. Acesso em 16 ago. 2021.

medo de contaminação, a falta do aspecto relacional no processo de ensino-aprendizagem e a sobreposição de tarefas profissionais e domésticas. No entanto, o texto também ressalta como a categoria docente já apresentava altos índices de adoecimento emocional antes mesmo da pandemia.

Em um estudo amplo e multidisciplinar sobre a condição psicofísica de docentes em Portugal, Varela *et al.* (2020) identifica a centralidade do trabalho para compreender processos sociais de adoecimento. “Os processos de saúde-e-doença no trabalho são certamente uma das questões públicas chave e um dos problemas sociais fulcrais para a interpretação – e a transformação – da vida de diversas sociedades no século XXI.” (VARELA *et al.* 2020, p. 185).

Uma abordagem distinta, mas convergente neste ponto, é realizada por Freud (2010) no ensaio “O mal-estar da Civilização”

Não é possível, nos limites de um panorama sucinto, examinar satisfatoriamente a importância do trabalho para a economia libidinal. Nenhuma outra técnica para a condução da vida prende a pessoa tão firmemente à realidade como a ênfase no trabalho, que no mínimo a insere de modo seguro numa porção da realidade, a comunidade humana. (FREUD, 2010, p. 36).

Neste ensaio em que o autor busca as origens do mal-estar da cultura ocidental europeia a qual chama de “civilizada”, identifica três fontes gerais para o sofrimento humano: o descontrole sobre a natureza geral, o descontrole sobre o próprio corpo, e por fim sobre o Estado e a sociedade, sendo esta última a única possível de intervenção visto que é produzida pela própria humanidade. Todavia, o desenvolvimento de sua elaboração foge à dimensão central do trabalho e, portanto, assim suas conclusões.

Aqui, cabe grifar a “importância do trabalho para a economia libidinal” dos sujeitos humanos, ou seja, para sua satisfação, e gozo em conexão com a comunidade e consequentemente adoecimento quando esta conexão, se rompe, quando a economia libidinal se torna devedora ao invés de creditária. Um dos quadros de adoecimento psicofísico identificado e adotado de forma crítica por Varela *et al.* (2020) é o *burnout*.

O desgaste profissional não ocorre num qualquer tempo ou espaço. Apesar de já detectado há muito, a percepção ampliada deste problema surgiu *pari passu* com as políticas de austeridade, um eterno retorno do “fazer mais, com menos”, e casos de exaustão provocados, *sobretudo*, por *sobrecarga* de trabalho, realizado em *escassez* de condições laborais efetivas. (VARELA *et al.*, 2020, p. 185, grifo da autora).

É no contexto de aprofundamento da exploração do trabalho que o corpo e a psique humana, indissociáveis, apresentam claros sintomas de desgaste. O *burnout*, quadro clínico que tem a manutenção do nome na língua inglesa, por abarcar a riqueza e amplitude da

metáfora, sugere que os seres humanos, neste ponto, já alcançaram uma zona limite no seu desempenho de nexos psicofísico. (VARELA *et al.*, 2020).

Categoria identificada originalmente no meio de trabalho hospitalar, já é adotado em diversas áreas, inclusive para além do mundo do labor, mas possui um imbricamento importante com os trabalhos de “*care*”, que traduzido literalmente seria cuidado, mas que se pode ampliar a compreensão para trabalhos relacionados mais diretamente à esfera reprodução social. Ainda segundo a autora, “O *burnout* revela, entre outros aspectos, um sofrimento na procura de reconhecimento social.” (VARELA *et al.*, 2020, p. 191). Característica comum aos trabalhos da esfera reprodutiva que por não produzirem mercadoria são invisibilizados na sociedade capitalista, embora necessários e explorados.

Ambos aspectos foram identificados no relato das docentes que desempenhavam papéis para além de suas funções objetivas, acolhendo medos e frustrações de alunos e responsáveis enquanto não eram acolhidas pelas respectivas instituições, e não tiveram seu trabalho valorizado tanto materialmente, com salários dignos, como no campo do discurso pelas instituições.

A transformação das formas de trabalho tanto em relação ao progresso tecnológico como da imposição de uma racionalização “adequada” a tal progresso, conferem um aumento progressivo na velocidade da produção, conseqüentemente, menos tempo de vida dedicado à reprodução social e, portanto, maior demanda à esfera laboral da reprodução, produzindo o aparecimento de novas doenças laborais.

A análise clínica da síndrome de “*burnout*” seria “composta pelo esgotamento físico e mental, pela desumanização ou cinismo e pela degradação do sentimento de realização pessoal” (VARELA *et al.*, 2020, p. 194). Sendo um quadro clínico bastante amplo. Tal plasticidade é ao mesmo tempo o que lhe confere tamanha popularidade e suspeita.

No entanto, o logro deste diagnóstico é estabelecer de forma clara e contundente, mesmo que inserido no contexto hegemônico, a relação entre as funções psíquicas e as dinâmicas sociais, é, portanto, estratégico adotar tal conceito etiológico.

O *burnout* faz “da exaustão uma manifestação sintomática relacionada com as exigências socioprofissionais.” (VARELA *et al.*, 2020, p. 193). Desta maneira, pode-se considerar que representa “a doença paradigmática da nossa era, um verdadeiro ‘mal do século’.” (VARELA *et al.*, 2020, p. 192).

Embora, não seja apropriado e tampouco objetivo desta tese produzir diagnósticos clínicos das profissionais entrevistadas, a plasticidade do quadro de *burnout* possibilita que seja identificado ao logo de seus relatos. E, pelo previamente apresentado como valor deste

diagnóstico no estabelecimento dialético de relação entre a esfera laboral e a esfera psicofísica, o *burnout* será um parâmetro usado na análise dos discursos.

Em outro estudo, partindo de concepções e metodologias distintas, sobre a saúde mental dos professores, neste caso brasileiros durante a pandemia, Tiago Bartholo e Mariane Koslinski (2021) apresentam resultados preocupantes:

Os dados coletados durante os meses de setembro e dezembro de 2020, com mais de 90% dos professores que atuam em pré-escolas da rede pública em uma cidade de médio porte na região nordeste do Brasil, sugerem níveis preocupantes de transtorno de ansiedade (GAD-7) e risco de episódio depressivo (PHQ-9). (BARTHOLO E KOSLINSKI, 2021).⁵¹

Os autores concluem que os dados coletados não foram suficientes para apontar uma diferença significativa de casos “graves ou severos” de transtorno de ansiedade ou risco de episódio depressivo, em função da pandemia, mas que de qualquer maneira alertam para a necessidade de cuidados através de políticas públicas da saúde mental dos profissionais da educação.

Aqui não há intensão de adoção de tais quadros clínicos próprios da medicina psiquiátrica, tampouco há pretensão de se realizar um escrutínio de tais categorias. Mas, intenta-se salientar a evidência de que, a partir de vieses distintos, diferentes pesquisas apontam que professores são profissionais que apresentam graves taxas de adoecimento, em função de sua atividade laboral.

O relatório de pesquisa *Trabalho docente na Uerj em tempos de pandemia* organizado pelo sindicato da mesma instituição e coordenado por Amanda Moreira (ASDUERJ, 2020), apresenta dados relevantes sobre a situação docente e o acirramento da exploração do trabalho durante a pandemia.

Em relação ao aumento de carga horária trabalhada, **71,6%** dos respondentes disseram que “Sim”, tiveram sua carga de trabalho aumentada, enquanto apenas 28,4% responderam que “Não”. Em relação ao trabalho nos fins de semana e feriado, mais de 50% dos docentes responderam que trabalham sempre ou com frequência nos fins de semana e feriados, enquanto apenas 2,9% responderam que “Nunca” trabalham nos finais de semana e 4% nunca trabalham em feriados (ASDUERJ, 2021) Tais resultados demonstram uma percepção dos docentes a respeito do aumento de sua jornada de trabalho de forma não remunerada.

Em uma publicação recente, Previtali e Fagiani (2021) traçam um panorama da educação básica sob a pandemia e as políticas neoliberais aplicadas no Brasil a partir da Nova Gestão Pública (NGP), enfocando o sistema público. Partindo da compreensão de que

⁵¹ Saúde mental dos professores durante a pandemia, por Time Editorial em 05/03/2021. Disponível em: <https://www.educacaoecovid.org/saudemental-professores-pandemia/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

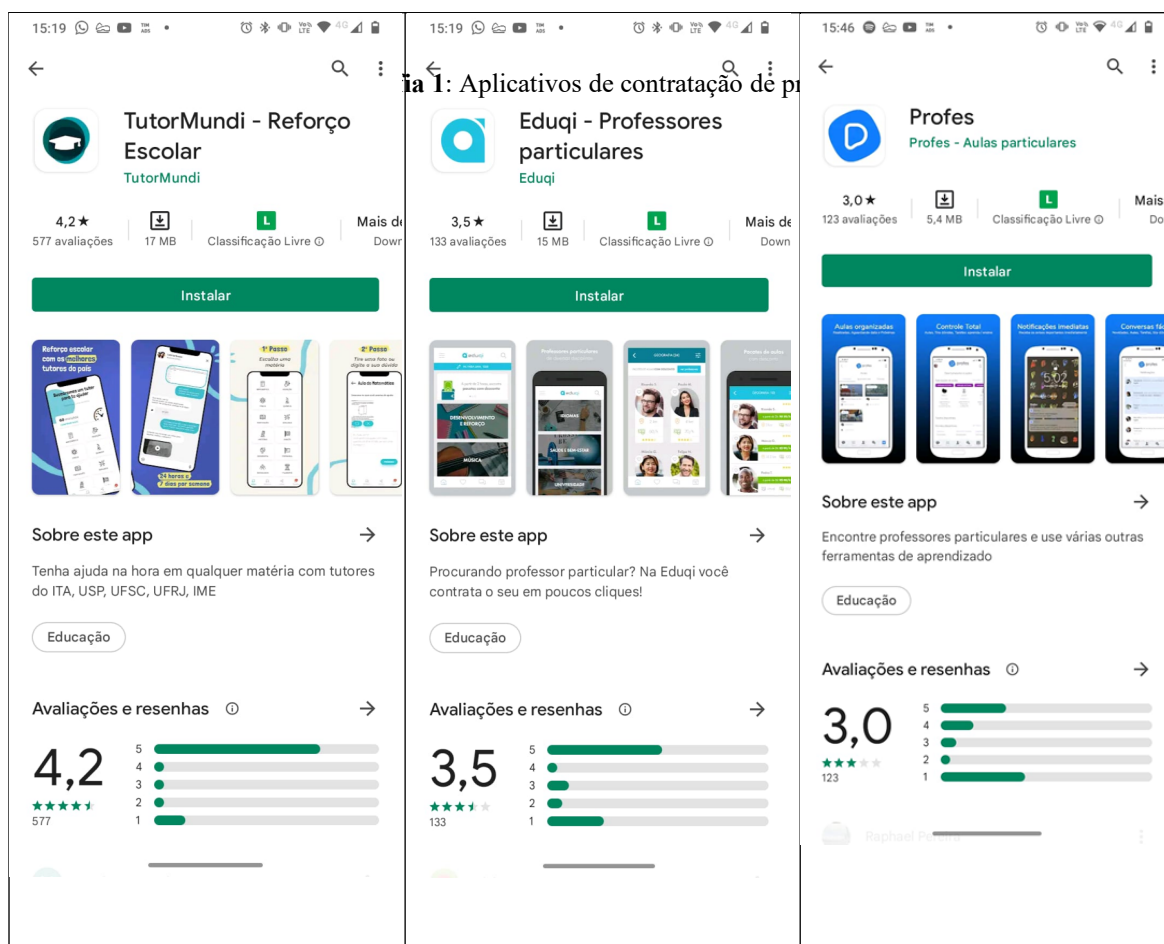
o controle do trabalho docente, em seus aspectos objetivos e subjetivos, torna-se peça fundamental para a reestruturação neoliberal da Educação Básica, pois, os professores manifestam no ato de ensinar suas histórias de vida e sua formação profissional, uma concepção de mundo e de educação. (PREVITALI e FAGIANI, 2021, p. 505, grifo nosso).

É de suma importância verificar como este controle se deu na prática, a partir dos relatos de docentes, que trazem tanto aspectos objetivos quanto subjetivos do controle, além das formas como os mesmos foram enfrentados ou contornados.

Os mesmos autores apontam ainda que a flexibilização de vínculo contratual de docentes na esfera da administração pública já vinha crescendo desde 2011 até 2019, com um aumento significativo de 28% para região Sudeste. “Se essa modalidade sempre esteve presente na carreira docente, sob as tecnologias digitais elas tendem à expansão com professores eventuais sendo contratados através de plataformas digitais e aplicativos (App).” (PREVITALI e FAGIANI, 2021, p. 506).

Os autores apresentam como exemplo o App “Prof-e8”, “Plataforma Colaborativa de Professores por Demanda” da empresa a empresa Biosferatech^{7,52} voltado para escolas da Educação Básica, incluindo-se a rede pública. (PREVITALI e FAGIANI, 2021). Embora em uma busca pelo *site* no buscador “Google” e pelo aplicativo na “Google play store” (21/01/2022) não os tenha encontrado, encontrei outros aplicativos, muitas plataformas de reforço, exercícios e aulas *on-line* já formatadas e algumas de contratação de professores ou tutores particulares. De qualquer maneira, embora formas distintas entre si, produzem um descolamento do (a) professor (a) não apenas do conteúdo, como poderia fazer uma apostila, mas da materialidade do trabalho docente, inclusive dos educandos produzindo efeitos que ainda não se pode mensurar.

⁵² Tentativa de acesso em 07/01/2022, porém o site não estava no disponível.



Fonte: elaboração própria. Fotografia extraída do aplicativo *google play*.

Se a precarização do trabalho docente e da Educação Básica já vinham ocorrendo no bojo do neoliberalismo, sob a pandemia na gestão de Jair Bolsonaro esse fenômeno foi, além de aprofundado, acrescido de novos elementos dada a difusão das tecnologias digitais e a implementação do ensino remoto e do teletrabalho docente. (PREVITALI e FAGIANI, 2021, p. 506).

Esse contexto de emergência e mudança na conformação do trabalho é agravado pela falta de acesso à estrutura tecnológica de qualidade o que dificulta a realização do trabalho docente em um processo de ensino-aprendizagem, visto que “55,9% dos domicílios particulares no país não tinham computadores e, dentre aqueles que possuíam internet, 99,2% o faziam apenas pelo celular (IBGE, 2020).⁵³ É relevante salientar que os professores da Educação Básica se incluem neste panorama. (PREVITALI e FAGIANI, 2021).

⁵³ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

Novamente, o aumento do tempo de trabalho é apresentado como um aspecto relevante do trabalho docente na pandemia, em consonância com a pesquisa da ASDUERJ. Sendo peculiar a este método de ensino o uso de plataformas de comunicação como *WhatsApp* e *Facebook*, o uso descontrolado destas plataformas foi indicado como uma das causas do trabalho extra.

E, exatamente, este uso de plataformas em ocasiões não previstas no contrato de trabalho foi excluído como parte desta jornada de trabalho pelo parágrafo quinto do artigo terceiro da Medida Provisória (MP) nº 1.046 de abril de 2021, complementar à MP 1.045

§5º O tempo de uso de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessária, assim como de softwares, de ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho fora da jornada de trabalho normal do empregado, não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso, exceto se houver previsão em acordo individual ou em acordo ou convenção coletiva de trabalho. (BRASIL, Medida Provisória nº 1.045 de 27 de abril de 2021).

Desta forma, fica descaracterizado o uso de tais plataformas como trabalho, dificultando formas imediatas de resistência e controle desta condição. E como consequência da sobrecarga de trabalho e a realidade do contexto pandêmico há o relato do adoecimento, em especial das mulheres que acumulam tarefas doméstica e cuidado com dependentes como uma prática comum.

Com base nos dados do DIEESE (2020), do panorama das greves ocorridas no Brasil no primeiro semestre de 2020, que indicam queda no número de greves, a análise de Previtali e Fagiani (2021) sugere que houve um “esgarçamento do sentimento de solidariedade de classe, o que impõe maiores dificuldades às ações coletivas contrárias à precarização” (PREVITALI e FAGIANI, 2021, p. 508) decorrente da individualização do trabalho remoto.

Embora a dificuldade de enfrentamento ao capital e ao Estado sejam enormes, as (os) docentes criaram mecanismos de organização e reivindicação com a base de professores de suas instituições, por fora dos sindicatos, com proporções inéditas.

Ao final do artigo Previtali e Fagiani (2021) questionam o porquê a defesa em dada circunstância do retorno presencial pelo empresariado e pelo Estado, mesmo sem as condições de controle da pandemia ideais (sem vacinação).

Um dos grandes defensores do retorno presencial é o empresário educacional Jorge Paulo Lemann, a quem pertence também a Fundação Lemann, cujas empresas parceiras são corporações vinculadas às tecnologias digitais, tais como a AT&T e Google.org, e ao capital financeiro, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Inter-American Development Bank, BID) e o Banco Itaú, um dos maiores bancos privados do país. (PREVITALI e FAGIANI, 2021, p. 508).

As agências do capital claramente estão defendendo o retorno presencial para assegurar a exploração da força de trabalho da população economicamente ativa (PEA), sobretudo feminina, garantindo meios de permanência dos filhos na escola. No caso do grupo Lemann, proprietário da rede Eleva, a defesa do ensino presencial é também uma medida empresarial, econômica, visto que, com o ensino remoto muitas famílias deixaram de pagar as mensalidades, demandaram redução das mesmas etc.

3.4 A perspectiva das (os) docentes

O levantamento autoral também feito através de formulário *google* auto preenchido, mas restrito a professores do município do Rio de Janeiro, no intervalo do segundo semestre de 2021, obteve 58 respostas. A divulgação deste formulário foi completamente autônoma, o que dificultou um alcance maior, no entanto isenta de julgamentos institucionais. O formulário “Professora/es como estão em tempos de covid?” também apresenta dados que podem ser divididos em eixos que, majoritariamente, coincidem com a pesquisa supracitada. A saber: 1. Informações básicas/perfil; 2. Condições de trabalho; 3. Sentimentos em relação ao novo contexto de trabalho e 4. Organização dos trabalhadores e relação com sindicato. Como três eixos são coincidentes será possível estabelecer relações profícuas entre as pesquisas.

Todos os gráficos de elaboração própria foram produzidos a partir do questionário: ‘Como estão as condições de vida e de trabalho das professoras em tempos de Covid?’ aplicado entre junho e dezembro de 2021 para escrita desta tese de doutorado. Nas questões em que havia a possibilidade de justificar a resposta, forma selecionadas justificativas consideradas mais coerentes e pertinentes à pergunta e à pesquisa.

Além do levantamento de dados autoral, foram utilizados os resultados de uma pesquisa feita pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o qual traça um panorama da realidade do trabalho docente do sistema privado no Brasil em 2020, durante a pandemia. O relatório apresenta dados divididos em 5 eixos: “1. Informações básicas/Perfil; 2. Condições de trabalho; 3. Relação com os estudantes; 4. Formação; 5. Sentimentos em relação ao novo contexto de trabalho.” (GESTRADO, 2020, p. 8).

A referida pesquisa é de grande relevância para a presente tese, visto que os seus cinco eixos possuem congruência com as questões abordadas nos instrumentos de pesquisa

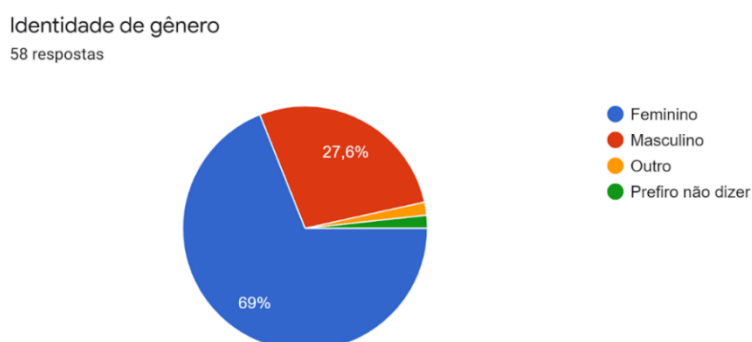
desenvolvidos na tese.⁵⁴ A existência de convergências possibilita o diálogo entre as pesquisas, embora não necessariamente comparações imediatas e lineares, visto o maior escopo da pesquisa do GESTRADO e as particularidades das formas de elaboração dos questionários. Em relação ao perfil docente, a análise do GESTRADO já parte de um recorte para olhar a rede privada, enquanto manteve aberta para que tivesse maior circulação.

Eixo I de análise: Perfil docente

a) Questão de gênero

Fonte: elaboração própria.

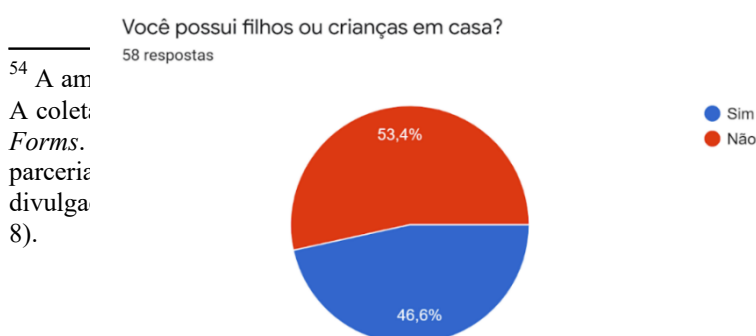
Gráfico 6: Identidade de gênero



O resultado aponta para uma maioria de mulheres, reforçando a relevância de se olhar a realidade específica deste recorte de gênero, e a conseqüente sobreposição de trabalhos, de reprodução e produção.

b) Acerca de crianças dependentes no domicílio

Gráfico 7: Crianças no domicílio



⁵⁴ A am
A colet
Forms.
parceria
divulga
8).

uação Básica.
aforma Google
contou com a
NTEE) na sua
ADO, 2020, p.

Fonte: elaboração própria.

Esta informação importante é relevante, especialmente por estar imbricada ao perfil de gênero. A presença de crianças em casa sobrecarrega as mulheres, devido à estrutura patriarcal desta mesma sociedade, como apresentado através da TRS, tanto em termos culturais quanto políticos (ex.: a inexpressividade da licença paternidade de 1 a 5 dias, deixando a responsabilidade de cuidado da criança em seus primeiros meses de vida toda a cargo da mulher).

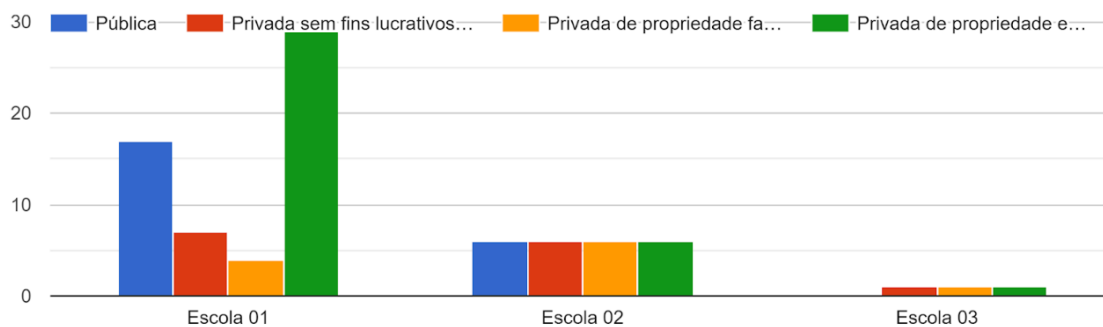
O indicador de que quase metade da/os docentes viveu e trabalhou durante a pandemia (nos anos 2020 e 2021) com crianças em casa durante o isolamento social é expressivo e, como discutido no escopo da TRS, indispensável para a análise da problemática da tese. A sobreposição destas informações ressalta o caráter de duplo trabalho sobre as mulheres-mães-docentes.

c) Setor econômico do trabalho

“78% atuam em escolas particulares **com fins lucrativos**. Dado o tipo de contrato de trabalho que possuem esses profissionais e a organização da jornada de trabalho, observa-se a presença de mais de um vínculo empregatício em alguns casos. Em cada 10 docentes entrevistados, 2 também trabalham em alguma escola da rede pública.” (GESTRADO, 2020, p. 20).

Gráfico 8: Perfil da escola (b)

Em que categoria de escola você leciona?



Fonte: elaboração própria.

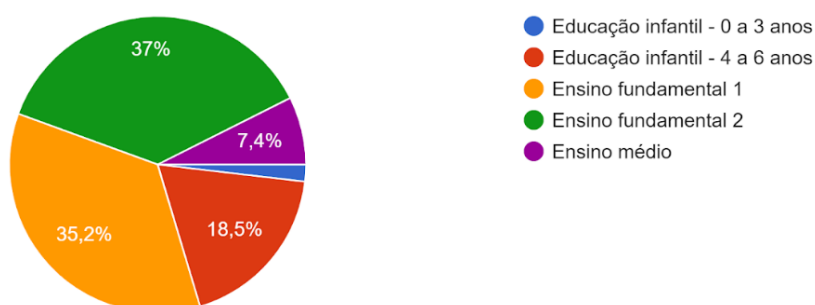
Devido a forma de veiculação do formulário autoral, a maior parte das respostas corresponde a trabalhadores de escolas privadas com fins lucrativos de propriedade empresarial. O que favorece o objetivo de análise desta tese que é investigar a condição de vida das mulheres docentes sob exploração do capital na educação.

d) Segmento de atuação

Gráfico 9: Segmento de ensino (a)

Em que nível de ensino você atua (ou atuou em 2020)

54 respostas

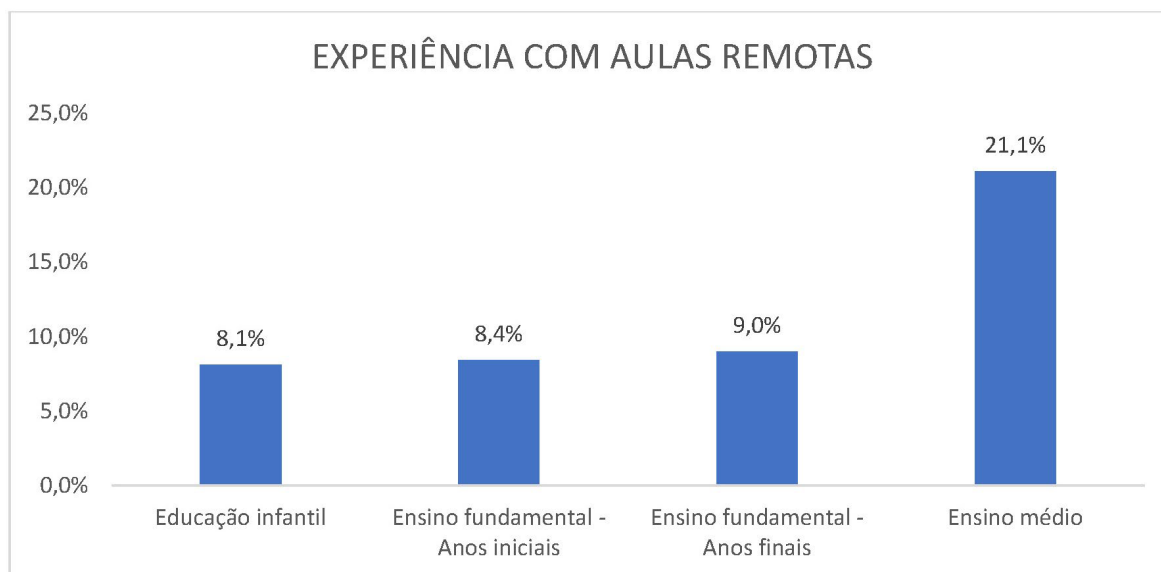


Fonte: elaboração própria.

Neste caso, deve-se considerar o público que foi alcançado no levantamento autoral, prioritariamente docentes que atuam na educação infantil e no primeiro segmento do ensino fundamental, em virtude de exigências da pesquisa.

e) *Experiência anterior com ensino remoto*⁵⁵

Gráfico 10: Experiência remota



Fonte: GESTRADO (2020, p. 12).

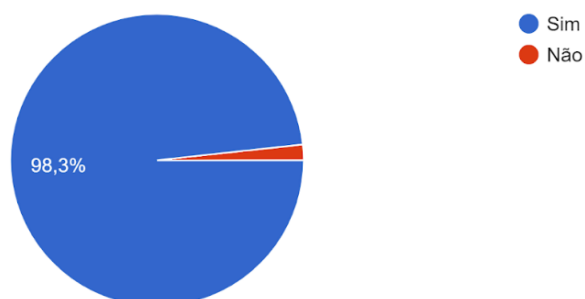
É evidente que a maioria dos professores era inexperiente neste formato de ensino, mas ressalta-se a que, na educação infantil e no ensino fundamental, menos de 10% da/os docentes possuía alguma experiência neste formato de ensino, o que certamente tornou mais difícil e laborioso para tais profissionais a adaptação urgente e compulsória do seu trabalho.

Eixo II de análise: Condições de trabalho

a) *Realizou trabalho remoto durante toda pandemia*

Você trabalhou durante a pandemia de Covid 19, no ano de 2020?
58 respostas

Gráfico 11: Trabalho na pandemia (b)



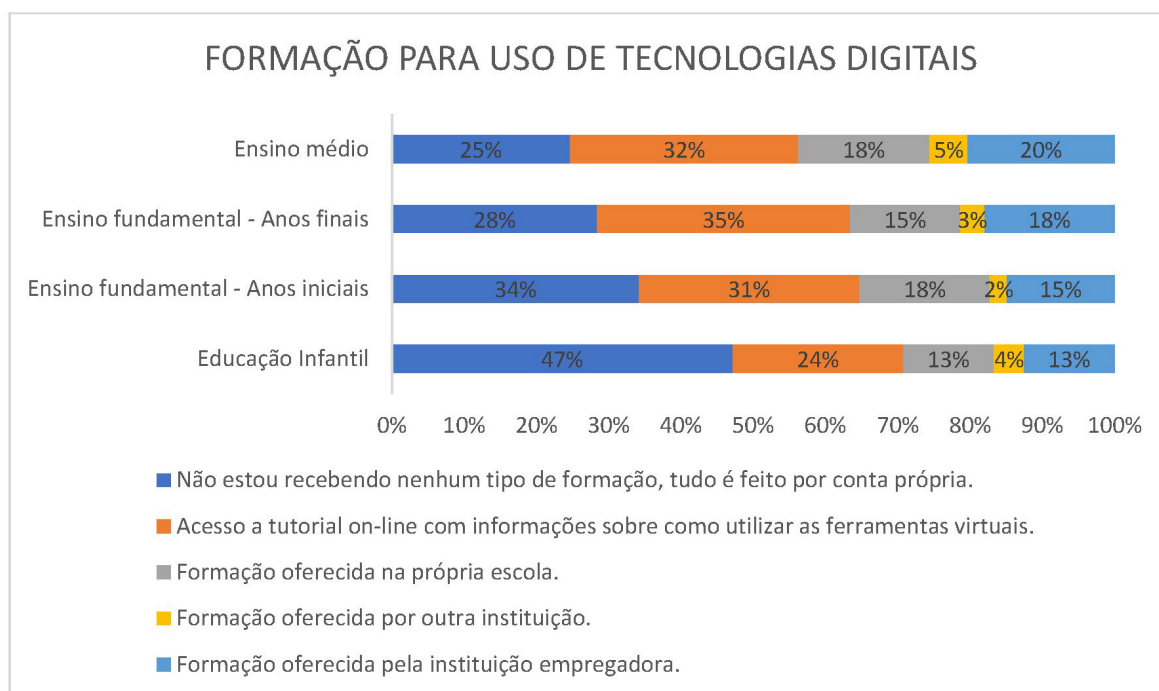
⁵⁵ Não houve le

Fonte: elaboração própria.

Fica patente, que em especial na esfera privada a/s profissionais da educação trabalharam integralmente durante a pandemia.

b) Acerca da formação para o trabalho remoto⁵⁶

Gráfico 12: Formação digital



Fonte: GESTRADO (2020, p. 13).

O resultado desta pesquisa mostra que os dois primeiros segmentos de ensino, educação infantil e anos iniciais do fundamental, os que menos tinham experiência com ensino remoto, foram os que menos tiveram acesso à formação para o uso de tecnologias digitais fornecida pela própria instituição. 13% para a educação infantil e 15% aos anos iniciais. Enquanto 47% dos respondentes da educação infantil não tiveram acesso a nenhum tipo de formação, bem como 35% de docentes dos anos iniciais também se ajustaram às exigências profissionais do período por conta própria. Conseqüentemente, devem ter apresentado maior dificuldade no uso de ferramentas informatizadas ao ensino remoto e adequação do trabalho a este meio.

c) Acerca do tempo de trabalho

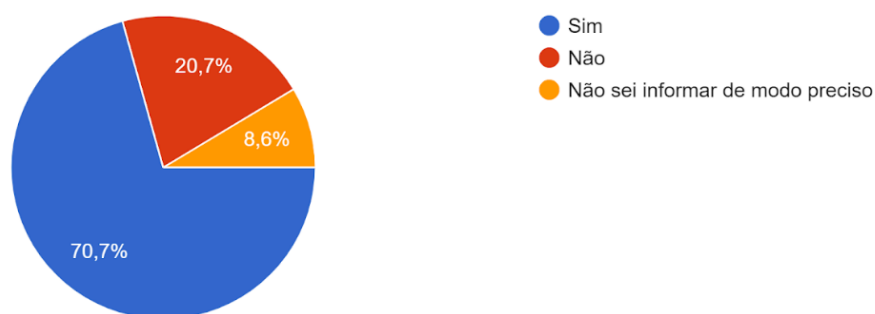
⁵⁶ Não houve levantamento de dados autorais para esta categoria.

Gráfico 13: Ampliação do tempo de trabalho na pandemia

Fonte: elaboração própria.

Você teve sua carga de tempo dedicado ao trabalho ampliada durante o ano de 2020 comparando com 2019?

58 respostas



O resultado do levantamento revela que o tempo de dedicação ao trabalho aumentou na pandemia, sendo mais expressivo às profissionais dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Como causas do aumento do tempo dedicado ao trabalho foram apontados, no levantamento autoral, nessa ordem de importância:

- i) Planejamento – 67,2%;
- ii) “Feedbacks” aos estudantes – 65,5%;
- iii) Reuniões pedagógicas – 51,7%;
- iv) Adequação da estrutura de casa e cotidiano – 50%;
- v) Lentidão e defeito dos equipamentos – 36,2%;
- vi) Aumento da demanda de hora/aula da escola – 27,6%

Enquanto a principal causa para aqueles que responderam que o tempo de dedicação ao trabalho diminuiu foi a redução do tempo gasto no deslocamento, que embora seja um tempo relevante e certamente expressivo para muitos trabalhadoras, não é uma causa relacionada diretamente à exploração do trabalho.

Portanto, a ampliação do tempo dedicado ao trabalho é majoritária em todos os níveis de ensino à categoria docente, insidindo de forma contundente na intensificação do trabalho e consequentemente, na expropriação do tempo de reprodução social dos mesmos.

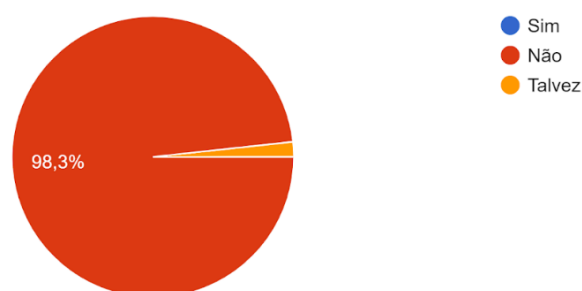
d) Acerca do salário

Gráfico 14: Aumento salarial

Embora o tempo do trabalho remoto tenha se ampliado, o mesmo não aconteceu com

Você teve seu salário ampliado durante o ano de 2020?

58 respostas



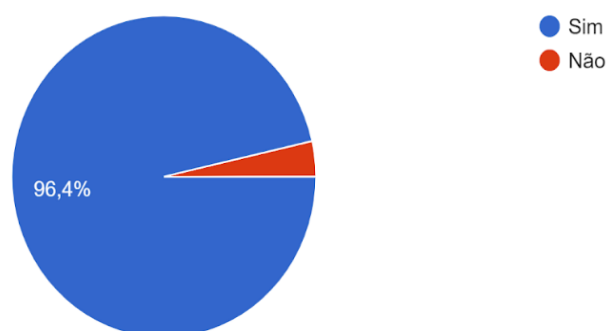
os salários. O que representa um aumento significativo da exploração do trabalho, e da extração absoluta de mais valia.

e) Acerca da produção de material didático e formato das aulas

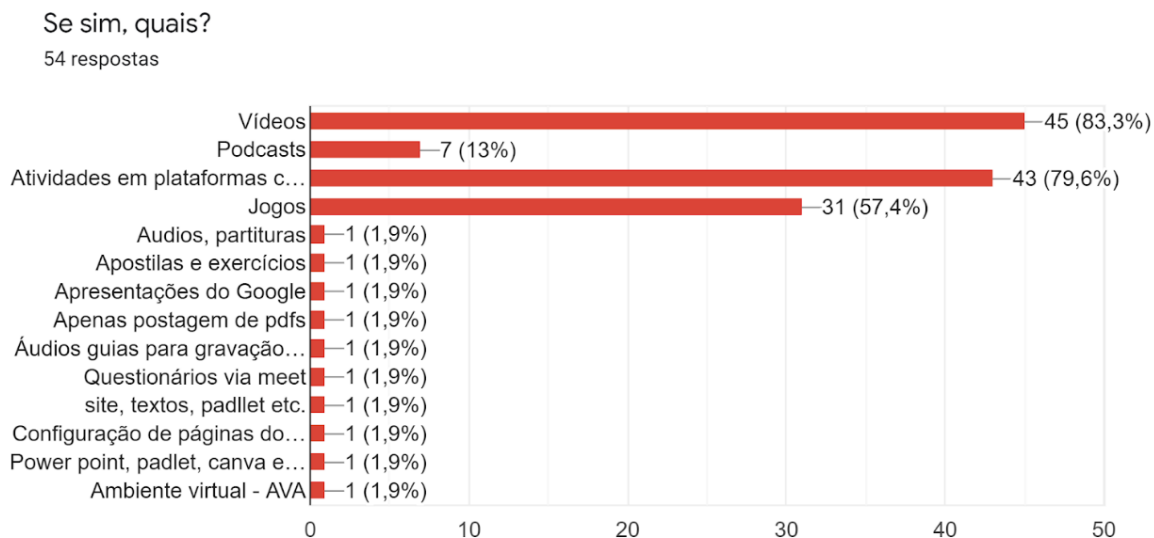
Gráfico 15: Produção de material didático

Você criou materiais didáticos virtuais?

56 respostas



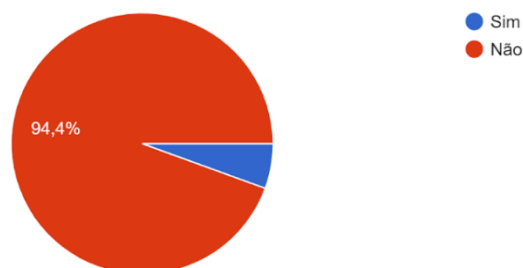
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 16: Tipos de materiais didáticos

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 17: Remuneração por produção de material didático

Você recebeu alguma bonificação pela produção de material didático?
54 respostas



Fonte: elaboração própria.

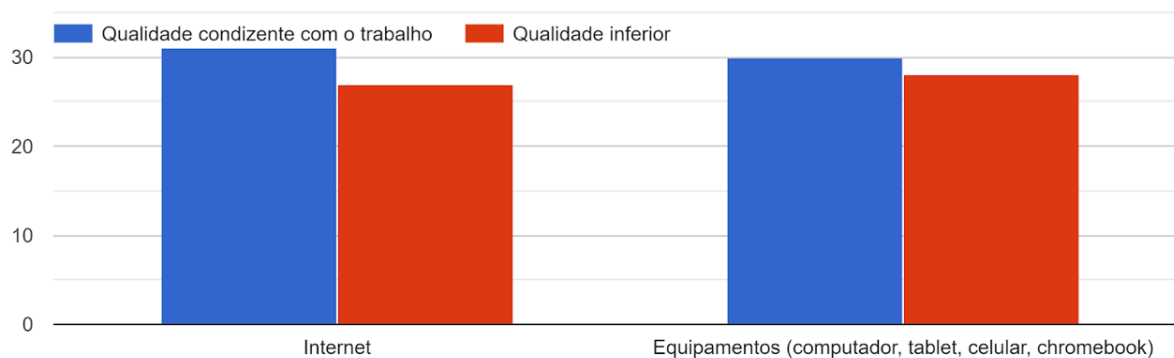
A maioria docente que trabalhou na pandemia gravou vídeos, deu aulas on-line ao vivo, e produziu materiais didáticos como vídeos, atividades em plataformas de ensino, jogos, *podcasts* dentre tantas outras formas de realização de seu trabalho, demonstrando versatilidade e a materialização de seu labor em “produtos” os quais em sua maioria, 94,4% não foram pagos, contribuindo, portanto para ao aumento da extração de mais valia relativa desses trabalhadores.

f) Acerca dos recursos ao trabalho remoto

- Sobre a qualidade dos recursos disponíveis e o suporte da instituição:

Gráfico 18: Qualidade dos recursos disponíveis em casa

Sobre a estrutura de trabalho remoto, você possui:

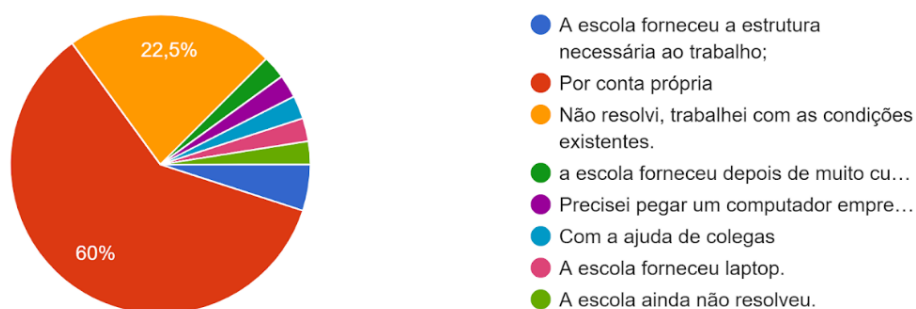


Fonte: elaboração própria.

Gráfico 19: Soluções para falta de recursos próprios

Caso sua resposta anterior tenha sido "inferior", como você fez para resolver o problema?

40 respostas



Fonte: elaboração própria.

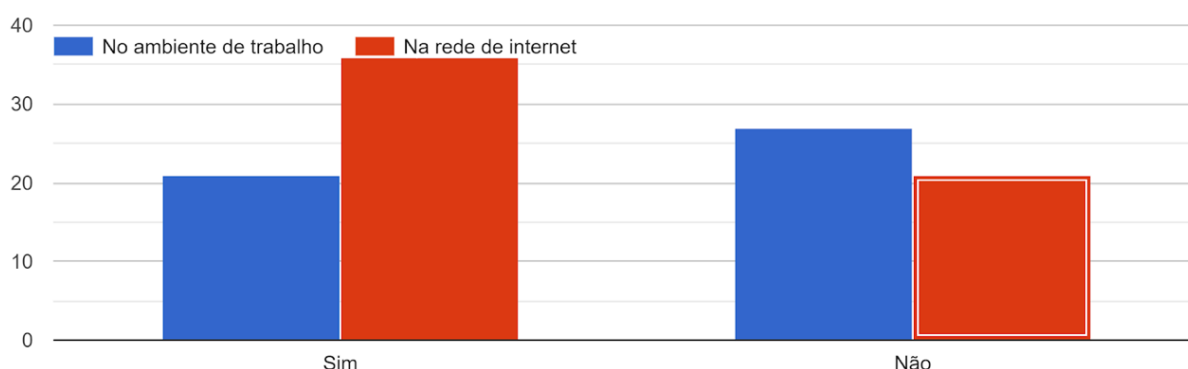
Praticamente metade dos respondentes do levantamento autoral possuía ou internet ou equipamentos necessários à realização de trabalho remoto com qualidade inferior à demanda profissional. Destes, no entanto, a maioria, mais de 82,5% não obteve auxílio da instituição escolar, 60% resolveu por conta própria as necessidades materiais de realização de sua função laboral, enquanto 22,5% destes docentes trabalhou com as condições existentes. Os demais

17,5% dividem-se em pequenas particularidades, como utilizar material emprestado e também receber o material da escola.

Segundo os dados da pesquisa GESTRADO (2020) o suporte mais comumente oferecido pelas instituições privadas de ensino foi um ambiente virtual de trabalho, como plataformas de ensino, cerca de 80%. Todavia, este suporte é o mínimo para viabilizar o trabalho, com as escolas físicas fechadas, prover um ambiente possível para a realização do ensino-aprendizagem é função do interesse do empregador, seja uma empresa ou o Estado. É o meio pelo qual a exploração e extração de mais valia se tornam possível. Os dados coletados pelos dois levantamentos em relação à estrutura e aos recursos ao trabalho foram complementares partindo de perguntas distintas, mas em diálogo enriquecendo a análise.

Gráfico 20: Adequações do lar ao trabalho *online*

Foi necessário realizar obras ou melhorias em sua casa para poder trabalhar remotamente?



Fonte: elaboração própria.

Embora seja responsabilidade do empregador fornecer os equipamentos e materiais utilizados no trabalho, visto a emergência da pandemia, esses profissionais realizaram seu trabalho através de seus próprios meios. Desta forma, embora a maior parte de profissionais tenham recebido a disponibilização de uma plataforma *on-line* de ensino a maioria teve que adequar por conta própria sua casa à necessidade do trabalho, principalmente a qualidade da internet para que pudessem realizar de forma adequada seu ofício. Isso demonstra enorme

dedicação e preocupação na realização da atividade laboral com qualidade e na manutenção do emprego em contraste com a postura das instituições de ensino.

g) Acerca da relação com a instituição

Gráfico 21: Medidas da instituição em relação ao contrato de trabalho

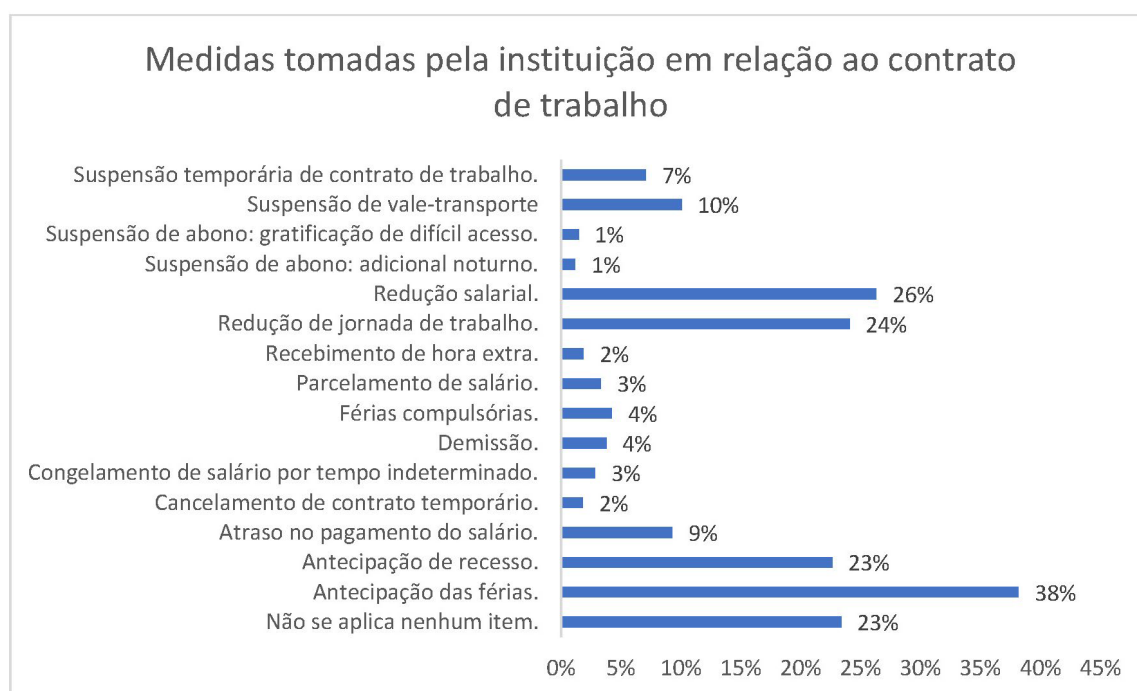
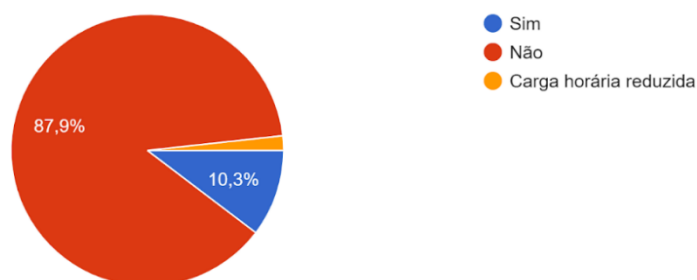


Gráfico 21: Demissões na pandemia

Fonte: GESTRADO (2020, p. 21).

Você foi demitida/o em 2020/2021?

58 respostas



Fonte: elaboração própria.

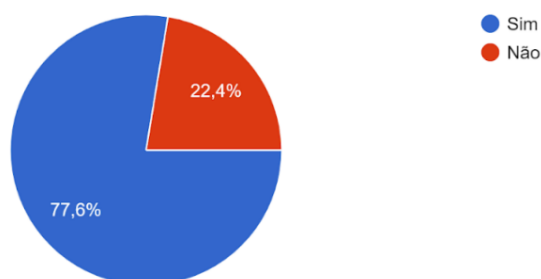
Diante da questão do gráfico acima, os participantes que responderam “sim”, tinham a opção de responder à pergunta: “Se sim, a que você atribui a demissão?” A seguir as respostas: reestruturação da escola; questionamentos sobre a forma de trabalho tanto presencial quanto remoto; crise financeira da escola, 30 professores foram demitidos de uma só vez; falência de uma escola familiar. Sigo no outro emprego; momento favorável para demissão; redução de turmas; tive carga horária bem reduzida.

É possível notar, em especial através do gráfico da Gestrado, que as escolas privadas utilizaram das medidas definidas pelo governo Bolsonaro, em especial a antecipação das férias/recesso, mas também redução da jornada de trabalho e salarial. Além disso, o clima de crise econômica e o cenário de isolamento em que as crianças não podiam frequentar a escola produziu um cenário de instabilidade financeira das instituições e conseqüentemente instabilidade dos empregos, acarretando situações como “30 professores foram demitidos de uma só vez.” e “Momento favorável para demissão”. É o momento em que trabalhadores pagam pela crise do capital.

*h) Acerca do ensino híbrido*⁵⁷

Gráfico22: Ensino híbrido

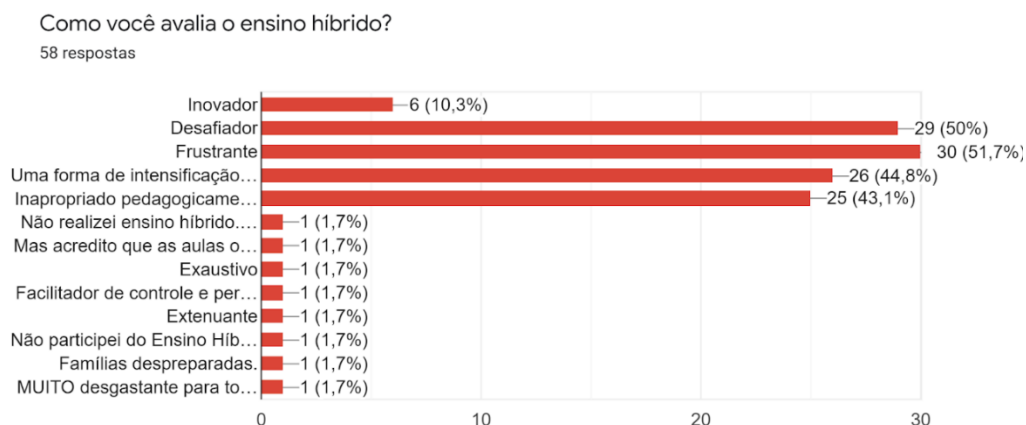
Realizou ensino híbrido com transmissão simultânea em 2020 ou 2021?
58 respostas



⁵⁷ Relembrando que aqui, “ensino híbrido” é usado pois era a forma com a qual se referia à maneira de lecionar no retorno das aulas presenciais em que havia a concomitância das duas formas de ensino, presencial e remoto, com a manutenção de atividades nas plataformas.

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 23: Avaliação do ensino híbrido



Fonte: elaboração própria.

A modalidade híbrida implementada desde o retorno presencial em meados de setembro de 2020 até o final de 2021 é qualificada negativamente pela maioria dos respondentes: mais uma novidade, mais um desafio, mais uma frustração e a percepção de intensificação do trabalho em um contexto delicado por si só é difícil. Professores se desdobrando e adaptando a mais uma nova forma de trabalho em meio à pandemia.

Eixo III de análise: Sentimento e saúde das (os) docentes e sua relação com as alunas (os)

a) *Impressão da (os) trabalhadora (es) em relação ao trabalho*

Você teve/tem receio de ser demitido em 2020/2021?
58 respostas

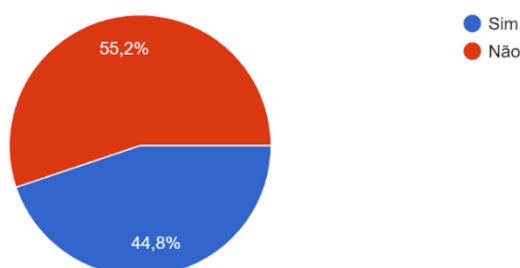


Gráfico 24: Medo da demissão

Fonte: elaboração própria.

Diante da pergunta do gráfico 33, foi dada a possibilidade às participantes justificarem suas respostas, abaixo segue a transcrição de algumas.

Justificativa 1: “Tive receio e também sofri certas perseguições e assédios morais por me posicionar em relação a problemas e excessos gerados no cotidiano por causa da pandemia.”

Justificativa 2: “Já acontece pelos corredores as notícias de necessidade de redução de custo por parte da empresa, além das reformas educacionais, como a reforma do ensino médio. Além disso, os processos avaliativos dos professores se intensificaram, além da elevação de tom por parte da coordenação imediata com falas moralistas e de aumento da produtividade, cumprimento de prazos cada vez menores, etc.”

Justificativa 3: “A escola repetia durante as reuniões que a situação estava difícil e que algumas pessoas seriam demitidas.”

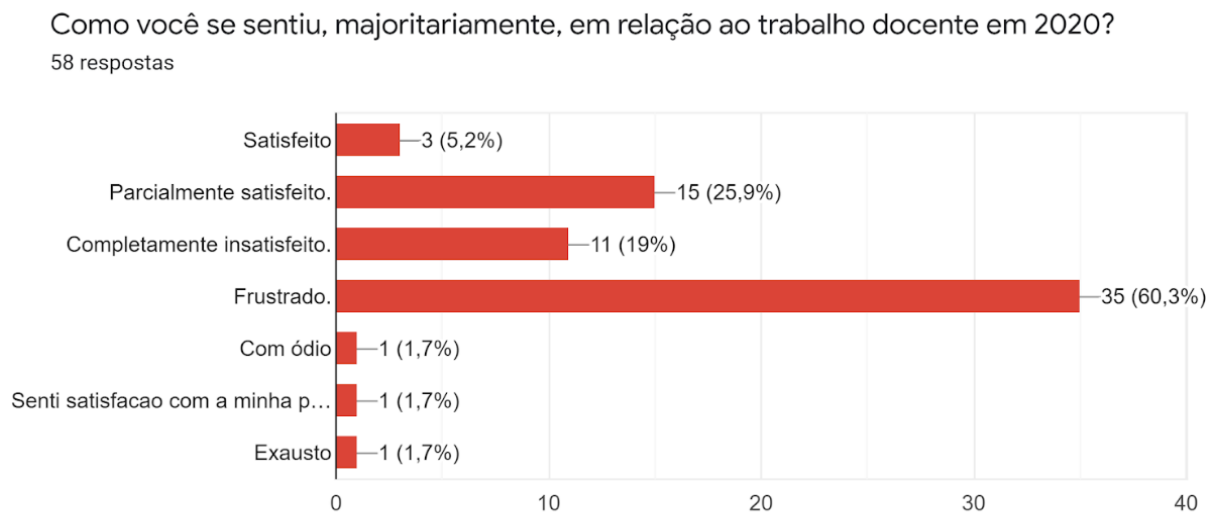
Justificativa 4: “A instabilidade econômica do país/ escola.”

Justificativa 5: “Se posicionar contrário às supostas maravilhosas ferramentas e plataformas *on-line* que o ensino empresarial insiste em dizer que são o caminho para educação moderna.”

Justificativa 6: “Por conta da ideia de reestruturação.”

Justificativa 7: “Muitas escolas realizaram cortes e poderia ter acontecido com a nossa.”

A pesquisas revela a tônica do medo nas respostas. Medo e a angústia da/os professora/es em relação ao trabalho, medo da demissão, e da perda de direitos, somado e também por isso o receio relacionado a imprevisibilidade do futuro seja pelas condições de saúde pública e pelas condições de trabalho.

Gráfico 25: Avaliação docente em relação ao seu trabalho na pandemia

Fonte: elaboração própria.

Diante da pergunta do gráfico 25, foi dada a possibilidade às participantes justificarem suas respostas, abaixo segue a transcrição de algumas.

Justificativa 1: “A demanda não condizia com as condições do momento: estávamos (estamos) vivendo uma pandemia, e são muitos os aspectos envolvidos. Não houve o devido cuidado. Trabalhamos muito para entregar um trabalho aquém. Frustrante.”

Justificativa 2: “Esse reinventar para Educação Infantil, é difícil. Pq nessa faixa etária o ensino-aprendizagem acontece nos detalhes, nas observações. Nosso trabalho de professores, vai além de atividades propostas, vai na observação de uma pegada, no desenvolvimento da coordenação motora final, está em ver o equilíbrio da criança.”

Justificativa 3: “Exploração do meio digital.”

Justificativa 4: “Não é possível realizar de forma remota um trabalho de qualidade que seja tão abrangente quanto ao realizado de forma presencial, sobretudo na educação infantil que tem como eixos as interações e as brincadeiras, e necessitam de uma mediação bastante sensível e um acompanhamento minucioso das atividades. Algo que as famílias não têm formação para realizar. Então me senti frustrada por não conseguir colocar em prática o trabalho que acredito ser necessário com as crianças pequenas. Tive que me contentar com o trabalho que é possível neste contexto e mentalizar que estava fazendo o melhor que poderia.”

Justificativa 5: “Por um lado, estava me reinventando. Por outro, nem sempre os resultados correspondiam às expectativas do meu esforço.”

Justificativa 6: “Fiz o possível, mas muitos estudantes ficaram à margem dos conteúdos e propostas pedagógicas.”

Justificativa 7: Porém sobrecarregada e desvalorizada

Justificativa 8: Muito difícil atingir os objetivos traçados mais a falta de apoio.

Justificativa 9: Apesar de tudo, cumpri meu cronograma e pelas notas dos alunos, senti que os alcancei.

Justificativa 10: Satisfeita, porque fiz tudo que pude, apesar de ter prejudicado a minha saúde.

Justificativa 11: Apesar de todas as dificuldades, consegui ajudar os(as) estudantes das turmas sob minha regência a obter excelentes desempenhos nas provas de vestibular.

Justificativa 12: Frustrado pois acreditava que depois de todo o esforço e dedicação dos docentes na adaptação e competência para ministrar os cursos online/híbridos, o corpo docente seria consultado sobre as suas experiências, ajudando no planejamento e montagem de 2021... mas preferiram contratar mais cursos formações externas e elaborar toda a Escola Duo 2021 sem participação docente...

Justificativa 15: Frustrado com relação ao resultado e reconhecimento obtidos se comparados com o trabalho/esforço/dedicação.

Justificativa 16: Acho que mesmo em condições adversas e desafiadoras, consegui realizar um bom trabalho.

A grande maioria (mais de 70%) dos relatos apresenta frustração ou insatisfação com o trabalho, e, mesmo em alguns casos em que o trabalho foi satisfatório, a justificativa traz um pesar, expressa como “apesar de”, demonstrando que há um custo maior do que esperado na realização deste trabalho. Ex.: “Satisfeita, porque fiz o que pude, apesar de ter prejudicado a minha saúde.”

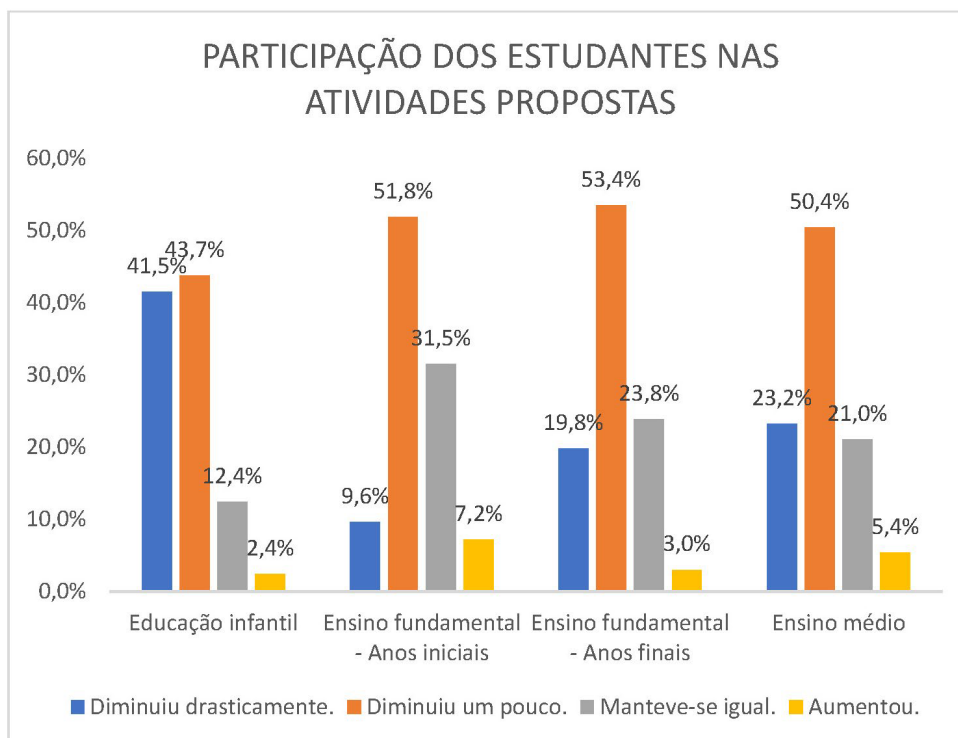
Outras justificativas que chamam atenção e são caras a esta análise são as da educação infantil: Ex. 1: “Esse reinventar para Educação Infantil, é difícil. Por que nessa faixa etária o ensino-aprendizagem acontece nos detalhes, nas observações. (...)”, Ex. 2: Não é possível realizar de forma remota um trabalho de qualidade que seja tão abrangente quanto ao realizado de forma presencial, sobretudo na educação infantil que tem como eixos as interações e as brincadeiras, e necessitam de uma mediação bastante sensível e um acompanhamento minucioso das atividades.”

Tais relatos demonstram uma incompatibilidade entre a proposta do ensino remoto e o modelo de educação infantil. Outros dados que corroboram esta impressão foram obtidos pela GESTRADO no eixo “relação com os alunos”. Embora todos os segmentos apresentem

diminuição na participação dos estudantes, a educação infantil é o segmento que apresenta a mais **drástica diminuição da taxa** de participação.

Gráfico 26: Grau de envolvimento dos estudantes com a proposta pedagógica

Fonte: GESTRADO (2020).



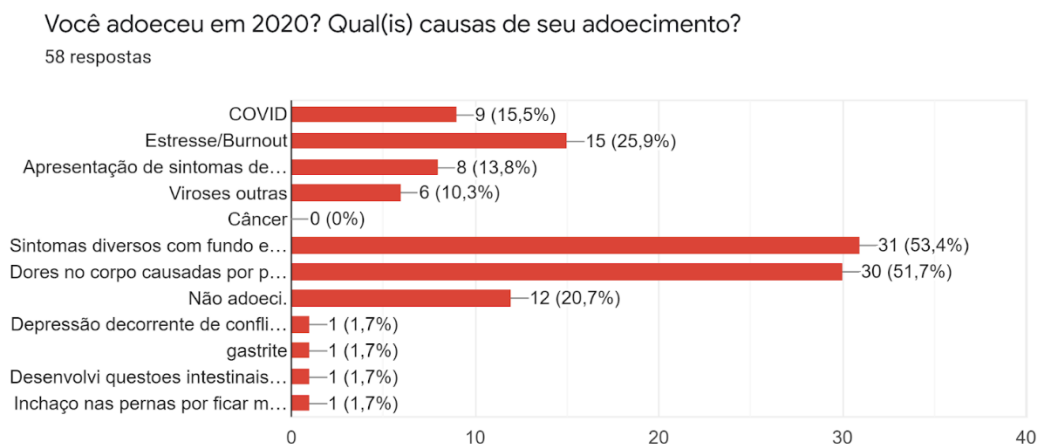
Outro sentimento presente em mais de um relato é a frustração perante a falta de reconhecimento da instituição pelo esforço realizado. Esse descompasso entre o trabalho e valorização do mesmo. No geral os relatos revelam quanto a realização do trabalho docente é formadora e a proposta remota aliena tais trabalhadoras de seu trabalho produzindo uma carga de decepção grande.

b) Saúde da (os) trabalhadora (es)

Gráfico 27: Casos e causas de adoecimento de docentes na pandemia

Fonte: elaboração própria.

Apenas 12 pessoas não adoeceram, 20% dos respondentes. Mas no geral, as pessoas



tiveram mais de uma causa de adoecimento com sintomas diversos com fundo emocional e dores no corpo causada por postura/movimento repetitivo 53,4% e 51,7% das respostas, 25,9% identificam que tiveram *burnout*, 13,8% ansiedade e alguns indivíduos identificaram doenças com causas particulares como problemas intestinais, gastrite, depressão, todos relacionados diretamente ao contexto da pandemia e trabalho remoto.

É significativa a expressividade de adoecimento com causas ligadas diretamente à atividade laboral, como *burnout*, em que o excesso laboral associado à falta de valorização social do trabalho produz um desgaste do corpo psicofísico. E, embora haja a popularização de tal diagnóstico, há também dificuldade em identificar o quadro que deve ser feito apenas por especialista da área. A oportunidade de obter o diagnóstico em um atendimento especializado não é comum, portanto, nos 53,4% que identificaram ter “sintomas diversos por fundo emocional”, pode haver também uma parcela de adoecimentos que se enquadram no *burnout*.

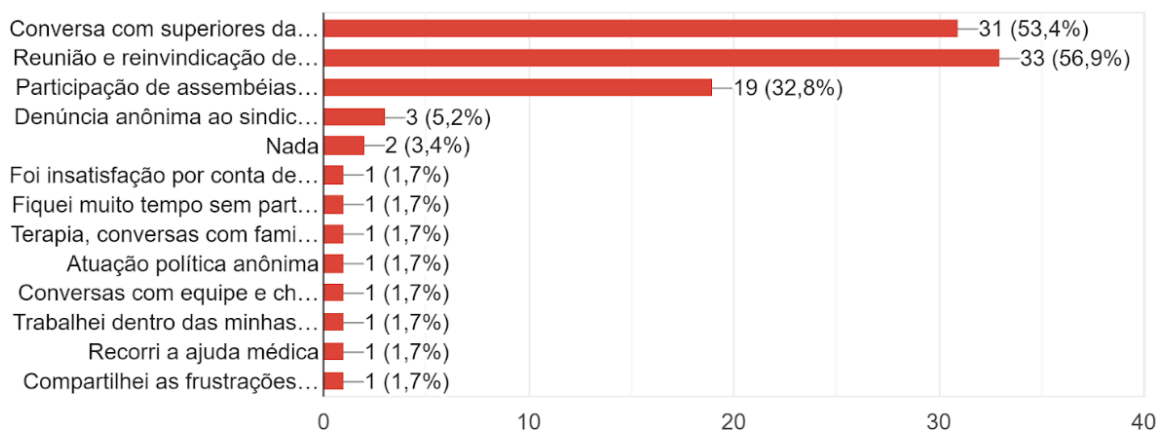
Eixo IV de análise: Organização dos trabalhadores e relação com sindicato

Como este eixo não foi contemplado pela pesquisa da GESTRADO, os dados a seguir foram obtidos das respostas do formulário autoral.

Gráfico 28: Organização e mobilização trabalhista

Caso não tenha se sentido satisfeito com seu trabalho em 2020, o que fez para alterar essa situação?

58 respostas



Fonte: elaboração própria.

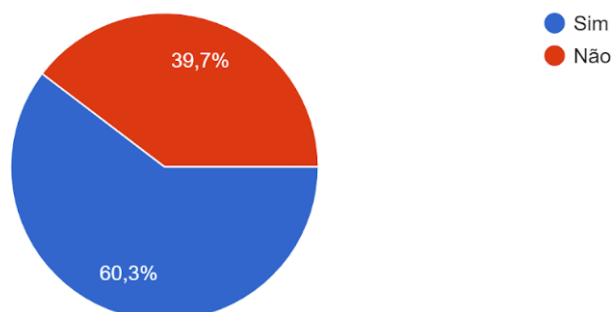
É interessante notar que, exceto duas pessoas, mesmo quem respondeu anteriormente que ficou satisfeito com o trabalho indicou alguma forma de incômodo e movimentação, não necessariamente com alguma consciência de classe.

As duas ações mais recorrentes apontadas como formas de alterar a situação insatisfatória vigente foram: “reunião e reivindicação de professores da própria escola” 56,9%” e “conversas com superiores da instituição” com 53,4%, indicando que houve diálogo coletivo, debate e consciência de que os conflitos eram comuns à categoria, mas a mobilização não ultrapassou, de forma geral a esfera econômica corporativa. Sendo que 6 pessoas são a interseção destes dois grupos, tiveram ambas reações. Enquanto 19 pessoas participaram de assembleias sindicais, e apenas 3 fizeram denúncias ao sindicato.

Gráfico 29: Filiação ao sindicato

Você é filiado a algum sindicato?

58 respostas

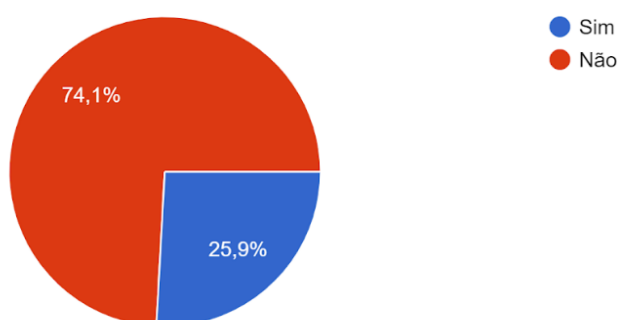


Fonte: elaboração própria.

Gráfico 30: Necessidade de apoio sindical

Você precisou de apoio sindical em 2020?

58 respostas



Fonte: elaboração própria.

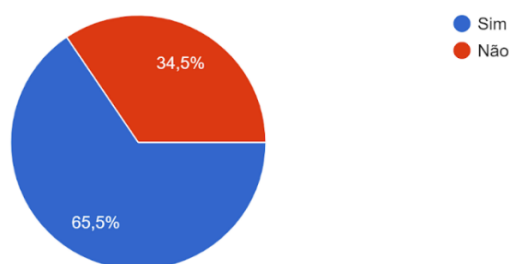
No que concerne a relação de trabalhadores com o sindicato 60% se identificam como filiados a algum sindicato, a maior parte de respondentes não esteve satisfeita com seu trabalho no ano de 2020, mas apenas 25,9% relata que precisou de apoio sindical no mesmo ano. Embora, portanto, haja um número expressivo de professores filiados ao sindicato e insatisfeitos com o trabalho, apenas 25,9% recorreu ao sindicato ou mesmo reconheceu que o sindicato seria a instituição de apoio para problemas trabalhistas.

Esse deslocamento da luta para as esferas particulares tem base em múltiplos fatores, tanto na história do sindicato em específico e sua atuação junto à categoria, como no enfraquecimento do poder sindical em função da alteração da legislação, em especial a

(contra) reforma trabalhista de 2017, bem como na interiorização da racionalidade neoliberal e super individualista pelos docentes, que veem a si como células isoladas e não como parte de um coletivo que sofre opressões similares.

Gráfico 31: Sentimento de representatividade

Você se sente representada/o pelo seu sindicato?
58 respostas



Fonte: elaboração própria.

Diante da pergunta do gráfico 31, foi dada a possibilidade às participantes justificarem suas respostas, abaixo segue a transcrição de algumas.

Justificativa 1: “Eu entendo que há um limite grande no trabalho do sindicato, e na nossa relação com o sindicato, pelo fato do vínculo empregatício com uma instituição privada. O coletivo é facilmente abalado pela pressão patronal... Ainda mais nesse contexto de crise. Na verdade foi difícil responder as perguntas anteriores, pq nesse contexto pandêmico, eu não tive forças para mais uma demanda online, e por isso não participei das atividades do sindicato.”

Justificativa 2: “Tiraram minhas dúvidas trabalhistas e entraram em contato com a escola quando foi necessário.”

Justificativa 3: “Após a demissão em massa do Colégio Zaccaria, este atrasou as verbas rescisórias no início de 2021. Somente foi possível recebermos nossos direitos após a assertiva intervenção do SINPRO-RJ.”

Justificativa 4: “O Sinpro rio hoje conta com forte interferência patronal, auxiliando os coordenadores de grandes redes em vários casos, inclusive divulgando professores mais radicalizados para não contratação. Além disso, dá pouca resposta propositiva no sentido combativo, sempre buscando a conciliação com favorecimento ao empresariado. Os poucos avanços que aconteceram no sentido de mínima estabilidade durante o período da pandemia

(que irá ser cobrado posteriormente) foram pela pressão da oposição e da base de professores em desespero.”

Os dados apresentados majoritariamente indicam relativa satisfação, a maior parte dos entrevistados se sente representada. As justificativas expressam a contradição real entre a função do sindicato, os limites de sua atuação na esfera econômico-corporativa, a expectativa do trabalhador e atuação sindical perante o patronato.

Gráfico 32: Participação em atividade sindical

Fonte: elaboração própria.

Você participou de alguma atividade promovida pelo seu sindicato em 2020?

58 respostas

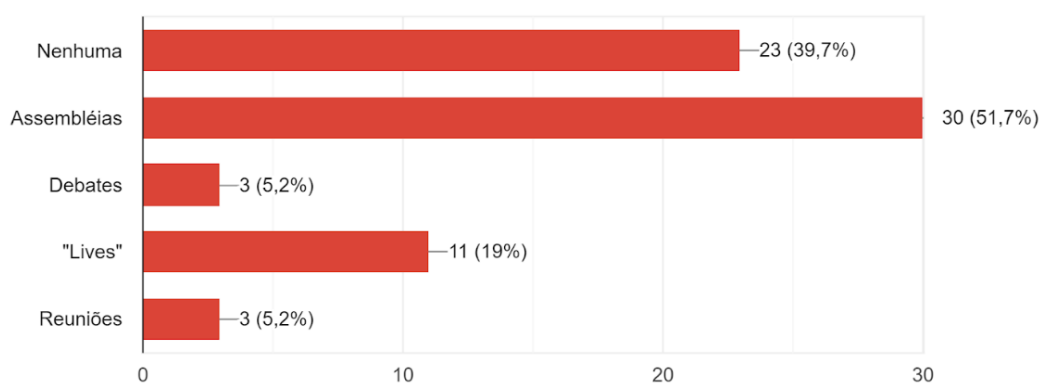
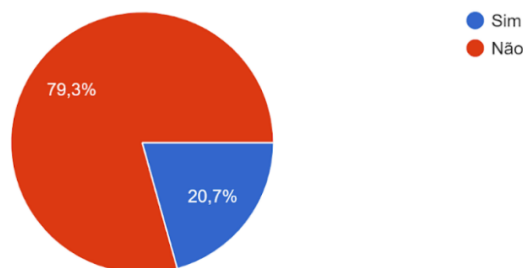


Gráfico 33: Participação em greves

Fonte: elaboração própria.

Você participou de alguma greve no ano de 2020?
58 respostas



Embora apenas 20,7% dos respondentes ter sinalizado aderir à greve, demonstrado pouco envolvimento prático da base da categoria com o sindicato, no ano de 2020, o SinproRio, organizou e defendeu “a greve pela vida” adiando o retorno das aulas presenciais, por 99 dias, resistindo à pressão do Sindicato (patronal) das Escolas Privadas do Rio de Janeiro, Sinepe-Rio, e do governo do município do Rio de Janeiro.

O SinproRio, realizou assembleias periódicas em 2020 com a base unificada de professore (as), desde o primeiro anúncio do governo municipal pela reabertura das escolas. Foram oito assembleias, em que foi votada e aprovada por ampla maioria a “greve pela vida”. Todas as assembleias do período foram realizadas de forma remota pela plataforma zoom, com um cadastro que precisava ser feito anteriormente por e-mail e ocorreram dia 04/07, 01/08, 04/08, 15/08, 05/09, 12/09, 03/10, 10/10. Em todas houve a aprovação da greve pela vida, negando o retorno das atividades presenciais nas escolas e a manutenção do trabalho com o ensino remoto nos estabelecimentos do setor privado de ensino do Município do Rio de Janeiro, Itaguaí, Paracambi e Seropédica. Retorno era condicionado a ter garantia das autoridades da Saúde, como a Fiocruz e a base em rígidos protocolos de segurança. Na assembleia de 17/10 e última desta série, os professores suspenderam a greve às aulas presenciais, mas continuam “na guerra pela vida.” (Nota Pública, SinproRio, 2020).⁵⁸

Enquanto se mantinham em “greve pela vida”, com a clara bandeira de que a vida está acima dos lucros, não foi posto em nenhum momento o trabalho remoto em cheque. E além das assembleias e da greve, o SinproRio, publicou diversas Notas, seja de repúdio a publicações do Sinepe-Rio, seja de solidariedade à categoria, em especial às professoras da educação infantil, seja se colocando contra os decretos da prefeitura delimitando o retorno

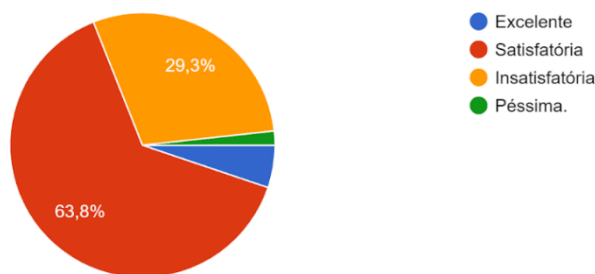
⁵⁸ Disponível em: <https://site.sinpro-rio.org.br/carta-a-sociedade-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em 03 mar. 2022.

premature, além de reafirmar a posição de que não era o momento do retorno presencial em reuniões com a prefeitura.

Fonte: elaboração própria.

Você obteve apoio jurídico ou político de
58
Gráfico 34: Apoio sindi

Como você avalia a ação do seu sindicato no último ano?
58 respostas



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 35: Grau de satisfação com o sindicato

E, embora apenas 60% tenham identificado que fazem parte de algum sindicato, mais de 63,8% consideram ao menos satisfatória a ação de seu sindicato. Em paralelo com a breve exposição das atividades do SinproRio acima, considera-se que o trabalho do sindicato é reconhecido como ao lado dos trabalhadores, no entanto, limitando-se a demandas rebaixadas de direitos circunscritas à esfera dos direitos liberais no capitalismo dependente.

3.5 Descrição da condição docente através de análise dos discursos narrativos

Na sessão anterior foram apresentados os resultados obtidos a partir de formulários enviados a professores (as) da rede privada do Rio de Janeiro através do aplicativo WhatsApp e e-mail. Nesta sessão serão apresentados os relatos de quatro professoras extraídos a partir de suas respostas à pergunta que guiou a narrativa: "Como foi ser professora na pandemia?". O diálogo estabelecido individualmente com cada uma possibilitou que elas trouxessem suas histórias sobre a experiência de lecionar na pandemia da covid-19 através de uma noção cronológica desde o início da pandemia até dezembro de 2021, momento em que essas conversas aconteceram, embora com idas e vindas, comuns na expressão oral.

Para análise, e apresentação desses relatos foram usados os mesmos quatro eixos gerais da análise dos formulários, que contemplam de forma mais abstrata as condições do

trabalho. A partir dos discursos das professoras, foram definidas subcategorias que embora dividam a análise da realidade que ocorre de forma complexa em sua totalidade, facilita a identificação das convergências nas práticas discursivas, e, portanto, na prática social destas professoras.

Para evitar qualquer possibilidade de identificação, os depoimentos não foram ordenados de maneira alguma, assim, as falas se alternam e se misturam dentro da categoria de análise, como se todas conversassem ao mesmo tempo. Uma polifonia para marcar justamente as consonâncias, bem como destacar quando há divergência. Facilitando consequentemente a compreensão dos processos coletivos ou particulares. A única categoria que apresenta um ordenamento e uma descrição é a do “Informações básicas/Perfil”

Fica exposto que o tempo de dedicação, as condições materiais de trabalho, a forma de exposição das professoras são fatores que combinados na realização do trabalho docente produziram esgotamento psicofísico, e sentimentos a princípio contraditórios em relação a instituição. Houve como consequência dos conflitos a identificação da oposição capital-trabalho e compreensão do lugar ocupado tanto pela escola quanto pelas próprias professoras nesta oposição. Situação que fez emergir a consciência de classe nestas trabalhadoras. Para que as professoras não sejam identificadas facilmente, seus relatos foram organizados nas categorias e dispostos sem um ordenamento previsto e sem a identificação em relação aos perfis.

3.3.1 “Como foi ser mulher e professora na pandemia, em especial nos anos iniciais?”⁵⁹

**“Foi de repente, a gente saiu em uma sexta-feira e a sensação que eu tenho é que a escola que eu tinha nunca mais vai voltar.”
(Professora).**

A) Acerca do perfil das professoras

Todas as entrevistadas são mulheres e trabalham em escolas privadas no Rio de Janeiro, entre as quais Bahema, Eleva, Raiz Educação, grupos que se encontram fortemente inseridos na mercantilização financeirizada já discutida, que, entretanto, não são identificadas nos depoimentos das entrevistadas. Para identificação dos perfis foram feitas as seguintes perguntas: “Qual segmento leciona?”; “A qual categoria docente pertence?”; “Está sujeita a um contrato com quantas horas de trabalho previstas?”; “Você possui filhos? Se sim, com

⁵⁹ Todos os grifos desta seção são autorais.

quantos anos?” e “Qual sua rede de apoio?”. A fim de preservar suas identidades, nesta seção serão referidas pelos números de um a quatro.

Professora 1:

Professora especialista – integral de 8h às 16h.

Da educação infantil 3 até o 1º ano do fundamental 1. Com 11 turmas em 2020 e 16 turmas em 2021.

Professora 2:

Professora de turma do quarto ano do fundamental 1, carga horária de 20 horas semanais em sala mais reunião.

Professora 3:

Professora de turma do segundo ano do fundamental 1- Carga horária prevista de 25 horas semanais.

Professora 4:

Professora de turma do segundo ano do fundamental 1- Carga horária prevista de 25 horas semanais.

“Não sou guerreira não Jade, eu sou pobre mesmo, trabalhadora.” (Professora).

B) Acerca das condições de trabalho

B.1) Acerca do tempo

Em 2020:

O aumento do trabalho foi aos poucos, eu comecei trabalhando 4 a 5 horas por dia, mas em um mês eu já estava trabalhando de 10-12 horas por dia, todo dia da semana inclusive sábado e domingo.

A sensação era de que eu trabalhava 24 horas por dia.

Eu não aguento mais, fiquei com uma fobia de trabalho.

Esse momento inicial de adaptação. Mas começou bem levinho, com poucas horas, uma coisa mais leve, não era todo dia.

Mas aos poucos as famílias foram demandando muito e a escola foi se adequando às demandas das famílias.

A demanda foi crescendo muito, a carga horária deixou de ser respeitada, a gente sinalizou isso e não foi ouvida.

Todo mundo ficou trabalhando o tempo inteiro.

Eu lembro que ano passado a gente teve uma demanda absurda de trabalho.

Algumas professoras pensaram em quantificar essas horas de trabalho né, mas eu não dei conta de quantificar.

De manhã era ocupado pela escola, a tarde para produzir material e fechar o planejamento e de noite muitas vezes tinham reuniões.

Em 2021:

12h45 é meu horário de entrar na escola, então se o computador não ligasse as crianças já estavam reclamando no mural. Então era meio constrangedor por que às vezes parecia que eu atrasava, mas estava no meu horário e o computador que não funcionava.

O esgarçamento do tempo de trabalho no primeiro ano da pandemia, 2020 foi sentido e indicado por todas as professoras, com exceção da professora 01 que não era professora de turma, mas especialista. A ampliação do tempo dedicado ao trabalho, sem alteração de contrato ou acordo entre as partes, é a primeira indicação do aprofundamento da exploração do trabalho. No caso, o tempo dedicado ao trabalho passou a ocupar os três turnos do dia, em que, normalmente se divide o trabalho (manhã, tarde e noite), expropriando essas trabalhadoras de tempo de vida, ou seja, de reprodução social de sua própria força de trabalho. Tal esgarçamento, tomou proporções brutais e claramente além da carga horária prevista, aumentando a mais-valia absoluta, todavia sem controle de horas, uma das características do trabalho digital uberizado.

B.2) Acerca da sobreposição do trabalho de casa

Em 2020:

Então tem outra coisa de ser mulher e estar em casa. Então as demandas da tarde eram intercaladas com as demandas de casa. Lavar louça, almoçar, botar roupa pra lavar. Então a sensação que eu tinha era que eu não parava. Era meio desesperador assim. Era o tempo todo. A louça que não acabava nunca. Não tinha uma folga. Não conseguia relaxar e respirar.

Sou mãe solo e tenho uma filha de 15 anos que estuda na escola X. Com o isolamento eu perdi a maior ajuda que tinha que era a escola. Normalmente tinha uma rede de apoio de amigos do bairro e a família só era acionada em casos mais pontuais como viagens, mas a maior rede de apoio era a escola e eu perdi essa perna. Além de não poder mais contar com os amigos pelo isolamento e não querer expor meus pais que são idosos.

Neste recorte de gênero, me sinto até privilegiada, por que não tenho filho e meu companheiro é professor.

Enquanto pais dos meus alunos relatavam que estavam aprendendo a ser pai e mãe na pandemia, e conhecendo melhor os filhos por que faziam todas as refeições juntos, eu não, eu já era mãe antes e gostava, na pandemia eu fiquei cansada.

E de manhã enquanto minha filha tinha aulas eu cuidava da casa fazia compras, e a tarde enquanto eu dava aulas ela ajudava com a casa.

Precisava de um silêncio que pô com a filha de meses como têm silêncio? Todo mundo dentro de casa. Não na minha casa por que erámos só três pessoas, mas com a vizinhança o bairro inteiro né todo mundo dentro de casa também ficava difícil. Então me via assim a noite fazendo alguns vídeos ou então muito cedo.

Minha filha não aprendeu nada de matemática. Era meio se vira aí, faz aula particular, mas a gente não tinha como ter professor particular, então ela não aprendeu nada de matemática. Eu falava filha, faz o que é possível, por que eu não tinha condição de ajudar na matemática do nono ano.

Em 2021:

*E aí esse ano também o que que aconteceu a gente já voltou para escola. E aí a minha insegurança enquanto mãe foi eu ter que levar minha filha para escola. A minha filha vai ter que frequentar a escola só que ela é um bebê né eu não tô lá para ver não sei se a escola que ela tá frequentando as pessoas são rigorosas com os protocolos. Então tinha uma tensão né. Minha filha ainda não pode usar máscara. Começou a rolar uma desconfiança. Né que doido. Eu, professora de criança pequena, comecei a questionar e a me senti insegura enquanto mãe de deixar minha filha na escola. Então rolou uma desconfiança com inspeção escolar também. Então só para frisar, ela não estuda na escola na qual trabalho, está em outra escola, privada e que eu ficava comparando né o cuidado lá na escola com cuidado que a escola dela tinha. Pensava “cara aquele tapete de entrada nunca tá úmido”. Caraca, minha filha Como é que eu vou deixar minha filha lá? **Mas também não tem com quem ela ficar e eu preciso trabalhar.** Um desespero, uma coisa muito estranhos, muito estranha muito difícil. E aí e a tensão de estar expondo a minha família porque o meu marido continua online no trabalho online e eu que saía e por conta disso a minha filha tinha que sair porque eu também não consegui ninguém para me ajudar em casa. Não tinha rede de apoio também expor o trabalhador a isso né na dúvida é melhor cada um ficar em casa e a gente vai vendo como a gente vai se adaptando né. Eu falei para proctologista que me acompanhou que eu não tenho sossego. **Eu não tenho sossego, às vezes eu tô amamentando dando aula. Amamentando!** Eu tenho foto disso. Aí você pega do pescoço para cima ninguém vê mas a criança tá lá no teu peito. Você amamenta entendeu, dei aula com a xxxx no peito muitas vezes. Aconteceu outra parada bizarra porque eu já tava em casa e minha filha teve que voltar a ficar em casa. Por que a minha filha é alérgica e desenvolveu um quadro alérgico absurdo de pneumonia e ela não podia mais ir para escola. E aí estamos todo mundo de novo dentro de casa. Eu já vacinada a xxxxx não. Então esse foi o nosso maior medo porque apesar de eu e o pai dela estarmos vacinados, eu tô gestante e a xxxx tava com uma saúde super frágil. Se recuperou agora né e ela não podia mais ir para escola, não podia ficar exposta a nada né porque ela desenvolveu uma pneumonia de aparelho respiratório. Olha a confusão na vida. Agora*

qualquer barulho de obra ela morre de medo do barulho de obra no quebra-quebra ela já fica apavorada querendo colo chorando.

É na esfera da reprodução social que a falta de tempo e a sobreposição de trabalhos recai de maneira mais cruel e avassaladora sobre as mulheres. Como disse uma das depoentes: “sobre ser mulher e estar em casa”, como se o trabalho produtivo, mesmo explorado, fosse uma libertação do trabalho reprodutivo, quando feito fora de casa. Quando a possibilidade de socialização do trabalho reprodutivo é eliminada pelo isolamento social, toda sobrecarga de trabalho recai sobre as mulheres, enquanto a estrutura patriarcal, exime os homens da responsabilidade e envolvimento proativo na realização das tarefas do lar.

Essa situação é agravada no caso das mães. O fator biológico, fundamental ao desenvolvimento do bebê que é o aleitamento materno, é sobrepujado pelo trabalho docente. Embora, de suma importância à saúde da criança, pode se tornar um fardo quando é colocado como mais uma obrigação sendo um trabalho energeticamente extremamente penoso. E, por aparentar uma dependência ao corpo feminino, é atribuído todo à mulher, enquanto o homem, pai, mesmo presente não sofre da mesma demanda. No entanto, é um trabalho que pode ser facilmente compartilhado caso a mulher tire o leite e o reserve em mamadeiras. No momento em que a mulher tem que sair de casa para trabalhar repassa o cuidado da criança para o social, enquanto o marido e pai segue trabalhando de casa.

Não é o fator biológico que produz a sobrecarga de trabalho reprodutivo, mas a divisão desigual deste trabalho, que assume o caráter “natural” de forma assimétrica, associando-o à maternidade, sem considerar o contexto social no qual esta se dá. No caso de uma mãe-solo, por outro lado, a desobrigação do homem perante a prole é radical, o que no período do isolamento social, torna o sobretrabalho da mulher profundo, constante e aparentemente irremediável.

B.3) Acerca da exposição

Acho que isso era outra questão estar dentro de casa e ter que receber essas famílias dentro de casa. Eu achava esquisitíssimo, me sentia invadida. É meu espaço. Ainda mais que morava em um espaço muito pequeno. Me sentia muito invadida, muito invadida, dos meus alunos estarem dentro da minha casa. Então além de eles estarem vendo a minha casa, tinha a questão de eu estar dando aula para as famílias que também era muito incomodo. Pedíamos pra usar o fone, mas muitas crianças não usavam e os adultos estavam ali. E isso também dava muita insegurança, por que era uma novidade usar essa ferramenta, então as coisas davam errado, o vídeo não passava, travava alguma coisa e as famílias estavam ali. Isso gerava muita insegurança. Era uma sensação de estar só ali, mesmo com um auxiliar, por que se der algum pepino, quem é que responde?! Essa coisa de

estar sendo o tempo todo vigiada. E essa sensação era muito ruim. A sensação de estar o tempo todo sendo avaliada.

Eu me senti exposta nos encontros online, por que você não estava sozinha ali com as crianças, elas estavam ao lado de pai e mãe era o encontro seu para criança e com os demais da turma e para família que você também não conhecia porque eu nunca tinha sido professora daquela turma né. Então ali eu me senti exposta e não nos vídeos porque nos vídeos de alguma maneira eu tinha um certo controle né eu que editava, ali ao vivo não.

Aí eu me senti exposta era muito ruim e aí era dentro da minha casa e as pessoas estavam ali observando foi bem bem esquisito para falar a verdade foi bem esquisito bem invasivo.

A sensação de exposição, é consequência do processo de controle e avaliação ao qual o trabalho docente passa a ser submetido em sua versão plataformizada. Enquanto muitas famílias assumem o lugar de “clientes” e colocam a educação como “serviço”, o controle e avaliação do trabalho docente passa a ser realizado não apenas pela instituição escolar, mas também de forma direta pelas famílias que pagam e querem receber de maneira “equivalente”. Acentuando o grau de exploração do trabalho docente pelas demandas que trazem à escola, sem domínio ou formação pedagógica para tal, e contribuindo, portanto, para o aumento da mais-valia relativa.

B.4) Acerca do diálogo com a instituição

Era como se fosse um favor estarem mantendo nosso salário. Era essa a sensação que eu tinha. Inclusive essa foi uma fala: “A gente não cortou o salário de vocês. E essas famílias querem mais coisas. A gente já tá segurando a onda. Então, assim não dá. Vocês não têm que reclamar. Vocês têm que parar de queixume, por que vocês têm emprego e salário inteiro. A gente precisa da ajuda de vocês. A gente precisa das famílias matriculadas.”

Tinha ali uma coordenação eu acolhia a gente que entendia, mas não tinha o que fazer. O que aconteceu foi uma parceria da coordenação, com a partilha da demanda. Mas uma escuta mesmo, de falar ok, então vamos dar um limite à demanda de trabalho não tinha. A escola foi muito bacana: Falaram que só precisava voltar quem se sentisse à vontade. Falaram isso, mas não sabiam como sustentar isso. Mas eu decidi não voltar depois desse susto.

*A escola ficava dizendo que a gente não podia perder aluno, que a gente podia ficar desempregado, que tinha que voltar que os pais tavam pressionando. Por outro lado, a gente dizia, vamos marcar a história como uma escola que é a favor da Ciência a escola XXX sempre teve esse histórico de ir contra a onda. E eles falaram que não, ‘**não é mais essa escola**’. Nas entrelinhas deixaram claro que são outros tempos, não tem escolha, foi de cima pra baixo e é isso. E a escola trouxe uma proposta de fazer encontros por série ao invés de fazer com a escola toda, para que cada*

serie trouxesse suas particularidades. Mas essas reuniões nunca aconteceram.

Porque aquela resposta foi uma ameaça. Como um cala a boca. Porque a resposta foi muito desproporcional, pra não deixar a gente crescer. E funcionou muito, a galera que já é desmobilizada, desmobilizou totalmente.

Em 2021:

E depois disso teve um feriado prolongado, que ficamos 10 dias em lockdown disfarçado. E quando a gente foi voltar tava bandeira roxa e a escola deixou a gente mais uma semana em casa. Aí a gente se reuniu para não voltar, e foi novamente inegociável, tivemos que voltar mesmo na bandeira roxa. Mas nesse momento depois do lockdown, em que a gente teve que voltar com bandeira roxa, o que bateu foi: O quanto vale nossa vida?

*Hoje eles ignoram a pandemia, ignoram que as crianças estão com um gap de aprendizagem e que as professoras estão exaustas. Minha escola não abriu mão de nenhum projeto, e usavam do discurso **‘vocês vão conseguir, vocês se reinventam, vocês são guerreiros’** para poder da conta dos projetos todos. Fiquei muito abismada quando a escola apresentou a proposta do ano que vem sem considerar pandemia, gap dos alunos, nada. Em 2022 a Bahema vai entrar com 100% de capital na escola.*

Essa equipe teve muita sorte com essa coordenadora, porque ela entende a condição do trabalhador eu falo para ela “ai que sorte de ter uma coordenadora que apesar de ser coordenadora quem tá ali né aqui a gente se subordina, mas cara que bom que você é uma trabalhadora e se entende nessa classe.” Proletariado porque cara, senão a gente ia estar muito lascado.

*A gente trabalha numa escola que apesar de todas as falhas nunca deixou de se repensar a escola nunca cruzou os braços. **Essa escola sempre tirou nosso couro.** E assim sem sair tanto da ética entendeu porque a gente briga muito nessa escola a gente só não briga mais porque hoje o patrão tem pulso firme, não que a patroa antigamente não tivesse pulso firme não, mas ela tinha escuta e alguma ética esse não tem escuta e nem ética.*

Mesmo instituições que possuem um caráter dialógico e construtivista em seu projeto político pedagógico não fogem ao caráter estruturante de seu lugar na luta de classes. São instituições capitalistas. Portanto, embora outrora tais instituições, enquanto atreladas a empresas familiares, exploravam suas trabalhadoras dentro de certos limites ‘éticos’ tinham ‘escuta’, agora não os possuem mais. Tal alteração é diretamente associada à mudança de caráter empresarial das instituições que passaram a ser de capital financeiro monopolista. O discurso das escolas para a formação de consenso interno e cooperação das trabalhadoras sob extrema exploração oscilou entre a violência e o reforço positivo. Utilizando-se da crise do país e do mundo para constranger professoras como se somente delas dependesse a realização de matrículas na escola e conseqüentemente a manutenção de seu emprego, excluindo qualquer chance de negociação em relação ao excesso de trabalho, e por outro lado, apostando

nas características positivas das profissionais como criatividade para exigir que fizessem mais do que o seu contrato previa. Foi nesse movimento duplo entre a força coercitiva e o convencimento ideológico que as escolas garantiram a exploração de suas trabalhadoras e minavam o gérmen de organização desta classe.

Como, visto no resultado dos formulários, a maior parte dos profissionais embora insatisfeitos, não se organizaram enquanto categoria através do sindicato, mas com a base da própria escola, conseqüentemente se dispunham mais vulneráveis a essa forma de intervenção do patronato, que sempre tenta dividir a categoria para dominar, ou identificar possíveis lideranças.

B.5) Acerca do formato de trabalho, suas metamorfoses e o uso das ferramentas

*A gente tinha que adaptar todos os materiais, todas as aulas. Como eu início uma conversa sobre soma e subtração distante das crianças? Então, a gente tinha que elaborar. Elaborava slides, jogos, brincadeiras, e buscava fontes na internet e adequava, era uma demanda de pesquisa necessária para além do presencial quando a gente está ali com as crianças. E tem outra coisa também, né, a aula online é muito mais desgastante, uma hora online cansa muito mais do que uma hora presencial. E em algum momento a gente entendeu que o grupo inteiro da turma não funcionava, não tinha como trabalhar o conteúdo com 20 crianças online, por que muitos fechavam a câmera. Então a gente dividiu eles em alguns momentos em 3 grupos. Para conseguir atender melhor o grupo. Então eu tinha que ter 3 slides para conseguir atender aquelas 3 demandas, avaliar aqueles 3 grupos. Além das reuniões de orientação, coordenação e planejamento, a gente tinha reuniões extras sempre. A gente sempre se encontrava à noite, para poder se pedir ajuda, trocar ideias, ter ideias. Por que a criatividade se esgotava. Então a gente se reunia fora do horário de trabalho constantemente. Por que a gente estava dentro da casa das crianças, então não tem como improvisar por que a gente estava muito exposta, com medo mesmo, então a gente se reunia para dar conta. Eu dava aula de manhã, então eu acordava, dava aula pro primeiro grupo, pro segundo, pro terceiro, depois às vezes tinha uma reunião, ou tinha que acompanhar outra aula extra que a gente precisava assistir. Então a manhã era ocupada pela demanda da escola. No início também tinha que gravar muito vídeo, então tinha que ter material para gravar o vídeo e editar o vídeo. Era infernal por que eu não domino essas ferramentas, então pra eu fazer o vídeo e editar vídeo, tomava a tarde inteira. E tinha também que preparar as atividades do dia seguinte. **Então não acabava nunca.** Voltamos em outubro de 2020 só dois dias na semana presencial e dois dias online, intercalado, presencial um dia e online outro dia. E chegou uma hora que falaram não, agora vai ter que atender o online todo dia. **Na hora eu tive uma crise de choro. Então, quando a gente voltou esse ano (2021) dando aula online e presencial com mais uma sobrecarga: dar aula pras crianças presencial e na hora do recreio atender quem está no remoto. Dar aula online naquela uma hora, então eu não lancho, não paro nenhum momento. E tem uma dificuldade também de logística, por que as crianças lanchavam na sala, então eu tinha que ter um espaço fora de sala para todas as professoras do segmento, e às vezes o computador ainda não funcionava. Se a escola quer***

que funcione o remoto da escola. Cadê os computadores novos funcionando em boas condições, cadê os fones novos funcionando? Não tinha. Eu uso o meu fone. Os computadores em péssimas condições, a internet que caía toda hora. Teve uma aula super importante que o computador desligou sozinho não ligava e eu tive que dar aula da secretaria com telefone tocando. **Uma falta total de estrutura e de condições de fazer o que a escola se propunha, então a gente tinha que se esforçar muito para fazer dar certo.** Teve uma aula que eu demorei 15 minutos pra conseguir entrar na plataforma e tendo que resolver sozinho os problemas técnicos, **foi tão estressante que quando eu consegui entrar, quase chorei.** Hoje, 15 de dezembro, e foi a única semana que eu não tenho trabalho remoto, do ano inteiro. Por que uma aluna que estava morando na chapada voltou. E pela primeira vez eu pude relaxar do remoto. **Foram dois anos de trabalho remoto.**

Parecia que eu tinha que criar coisas mirabolantes. Então criei várias estratégias ao longo do ano. Criei o “sextou” pedagógico, e funcionou. Além das aulas tínhamos todo dia um encontro da equipe. O relacionamento ficou muito difícil. Eram muitas reuniões que não davam em nada. **Era todo dia uma novidade, até hoje.** Em primeiro lugar a gente tinha que dar aula de informática por que as crianças não sabiam o que era e-mail. Então eu dava aula de tecnologia. Ainda bem que eu já tinha sido professora de informática. Não sei como as outras professoras conseguiram. Na verdade, acho que não conseguiam. A equipe de tecnologia e informática da escola tentava, mas não dava conta então ficava tudo sobre a responsabilidade da professora resolver. A rotina era de um meet no início do dia letivo, apresentando o dia de aula, e explicando as atividades 2 ou 3 atividades incluindo possivelmente português, matemática, geografia, ciências e história, e outro meet com para correção. **Não dava tempo!** Os professores extras foram poupados, e os professores de turma foram muito explorados. O pior eram as reuniões de pais. Eram reuniões com as famílias, de 15 em 15 minutos a tarde inteira por duas tardes em que **eu ficava ouvindo e acolhendo a situação deles, se tava ruim, ou se tava péssimo, fazendo papel de orientação, professora, terapeuta.** E nesses dias as aulas não eram suspensas, então chegava e-mail com dúvidas de alunos sobre a atividade. A plataforma AVA é muito usada em faculdade, não é feita para crianças, nada adaptado ou atrativo para as crianças, **então nós tínhamos que transformar tudo o possível em algo atrativo.** Por isso o trabalho também ficou muito tradicional, por que o perfil da plataforma era restrito, mesmo em uma escola construtivista. **Não tínhamos ferramenta tecnológica além do professor para dar conta de tudo.** E a escola não abriu mão de nenhum projeto paralelo. Por exemplo, o concurso de matemática “canguru” que é uma prova de múltipla escolha que classifica e hierarquia. E eu tive que convencer os alunos de que isso era legal. **Foi muito surreal, eu ainda não tenho a dimensão do que foi.** Voltamos ao presencial início de outubro 2020 e aí foi muito tenso. E aí eu voltei pra escola no primeiro dia e até esse momento eu estava completamente isolada, sem ver meus pais e amigos. E aí voltei pra escola pff 2, álcool em gel, e na escola eu tinha uma mediadora por que tinha uma aluna com Down. No primeiro dia a gente lanchou junto ao ar livre. No segundo dia ela não foi, no terceiro dia ela testou positivo, no quarto eu e minha turma fomos afastados por 15 dias. E a mediadora ficou bem mal. Jovem, com 20 e poucos anos. Aí eu fiquei morrendo de medo por que minha filha teve muitas crises de asma até os 12 anos, já tinha sido internada, tido pneumonia. E eu tinha muito medo de levar pra ela, e eu não podia me afastar da minha filha, não tinha essa opção, dela estar em um ambiente e eu em outro. Foi aí que eu tirei a licença médica. Então, a

minha turma ia pra escola e eu dava aula de casa. A volta foi híbrida, tinha grupo A e grupo B, revezando o grupo que ia pra escola e o grupo que ficava em casa, e eu era mais uma pessoa em casa. E a minha estagiária voltou e ficava em sala mediando o andamento das atividades presencial e eu no online. *Aí depois a escola decidiu que todo mundo ia todo dia, **então eram duas salas de aula ao mesmo tempo, o grupo A e B, em salas separadas. Eu aparecia em duas salas de aula ao mesmo tempo.*** E fiquei em casa todo tempo, mas só faltavam dois meses. Ficando em casa também foi bom pra minha equipe por que todo mundo voltou menos eu, então fiquei com toda parte da tecnologia pra mim. ***A gente já não aguentava mais fazer planejamento, ninguém tinha mais condições.*** Então eu planejava sozinha, fui me baseando nas aulas dos anos anteriores, tirava dúvidas com as outras professoras, mas quem planejava, montava e postava na plataforma era eu. ***Por que tava me sentindo culpada por estar em casa. E aí eu fazia tudo.*** *Aí eu fazia muita coisa de matemática por que no 4º ano a gente consolida multiplicação. **Foi o maior desafio construir o conhecimento da multiplicação de forma construtivista à distância.*** *Aí a escola falou que em 2020 tinha a opção de não voltar mas em 2021 todo mundo tinha que retornar presencial. **Aí a gente voltou e percebeu que a escola era falha nos protocolos. E não seguia um protocolo igual em todos os seguimentos, mas a gente não conseguia conversar em todos os seguimentos. **Aí a gente foi ficando muito confuso e inseguro. **Aí criaram uma sala de controle: Era onde ficava um responsável administrativo e ele tomava as decisões do que ia fazer com cada coisa. **Foi flexibilizando cada vez mais, no início a gente só voltava com teste negativo pra escola.********* E não era nenhuma instituição não, era uma pessoa uma pessoa responsável por isso E aí os professores começaram a se comunicar. No início diziam que era uma assessoria da Fiocruz *aí depois dizendo que tinha de uma de uma pediatra **aí a gente não vi essas pessoas na escola sabe. E as orientações pareciam muito de quem não tinha vivência na escola. Por exemplo dizendo que não podia conversar na hora do lanche. Não sabíamos se era melhor lanchar ao ar livre ou na sala de aula. A gente pergunta para escola e a escola devolve: **Decide aí. A gente pode decidir. Mas como?*****

Como já tinha materias em casa, por que sou contadora de histórias, não tanto problema de falta de material. Mas em geral dar conta de entregar o material pronto foi muito estressante. Por que tinha que entregar o material e pronto. E eu não sabia gravar e editar vídeo. A escola forneceu suporte técnico para trabalhar com as plataformas zoom e SESAW e a professora se resolveu com sua estrutura tecnológica de casa. Havia duas formas de aula: a por meio da plataforma SESAW, com atividades assíncronas nas quais a professora deveria postar vídeos e outros materiais, e responder às demandas dos alunos. E neste caso a professora viu vantagens, criou canais individualizados e pessoais de diálogo com as crianças. E aulas síncronas pela plataforma Zoom, neste caso eram mais estressantes pois como eram muitas crianças e tempo limitado, tinha que ficar podando elas. *Que nem ao vivo, né? Mas no virtual é mais complicado, por que parece mais opressor fechar o microfone da criança. Os meus materiais foram usados em outras unidades, mas com meu consentimento, eles me perguntaram, antes, tá. Mas não sei se isso foi uma prática com outros professores, se foi uma prática comum. Não vi um problema que meu material fosse usado em outras unidades. Na minha visão, né? Eu não sou muito esperta com essas coisas de ganhar dinheiro 'capitalisticamente' falando, sabe. **O retorno no ano passado ao presencial com a necessidade de conciliar aula online e presencial foi mais difícil.*** As crianças foram divididas em ilhas e tinha que

repetir a aula para cada “ilha” sendo que só via a mesma criança de 15 em 15 dias. Voltamos sem nenhuma perspectiva de tomar vacina. As coisas foram mudando aos poucos e fomos percebendo o que era possível. Em termos de protocolo a escola fez o melhor possível, e forneceu materiais de proteção, mas criança é um ser imprevisível, né? Nos casos de afastamento de turma e professores em contato com crianças com PCR positivo, as professoras especialistas não eram afastadas por que ficam “só” 40-50 minutos com cada turma.

*Então era isso: tinha essa demanda tinha de vídeo tinha demanda de produção de material e tinha essa demanda de encontro virtual. Era uma atividade por dia na verdade então tinha uma sobrecarga de trabalho acho que muito por conta do formato que a gente ainda não entendia. E aí tinha que fazer várias vezes não ficava bom tinha que fazer de novo, mas a gente dividia bem o trabalho. Eu acho que a carga maior que tinha era ficar comentando todas as tarefas das crianças sabe? Tinha que se fazer presente então demandava muito da gente né. Então acho que isso, e a gente tinha um prazo para entregar todas as atividades da semana né então por exemplo quarta-feira meio-dia eu tinha que entregar **eu não né equipe**, tinha que entregar todos os materiais que seriam postados na semana seguinte né então de segunda a quarta-feira ficava aquela correria e nesse tempo ainda tinha uns encontros virtuais e os comentários que você tinha que fazer era muito cansativo porque eu me envia a noite no celular **olhando atividade sabe e fazendo comentário**. Acho que o mais desgastante de tudo porque tomava o tempo inteiro né, porque você tinha que dar retorno para criança. Como é que você fazia isso né? **Você tinha que estar sempre, o tempo inteiro ligado no seu e-mail que te notificava** “fulaninho mandou atividade.” Então quando você tá na sala de aula tá todo mundo fazendo junto tá todo mundo discutindo junto né você já vai passando o olho enquanto está discutindo o que tá acontecendo faz uma intervenção aqui outra acolá é diferente você ter que ir e comentar um a um. E qual a efetividade disso? Até hoje não sei porque tudo também dependia, no segundo ano, da mediação dos pais. E tem disso, né? A coisa vai funcionando e aí as exigências em torno daquilo vão aumentando. Se eu não me engano a gente oferecia dois encontros semanais e depois a gente passou para três E aí começou uma briga dos pais de querer que todos os dias e que as crianças ficassem lá de sete ao meio-dia. Aí quando a gente voltou presencial a gente voltou em tempo integral sim, com as crianças. E aí eram as crianças vivendo aqueles espaços de pandemia dentro da escola não podia tocar em nada não podia fazer nada enfim uma chateação, mas que de alguma maneira foi bom para todo mundo. Assim, mais pras crianças, não tanto para gente na verdade eu não sei nem se foi bom não, foi uma esquisitice imensa. Era uma pressão enorme para que a escola voltasse a funcionar a gente numa insegurança horrível então assim era máscara e álcool e álcool e álcool o tempo inteiro. Aí a gente teve que ensinar as crianças a se comportar dentro daquele espaço e **simultaneamente a gente também tava aprendendo como fazer né**. A gente tem que ser contratado 40 horas, mas, enfim, não somos. Para muitos professores também funciona assim né o trabalho de sala de aula já foi pensado e estudado organizado anteriormente para quê de certo. Então para funcionar isso se você quer fazer algum trabalho de qualidade né porque afinal trabalho com educação não é brincadeira né. Aí a gente acaba assumindo essa bronca para gente, mas a gente não deveria né o sistema de educação que deveria assumir uma outra postura em relação aos profissionais né mas não é assim que funciona a gente também não vai fazer um trabalho de merda e aí a gente vai se*

*submetendo essas coisas. Mas se em 2020 eu ficava pilhada até não sei que horas para dar conta de comentar as atividades das crianças, esse ano eu tive que me adaptar a ter duas salas de aula, até três diferentes né. Por que às vezes não cabia todo mundo numa sala então as crianças ficaram divididas em duas salas rezando. A mesma turma dividida em três espaços diferentes. Aí o que acontece? A maquinária não dava conta disso por que não tinha uma captação de som que dê conta. Uma confusão horrorosa, aí para minha sorte eu vivi isso assim umas duas três semanas e depois de toda minha turma conseguiu ficar junto numa única sala. Aí só tinha o grupo de casa e o grupo da sala. Não tenho muita paciência para ficar delegando e esperando resoluções, eu ia me virando. Aprendi como é que funciona o microfone, o que que tava ruim no computador, sabia o que tá passando no projetor, aí eu já ia metendo a mãozinha fazendo e não ficava esperando assistência técnica de ninguém **eu mesmo era minha assistente técnica de palco etc e tal**. Aí já fui entendendo que a sala de aula também era minha e que o trabalho quem fazia era eu então eu não vou ficar intimidada com pai e mãe entendeu, que fica dentro de casa. Aí eu fui ignorando e brincando com isso né. (set/2021) E aí eu tive que me afastar da escola aí qual foi a outra parada que tive que viver também nessa meleca toda. Como é que eu agora vou dar aula de casa e ter atenção das crianças na sala de aula tudo junto e misturado, aglomerado como eles sempre quiseram e eu também tava doida para isso. E aí eu falei “Caraca agora com o time quase todo em campo eu vou meter o pé!?” Como é que eu vou ser professora dessas crianças estando numa televisão? Num projetor? **Vou ter que rever toda minha postura de professora a forma e a metodologia de trabalho**. Aí a sorte é que assim a gente tenha uma certa segurança e prática de trabalhar em grupos. Então virou tudo um jogo. Falei assim: “Cara eu vou ter que dar conta desses moleques.” Como fazer pra aula não ficar de forma enfadonha? Não vai funcionar atenção o tempo deles inteiro aqui na televisão. E aí eu comecei a produzir vários jogos e a fazer várias pesquisas de como fazer minha aula funcionar. **E produzir material para que isso funcionasse**. Então foi esse meu último desafio: sair da sala de aula, estar de novo em casa e ter atenção das crianças na escola. Como é que eu faço isso?!*

As mudanças contínuas nos anos de 2020 e 2021 na configuração do trabalho docente geraram um excesso de demandas e uma imediata necessidade de adequação a novos contextos que desestabilizou as professoras e produziu efetivamente uma ampliação da extração de mais-valia relativa. A transposição do trabalho presencial ao formato digital demanda tempo, estrutura tecnológica e formação instrumental para esta adequação, os quais as professoras não possuíam a priori. Além disso, as escolas secundarizam a responsabilidade por decisões pragmáticas supostamente simples do dia a dia (como onde lanchar), mas que encarnam uma grande responsabilidade sobre a saúde dos estudantes e professores, atribuindo então mais essa carga às docentes.

O cenário fez com que essas profissionais fossem capazes de se adequar constantemente a novas variáveis, e que exercessem simultaneamente diversos papéis, tanto

materialmente como técnica de informática, seja na sala de aula com o retorno híbrido, seja no início do trabalho remoto com a facilitação dos conteúdos de informática para os alunos, como subjetivamente acolhendo medos e anseios não só dos estudantes como das famílias. A necessidade de criação de materiais inovadores gerou também sobretrabalho em que o dispêndio de tempo para tanto se pulverizava ao longo da rotina diária, ganhando noites e madrugadas. As professoras se tornaram multitarefas, flexíveis e resilientes, adequando-se ao vocabulário contemporâneo do trabalho plataformizado, e precarizado.

E, mesmo quando a trabalhadora sustentava a realização de seu trabalho, havia um limite tecnológico, de capital fixo que precisava ser investido para dar conta da demanda do retorno ao presencial ainda em situação de crise sanitária, em que as turmas precisavam ser divididas e uma parte seguia em casa, tal investimento não foi feito o que sobrecarregava ainda mais a professora que ainda se sentia responsável por estar presente. A mediação entre a tecnologia e os estudantes, foram fonte de estresse em diversos momentos desse período.

Uma marca deste período foi a produção de materiais didáticos digitais, sejam vídeos, jogos, atividades, textos, *podcasts*. Em um dos casos, o material foi utilizado em outras unidades da rede da empresa, com o consentimento da professora, mas sem nenhum abono salarial, o que amplia o grau de extração de mais-valia e se por um lado essa professora detém o poder da autoria intelectual do material, professora/es de outras unidades que receberão o material pronto para ser apenas replicado terão um aprofundamento da alienação de seu trabalho. Enquanto a professora “não é esperta capitalisticamente”, os capitalistas o são.

C) *Acerca da saúde e sentimentos em relação ao novo contexto de trabalho*

E isso foi em maio, algo inicial. Já estávamos muito cansadas. Por conta da insegurança toda. Então assim ainda era um momento de muita insegurança, psicologicamente já estávamos muito abalados com tudo isso (pandemia) e essas demandas que não paravam e dentro de casa. Em casa, a gente fazia um esquema de não expor o outro, toda uma preocupação e uma organização. Então eu achei muito tenso.

*Ficava o tempo todo naquele **ritmo enlouquecedor**, por que tava sendo exposta, **então não conseguia relaxar**. Por que eu tava muito exposta numa coisa que eu não dominava então era muita tensão. **Uma sensação de pressão constante, de exaustão mesmo. E nada disso era escutado.***

Por que a cabeça tava ocupada por tanta coisa, que eu não conseguia entender como eu ia arrumar tempo para mais uma demanda. Tive uma crise de choro e falei eu não aguento mais, pra

mim não dá mais, não dá pra me responsabilizar por um trabalho bem feito dessa forma. Eu não consigo mais, não dá mais pra mim, descompensei naquela hora, tive uma crise de choro. E embora a coordenação tenha se disponibilizado para ajudar, disse que não tinha o que fazer.

*Então, a escola exigia uma coisa que não era possível, e a gente se estressa por que é a gente que tá dando a cara lá a tapa. Isso gerou muito estresse, muito cansaço. **O emocional foi para o espaço.** Hoje como a avaliação da escola dos pais só terem elogios, e estarem muito gratos, eu fiquei pensando: **“à custa de quê”**. Por que para estar ali bem online diante de todo esse cenário custou a nossa saúde emocional, a ponto de algumas vezes eu ficar desestabilizada.*

*Esse ano, 2021 foi muito cansativo, em março, a equipe toda tava assim “já estou muito cansada.” Mas nesse momento depois do lockdown, em que a gente teve que voltar com bandeira roxa, o que bateu foi, o quanto vale nossa vida? O que caiu a ficha é que a educação na escola privada é uma mercadoria, e as famílias deixaram isso bem claro por que estavam cobrando pelo serviço que eles pagam. E ouvi isso em reunião de pais. “Aqui a escola cobra por 4h30 e eu quero ter 4h30, que eu pago”, tipo assim uma mercadoria. E o quanto nossa vida vale pouco diante disso? Por que a gente pode se sacrificar o quanto pode em casa depois a gente teve que ficar vindo sem previsão de vacina ainda, outubro do ano passado? Pra mim isso ficou muito forte, a desvalorização da vida. Porque assim, foda-se vocês vêm trabalhar, a bandeira está roxa, mas vocês vêm trabalhar. Tem pessoas que pegam 2, 3 ônibus, por que se havia alguma preocupação com os professores, com os funcionários, muito menos. Pra mim essa relação de que na escola privada, a educação é uma mercadoria e eu sou um jeito da escola lucrar e eu preciso estar ali e foda-se se eu estou arriscando minha vida pra isso. Isso foi bem chocante pra mim, por que lá na escola tem esse discurso de que é diferente das outras, então cair essa ficha foi pesado. **Me senti muito desvalorizada.***

*Eu tenho uns brancos, em que as coisas somem na cabeça. Eu tive atendimento psicológico o tempo todo, acho que isso ajuda. Mas tenho enxaqueca, é um inferno. **E tive sintomas de ataques de pânico, quando comecei a trabalhar esse ano.** Quando sentei na frente do computador pra começar a trabalhar, foi um gatilho bizarro, comecei a sentir falta de ar, um choro incontrolável, um desespero, nessa sensação de que o ar vai faltar eu vou morrer, e depois tive mais duas vezes. **Mas no geral é um cansaço que não é um cansaço comum.** Dores de cabeça muito constantes. O cansaço do trabalho remoto é muito grande.*

***O que eu mais amava era ser mãe e estar em sala de aula, e durante a pandemia eu chorava quase todo dia antes do início da aula. Todas as professoras da equipe estão com problemas pessoais graves.** Uma perdeu o bebe, a outra com filha adolescente a menina*

tomou todos os remédios da casa. **Dar aulas era um esforço surreal, eu ficava exausta.** E além de tudo havia o medo das pessoas morrerem, meus pais sendo idosos são grupo de risco. **Engordei 9 kg na pandemia fiquei com dor no corpo todo.** Minha filha não consegue ouvir certas músicas da pandemia, usar uma caneca do período do isolamento. Ela fez 15 anos na pandemia e manteve um isolamento muito ético e restrito então sofreu muito o afastamento dos amigos numa fase em que estava começando a ter mais liberdade e a beijar na boca. Ganhei uma licença da minha ginecologista em outubro do ano passado. Fui fazer o exame periódico e deu uma alteração no preventivo. Ela disse pra repetir o exame depois, mas que eu precisava aumentar minha imunidade. Perguntou o que tava acontecendo. **Aí eu disse que tava insano no trabalho, que eu tava muito estressada mesmo, tava no meu limite, tava muito cansada com a maternidade.** Aí ela perguntou: “Você quer quantos dias para descansar, você precisa disso pra aumentar sua imunidade. Eu posso te dar até 14 dias.” Aí eu disse: “eu quero 14 dias.”

Eu ficava muito confusa, pensando no meu emprego e os cuidados que a gente não pode abrir mão com os cuidados enquanto profissional, como professora. Toda a minha equipe em algum momento ficou afastada, ou com dor no corpo, ou com Covid. Esse ano também foi bem tenso. Esse ano toda a minha equipe teve algum momento, ou por doenças ou por questões psiquiátricas. No primeiro mês rolou um pânico. Me senti incapaz, nervosa de não dar conta de tudo. Mas em especial da adaptação da tecnologia.

Eu tinha medo de pegar covid. O primeiro dia em que voltei para escola eu só chorava. Levei muito tempo para me acostumar a me sentir segura neste ambiente.

Aí, detalhe, em 2020 eu adoeci nessa loucura toda. Fiquei com uma questão. Eu adoeci, uma dor no colo que eu não sabia o que que era, uma dor na barriga, uma pontada, um troço e **meu intestino parou de funcionar.** E nisso não fui afastada nada não. Fui lidando com a dor, fui ouvida pela minha coordenação e orientação, mas ainda assim não fui afastada né. O trabalho continuou, fui tocando o barco e eu cheguei a fazer biópsia né tirar um pedacinho de intestino para ver se era câncer. E aí que depois as coisas foram fluindo. **A médica falou:** “cara não é que não tem nada é **desassossego** você precisa ter um tempo da sua vida para você, você precisa largar um pouco do trabalho você precisa ter apoio aí do seu marido, sei lá de quem”.

Em 2021, algo também em relação à saúde aconteceu, só que a questão foi na uretra já não foi intestino, foi uretra. Ainda preciso ver isso porque eu vou ter que fazer uma cirurgia por conta disso. Eu tô com um nódulo. Tudo isso funcional. Qual foi a outra novidade que surgiu tem gente que consegue fazer ginástica tem gente que consegue fazer outras coisas aí né para dar uma aliviada. **Eu bebia era uma cachaça, ou cerveja, o que tivesse na geladeira.** E aí eu comecei a perceber que eu tava dando conta do trabalho, mas eu não tava

tendo saúde para cuidar da minha filha. Aí me deu uma chacoalhada, aí essa chacoalhada que me deu que eu parei de beber falei cara chega, e aí eu engravidei. E aí o que aconteceu eu falei que tava grávida tive que dizer e aí eu tive que me afastar da escola isso foi muito difícil.

O aumento da carga de trabalho, o ‘ritmo enlouquecedor’, a frequente alteração da rotina, o constante aumento de demandas, a pressão e cobrança de produtividade, falta de escuta, o medo de adoecer e de perder entes queridos, e a patente desvalorização da vida das trabalhadoras pelo capital produziram um quadro coletivo de adoecimento. Exaustão, dores no corpo, disfunções metabólicas, dependências, ansiedade, dores de cabeça, crises de choro fizeram parte da vida dessas professoras durante a pandemia, que compartilham em seus depoimentos como esse era um quadro coletivo e não particular.

A dura tomada de consciência da contradição de se trabalhar com educação que por princípio pode ser libertadora, mas também pode ser tratada como mercadoria, embora dificilmente se torne um produto reificado, afeta sobre maneira a saúde das trabalhadoras, condição vital a reprodução social dos sujeitos. Neste cenário de profunda exploração e intrínseca desvalorização do trabalho docente, produz-se um quadro amplo de *burnout* coletivo que seria o ‘mal-estar’ da civilização do século XXI.

D) Acerca da relação com estudantes e o processo de ensino-aprendizagem

Poucas crianças eram autônomas e ficavam sozinhas em um cômodo tendo aula. O remoto encobre as dificuldades. Eu tinha uma aluna por exemplo que lia muito, e comecei a observar que na aula de matemática ela pegava um livro e dispersava. Quando fui falar com ela, ela começou a chorar. Não tô entendendo assim e não quero entender dessa forma.’ Então eu tive que ligar para os responsáveis depois e dizer o que estava havendo. Outra questão é que quando a gente está com as crianças você vê o problema. Se ela está com dificuldades, nesse esquema não. Mandava a atividade, aí tinha que esperar a resposta de todo mundo, e sem saber o quanto as famílias tinham ajudado, para poder dar o feedback, retomar e tirar aquelas dúvidas, sem expor as crianças. Então as atividades eram adaptadas a cada grupo, por que tinha um nível de dificuldade para cada grupo, por que tinha um grupo precisando de desafio, outro que precisava de um pé no freio. Então a gente montou os grupos para atender melhor essas crianças.

Minha turma já não era muito participativa antes. Um grupo que achava que tinha sido responsável pela demissão da professora no ano anterior, então eram crianças muito difíceis (pequenos poderosinhos). A turma não abria a câmera, era uma turma muito apática.

As crianças tiram a máscara o tempo todo. A maioria não para com a máscara no rosto. Tive que empurrar levemente as crianças para não me abraçarem. Perguntava-me: “— Como vou me relacionar com as crianças desse jeito? Não dá para ser professora da educação infantil sem corpo.

A criança não sabe o quanto pode chegar perto de você, que não pode tocar você, não pode dividir nada né. Você não pode liberar o toque com as crianças do segundo ano né. Então assim, nesse sentido que foi esquisitice. Ao mesmo tempo tinha umas crianças já no limite da paciência com ansiedade absurda porque queria tá perto do amigo e por que também não saía de casa há muito tempo. Nossa, as crianças voltaram assim com várias questões eu acho que porque já tinha sido desnaturalizada aquela convivência. Foi estranho, como é que você tá numa roda e não pode estar muito numa roda? Aí você quer brincar e não pode brincar porque os brinquedos a gente não pode tocar? Aí faz fila para passar o pé no tapete com água sanitária e álcool em gel na mão. Caos! Assim foi bem estranho. E aí esse ano já foi menos difícil. Eu acho que esse ano foi menos difícil porque algumas coisas já estavam estabelecidas e já existe algum consenso né a gente já sabia que as crianças estavam com a defasagem.

No que concerne a relação entre professoras e estudantes, em primeiro lugar houve o desafio de se estabelecer a relação professora-aluno a distância com crianças que não possuíam o domínio do uso das tecnologias necessárias para “entrar” na aula, depois engajar as crianças e por fim identificar o desenvolvimento da aprendizagem desses estudantes sem o contato direto. A mediação das tecnologias, embora tenha possibilitado, naquele momento de isolamento social alguma relação, não supera a distância real entre educadoras e educandos. Sendo o processo educativo formal, um processo de troca entre sujeitos, a tecnologia como mediadora da troca age com um duplo aspecto, estabelecendo a conexão, mas concretizando a separação física entre os corpos.

O retorno ao espaço escolar em 2020 é pautado por um estranhamento, reflexo de estar na escola sem que na realidade pudessem estar pelas condições sanitárias, falta de perspectiva de vacinação, e ainda falta de conhecimentos científicos mais consolidados sobre o vírus. Somou-se a isso a dificuldade das crianças menores seguirem protocolos rígidos de distanciamento em um primeiro momento.

E) Acerca da organização da categoria

Inicialmente a gente teve essa iniciativa de organização, fizemos uma carta coletiva, mas depois dessa resposta desproporcional que veio, já tava todo mundo inseguro, então a galera entendeu o recado e a organização toda furou. Depois no retorno ao presencial a gente se reuniu, para dizer o que era importante para gente, mas eu sinto que nunca é algo coletivo. Não participei de assembleias nem nada, não aguentava mais fazer coisas online,

não tinha cabeça, tava muito cansada, não queria mais essa demanda, não consegui ter tempo pra isso. A sensação era de que não tinha espaço na cabeça, tava muito difícil. O que eu sinto do sindicato é que as pessoas estão ali numa disposição de ajudar, mas o sindicato não consegue muito segurar a onda de todo mundo.

Aí a gente foi vendo uns furos no protocolo e ficou com vontade de falar com a escola sobre isso. Aí a gente fez uma comissão de professores e foi ótimo, só pelo encontro. A gente fez encontros pelo meet mesmo, e tiveram 90 professores só da Gávea, acho que nunca juntou com a unidade da Barra não. Era maravilhoso só conversar e ouvir as pessoas passando pela mesma coisa que você contando como tava difícil. Nossa era tão bom, a gente saia desses encontros mais leve sabe com a sessão de que não tava sozinho. Se reuniam de 15 em 15 dias, e quando tinha que produzir algum documento era semanal. Tiramos férias, né. E na volta foi diminuindo por que com a vacinação perderam as pautas. Aí os professores encabeçaram uma comissão para pedir uma reunião com a escola aí a gente pediu a reunião com esse comitê que era da Fiocruz dos médicos, mas eles nunca foram em nenhuma reunião. Quem ia era o gerente administrativo se eu não me engano ele era gerente administrativo e aí ficou meio uma rixa escola X professores. Daí depois a gente conseguiu ir ajustando um pouco porque a escola aí eu nem sei se você vai colocar isso aí mas não instituição. Porque mas essa pessoa passava uma visão mesmo negacionista da pandemia. Nesse caso alguns professores entraram num embate, trazendo a visão da Ciência e questionando se a escola era contra Ciência. Depois a escola colocou que estávamos só reclamando e perguntou o que queríamos. Aí a gente se organizou pra fazer uma lista de pedidos. A gente teve reunião em 2020 também. Acho que nossas reuniões começaram em setembro de 2020, quando ia voltar ao presencial por que a gente achou absurdo voltar ao presencial e decidiu se reunir. Mas a escola falou inegociável, vai ter que voltar e acabou. Mas quem quiser ficar em casa pode. Tivemos medo de retaliação, mas a escola falou que não teria retaliação, ninguém seria demitido por isso. E não teve retaliação mesmo. A gente tomou muito cuidado, e não botou nenhum líder, a gente fazia reuniões e produzia textos então vários professores de áreas e segmentos diferentes liam o texto. Não tinha como saber quem era a liderança não. E quando eles pediam a liderança, por que eles pediam muito. Perguntavam quem tá liderando, e

falavam o nome de um professor que eles achavam que era, o professor imediatamente se retirava e outra pessoa falava sobre isso. Então foi lindo. Foi um momento muito bonito profissional, essa união da comissão. Foi muito legal, por que a gente se blindou, se protegeu, se organizou e ninguém foi demitido. A escola pedia um representante de cada segmento para reunião e a gente dizia que só podia se fosse todo mundo. Teve um momento que a gente se colocou de uma maneira bem política, a gente não vai nesse encontro pq foi marcado em cima da hora e nem todo mundo vai pode ir e é importante que a maioria possa estar. Deu um bafafá, por que eles já tinham se organizado, mas a gente pediu desculpas e não teve reunião. Aí a gente fez uma lista do que a gente queria: o principal era a diminuição da carga horária; não trabalhar nos finais de semana; parar de receber e-mail e zap nos fins de semana fora do horário de trabalho; mais cuidado com os protocolos da escola; receber máscara que a escola não deu ter mais cuidado com uso da imagem dos professores etc. A gente pediu para esse gerente administrativo parar de ir às reuniões, e a reunião ser só com a parte pedagógica e o clima ficou melhor. Por que ele não tinha muito tato.

Aí, partindo disso (exigência do retorno de todos em 2021) a gente exigiu algumas coisas pra nossa proteção e proteção das crianças e dos funcionários da escola. Aí conseguimos que os professores com comorbidades não voltassem em 2021. Aí todo mundo foi flexibilizando e fomos perdendo a força. Aí ficamos de nos reunir para pensar quais pautas desse grupo, mas não tivemos essa força, tava todo mundo exausto. Tivemos um encontro com o Sindicato também, um encontro com um advogado do SINPRO. E esse advogado foi bem assim, falou: “Não tem o que fazer não a escola de vocês está até legal. Vocês têm diálogo, vocês estão sendo ouvidos. O mínimo vocês têm lá.” Aí fomos perdendo força por isso também, por que nossa escola não era das piores. Nossas reuniões foram diminuindo por que a gente tava muito cansado eram à noite e isso também cansava muito.

Fazíamos, em 2020 reuniões com frequência, talvez de 15 e 15 dias, talvez semanais. Foram várias reuniões virtuais. Isso foi legal, por que no presencial não fazíamos reuniões como on line.

As reuniões acabaram por falta de quórum. No início tinham 70 pessoas e no fim 8 ou 9 pessoas, então não tinha representação. A professora que era a

representante do comitê docente Eleva no SINPRO foi demitida no fim do ano. E isso também inibe o prosseguimento das reuniões em 2021.

Mas a escola ouviu as propostas, trouxe contra propostas, mas não atendeu a nenhuma demanda. As pautas foram: fornecimento de transporte aos funcionários para que não precisassem pegar transporte público (no retorno presencial); auxílio creche para quem não tinha com quem deixar os filhos pois as escolas públicas ainda estavam fechadas; testagem geral aos funcionários. As pautas eram gerais, embora o comitê fosse docente.

O trabalho docente na pandemia teve um efeito duplo sobre a organização da categoria, enquanto produziu exaustão e, portanto, maior dificuldade em dispor de tempo para mobilização, também impeliu as professoras a buscarem diferentes maneiras de resistir ao constante e crescente ataque a sua condição de trabalhadoras.

Em um dos relatos, embora a professora não apresentasse uma relação orgânica e organizada com a representação institucional da categoria, ilustrada pela resposta imprecisa sobre sua filiação ao sindicato. “Não sei, acho que sim, devo ser.”, ficou claro também seu engajamento político no ano 2020 quando relata de forma entusiasmada a organização docente na sua escola por meio de um “Comitê docente” que realizava reuniões periódicas. Em uma compreensão ampla da categoria trabalhadora em que esse aspecto foi grifado na sua fala: “As pautas eram gerais, embora o comitê fosse docente.” Revela consciência de classe para além dos limites da categoria. No entanto, todas as pautas eram demandas restritas ao contexto específico da pandemia e não se estenderam quando as circunstâncias se alteraram e tampouco contemplavam direitos fundamentais dos trabalhadores.

Isso demonstra duas faces da construção de consciência de classe, por um lado a opressão gera resistência e essa resistência só se constitui a partir da compreensão de que há razões comuns que conectam os indivíduos constituindo um grupo, por outro lado, expõe que em circunstâncias “normais”, fora da pandemia, há uma normalização da condição exploratória desse grupo.

Os motivos de arrefecimento da organização interna são múltiplos, mas têm como um dos principais a repressão da instituição sobre os trabalhadores organizados, marcadamente ilustrado pela demissão da professora que ocupou a função de mediadora entre o “comitê docente” desta escola e o sindicato, bem como a intencional divisão da categoria docente, e na falta de escuta e reação desproporcional frente a demandas básicas. A figura administrativa, que representa na instituição os interesses patronais, se descola da pedagógica nessas

instituições, então enquanto a escola busca manter uma coerência pedagógica, não consegue em função dos interesses econômicos e políticos maiores.

Conforme os depoimentos obtidos na pesquisa, no período da pandemia (2020/2021) foram muitos os ataques aos direitos trabalhistas e às condições de vida dos docentes. Muitas dessas lutas foram organizadas ou tiveram como lugar o SinproRio. A seguir, é feita uma breve caracterização do sindicato e a apresentação das agendas, das reivindicações, dos antagonistas, das formas de luta e de denúncia e o desfecho das reivindicações. É propósito da seção colocar em relevo a percepção dos entrevistados sobre o sindicato.

Em seu site na página “Quem somos” o SinproRio se identifica como um sindicato que vai além da esfera econômico–corporativa, demonstrando consciência de que esta é a esfera dominante.

As sucessivas políticas neoliberais nos anos FHC (1994-2002), com seus projetos antissociais e antissindicais, exigiu um novo sindicalismo, que fosse além da luta meramente corporativa e em ação para a defesa apenas do salário, emprego e condições de trabalho. Foi preciso que os sindicatos agissem também politicamente na busca da cidadania, ampliando a sua base de atuação, incrementando ações coletivas em consonância com os movimentos populares, colocando em sua ordem do dia as lutas contra todas as formas de exclusão social e por conquistas sociais, além da utilização de todas as formas modernas de comunicação com as suas categorias e a sociedade. (APRESENTAÇÃO QUEM SOMOS, SinproRio).⁶⁰

O ano de 2020 foi um ano de muitas ofensivas contra os trabalhadores da educação privada, conseqüentemente um ano em que o sindicato foi muito acionado por tais trabalhadores. Assembleias virtuais foram recorrentes em especial a partir de maio de 2020, em função da pressão sofrida pelos professores. Em uma das primeiras assembleias no contexto da pandemia foram aprovadas as seguintes propostas:

I) Manutenção da pauta de reivindicação da Campanha Salarial 2020 (veja abaixo), aprovada em assembleia no dia 14 de março; **II)** Ratificar os acordos coletivos do Sinpro-Rio com as escolas, com base no padrão remuneratório do professor e da professora, na MP 936. **III)** Criação de um movimento/campanha em defesa do emprego e do salário do professor e da professora. **IV)** Autorização para a diretoria do Sinpro-Rio criar um fundo de amparo ao professor e à professora. **V)** Autorização para a diretoria do Sinpro-Rio convocar as assembleias conforme andamento das negociações com o patronato. **VI)** Elaboração de um código de conduta no processo de transição do retorno às aulas presenciais, precedido de amplo debate. **G)** Fazer uma consulta das condições de saúde dos professores e das professoras, em tempos de isolamento social. **VII)** Disponibilizar um número de contato específico, no plantão da diretoria, para denúncias de assédio ligadas ao teletrabalho. (PROPOSTAS APROVADAS NA

⁶⁰ Disponível em: <https://site.sinpro-rio.org.br/quem-somos/>. Acesso em 25 jan. 2022.

ASSEMBLEIA VIRTUAL DAS PROFESSORAS E DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, SinproRio, 16 de maio de 2020).⁶¹

Ao examinar o desdobramento desse conjunto de propostas, é possível aferir que a pauta salarial não prosperou. Em um contexto de redução de salário, demissões, e intensificação da exploração, a exemplo da grande maioria das categorias, não houve aumento salarial em 2020.

A segunda foi realizada, e o SINPRO registrou 52 escolas que se utilizaram da MP 936 (convertida na Lei 14.020 de 2020), que “Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda”, e permite que empresas possam realizar acordos para redução de jornada e salário de funcionários ou a suspensão dos contratos de trabalho. Essa medida permitia que o Estado arcasse com 30 a 55% do salário dos trabalhadores que entrassem no acordo, sendo um repasse direto de verbas públicas para as instituições privadas. Além disso, como observado pelos dados desta tese não houve diminuição na demanda de trabalho de professores, sendo assim um acordo com redução salarial pressupondo uma redução de carga horária. Como visto nos depoimentos, e também nos levantamentos do GESTRADO, o capital demandou o aumento drástico da jornada de trabalho, desse modo, embora não tenha ocorrido redução absoluta de salário, houve claro aumento da exploração em virtude da extensão não remunerada da jornada de trabalho.

Há ainda a questão de funcionários de instituições privadas de ensino que não são assistidos pelo SINPRO, como mediadores de inclusão, funcionários administrativos, de serviços gerais e auxiliares, que foram amplamente afetados por esta medida e não entram na lista do SINPRO. É relevante ressaltar também que a maioria das escolas que fizeram uso da MP são escolas de educação infantil.

Foi criado um fundo de amparo do sindicato às professoras e aos professores. Este fundo apoiou 144 profissionais foram contemplados, sendo que 30 não foram buscar o auxílio, que era no valor de apenas de 300 reais. Na avaliação do próprio sindicato a medida provisória funcionou no sentido de evitar demissões, por isso poucos professores teriam solicitado o auxílio do sindicato.

O código de conduta ao retorno às aulas presenciais criado pelo SINPRO foi negado pelo Sindicato das Escolas Particulares (SINEPE), demonstrando o poder do patronato. O plantão do sindicato funcionou e enviava semanalmente as denúncias recebidas com uma lista de escolas por e-mail para o Ministério Público, para as Comissões de Educação e Saúde da

⁶¹ Ordenação das propostas em algarismos a fim de melhor compreensão, Disponível em: <https://site.sinprorio.org.br/educacao-basica-propostas-aprovadas-na-16-05/>. Acesso em: em 25 jan. 2022.

ALERJ e da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, Secretarias de educação e Saúde do Rio de Janeiro e Vigilância Sanitária. O e-mail continha o seguinte texto:

Excelentíssimas Senhoras. O Sinpro-Rio vem através do presente informar à V. S^a as seguintes informações referentes às instituições de Ensino que foram denunciadas por descumprimento às normas de segurança e/ou protocolos sanitários para proteção ao coronavírus. Segue, anexo, relação das Escolas que têm descumprido as normas de segurança e protocolos sanitários para proteção ao Corona Vírus. Num momento grave pelo qual estamos passando, em que muitas escolas sequer estão abrindo, nos causa espanto e perplexidade que tais fatos continuem a ocorrer. Certos de que estamos todos preocupados com a situação da pandemia na cidade do Rio de Janeiro e em todo o estado, solicitamos a este estimado órgão que ajude a comunidade escolar no intuito de fiscalizar tais instituições e verificar a procedência de cada denúncia. Certos de contar com vosso auxílio. Atenciosamente, A Diretoria. (E-MAIL ENVIADO PELO SinproRio A DIVERSAS AUTORIDADES COMPETENTES DO RIO DE JANEIRO, 2020)⁶²

Acompanhado de um anexo com a lista das escolas e a denúncia especificada, os anexos não foram todos concedidos, mas foram enviados **54 ofícios de denúncia, com um total de 91 escolas do ensino básico do Rio de Janeiro** denunciadas por não cumprirem os protocolos básicos de proteção ao vírus covid-19. (Informações disponibilizadas pela diretoria do SINPRO).

Um dado importante para construir um quadro da opressão à classe trabalhadora da educação é o número de demissões, e esta informação deixou de ser controlada pelos sindicatos a partir também da contrarreforma trabalhista, Lei nº 13.467/2017, visto a alteração do artigo nº 477, o qual sofreu a seguinte alteração:

Art. 477. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017). § 1º O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão de contato de trabalho firmado por empregado com mais de 90 (noventa) dias de serviço só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social ou da Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 5.562, de 12.12.1968). § 1º O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho firmado por empregado com mais de um ano de serviço só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social ou da Justiça do Trabalho. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 766, de 1969). § 1º - O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência

⁶² Informação fornecida pela diretoria do SinproRio em janeiro de 2022.

Social. (Redação dada pela Lei nº 5.584, de 26.6.1970). **§1º (Revogado)**. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, grifo nosso).

A exclusão do parágrafo primeiro do artigo tira o controle do sindicato sobre as demissões, buscando invisibilizá-las e dificultando mais a ação sindical enquanto resistência. Desta forma a desobrigação da contribuição sindical e a desarticulação do controle sindical sobre as demissões dificulta análises e produção de estatísticas e conformação de resistências, enfraquece o sindicato e as lutas trabalhistas.

Outra ação importante do sindicato naquele período foi uma nota oficial. “Em defesa da vida e da democracia”, se colocando claramente contra o retorno presencial, denunciando as ações do então presidente Jair Bolsonaro como negacionista e “serviçal de grandes empresários e do capital internacional” (SinproRio, 2020).⁶³

3.4 Análise geral

De maneira relacional, a hegemonia do capital “financeiro” se amplia e reconfigura as formas de circulação das mercadorias e serviços, assim como os processos produtivos. Tal mudança inflige uma conseqüente mudança nas formas de exploração do trabalho, e necessariamente uma demanda pela mudança do perfil desses trabalhadores. Portanto, é sob a perda de direitos e a incorporação de léxicos como “criativo”, “adaptado”, “resiliente”, “eficiente”, etc. que se constitui a nova face exigida ao trabalhador da escola privada frente aos processos de flexibilização do trabalho.

Observa-se assim, a incorporação na legislação dos interesses dominantes, bem como postula Francisco Oliveira (2003, p. 128) “a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante”. Ou seja, a política da luta de classes e a ideologia heterônoma, arcaica e violenta da classe dominante no Brasil que, portanto, segundo Marx, é “a ideologia dominante” que sustenta, conecta e ampara as bases da estrutura econômica de exploração da classe trabalhadora nesta periferia do mundo. (MARX e ENGELS, 2007, p. 72).

Francisco Oliveira (2003, p. 131), ressalta o caráter “produtivo” do atraso que permite um padrão de acumulação acelerado, mesmo sem desenvolvimento social e das forças produtivas, devido ao barateamento da força de trabalho. “O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma de exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia.” (OLIVEIRA 2003, p. 131) Esta é a realidade do Brasil, em que a reprodução da força de trabalho apresenta

⁶³ Disponível em: <https://site.sinpro-rio.org.br/em-defesa-da-vida-e-da-democracia-nota-do-sinpro-rio/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

custos rebaixados pela permanência de relações de produção não capitalistas (como mutirões para construção de casa, ou a tia que cuida das crianças da vizinhança no quintal), combinada a padrões modernos de exploração do trabalho.

Neste contexto, as profissões formais que se inserem no mercado através de uma função primordialmente reprodutiva, como a docência, tendem a ter seu valor rebaixado. Amarrada a isso, a questão de gênero, que como política e ideologia, irá sustentar esse padrão de acumulação *sui generis*, confirma socialmente através do silêncio de séculos, o lugar da mulher e seu valor na sociedade de classes.

Ou seja, por ser mulher há uma restrição de vagas no mercado formal de trabalho, e um mercado historicamente muito vinculado ao setor reprodutivo (ex.: professora, enfermeira, psicóloga etc.) em que se atrela, de maneira ideológica um determinismo biológico à função do cuidado. E sendo estes setores da economia já desvalorizados no capitalismo dependente em função das características do atraso, há uma relação reciprocamente negativa entre o gênero feminino e o setor de trabalho reprodutivo.

Partindo desta compreensão, a pandemia da covid-19 não inaugurou novas formas de exploração do trabalho geral, e em específico do trabalho docente, tampouco fixou-as. Mas intensificou, ampliou e certamente consolidou sobremaneira a exploração do trabalho docente, via de regra, através do uso de ferramentas tecnológicas digitais como as plataformas de ensino, meio pelo qual o trabalho se dava de maneira mais controlada, bem como por plataformas digitais de comunicação social, meio por onde o trabalho ganhava contornos mais pessoais e flexíveis.

Desta forma, a pandemia foi para o capital um belo laboratório para testagem de desempenho metodologias para ampliação da acumulação de capital, enquanto para trabalhadoras (es) foi uma *experiência* nefasta de aprofundamento da exploração, quando, na melhor das hipóteses sua força de trabalho era considerada uma mercadoria. Ora, em ambos os casos há resultados destes processos. No entanto, aqui não caberá a análise do produto histórico da pandemia ao capital.

Para as trabalhadoras docentes a experiência de lecionar de forma remota e ‘híbrida’ na pandemia produziu efeitos diversos, em função da “ambivalência crucial de nossa presença humana em nossa própria história, **parte sujeitos e parte objetos**, agentes voluntários de nossas próprias determinações involuntárias.” (THOMPSON, 2021, p. 146, grifo nosso). Espero aqui traduzir de maneira mais fiel possível à realidade complexa os produtos desta experiência no ser social e seus desdobramentos.

“E aquelas/es que não são ouvida/os se tornam aquelas/es que ‘não pertencem’.” (KILOMBA, 2019, p. 43). Nesse sentido, a organização mesmo embrionária da categoria com a base da escola é fundamental e exerce enquanto experiência a formação da consciência de pertencimento à classe trabalhadora. A partir da compreensão de que o trabalho é constitutivo do ser humano, e que, portanto, influi diretamente na conformação de sua subjetividade, ou seja, “as transformações no trabalho alteram a identidade⁶⁴ do trabalhador” (ABÍLIO, 2019, p. 4), busca-se compreender, de forma geral, como estão as professoras dos primeiros segmentos da rede privada do Rio de Janeiro, no contexto político-econômico atual de neoliberalismo e pandemia.

Trabalho como ontológico da humanidade, é estruturante e fundador de sentidos, sendo o mecanismo com o qual altera-se a realidade em que se está inserido e dialeticamente transforma-se a si próprio. Exerce, portanto, uma relação de conexão da pessoa com a realidade, “no mínimo a insere de modo seguro numa porção da realidade, na comunidade humana.” (FREUD, 2011, p. 36). Na economia libidinal, ou seja, na constante busca pelo prazer e fuga do sofrimento humano, o trabalho, de maneira essencial, se encontraria na bandeja do prazer desta balança.⁶⁵

Quando, todavia, em situações de crise em que o discurso ideológico se dissipa e é superado pela força coercitiva do capitalista, a consciência primeira do indivíduo que o mantém inserido à forma social capitalista, de forma a naturalizar tal estrutura e portanto alienado de suas contradições, se choca com o real caráter exploratório desta forma em que a própria força de trabalho é mercadoria, a crise externa se interioriza produzindo um conflito na própria subjetividade, que embora pareça individual, é, pelo caráter social destas relações, coletivo. O sintoma produto desta crise tem sido identificado como *burnout*.

Burnout é a expressão da crise entre formas de consciência, quando é deflagrada a impossibilidade de manutenção da alienação, como a ‘primeira forma de consciência’ (IASI, 2011) e, todavia, não há condições materiais objetivas para a superação da situação que a

⁶⁴ É tanto interessante como tentador compreender a construção do que seria uma “identidade docente” para além de seu papel social, mas entendendo identidade como “a fonte de significado e experiência” de um grupo (CASTELLS, 2006, p. 22). Portanto, como as professoras se identificam e produzem significados sobre si a partir da experiência comum da docência, inseridas em um contexto em que as relações de poder hierarquicamente pré-estabelecidas atravessam essa experiência. No entanto, justamente pela densidade deste debate e a conseqüente necessidade de aprofundamento no tema não irei abrir aqui esse flanco.

⁶⁵ Em uma perspectiva contemporânea da neurociência, é sabido que um circuito muito primitivo do sistema nervoso humano, atrela a liberação de um neurotransmissor chamado dopamina à conquista de necessidades básicas, ou seja, à sobrevivência, como alimentação, hidratação e estabelecimento de laços sociais. A complexificação e o desenvolvimento de nossa sociedade não alterou este mecanismo biológico primitivo, mas forneceu múltiplas e diferentes fontes para sua ativação que, supostamente, garantiriam o sucesso de nossa sobrevivência enquanto indivíduos e perpetuação enquanto espécie. O trabalho ontológico seria uma fonte de ativação do “Circuito de recompensa” conferindo a sensação de prazer às suas conquistas.

produz, ou estas não são identificadas pelos sujeitos, que embora desfeitos do domínio ideológico sobre a consciência, não expressam consciência de classe para si. Quando a eterna disputa entre desejo e o conformismo chega a um limite interno explosivo, o sujeito se inviabiliza enquanto agente social e trabalhador/a, de diversas maneiras que dependem de suas predisposições psicofísicas.

Como apresentado pelos relatos e formulários, houve um aumento da dedicação ao trabalho tanto em relação ao tempo despendido pelas professoras quanto à intensificação das demandas. Em ambos os casos há um imbricamento com o uso de tecnologias de comunicação informação como meio da realização do trabalho docente. Em primeiro lugar, para aprender a manejar as novas ferramentas tecnológicas necessárias a realizar o trabalho remoto, em segundo para planejar as aulas e produzir os materiais necessários a fim suprir a falta da presença física⁶⁶ (vídeos, jogos, atividades etc.), em terceiro lugar para dar o retorno ou *feedback*, de forma individualizada em função das condições específicas das plataformas de ensino que particularizam procedimentos que ocorreriam em espaços coletivos como comentários dos alunos e correção de atividades, e por último mas não menos impactante o estabelecimento de comunicação com a equipe de trabalho e coordenações, especialmente com o uso de *e-mail* e *whatsapp*, gerando uma vigília constante, e um trabalho sem contornos formais de tempo. Paralelamente não houve incremento salarial algum no mesmo período.

Desta maneira, efetuou-se um aumento profundo da extração da mais-valia absoluta que segundo Marx (1985), é atrelada exclusivamente à duração da jornada de trabalho, e concomitantemente um incremento desmedido da mais-valia relativa, por sua vez associada ao aumento da intensidade do trabalho, e neste caso, vinculada às exigências vultosas de criação de novos materiais, seja pelo caráter novo e online das atividades, seja pela necessidade irreal, já mencionada, de tentar suprir a ausência corpórea da professora.

“O tempo é o campo do desenvolvimento humano” (MARX, 1978 p. 92). Expropriados de seu tempo livre, a (o) trabalhadora (o) em que a vida foi “absorvida pelo seu trabalho ao capitalista, é menos que uma besta de carga.” (Ibidem, p. 92). E assim, estiveram as professoras durante os anos de 2020 e 2021, “bestas de tela”, alienadas de sua humanidade quando expropriadas de tempo pela sujeição ao excesso de trabalho pelo capital.

As docentes, ao serem submetidas a tamanha expropriação de tempo, combinada a um controle do trabalho por diferentes matrizes, a saber: da própria comunicação interna entre as esferas da escola; através da forma de realização do trabalho por meio de plataformas em que

⁶⁶ Tarefa tão irrealizável quanto extenuante, visto que a presença da professora compreende uma miríade de significados para além do domínio e ensino do conteúdo. Tema que merece um aporte teórico e reflexivo maior do que uma nota de rodapé, no entanto, não caberá nesta pesquisa.

há o registro tanto do momento da publicação quanto do conteúdo da aula, compartilhado com as esferas hierarquicamente superiores (o que não acontece quando a aula acontece de maneira puramente presencial) e ainda pelos responsáveis das crianças que acessavam diretamente os materiais e as aulas em função da falta de autonomia dos estudantes, têm seu trabalho esvaziado de sentido.

E embora já estivessem submetidas ao capital, demarcam o grave aprofundamento da exploração durante a pandemia e também uma mudança identificam a permanência deste “novo” modelo de escola, que terá traços que se perpetuarão. Logo o trabalho docente que em geral é preñado de sentido pela função na formação de sujeitos sociais críticos, perde sentido e torna-se um fardo às trabalhadoras.

O capitalismo como sistema unitário que integra e perpassa por todas as esferas da vida, mantém uma interação direta e bidirecional entre as esferas produtiva e reprodutiva. As trabalhadoras mulheres são afetadas duplamente com a alteração das dinâmicas sociais na pandemia em períodos de isolamento e trabalho remoto. Tanto pelo trabalho que envolve produção de mais valia, quanto em seu trabalho de manutenção e reprodução da vida.

Nesta segunda esfera há uma sobrecarga sobre as mulheres em comparação ao gênero masculino pela construção histórica do patriarcado, conferindo arbitrariamente às mulheres um papel central nas tarefas do lar e cuidado dos filhos. Considerando todos os fatores já citados que conferem ampliação e descontrole sobre o tempo dedicado ao trabalho docente, as professoras sofrem com a escassez de tempo para a realização do trabalho reprodutivo, todavia este ainda lhes é fadado. O que produz profunda oneração dessas mulheres, mentes e corpos, conseqüentemente o resultado é seu adoecimento.

A ideia do “eterno feminino” fundamenta o papel da mulher na sociedade de classes, a esse papel é atribuído o “cuidado” como eixo central. (BEAUVOIR, 2009, p. 25). O cuidado é inalienável ao trabalho docente, em especial nos primeiros segmentos, por isso, e não pelo contrário, que este ofício é “tipicamente” feminino e conseqüentemente é mais explorado e desvalorizado. Todavia, não é destituindo o educar crianças de 2 a 10 anos do caráter de “cuidado” como uma de suas dimensões que este passará a ter mais valor ao sistema capitalista.

É compartilhando a responsabilidade social do cuidado com homens e o Estado, é a partir da organização das professoras enquanto classe trabalhadora, da identificação das formas de extração de mais valia, ou seja, da produção de mercadorias neste segmento da educação que o trabalho das docentes da educação infantil e fundamental I pode ser mais valorizado. (DAVIS, 2016).

Como “As categorias são históricas e estão sujeitas a mudanças e transformação.” (THOMPSON, 2021, p. 117), é relevante rever as categorias já existentes acerca das atuais formas de exploração do trabalho e endossá-las, atualizá-las ou inaugurar uma que dê conta de explicar a realidade que não se prende a categorias. A análise dialoga com os conceitos, como trabalhador “*just-in-time*” (ABÍLIO, 2020), “gerente de si mesmo” (Idem, 2019), e com o conceito de “plataformização do trabalho” (GROHMANN, 2020) por serem importantes categorizações e parâmetros de análise para explicar as atuais morfologias do trabalho docente na esfera privada.

A partir da (contra)reforma trabalhista de 2017 ingressamos em um período de maior flexibilização e desregulamentação do trabalho formal assalariado, mesmo este não sendo a regra no Brasil, pela nossa história e condição dependente. As professoras, embora muitas tenham tido seu contrato de trabalho alterado pela MP 936/2020, com redução de carga horária e salário, possuem contrato de trabalho, o que é uma diferença profunda com trabalhadores uberizados. Todavia, segundo a autora Ludmila Abílio (2020), a categorização “*just-in-time*” denota o processo em que “são transferidos ao trabalhador custos e riscos da atividade (que este está desprovido de direitos associados ao trabalho), enfrentando também a total ausência de garantias sobre sua carga de trabalho e remuneração” (ABÍLIO, 2019, p. 3).

Apesar destas profissionais serem assalariadas, o contexto pandêmico gerou uma profunda insegurança acerca da manutenção de seus empregos e, portanto, do salário. E quando passam a trabalhar de casa, os custos para a realização deste trabalho, como uma boa rede de internet, aparelhos de tecnologia de informação, e outros materiais didáticos passaram a ser totalmente de responsabilidade delas. Enquanto o tempo de trabalho docente sofreu uma imensa intensificação, sendo alargado e flexibilizado, permeado pelo trabalho doméstico, impregnando todas as dimensões da vida das professoras. “**opera aí uma mudança na distinção entre o que é e o que não é tempo de trabalho**”. (ABÍLIO, 2019, p. 3). Segundo os relatos todo o tempo é tempo de trabalho: “Acho que o mais desgastante de tudo porque tomava o tempo inteiro né, porque você tinha que dar retorno para criança. Como é que você fazia isso né? **Você tinha que estar sempre, o tempo inteiro ligado no seu e-mail que te notificava ‘fulaninho mandou atividade’.**”

Tal indistinção é um dos fatores que afeta gravemente a saúde dessas mulheres. Professoras são profissionais que trabalham com base em planejamento, rotina, cronograma e horários rígidos. A incerteza, o descontrole e a extensão do tempo de trabalho relacionada ao excesso de demanda laboral produzem **insegurança, ansiedade e adoecimento**. Abílio (2019) confere destaque à noção de “gerente de si subordinado” como um olhar periférico e

atualizado ao nosso contexto. Embora, novamente, o trabalho docente apresente arestas que não se encaixam nessa concepção, há identificações relevantes com sua realidade particular.

No caso, as professoras, bem como o perfil “gerente de si subordinado”, possuem “Suas estratégias de sobrevivência, sua administração do próprio tempo, são apropriados privadamente como fatores de execução de seu trabalho e produtividade.” (ABÍLIO, 2019, p. 5), ou seja, é mais trabalho não pago. Porém, não há, entre as professoras, uma dimensão empresarial competitiva como teria um trabalhador “empresa de si”, pelo contrário, o que pode ser observado pelas narrativas foi um estreitamento das relações de solidariedade no trabalho. Um aumento da cooperação e o reforço da necessidade do trabalho em equipe.

As plataformas de ensino, como apresentado anteriormente, são meios de produção do grande capital que aumentam a eficiência na extração da mais valia da categoria docente, e com a “eficácia” da experiência pandêmica, ganharam um terreno que já vinha sendo conquistado aos poucos, mas com o contexto emergencial da pandemia de modo generalizado e permanente. As plataformas por seu caráter múltiplo, de mercadoria, meio de produção e distribuição de outras mercadorias alteram de maneira substancial o trabalho docente.

Enquanto garantem o trabalho remoto em períodos de isolamento, mantém o distanciamento na comunicação entre educadores e educandos, extraindo do processo formativo uma parte de seu caráter afetivo e pessoal tão importante para a construção deste. Além de individualizar os diálogos, conferindo mais trabalho aos docentes e atrofiando o aspecto coletivo e socializador da educação formal, fundamental à formação humana. Como fica exemplificado na fala da página 50 da subseção 3.3.1 “*Como foi ser mulher e professora na pandemia, em especial nos anos iniciais?*”:

Então acho que isso, e a gente tinha um prazo para entregar todas as atividades da semana né então por exemplo quarta-feira meio-dia eu tinha que entregar, eu não né, a equipe tinha que entregar todos os materiais que seriam postados na semana seguinte né então de segunda a quarta-feira ficava aquela correria e nesse tempo ainda tinha uns encontros virtuais e os comentários que você tinha que fazer era muito cansativo porque eu me envia a noite no celular olhando atividade sabe e fazendo comentário.

O controle ao trabalho docente nas plataformas é também sem precedentes, sendo um trabalho vigiado de múltiplas formas e perspectivas. Há maior vigilância tanto em relação ao tempo como ao conteúdo do trabalho, seja pela instituição, pelos responsáveis, e pelos algoritmos. E como as plataformas não são planejadas, idealizadas ou produzidas pelos professores, mas sim por agentes do capital, há um descontrole sobre sua estrutura, e consequentemente sobre a estrutura da aula, ampliando a alienação destes trabalhadores em relação a seu trabalho de forma intrínseca a esses espaços virtuais. Nas palavras das

professoras: “Essa coisa de estar sendo o tempo todo vigiada. E essa sensação era muito ruim. A sensação de estar o tempo todo sendo avaliada.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e levantamentos empíricos realizados na tese, apresentados de modo sistemático no capítulo três corroboram com outras pesquisas quantitativas sobre o trabalho docente na pandemia, como as do grupo GESTRADO (2020), ou a pesquisa *Trabalho docente na Uerj em tempos de pandemia* (2020). Verificou-se a intensificação abrupta na exploração do trabalho docente na educação privada-mercantil, no contexto pandêmico de 2020 e 2021, em especial por consequência da adoção das plataformas de ensino como “meio” de realização do trabalho, mas também pela alegada crise financeira vivida pelo setor privado que fez com que o espectro do desemprego e do rebaixamento salarial e das condições de trabalho se difundissem em muitas escolas.

Apesar da categoria de forma geral manter uma relação contratual formal, e, portanto, não ser diretamente afetada pelas flexibilizações da Lei nº 13.467/2017, a mudança no padrão geral de exploração do trabalho incide no aspecto ideológico, como uma sombra. Como uma forma de aumentar a pressão do capital sobre o trabalho das professoras, em geral a crise econômica, e o desemprego, surgem como justificativa e ameaças para garantir a manutenção da intensidade na exploração do trabalho durante o período da pandemia.

As docentes, especificamente da educação infantil e fundamental I, foram especialmente sobrecarregadas no contexto da pandemia do vírus SARS-CoV-2, em função da tripla opressão que recai sobre as mesmas. Em primeiro lugar por realizarem um trabalho relativo à reprodução social, e, portanto, associado historicamente ao papel feminino e o lugar da mulher no sistema capitalista; em segundo lugar por serem produtoras de mais-valia para as empresas em que são contratadas, e em terceiro lugar pelo acúmulo de funções no lar devido a divisão desigual do trabalho reprodutivo aos papéis de gênero, como já foi apresentado com a TRS. Desta forma, por serem mulheres ocupam funções relacionadas à reprodução social como a docência, e por serem, na maior parte nos primeiros segmentos professoras mulheres, são mais desvalorizadas nas relações de trabalho mercantis, tendo a menor base salarial de acordo com dados do sindicato, finalmente, são também donas de casa sobrecarregadas por serem mulheres.

Toda essa exasperação na exploração de seu trabalho produziu de maneira cruel a consciência da mercantilização da vida, de suas vidas e também proporcionou questionamentos sobre o papel docente e a valorização do coletivo. Todavia, a consciência se

expressou em atos tímidos, circunscritos na maior parte dos casos ao coletivo da própria instituição, sob tutela dos patrões e, portanto, com alcance muito limitado. A compreensão de sua condição também reforçou o medo da demissão e da precarização que assombra à janela.

O assombro da precarização que se fortaleceu a partir da (contra) reforma trabalhista de 2017, mesmo quando não altera o contrato trabalhista das professoras, as afeta através do discurso empresarial que dita qual ‘tipo’ de trabalhadora deseja. E a partir da adoção ampla das plataformas de ensino na pandemia, alguns léxicos passaram a ser adotados pelas empresas educacionais em franca cobrança para adequação do trabalho docente e das trabalhadoras a esse perfil, “resiliente”, “flexível”, “híbrida”, “on-line”, “multitarefa”.

De maneira geral professores de escola privadas-mercantis na pandemia tiveram aumento de carga-horária e intensificação de demandas sem aumento salarial configurando uma sobre extração de mais-valia absoluta e relativa. Nos casos do trabalho docente na educação infantil e no fundamental I, o aumento da demanda foi ainda maior devido à idade dos alunos, e a menor autonomia das crianças, o que produzia a necessidade de adequação de todo material didático ao formato on-line e uma permanente produção de novos materiais didáticos, além da sistemática cobrança dos responsáveis pela realização deste “serviço”.

O formato remoto por meio de plataformas conferiu um controle inédito e profundo sobre o trabalho docente, tanto em relação ao conteúdo, como à forma e ao tempo deste. Sendo que fonte da vigília também fora ampliada, em parte da instituição, em parte dos responsáveis dos alunos e em parte da estrutura da própria plataforma. A própria tecnologia pressupõe uma determinada dinâmica de tempo mais intensificado e permite monitoramento por parte da empresa e dos “consumidores”, notadamente das famílias.

Acrescida a tal vigilância, a necessidade de criação associada à inicial desorganização dos sistemas de ensino, propiciou uma exorbitante demanda on-line, fora de qualquer controle, através não apenas das plataformas de ensino, mas também em plataformas de comunicação social (*e-mail*, *WhatsApp*) em que não havia distinção entre tempo de trabalho e tempo de descanso. Resulta dessa mudança na mediação tecnológica do trabalho novas expressões da subsunção do trabalho docente ao capital.

O retorno prematuro à sala de aula das escolas privadas em outubro de 2020 no Rio de Janeiro, momento em que o Brasil ocupava o terceiro lugar em número de contágios por covid-19 no mundo e segundo em casos de óbito pela doença, segundo dados do boletim epidemiológico do Ministério da Saúde.⁶⁷ Além deste cenário mórbido, não havia previsão da

⁶⁷ Boletim Epidemiológico Especial, Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. Semana Epidemiológica 42 (11/10 a 17/10/2020). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2020>. Acesso em: 14 abr. 2022.

vacinação, o que produziu uma atmosfera de medo sobre uma nova configuração do trabalho docente, o ensino híbrido e, conseqüentemente, mais uma nova demanda sobre seus trabalhadores. Novamente, as professoras, mulheres e mães tiveram que conciliar demandas múltiplas a um tempo cada vez mais escasso para sua própria reprodução e cuidado. Este retorno ainda sem perspectivas de vacinação trouxe o medo como tônica e produziu o aprofundamento de sintomas de adoecimento por estresse produzido pelo labor. Embora não tenha aparecido essa identificação de forma contundente nem nos formulários, nem nas entrevistas, permito-me, através da análise já traçada, identificar como um quadro amplo de síndrome de *burnout*.

Ao passo que o retorno presencial trouxe inseguranças, o sindicato (SinproRio) atraiu maior atenção da categoria e atuou, acolhendo as denúncias dos professores sobre o não cumprimento de protocolos básicos de segurança sanitária estabelecidos na época, e repassando essas denúncias a órgãos públicos de controle. Além disso o mesmo teve uma função importante no retardamento deste retorno através da mobilização da categoria em uma “Greve pela Vida” que, entretanto, se aplicava apenas à esfera presencial, o trabalho remoto seguia “normalmente”.

Embora a ação sindical tenha tido severa importância no adiamento do retorno das aulas presenciais, isso não foi reconhecido nas falas dos docentes. As professoras sobrecarregadas e exaustas não conseguiram transformar sua compreensão da própria condição laboral em formas de resistências sistematizadas e articuladas com a categoria através do sindicato. O que foi observado foram mobilizações parciais de cada instituição de ensino, com inclusão de demandas de trabalhadores de outras categorias, mas limitadas à própria escola.

Chego ao fim desta tese ciente de muitas lacunas, e certamente ignorante de muitas outras. Destacam-se a falta de uma análise sobre o processo de construção de consciência de classe da categoria docente. Atrelado a isso um olhar mais detalhado para sua relação com o sindicato e a ação do mesmo nesse processo de formação de consciência de classe. Uma perspectiva que se abriu ao longo da análise foi a importância do reconhecimento de uma identidade docente e ainda do reflexo desta sobre o papel das professoras na sociedade de classes, tanto visto por elas mesmas quanto pela sociedade.

Escapa também uma análise mais ampla sobre a diversidade de perfis de escolas privadas, e conseqüentemente as diversas formas de exploração do trabalho. Bem como a reconfiguração atual dos monopólios empresariais da educação e sua relação com o capital financeiro.

Permanece ainda a carência de um olhar mais aprofundado, que só será possível com o passar do tempo, sobre a plataformização do trabalho docente e suas consequências, seja sobre a mediação do ensino através das novas tecnologias de comunicação e informação e seus efeitos sobre o processo de ensino-aprendizagem, seja o sobre a exploração do trabalho docente.

Reitero que não é transitória esta fase de subsunção do trabalho docente, em que plataformização que se espalhou na pandemia, já se estabeleceu não como o principal mecanismo de educação, mas como parte integrante desta. Todavia, de forma geral, a subsunção ao capital se manterá entre as duas formas, real e formal, em um cabo de guerra desigual entre de um lado, os trabalhadores da educação, reconstruindo tanto suas práticas educativas, como formas de organização e, de outro, os capitalistas que se reestruturam em monopólios cada vez mais integrados horizontal e verticalmente.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas: indivíduo y sociedade**. Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 1 – 11, nov. 2019.
- ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 34, n. 98, p. 1 – 16, jan. – abr. 2020.
- ALVES, J. E. D. O perfil demográfico do Brasil até 2100 e os desafios da covid-19. **Portal Ecodebate**. Rio de Janeiro, 20 abr. 2020.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho no mundo. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. *In*: ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R. O trabalho no capitalismo pandêmico. *In*: LOLE, A., *et al.* **Diálogos sobre trabalho, serviço social e pandemia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.
- ARRUDA, P. F. O golpe de 2016 e a contrarreforma trabalhista. *In*: DIAS, L. A.; SEGURADO, R. **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. São Paulo: Intermeios, 2018.
- BAPTISTA D. T. Governo ilegítimo, Direitos Humanos e a nova Lei de Migração. *In*: DIAS, L. A.; SEGURADO, R. **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. São Paulo: Intermeios, 2018.
- BARTHOLO, T.; KOSLINSKI, M. Saúde mental dos professores na pandemia. *In*: **Educação e Covid**. Disponível em: <https://www.educacaoecovid.org/saudemental-professores-pandemia/>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, p. 1 – 15, 1º semestre de 2019. Tradução de Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi.
- BÍBLIA. Gênesis, cap. 3, ver. 17. Português. *In*: **Bíblia sagrada celebrando a recuperação**. Nova tradução na linguagem de hoje. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2015, p. 7.
- BIGNAMI, R. Trabalho Escravo na indústria da moda em São Paulo. **Carta Capital**. São Paulo, 28 fev. 2021. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/fashion-revolution/trabalho-escravo-na-industria-da-moda-em-sao-paulo/>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Semana Epidemiológica 51. **Boletim Epidemiológico Especial nº 42**. Brasília: Ministério da Saúde. p. 1 – 78, 22 dez. 2020. Disponível em: - <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2020>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula 453 de 23 maio 2014. Participação nos lucros e resultados. Rescisão contratual anterior à data da distribuição dos lucros. Pagamento proporcional aos meses trabalhados. Princípio da isonomia. Disponível em: https://modeloinicial.com.br/lei/129_815/sumula-453-tst/num-453. Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Educa. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Educa Jovens. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PANAD Contínua). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL, Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. **Planalto**, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

BRASIL. [Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências. Brasília, DF, 31 mar. 2017.](#)

BRASIL. Lei nº 14.020, de 06 de julho de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda [...] decorrente do coronavírus [...] e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 jul. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública [...] decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 mar. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021. Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências [...] decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308>. Acesso em 22/01/2022.

BRASIL. Ministério da Economia: ações 2019. Brasília, 31 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2019>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: censo escolar. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 4 jun. 2021.

BRAVOS, M. Os professores precisam se cuidar, mas também serem cuidados. **Lunetas**. São Paulo, 03 mar. 2021.

BRINGEL, E. P. B.; FERRAZ, M. C. M. A OIT e sua função normativa: convenções não ratificadas pelo Brasil e implementação de direitos fundamentais. *In*: PACÍFICO, A. M. C. P.; VIEIRA, C. S. **Direito Internacional dos Direitos Humanos II**. 2014. p. 161 – 184. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=196>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Cadernos MARE da reforma do Estado**. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília, v. 1, 1997, p. 1 – 59.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. II, 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

COSTA, H. B. **Financeirização da educação básica: tendências no período 2010 – 2019**. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

DA REDAÇÃO. Aprovada em 2017, reforma trabalhista alterou regras para flexibilizar o mercado de trabalho. **Senado Notícias**. Brasília, 02 maio 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 28 fev. 2021.

DA SILVA, C. C. M. A proteção ao trabalho na Constituição Federal de 1988 e a adoção do permissivo flexibilizante da legislação trabalhista no Brasil. **Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**. Curitiba, vol. 4, n. 7, p. 274 – 301, jul.– dez. 2012.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016, 244 p.

DE FREITAS, H. C. L. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. *In*: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100, out. 2007, p. 1203 – 1230.

DELGADO, M. G. Direito do trabalho e processo do trabalho: critérios de importação de regras legais civis e processuais civis. *In*: **Revista LTr**. São Paulo: LTr, v. 71, n. 05, maio de 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Síntese de indicadores: algumas considerações sobre os resultados do PIB no 1º trimestre de 2020**. São Paulo, 2020, p. 1 – 5.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim emprego em pauta**, n. 18, São Paulo, maio 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2021/boletimEmpregoEmPauta18.html>. Acesso em: 29 maio 2021.

Dicionário Online de Português [internet]. Porto: 7Graus; 2021 [acesso em 27 fev. 2021]. Acordo. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/acordo/>.

EPTV 1. Trabalhadores são resgatados de fazenda em Ituverava, SP, em condições análogas à escravidão: segundo auditores fiscais do trabalho, 22 pessoas do Maranhão eram mantidas em alojamentos precários, com salário menor do que o da proposta e tendo que pagar até por colchões usados. **Portal de notícias G1**, São Paulo, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2021/04/13/trabalhadores-sao-resgatados-de-fazenda-em-ituverava-sp-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016, p. 1 – 144.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed., vol. 1 e 2, São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, F. **Revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 3. ed. EPJV – Fiocruz (org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2012, 388 p.

FREDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019, 384 p.

FREUD, S. O Mal estar da Civilização. *In: Obras completas*, vol. 18. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GESTRADO, Docência na Educação Básica privada em tempos de pandemia/Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, -Belo Horizonte, 2020. 28p.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, F.; LIMA, M. (org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAHAM M., ANWAR M. A. Trabalho digital. *In: ANTUNES, R. (org.). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 4: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: características e alternativas. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Uberização do Trabalho e Indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 93 – 109.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

JAVIER, L.; GALARRAGA, G. América Latina busca estabilidade após a explosão popular: região enfrenta as consequências dos protestos populares e a consolidação de novos Governos em um momento de incerteza econômica. **El País**. Internacional. Cidade do México / São Paulo, 03 jan. 2020.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, 248 p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

LEÃO, N.; MORENO R.; BIANCONI G.; FERRARI, M.; ZELIC, H.; SANTOS, T. Trabalho e vida das mulheres na pandemia. *In*: OLIVEIRA, D. A.; POCHMANN, M. (org.). **A devastação do trabalho**: a classe do labor na crise da pandemia. 1. ed. Brasília: Positiva, 2020, p. 289 – 309.

LESSA, S. Trabalho produtivo e improdutivo. Verbete. *In*: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, 2009.

LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *In*: **Revista trabalho, educação e saúde**, v. 11, n. 1, jan. – abril 2013, Rio de Janeiro, 2013, p. 169 – 190.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010, 139 p.

MARX, K. **O Capital, crítica da economia política**. Livro Primeiro, vol. 1, 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Coleção Os Pensadores. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

MATTOS, B. M. **O sindicalismo Brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, 83 p.

MATTOS, B. M. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, 156 p.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014, 296 p.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019, 216 p.

MIRANDA K. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em história, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

OLIVEIRA, D.; PEREIRA, J. E. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 14, n. 30, p. 719 – 735, set. – dez. 2020.

OLIVEIRA, E. A. A política de emprego no Brasil: o caminho da flexinsegurança. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 111, p. 493 – 508, jul. – set. 2012.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ONU. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas 2018. Publicação das Nações Unidas, nº de venda E. 19. IV. 2. Nova Iorque, 2018. p. 10 – 12. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/TiP_PT.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

ONU. Organização Internacional do Trabalho. História da OIT. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 13 jun. 2021.

PINTO, A. G. Capitalismo dependente e gestão do trabalho fabril no Brasil. *In: Trabajo e Sociedad*, n. 20, 2013.

POCHMANN, M. Os trabalhadores na regressão neoliberal. *In: OLIVEIRA, D. A.; POCHMANN, M. (org.). A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia*. 1. ed. Brasília: Positiva, 2020, p. 31-54.

PONCE, A. **Educación y lucha de classes**. 1. ed. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010, 176 p.

PRATA, J. B. B. **Educação entre alienação e emancipação: um estudo de caso do Quilombo Campinho da Independência, Parati, RJ**. Dissertação. (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Educação básica sob a pandemia covid-19 no brasil e a educação que convém ao capital. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, vol. 6, n. 11, p. 499 – 518, jul. – dez. 2021.

ROSSO, S. D. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Boitempo, 2017, 361 p.

RUAS, R. Teoria da reprodução social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 01, 2020, p. 379 – 415.

SANTOS A. H. S.; JAKOBSEN, K. A. O trabalho nas atuais transformações da globalização capitalista. *In*: OLIVEIRA, D. A.; POCHMANN, M. (org.). **A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. 1. ed. Brasília: Positiva, 2020, p. 9 – 30.

SILVA, A. M. **Dimensões da precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras**. 2018. Tese. (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, A. M. **Trabalho docente sob a lógica privatista empresarial: a busca pela força de trabalho a serviço de um projeto hegemônico**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2021, 178 p.

Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SinproRio). **Carta à Sociedade do Rio de Janeiro**. Nota pública, 17 out. 2020. Disponível em: <https://site.sinpro-rio.org.br/carta-a-sociedade-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em 03 mar. 2022.

Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SinproRio). **Em defesa da vida e da Democracia**. Nota oficial, 16 maio 2020. Disponível em: <https://site.sinpro-rio.org.br/em-defesa-da-vida-e-da-democracia-nota-do-sinpro-rio/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SinproRio). **Estatuto do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região**. Ed. 2017, p. 1 – 17. Disponível em: <https://www.sinpro-rio.org.br/site/admin/assets/uploads/files/d40d0-estatuto.pdf>. Acesso em: 20 out 2021.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2019.

SORORIDADE EM PAUTA. Por uma resistência consciente, afetiva e efetiva sobrevivemos a 2019 e estamos dispostas a enfrentar o que há por vir. **Carta Capital**. São Paulo, 29 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/por-uma-resistencia-consciente-afetiva-e-efetiva/>. Acesso em: 06 fev. 2022.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Associação dos/das docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj). Relatório de pesquisa. **Trabalho docente na Uerj em tempos de pandemia**. 2020. 34 p.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. DigiLabour – Laboratório de Pesquisa ligado ao Mestrado e Doutorado em Comunicação. **Desmercantilizar as plataformas: entrevista com Ursula Huws**. 04 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Grupo de estudos sobre política educacional e trabalho docente (GESTRADO). Relatório Técnico. **Docência na educação básica privada em tempos de pandemia**. Belo Horizonte, outubro de 2020, 27 p.

SILVEIRA, D.; ALVARENGA, D. Taxa de desemprego entre mulheres atinge recorde de 17,9%”. **Portal de notícias G1**, Coluna de Economia, São Paulo, 27 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/27/taxa-de-desemprego-entre-mulheres-atinge-recorde-de-179percent.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SOMAVIA, J. Préface. *In*: Bureau International du Travail = Organização Internacional do Trabalho. **Les normes internationales du travail**: un patrimoine pour l'avenir mélanges en l'honneur de Nicolas Valticos. Première édition. Genève, 2004, p. 10. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/publication/wcms_087423.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

VARELA, R.; BARROS, R. della S.; OLIVEIRA, H. M.; COIMBRA de MATOS, A.; DUARTE, R.; LEHER, R.; AREOSA, J. Desgaste, condições de vida e trabalho em Portugal: uma perspectiva multidisciplinar. *In*: **Revista Estudos do Século XX**, n. 20, Coimbra, 31 dez. 2020, p. 183 – 210.

VOGEL, L. **Marxism and the oppression of women**: toward a unitary theory. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].

BENJAMIN, W. **O Anjo da História**. Organização e tradução de João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

WOOD, E. M. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.